

**Amanda Fialho
Allisson Rodrigues de Rezende
Patrícia Alves Cardoso
Conrado Henrique Nascimento Alves Pereira
(organizadores)**

A MULTIPLICIDADE DA PESQUISA NA UNIVERSIDADE



Amanda Fialho
Allisson Rodrigues de Rezende
Patrícia Alves Cardoso
Conrado Henrique Nascimento Alves Pereira
(organizadores)

A multiplicidade da pesquisa na universidade



Ituiutaba

2019

©Amanda Fialho, Allisson Rodrigues de Rezende, Patrícia Alves Cardoso, Conrado Henrique Nascimento Alves Pereira, 2019.
Editora da obra: Anderson Pereira Portuguese.
Arte da capa: Anderson Pereira Portuguese.
Diagramação: Jennifer Prates Rodrigues

Editora Barlavento
CNPJ: 19614993000110. Prefixo editorial: 68066 / Braço editorial da Sociedade Cultural e Religiosa Ilê Àse Babá Olorigin.
Rua das Orquídeas, 399, Residencial Cidade Jardim, CEP 38.307-854, Ituiutaba, MG.
barlavento.editora@gmail.com

Conselho Editorial da Editora Barlavento – Grupo Geografia e Meio Ambiente:
Mical de Melo Marcelino (Editora-chefe)

Pareceristas:

Dr. Antonio de Oliveira Júnior
Dr. Giovanni F. Seabra
Dr. Helio Rodrigues Júnior
Me. Leonor Franco de Araújo
Dra. Luciane Dias Gonçalves Ribeiro
Dra. Maria Aparecida Augusto Satto Vilela

A multiplicidade da pesquisa na universidade. Amanda Fialho, Allisson Rodrigues de Rezende, Patrícia Alves Cardoso, Conrado Henrique Nascimento Alves Pereira (org). Ituiutaba: Barlavento, 2019, 409 p.

ISBN: 978-85-68066-89-8

1. Pesquisa. **2.** Interdisciplinaridade. **3.** Coletânea.
I. FIALHO, Amanda. **II.** REZENDE, Allisson Rodrigues de.
III. CARDOSO, Patrícia Alves. **IV.** PEREIRA, Conrado
Henrique Nascimento Alves.

Todos os direitos desta edição reservados aos autores, organizadores e editores. É expressamente proibida a reprodução desta obra para qualquer fim e por qualquer meio sem a devida autorização da Editora Barlavento. Fica permitida a livre distribuição da publicação, bem como sua utilização como fonte de pesquisa, desde que respeitadas as normas da ABNT para citações e referências.

SUMÁRIO

CIÊNCIAS SOCIAIS

CAPÍTULO 01

A VIVÊNCIA DE FAMILIARES DIANTE DA COMUNICAÇÃO DE MÁS NOTÍCIAS NA UTI DE UM HOSPITAL GERAL

Angélica Cristina Oliveira Abreu

Roberta Cancellia Pinheiro Alves Ferreira

Isabella Drummond Oliveira Laterza Alves..... 11

CAPÍTULO 02

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DE POLICIAIS MILITARES DO 54º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS

Alessandra Aparecida Franco

Nailton Souza Melo..... 27

CAPÍTULO 03

O IMPACTO DO CÂNCER EM MULHERES: UMA COMPREENSÃO FENOMENOLÓGICA

Roberta Cancellia Pinheiro Alves Ferreira;

Amanda Pereira Barbosa Freitas

Isabella Drummond O. Laterza Alves

Graziela Siebert..... 47

CAPÍTULO 04

QUALIDADE DE VIDA SOB O OLHAR DE IDOSOS DE UM CENTRO DE APOIO

Graziela Siebert

Caroline Almeida Tano

Roberta Cancellia Pinheiro Alves Ferreira..... 73

CIÊNCIAS HUMANAS

CAPÍTULO 05

A COMPREENSÃO DA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO E A FALTA DE SEGURANÇA VIÁRIA EM ITUIUTABA/MG

Matheus Marques Santiago

Fausto Amador Alves Neto..... 99

CAPÍTULO 06

IDEAÇÃO SUICIDA NA GRADUAÇÃO: INVESTIGAÇÃO DA OCORRÊNCIA EM GRADUANDOS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Nailton Souza Melo

Lethícia Souza Moura

Eleusa Gallo Rosenberg..... 115

CAPÍTULO 07

POLÍTICAS PÚBLICAS PRIORITÁRIAS DO SUS: Os Impactos da Judicialização do Direito à Saúde em Ituiutaba/MG

Cássio da Silva Gonçalves

Fausto Amador Alves Neto..... 139

CAPÍTULO 08

O DIREITO E A CONSTRUÇÃO FEMININA EM CONTOS MACHADIANOS

Patrícia Alves Cardoso

Roberto Thomé de Oliveira Tannús Moura

Gustavo Côrtes Oliveira..... 165

CAPÍTULO 09

A APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03 EM ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DE ITUIUTABA E NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS-UNIDADE ITUIUTABA

Patrícia Alves Cardoso

Beatriz Souza de Luna..... 203

EDUCAÇÃO

CAPÍTULO 10

O SER, O FAZER E O PENSAR DO ESPECIALISTA DE EDUCAÇÃO: Uma análise do trabalho da supervisão educacional

Marília Beatriz Ferreira Abdulmassih

Renata Costa Silva Oliveira

Lucimar Silva de Andrade..... 243

CAPÍTULO 11

“GOSTEI DO BARULHO QUE ELE [INSTRUMENTO] FAZ”: Pesquisando processos educativos e envolvimento de pessoas com deficiência em práticas artísticas e musicais

Denise Andrade de Freitas Martins

Pâmela Silva Rocha..... 265

CAPÍTULO 12

UMA REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Marília Beatriz Ferreira Abdulmassih

Stephanie Felix Maia

Ana Flávia Marques dos Santos

Muriel Miller Souza Cruz..... 293

CIÊNCIAS AGRÁRIAS

CAPITULO 13

AVALIAÇÃO DE REGULADORES VEGETAIS NA QUALIDADE FISIOLÓGICA DE SEMENTES DE EUCALIPTO (*Eucalyptus camaldulensis*)

Rafaella Gouveia Mendes

Amanda Fialho

Ana Paula Santos da Silva..... 315

CAPÍTULO 14

AVALIAÇÃO DO EFEITO DO ÁCIDO GIBERÉLICO E DIFERENTES SUBSTRATOS NA GERMINAÇÃO DE DUAS ESPÉCIES DE MIRTÁCEAS.

Rafaella Gouveia Mendes

Amanda Fialho..... 329

CAPÍTULO 15

EFEITO DO STIMULATE® NA QUALIDADE DE FISIOLÓGICA DE SEMENTES DE CEREAIS

Rafaella Gouveia Mendes

Bruno de Moraes Nunes

Patrine Bárbara Felix Araujo

Amanda Fialho..... 345

CAPÍTULO 16

EFEITO DO STIMULATE® NA QUALIDADE DE FISIOLÓGICA DE SEMENTES ORIUNDAS DE PRODUÇÃO ORGÂNICA

Rafaella Gouveia Mendes

Danylla Paula de Menezes

Amanda Fialho..... 363

CAPITULO 17

INFLUÊNCIA DO MANEJO DE PLANTAS DANINHAS NA COMPOSIÇÃO FLORÍSTICA EM SOLOS CULTIVADOS COM ABACAXI

Renato José de Souza Silva

Heitor Franco Sousa

Jackeline Regina do Nascimento

Antônio dos Santos Júnior..... 377

CAPÍTULO 18

FORMIGAS CORTADEIRAS: MÉTODOS DE ESTABELECIMENTO E MANUTENÇÃO DAS COLÔNIAS EM LABORATÓRIO

Danielle de Lima Braga

Caroline Silva Abreu

Eliana Andrade

Amanda Fialho..... 397

CIÊNCIAS
SOCIAIS

CAPÍTULO 01

A VIVÊNCIA DE FAMILIARES DIANTE DA COMUNICAÇÃO DE MÁS NOTÍCIAS NA UTI DE UM HOSPITAL GERAL¹

Angélica Cristina Oliveira Abreu²; Roberta Cancelli Pinheiro Alves Ferreira³; Isabella Drummond Oliveira Laterza Alves⁴

INTRODUÇÃO

As instituições de saúde qualificam-se por um trabalho de vinculação e exige a consideração dos aspectos de humanização, que é aceitar a necessidade de resgate e junção dos aspectos subjetivos, indissociáveis dos aspectos físicos e biológicos. Portanto, é importante

¹ Trabalho financiado pelo Programa Institucional de Apoio à Pesquisa (PAPq/UEMG) ou Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) ou outros.

² Estudante do Curso de Psicologia do 9º Período da Universidade do Estado de Minas Gerais /Unidade de Ituiutaba. Email: oangelicacristina@yahoo.com.br

³ Mestre em Psicologia pela Universidade de São Paulo. Docente do Curso de Psicologia da Universidade de Minas Gerais/Unidade de Ituiutaba. Email: roberta_cancelli@yahoo.com.br

⁴ Mestre em Ciências pela Universidade de São Paulo. Doutoranda em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Uberlândia. Docente do Curso de Psicologia da Universidade de Minas Gerais/Unidade de Ituiutaba. Email: isabelladrummond@gmail.com

a possibilidade de assumir uma postura ética de respeito ao outro, de acolhimento do desconhecido e de reconhecimento dos limites, atendendo o paciente de forma que o mesmo possa se sentir acolhido no seu processo de adoecimento e evolução do seu quadro, trazendo as informações que o pertencem nesse momento de dor (BECAARIA et al, 2008).

Segundo Brasil (1998), as Unidades de Terapia Intensiva (UTI) são unidades hospitalares destinadas ao atendimento de pacientes graves ou de risco que dispõem de assistência médica e de enfermagem ininterruptas, com equipamentos específicos próprios, recursos humanos especializados e acesso a outras tecnologias destinadas a diagnóstico e terapêutica.

Apesar de progressos tecnológicos, a comunicação continua sendo a ferramenta primária e fundamental com a qual médico e paciente trocam informações. Elementos como a empatia, compreensão, interesse, desejo de ajuda e bom humor são indispensáveis para conseguir um ambiente de conforto emocional, no qual o paciente terá um conhecimento de sua doença e diagnóstico, e o médico agirá segundo seus conhecimentos, experiência clínica e suas capacidades humanas (DOYLE e O'CONNEL, 1996; ALMANZAMUÑOS e HOLLAND, 1999; VANDEKIEF, 2001). Neste sentido, a transferência de informações compreende não apenas aquilo que o paciente precisa saber, como também informá-lo devidamente e reforçar de que ele tenha entendido a informação.

Sebastiani (1995) fala que o psicólogo na UTI deve trabalhar com a tríade: paciente, sua família e equipe, pois todos estão envolvidos na mesma luta, cada um compondo um dos ângulos desse processo. O Psicólogo deve atuar como um colaborador do fluxo das emoções e reflexões.

O objetivo do estudo foi compreender as vivências de familiares de pacientes na UTI diante da comunicação de más notícias referentes ao diagnóstico e prognóstico.

Justificativa

Sabe-se que a UTI (unidade de terapia intensiva) é vista por muitas pessoas como o “corredor da morte”, e quando se trata de um ente querido essa percepção agregada aos sentimentos de medo da morte, angústia e desespero estão sempre presentes. Na UTI, é necessário criar canais de escoamento dessas intensidades por meio da palavra falada, e embora o foco primário de atendimento seja o paciente, é preciso também acolher os familiares angustiados. Nesse momento de intenso sofrimento, ter uma equipe de saúde preparada para apoiar, orientar e auxiliar a canalizar as emoções se faz essencial.

A função de comunicar más notícias ao paciente e seus familiares são umas das tarefas mais difíceis relacionadas à assistência. (VANDERKIEF, 2001, FARBER et al, 2002). Entretanto, a educação acadêmica oferece pouca preparação formal para esta tarefa. Sem um treino apropriado, o desconforto e incerteza, associados às dificuldades de comunicar a má notícia, podem levar profissionais de saúde a um afastamento emocional de seus pacientes e familiares (VANDERKIEF, 2001)

Desse modo, imaginamos contribuir para a saúde psíquica dos familiares ouvindo seus relatos e experiências vividas no ambiente da UTI de forma a ajudar na melhora do ambiente e da qualidade do atendimento para todos. Além disso, visamos ampliar

possibilidades de intervenções psicológicas a esses familiares nesse ambiente tão estressante como a UTI.

Fundamentação Teórica

Em um ambiente hospitalar, diferentes aspectos se fazem necessários para alcançar a qualidade na assistência à saúde. Nesse sentido, a prestação de cuidados é fortemente influenciada pelo fator humano e pelas relações que se estabelecem entre profissionais e usuários, além das tecnologias e dispositivos organizacionais disponíveis (BRASIL, 2001).

No que se refere à pessoa hospitalizada, o tratamento de saúde não envolve apenas os aspectos biológicos da tradicional assistência médica à enfermidade. A experiência de adoecimento e hospitalização implica mudar rotinas; separar-se de familiares, amigos e objetos significativos; sujeitar-se a procedimentos invasivos e dolorosos e, ainda, sofrer com a solidão e o medo da morte – uma realidade constante nos hospitais (BRASIL, 2002).

Tendo em vista que o paciente fica vulnerável a situações de sofrimento emocional trazendo dificuldades de elaboração, limitação de atividades, conflitos quanto a privacidade, há uma privação de sua liberdade. Há algum tempo atrás, o hospital era conhecido como um lugar para cuidar somente do corpo físico, da dor orgânica mas com a inserção do psicólogo no hospital, o olhar para esse paciente muda pois há também, a dor psíquica.

Apesar da UTI ser o local com características específicas e tecnologia avançada e seja o local ideal para o atendimento a pacientes agudos e graves recuperáveis, ela oferece um dos ambientes mais agressivos, tensos e traumatizantes do hospital, devido, a

restrição da família, os sons de alarmes e a rotina da própria unidade, que perturbam os pacientes, tornando o ambiente pouco humanizado e intolerável (GUIRARDELLO et al., 1999).

No momento da visita, algumas informações são dirigidas aos familiares, geralmente pelos médicos e enfermeiros, portanto se faz necessário uma comunicação clara e prestada de forma empática. É necessário haver entre os profissionais de saúde uma boa relação e conhecimento da relação terapêutica construída através do contato entre paciente e família. Dificilmente os familiares recebem serviço da psicologia para amenizar o sofrimento dessa vivência relacionada ao seu parente internado.

Um dos contextos de atuação do psicólogo é no hospital, cujo finalidade é “reduzir o sofrimento causado pela internação e o processo de adoecimento e as sequelas emocionais originando-se dessa hospitalização” (ANGERAMI, 2004). É papel do psicólogo hospitalar manter uma escuta ativa diante do paciente e de sua dor e oferecer o cuidado necessário para que ele seja amparado nesse momento. O profissional de psicologia, por desempenhar parte da equipe de saúde que atua em diversos setores de um hospital, tem como uma de suas finalidades a atuação na UTI.

A comunicação é a transmissão de uma pessoa para a outra, sendo então compartilhada por ambos. Para que possa haver a comunicação, é fundamental que a pessoa que recebe a informação a receba e compreenda. Diante disso, a informação unicamente transmitida mas não recebida, não foi comunicada.

Má notícia pode ser percebido como aquela que altera drástica e negativamente a perspectiva do paciente em relação ao seu futuro (VANDEKIEF, 2001; MULLER, 2002; LIMA, 2003). É relevante evidenciar

que a qualidade da comunicação no contexto da saúde não é direcionada somente para a díade assistente e assistido, mas é necessário envolver todos os profissionais que integram a equipe interdisciplinar; assim sendo, o vínculo do paciente se dá também com toda a rede de profissionais que a compõem.

Segundo Souza (2010), é importante refletir que a família é a unidade social que está diretamente ligada ao paciente através de um vínculo mais profundo, e que pode ou não ter laços legais ou de consanguinidade. Dessa forma, o paciente é um seguimento da família, e ela tem papel fundamental na sua recuperação. Portanto, é de extrema importância atender as reais necessidades dos familiares.

É importante que a família do paciente seja recebida com orientações pertinentes ao quadro de saúde do seu parente que está ali hospitalizado, pois sendo assim, poderá aliviar um grande sofrimento posterior já que a falta de comunicação traz expectativas geradoras de angústia.

Segundo Morgon e Guirardello (2004), podem ser listadas como necessidades mais importantes segundo os familiares de pacientes em UTI: sentir que a equipe se interessa pelo paciente, estar seguro de que o melhor tratamento possível está sendo dado, sentir que há esperança de melhora e ter perguntas respondidas com franqueza pela equipe de saúde.

Observa-se assim, que no momento que um familiar é hospitalizado, instala-se uma crise, podendo antecipar uma desestruturação familiar. No instante da admissão do paciente, torna-se necessário a conscientização da real situação do doente e da necessidade de tratamento ou hospitalização em UTI e fazer com que os seus entes queridos participem

ativamente do processo de internação e tratamento (SOUZA, 2010).

METODOLOGIA

Para o alcance dos objetivos propostos, foram realizadas entrevistas com familiares dos pacientes internados na UTI de um hospital geral no interior de Minas Gerais, logo após o recebimento da má notícia. Foram levados em conta aqueles familiares que foram chamados pelos profissionais de saúde para receberem alguma má notícia da evolução do tratamento de seu familiar, seja em relação ao seu diagnóstico ou prognóstico.

Os participantes do estudo foram dez familiares de pacientes internados na UTI de um hospital geral numa cidade no interior de Minas Gerais. O hospital possui uma unidade de UTI com dez leitos.

Método Adotado, Técnicas de Coleta de Dados e Procedimentos

A pesquisa qualitativa traz respostas a questões muito peculiares e nelas são trabalhados o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1994). Esse tipo de pesquisa se debruça sobre o conhecimento de um objeto complexo, chamado subjetividade, que marcam a singularidade do sujeito. (GONZALEZ-REY, 2002). O método adotado para a presente pesquisa é o clínico-

qualitativo. Ele advém do casamento dos métodos qualitativos tradicionais com os métodos clínico-psicológicos. Nesse método, é importante levar em conta as experiências singulares que cada indivíduo tem, como por exemplo, em relação ao seu adoecimento. (TURATO, 2008).

Esse método tem como principal instrumento o *próprio pesquisador*, com sua escuta acurada e sua observação atenta, sendo o questionário apenas um roteiro auxiliar de coleta de dados. A operacionalização do método se faz através da técnica da *entrevista semidirigida e de questões abertas*, na qual a direção é inicialmente apontada pelo pesquisador ao colocar o assunto de seu estudo, mas seguindo o rumo pelo livre discurso do entrevistado. As perguntas norteadoras do estudo serão: “Como foi para você receber uma notícia ruim sobre o estado de saúde de seu familiar? Quem lhe comunicou? De que maneira?”

RESULTADOS

Foram entrevistados dez familiares; destes, 6 eram mulheres e 4 homens, com idade de 48 a 85. Com grau de parentesco de filho, mãe, esposa, sobrinho, irmão e irmã.

Os pacientes foram divididos em duas categorias: Familiares que tiveram dificuldades para receber e entender a má notícia e familiares que tiveram uma boa comunicação diante da equipe médica.

Análise de dados

Para a análise dos resultados, foi realizada a sequência de passos sugerida por Turato (2008).

- a) Em primeiro lugar ocorreu a *Pré-análise*. A pesquisadora fez intensas leituras e releituras flutuantes do material coletado, provocando a imersão nos discursos dos sujeitos, para que ocorra a “impregnação” do conteúdo e a busca pelo conteúdo latente.
- b) Em segundo lugar, houve a *categorização e subcategorização* do material. Nesse momento, houve a separação dos assuntos de maior relevância e/ou por repetição e eventuais reagrupamentos, transformando os primeiros resultados em organizados e lapidados. As categorias receberam como títulos fragmentos dos discursos dos sujeitos, utilizando metáforas para caracterizar o conteúdo que emergirá nas análises.
- c) Em terceiro lugar, ocorreu a *validação externa*. Ela se deu através do encontro da pesquisadora com profissionais da área que ajudaram no processo de emersão das categorias de análise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistados dezoito familiares; destes, 9 eram mulheres e 9 homens, com idade de 22 a 85. Com grau de parentesco de filho, mãe, esposa, sobrinho, irmão e irmã.

Os pacientes foram divididos em duas categorias: Familiares que tiveram dificuldades para receber e

entender a má notícia e familiares que tiveram uma boa comunicação diante da equipe médica.

Sabe-se que mesmo com todos os avanços científicos experimentados pela atualidade, a comunicação é uma das ferramentas primárias e indispensáveis pelo qual profissionais da área da saúde e pacientes/familiares trocam informações.

A origem da palavra comunicar está no latim ‘comunicare’, cujo significado é ‘por em comum’. Nesse segmento, a comunicação presume o entendimento das duas partes envolvidas; “não há entendimento se não houver, anteriormente, a compreensão” Neste contexto, “o intercâmbio de informações engloba não apenas aquilo que o paciente necessita saber, como também informá-lo apropriadamente e reassegurar de que ele tenha compreendido a informação” (SILVA, 2002, p.39).

Desse modo, levando em conta os aspectos teóricos já citados, o objetivo deste estudo foi avaliar como os familiares e/ou acompanhantes receberam a má notícia do seu ente querido, que estavam internados na UTI de um hospital geral, no interior de Minas Gerais. A pesquisa foi de cunho qualitativo e foi realizada entrevista semidirigida com dezoito familiares de pacientes. Os dezoito indivíduos responderam a três questões referentes a comunicação do diagnóstico e prognóstico. A questão disparadora foi: “Como foi para você receber uma notícia ruim sobre o estado de saúde de seu familiar”?

No que concerne aos familiares, é fundamental considerar que eles buscam privacidade, competência, confiança e clareza e tempo para perguntas (MULLER, 2002). Desta maneira, resultados de muitos estudos mostram que os pacientes e familiares geralmente desejam uma revelação franca e empática de um

diagnóstico terminal ou outras más notícias (VANDERKIEF, 2001, FARBER et al, 2002).

A partir disso, foi possível observar no estudo a satisfação da maioria dos familiares diante do acesso a maiores informações com a equipe de saúde sobre o quadro clínico do doente. Foi possível considerar que o maior número dos familiares sabem o real estado do paciente, já que o diagnóstico é informado através de uma boa comunicação, logo facilita a compreensão do doente e dos acompanhantes. Esses familiares sentiram-se ouvidos pela equipe médica o que trouxe alívio no processo de espera por um diagnóstico ou prognóstico, assim puderam ter esperança e motivação para acompanhar o paciente na UTI, ambiente que por si só traz preocupação para quem ali necessita estar do lado de alguém e a espera de uma melhora ou uma cura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme Santos (2006), a comunicação é um elemento essencial que afeta diretamente no comportamento das pessoas e possibilita uma maior interação entre profissional, paciente e visita. Observou-se que comunicar más notícias é, provavelmente, uma das tarefas mais difíceis que os profissionais de saúde têm que enfrentar, pois implica em um forte impacto psicológico do paciente e sua rede de apoio - quem recebe uma má notícia dificilmente esquece onde, como e quando ela foi comunicada (ALMANZA-MUNÓS e HOLLAND, 1999).

Foi possível identificar que alguns entrevistados não conseguiram compreender sobre o estado de saúde de seus familiares, devido a fala técnica, rotatividade da

equipe médica. Por se tratar de um momento de fragilidade, a não compreensão do diagnóstico pode aumentar os sintomas ansiosos o que poderá desencadear repercussões negativas na recuperação do doente e ou familiares. Percebe-se então a importância de uma comunicação efetiva.

Neste estudo ficou constatado que a assistência da equipe de saúde humanizada às famílias ainda possui falhas no que tange a comunicação de más notícias mas em passos lentos está se consolidando como uma prática facilitadora na comunicação e cuidado humanizado entre paciente, familiar e equipe médica.

A partir dos resultados do estudo, nota-se que é de grande relevância explorar estudos voltados para a prática de humanização, no cuidado com o outro no que diz respeito a má comunicação na UTI. Neste sentido, é preciso que seja realizado estudos que possibilitem delinear melhor a postura que profissionais de saúde devem assumir ao comunicarem ao paciente e à família a má notícia. Portanto, justifica-se a necessidade de dar atenção a investigação das barreiras existentes entre a equipe médica e pacientes/familiares para uma comunicação efetiva sobre o estado físico do doente, trazendo o psicólogo para esse contexto hospitalar para intervir nas emoções destes, dando suporte necessário ao paciente/familiar principalmente ao receber uma má notícia.

REFERÊNCIAS

ALMANZA-MUNÕS, MJJ, HOLLAND, CJ. **La comunicaci3n de las malas noticias en la relaci3n medico-paciente**. III. Gu3a cl3nica pr3ctica basada en evidencia, 53(3): 220-224, 1999.

ANGERAMI. A. (org.) **Psicologia Hospitalar: Teoria e Pr3tica**. S3o Paulo: Pioneira, 2004.

BECCARIA, L3cia M. et al. **Visita em Unidades de Terapia Intensiva: concep3o dos familiares quanto 3 humaniza3o do atendimento**. Arquivo Ci3ncias da Sa3de, v. 15, n. 2, p.65-69, abr./jun.2008.

BRASIL. **Classe hospitalar e atendimento pedag3gico domiciliar: estrat3gias e orienta3o**. Bras3lia: MEC, 2002.

BRASIL. Minist3rio da Sa3de. Secretaria de Assist3ncia 3 Sa3de. **Programa nacional de humaniza3o da assist3ncia 3 sa3de**. Bras3lia; 2001.

BRASIL. Minist3rio da Sa3de. **Regulamento T3cnico para o Funcionamento dos Servi3os de Tratamento Intensivo**. Bras3lia, 1998.

DOYLE, D. O'CONNELL, S. Breaking bad news: starting palliative care. **Journal of the Royal Society of Medicine**, v. 89, n. 10, p. 590, 1996.

GUIRARDELLO, E. de B. et al. A percep3o do paciente sobre sua perman3ncia na Unidade de Terapia

Intensiva. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 123-129, 1999.

LIMA, A. E. A. ¿, Cómo comunicar malas noticias a nuestros pacientes y no morir en el intento? **Rev Argent Cardiol**, v. 71, p. 217-220, 2003.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo. Abrasco. 1994.

MULLER P. Breaking Bad news to patients - The SPIKES approach can make this difficult task easier. **Postgraduate Medicine** 2002; 112(3):1-6

MORGON, F. e GUIRARDELLO, E. Validação da escala de razão das necessidades de familiares em unidade de terapia intensiva. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 12 n. 2, p. 198-203, 2004.

SANTOS, K. M. A. B. dos. SILVA, M. J. P. da Percepção dos profissionais de saúde sobre a comunicação com os familiares de pacientes em UTIs. **Rev Bras Enferm**, 2006.

SEBASTIANI, R. W. **Atendimento Psicológico no Centro de Terapia Intensiva**. Em V. A. A. Camon (Org.), *Psicologia Hospitalar. Teoria e Prática*. (pp. 29-72) .São Paulo: Pioneiras, 1995.

SILVA, M. P. J. O papel da comunicação na humanização da atenção à saúde. **Rev. Biomédica**. v.10, n.2, p.73-88, 2002.

SOUZA, R. P. **Rotinas de Humanização em Medicina Intensiva**. São Paulo: Atheneu, 2010.

TURATO, E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Rev Saúde Pública**, 2008.

VANDEKIEF, GK. **Breaking Bad News**. American Family Physician, 64: 12, 20

CAPÍTULO 02

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DE POLICIAIS MILITARES DO 54º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS⁵.

Alessandra Aparecida Franco⁶; Nailton Souza Melo⁷

INTRODUÇÃO

A qualidade de vida do trabalhador sempre foi fórum de intensas discussões no âmbito acadêmico e profissional. Autores como Oliveira (2008), tratam a temática Qualidade de Vida no Trabalho como a busca de satisfação do trabalhador por meio da minimização do mal estar e excessivo esforço físico despendido nas atividades realizadas. Esse conceito se insere de forma totalmente contrária à realidade vivida por profissionais militares os quais, para desempenhar suas funções despendem enorme energia física e mental.

Nesse sentido, como não poderia ser diferente a insatisfação com a profissão é fato na rotina de muitos

¹ Trabalho financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG)

⁶ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Ituiutaba.

⁷ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Ituiutaba.

policiais por se sentirem explorados seja pelas condições do ambiente ou pela organização das tarefas, ocasionando-lhes uma vida estressante capaz de comprometer sua saúde. Isso ocorre inicialmente porque a organização do trabalho se dá em diferentes unidades de polícia militar; de forma conjunta; sob o comando de um supervisor hierárquico; e pelo fato de manter diariamente contato com a comunidade. Depois, porque as condições de trabalho são marcadas por um ambiente de trabalho diversificado e por horários de trabalho diversos (MINAS GERAIS, 2002).

Vários estudos sobre Qualidade de Vida no Trabalho tem se consolidado com o intuito de correlacionar indicadores de qualidade às condições de trabalho de profissionais militares resultando em um complexo de problemas e discussões. Nesse trabalho a proposta não é diferente. Tem-se, portanto, como objetivo identificar a eficácia das ações de Qualidade de Vida no Trabalho, praticadas pelo 54º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais na visão de seus profissionais, e discutir os aspectos que podem influenciar na melhoria da qualidade de vida desses policiais e por consequência no aumento de sua produtividade.

O estudo dos fatores motivacionais que influenciam na melhoria da produtividade e desempenho dos policiais militares da cidade de Ituiutaba - MG, é significativo pelo fato de que seus resultados implicarão no conhecimento dos fatores motivacionais de maior e menor relevância, norteados as políticas de gestão de pessoas praticadas pela Corporação rumo ao desenvolvimento de práticas mais eficazes, se necessário. A discussão do tema e seus resultados também agregarão a estudiosos sobre o assunto uma vez que contribuirá para a disseminação da Qualidade de

Vida na realidade dos profissionais militares servindo de contraponto para os estudos já realizados. Para os profissionais militares, o estudo pode provocar reflexões sobre os aspectos determinantes de sua motivação e seus impactos no seu desempenho enquanto trabalhador.

Breve contextualização histórica e conceitual do termo Qualidade de Vida no Trabalho

Segundo Herculano (1998, apud, FREIRE & ARAÚJO, 2013), o termo qualidade de vida começou a ser utilizado após a Segunda Guerra Mundial nos Estados Unidos com um enfoque voltado para o modelo economicista, estando inicialmente atrelado ao bem estar provocado pela sensação da aquisição de bens materiais. Em seguida, sem distanciar tanto do modelo economicista, passou-se a levar em consideração fatores como saúde, segurança, educação, trabalho, lazer, mortalidade infantil e crescimento individual, ou seja, realizações delimitadas no âmbito capitalista. Nesse sentido, a Qualidade de Vida foi então transformada em uma medida quantitativa, possibilitando seu uso em modelos econômicos e ensaios clínicos.

Santos et al. (2002, apud, BARRETO, GALVÃO & COUTINHO, 2009), vislumbra a qualidade de vida nesta mesma perspectiva, porém, não tão atrelado ao conceito economicista, passando a incorporar questões biológicas e psíquicas constituídas para além da aquisição capitalista da qualidade de vida. Para o autor, é fonte de profunda preocupação e, nos dias atuais está cada vez mais vinculada a um modelo de vida saudável constituída como um compromisso pessoal. O bem-estar (outro conceito sem fechamento e, ligado à felicidade)

tem papel constituinte na temática, se associando ao modo de vida: saúde, moradia, educação, lazer, transporte, liberdade etc. (conceitos citados anteriormente).

Contudo, foi somente na década de 70, de acordo Sampaio (2004, apud, FREIRE & ARAÚJO, 2012) que realmente emergiu o grande desenvolvimento da Qualidade de Vida no Trabalho, principalmente devido à criação de centros de estudos em QVT nos Estados Unidos. Tudo isso impulsionado pela setorização do estudo do tema maior ‘Qualidade de Vida’ em conceitos mais focais (SAMPAIO, 2004, apud, FREIRE e ARAÚJO, 2013).

O termo Qualidade de vida é complexo, pois, trata-se de um conceito de vasto campo teórico e científico, abrangendo muitos significados da vida humana, refletindo conhecimentos, experiências e valores individuais e coletivos, que dependem da temporalidade, espaço e história. É, portanto, um construto social com características culturais (BARRETO, GALVÃO & COUTINHO, 2009).

Calman (1984, apud, BARRETO; GALVÃO & COUTINHO, 2009), traz a qualidade de vida como produto da interação entre as expectativas e realizações de um indivíduo. Quanto menor for a sua capacidade para realizar suas expectativas, mais pobre será a sua QV. Estaria constituída uma liberação da subjetividade, mas a utopia de um conceito tão amplo e vago pode deixar dúvidas quanto a possibilidade de reconhecimento dessa qualidade de vida.

Coutinho, Franken e Ramos (2007, apud, BARRETO; GALVÃO & COUTINHO, 2009), tomam caminho frente a essa utópica condição de qualidade de vida citada acima, e afirmam num contraponto entre objetividade e subjetividade, que qualidade de vida não é

o reflexo direto das condições reais e objetivas da vida das pessoas, mas da avaliação que cada um faz a respeito destas condições.

Diferentes áreas do conhecimento, como Psicologia, Medicina e Ciências Sociais, tem se debruçado sobre a temática, a fim de estudá-la e aplicá-la a diversos serviços como o de saúde, como tem ocorrido de forma sistemática e científica desde a década de 70 (CASTRO et al., 2003, apud, BERTAN & CASTRO, 2009).

De acordo com os pressupostos do Grupo de Qualidade de Vida da OMS, a qualidade de vida vai muito além do caráter objetivo de condições ideais de vida, pois considera a percepção individual da posição na vida, no contexto da cultura e sistemas de valores em relação a objetivos, expectativas, padrões e preocupações do indivíduo (WHOQOL GROUP, 1995, apud, OSSE & COSTA, 2011, p. 119).

A temática “Qualidade de Vida”, apesar de ser um conceito relativamente recente tem sido muito utilizada em nível de linguagem e no discurso teórico assumindo posição central nas análises e políticas de planejamento e gestão. Falar em qualidade de vida é, portanto, um desafio devido à dificuldade de se chegar a um acordo teórico quanto a seu significado. Esse desacordo está vinculado à relatividade do emprego da expressão remetendo à noção ao plano individual e também a três fóruns de referência.

O primeiro é histórico, ou seja, o período histórico de uma sociedade que se difere em questões econômicas, sociais, políticas e culturais em comparação a outro tempo. O segundo é cultural que são valores e necessidades construídos e hierarquizados de maneira

singular a cada sociedade, assim como seus processos evolutivos e manutenção. O terceiro aspecto se refere às estratificações ou classes sociais (MINAYO, 2000, apud, FRANKLEN, COUTINHO & RAMOS, 2009).

Qualidade de Vida de Profissionais Militares

Situada entre as profissões de maior risco, a profissão de Policial Militar está fortemente vinculada a situações aversivas e condições extremas de trabalho. Sua carreira é constituída na vulnerabilidade, violência, brutalidade e na eminência de morte. A rotina se estabelece sobre a exposição ao perigo, à agressão e forte tensão.

De acordo com Bittner (2003), a brutalidade do cotidiano laboral da profissão obriga esses profissionais a apresentarem competências voltadas a um perfil psicológico caracterizado por alto nível de autocontrole e tolerabilidade a frustrações. Tal fato impulsiona as academias de polícia, a considerarem processos de seleção e treinamentos cada vez mais rigorosos, a fim de serem selecionados indivíduos menos vulneráveis. Dentro dessa perspectiva, alguns estudos têm se valido de instrumentos estruturados de investigação para avaliar a qualidade de vida e a saúde mental de populações policiais (MAIA et al., 2007, apud, WAGNER, STANKIEVICH & PEDROSO, 2012).

Os resultados da pesquisa de Moraes (2000, apud, DIAS, 2012), apontam a existência de elevados níveis de estresse em amostra de policiais de Minas Gerais, decorrente da insatisfação com o trabalho com a Instituição. De acordo com Visnikar e Mesko (2002, apud, GUIMARÃES, 2014), este referido desgaste tem

sido comum a todas as forças policiais do mundo, sendo necessária a busca de alternativas para minimizar o sofrimento.

Para Lennings (1997, apud, DIAS 2012) os policiais militares estão muito mais propensos a doenças cardíacas, úlceras, atentar-se contra a própria vida e de serem mal sucedidos em seus relacionamentos, se comparado à população geral. Seu trabalho nem sempre é bem delimitado, constantemente extrapola sua condição humana devendo sempre prestar serviço à população mesmo que lhe custe aproveitamento do tempo e a própria vida (DIAS, 2012).

Minayo (2008) ao falar especificamente da qualidade de vida de Policiais Militares, atenta-se para o tempo despendido na realização da profissão. Segundo a autora, o profissional trabalha cerca de 12 horas por dia, podendo passar as mesmas exposto a situações de perigo. Pode ainda desdobrar-se em outras atividades de preservação da segurança em que a execução seja prolongada. Tal fator leva a posicionar o policial militar entre as pesquisas sobre QVT como vivendo uma vida de servidão ao cuidado público e pouca preocupação consigo, sem possibilidades de descanso e falta e de alimentação correta.

Ao tratar da saúde física do policial militar como uma linha tênue à saúde mental, a descreve em três níveis, sendo o primeiro causas externas, a incluir lesões incapacitantes temporárias e permanentes, decorrentes da profissão. Em segundo lugar, o estilo de vida, incluindo alimentação irregular, acúmulo de sono, sedentarismo, comodismo e isolamento da sociedade. E em terceiro lugar, os riscos das atividades concomitante ao estilo de vida, dando recorte aos distúrbios osteomusculares, gastrointestinais, as enfermidades crônicas degenerativas e os distúrbios cardiovasculares. É comum entre a

amostra, dores no pescoço, miopia, astigmatismo, vista cansada e outros problemas de visão, enxaquecas e dores de cabeça. Estão ainda expostos a serem contaminados por civis, podendo apresentar sarna, conjuntivite e outros (MINAYO, 2011).

Fica claro, portanto, que os indicadores de Qualidade de Vida do Policial Militar tende às condições de trabalho desfavoráveis e desgastantes, marcada pelo risco, desvalor, medo e iminência de morte (ALMEIDA et al., 2016). A necessidade de compreender (para possível controle) os fatores que influenciam pessoas no ambiente laboral faz com que o tema Satisfação no Trabalho desperte o interesse de pesquisadores da área do comportamento organizacional da segurança pública (ALMEIDA et al., 2016).

DESENVOLVIMENTO

Procedimentos Metodológicos

Por se caracterizar como “um estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetivos de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento” (GIL, 1996, p.58), o método de pesquisa utilizado neste trabalho foi o estudo de caso. De natureza exploratória, a pesquisa junto aos profissionais militares do 54º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, aconteceu durante o mês de setembro de 2017. “As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008, p. 27). A amostra da pesquisa se restringiu a 33 profissionais entrevistados da unidade com sede em Ituiutaba. O 54º Batalhão de Polícia Militar foi instalado no dia 29 de novembro de 2010, por meio da resolução nº. 4119. A unidade é composta por dez municípios e

seis distritos da parte norte do triângulo mineiro. Sob a autorização do Tenente Coronel do Batalhão, as abordagens aconteceram de forma direta no ambiente de trabalho desses profissionais em horários de trabalho. Durante a abordagem os entrevistados respondiam inicialmente a questões fechadas, de cunho sócio demográfico e na sequência as questões originadas do WHOQOL - BREF, instrumento desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde composta por 26 questões numeradas de 1 a 5 seguindo a Escala Likert.

O método WHOQOL – BREF como instrumento de avaliação da qualidade de vida

O WHOQOL – BREF foi elaborado em 1988, pela Organização Mundial da Saúde e por um grupo de pesquisadores de diferentes países e culturas. De acordo com Lopes e Macedo (2010), sua criação fundamentou-se na possibilidade que o instrumento pudesse ser aplicado em qualquer parte do planeta e não perdesse suas características devido às diferenças culturais.

De acordo com os autores o WHOQOL - BREF origina-se do WHOQOL - 100, um instrumento composto por 100 questões divididos em 6 domínios: físico, psicológico, nível de independência, relações pessoais, ambiente, espiritualidade. O WHOQOL - BREF possui as mesmas características psicométricas do WHOQOL -100, só que em uma versão reduzida, composta por 26 questões sendo 2 sobre qualidade de vida em geral e as 24 restantes divididas em 4 facetas ou domínios: físico, psicológico, relação social e meio ambiente. Os dados extraídos para a criação da ferramenta abreviada originou-se de estudos retirados de 20 centros de 18 países (SILVA e FRANCO, 2017).

Nesse método, a qualidade de vida dos pesquisados é avaliada de forma global identificado a percepção de saúde do público alvo, onde todas as questões são respondidas de acordo com a escala Likert nos aspectos: intensidade, capacidade, frequência e avaliação relacionadas aos domínios (CONCEIÇÃO et al., 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Preliminarmente os dados mostram a incidência de trabalhadores do sexo masculino como predominante na prestação de serviços de segurança pública do Estado de Minas Gerais, especificamente no 54º Batalhão localizado na cidade de Ituiutaba. Ao todo são 33 homens sendo que deste total, 11 atuam na área tático móvel, 7 na área administrativa e 13 na área de politicamente ostensivo, enquanto apenas 2 mulheres atuam na área administrativa. A predominância da idade dos entrevistados concentra-se na casa dos 31 a 50 anos tendo, contudo, policiais com idade mínima de 18 a 30 anos e máxima com mais de 50 anos.

Quanto ao tempo de trabalho na Companhia verificou-se que 24 dos entrevistados atuam há mais de dez anos, 8 de seis a dez e apenas 1 possui menos de cinco anos. Em relação ao horário de trabalho foi unânime a negativa dos entrevistados revelando ausência de dupla jornada.

Quadro 1. Sinóptico com os principais resultados acerca da percepção dos profissionais militares sobre sua qualidade de vida.

Categoria	Variáveis contempladas	Ranking Médio
Relevância social do trabalho	Imagem da instituição; Responsabilidade social da instituição; Responsabilidade pelo serviço prestado; Práticas de emprego.	1º
Trabalho e espaço total da vida	Papel balanceado no trabalho; Estabilidade de horários; Poucas mudanças geográficas; Tempo para lazer da família.	2º
Constitucionalismo	Direitos de Proteção ao trabalhador; Privacidade pessoal; Liberdade de expressão; Tratamento imparcial; Direitos trabalhistas.	3º
Integração social	Ausência de preconceitos; Igualdade; Mobilidade; Relacionamento; Senso comunitário.	4º
Uso e desenvolvimento de capacidades	Ausência de preconceitos; Igualdade; Mobilidade; Relacionamento; Senso comunitário.	5º
Condições de segurança e saúde	Jornada de trabalho razoável; Ambiente físico seguro e saudável; Ausência de insalubridade.	6º
Oportunidade de crescimento contínuo e segurança	Oportunidade de carreira; Oportunidade de desenvolvimento de conhecimentos e habilidades; Crescimento pessoal; Segurança no cargo que ocupa.	7º
Compensação justa e adequada	Equidade interna e externa; Justiça na compensação; Partilha de ganhos de produtividade.	8º

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

O quadro apresenta o ranking médio em ordem decrescente de relevância das categorias e variáveis estudadas pelo WHOQOL-BREF, contempladas pelos profissionais entrevistados consideradas como de maior

importância no que se refere a qualidade de vida no exercício do trabalho do policial militar.

Em primeiro lugar os entrevistados elegeram a categoria relevância social do trabalho, como fator de maior preponderância na determinação da qualidade de vida no trabalho. Tal resultado é perfeitamente compreensível uma vez que a atribuição de símbolos que valorizam a bravura e lealdade representam um estímulo para estes profissionais. E do mesmo modo, por considerar o fato de que a profissão de policial militar é singular, uma vez que pertencem a uma Instituição cujas raízes históricas e sociais estão profundamente ligadas à segurança e à lealdade. Assim, ao contrário do que se possa imaginar, os resultados mostram que para estes profissionais o peso social de pertencer a uma Instituição dessa natureza recaindo sobre eles a responsabilidade de princípios como honestidade e organização, efetivamente são o que dão significação à profissão.

A categoria trabalho e espaço total da vida é referenciada pelos respondentes como a segunda variável de maior relevância para a obtenção da qualidade de vida no trabalho, revelando que a satisfação com o tempo para esses profissionais não se detém apenas na quantidade do tempo em si, mas sim na qualidade do mesmo, já que o risco de ser reconhecido em público assim como de expor sua família faz parte da profissão. Logo, é perceptível que há dificuldades no uso desse tempo, pois é preciso ser seletivo quanto à quais lugares frequentar com os familiares. Aspectos voltados para a prática de atividade física como fator determinante da qualidade de vida e saúde psíquica desses profissionais também estão presente nesta variável, evidenciando o reconhecimento dos entrevistados de que para melhor desempenho de suas atividades a prática de esportes é preponderante.

Em terceiro lugar a pesquisa aponta a categoria constitucionalismo como uma das variáveis também preponderantes sobre a qualidade de vida no trabalho da classe profissional estudada, demonstrando que a liberdade de expressão no ambiente institucional está condicionada ao modelo disciplinar da Corporação. Ou seja, para os profissionais entrevistados, a imposição de regras de conduta quanto a atrasos, lealdade, sujeição à fiscalização e comportamento de respeito diante de sua colocação na hierarquia é justa, aceitável e necessária. Confirmando os postulados teóricos estudados, o tipo de justiça que pode haver entre polícias militares está para uma convenção hierárquica historicamente estabelecida na qual, os profissionais devem se moldar. Isto explica porque nessa classe trabalhadora especificamente se comparada às demais classes, a predominância desta variável é comum já que a disparidade no tratamento é uma regra básica.

Seguindo a ordem de forma decrescente no trato da relevância das variáveis determinantes da qualidade de vida no trabalho conforme a visão dos pesquisados, encontramos a categoria integração social. Nesse item tomando o contexto hierárquico existente assim como as inúmeras regras postas, ficou evidente que a baixa possibilidade de expressão e autonomia tão singulares à profissão de policial militar, é aceitável e compreensível não merecendo destaque enquanto fator de preponderância sobre as demais variáveis. Curiosamente, o estilo gerencial se sobressai indicando como uma subcategoria de maior importância somente para os profissionais do departamento administrativo dividindo a opinião do grupo como um todo.

A categoria uso e desenvolvimento de capacidades, aparece em quinto lugar na pesquisa. Os resultados nos permitem inferir que a liberdade

concedida pela Companhia aos policiais entrevistados no que se refere à programação e execução de suas tarefas assim como, a possibilidade de utilizar uma larga escala de capacidades e aptidões, não se revelam como uma das variáveis consideradas como de maior relevância na determinação da qualidade de vida. Tais resultados, não poderiam ser diferentes uma vez que sob o comando hierárquico presente na Polícia Militar, a autonomia para tomada de decisões é previamente definida em conformidade com as funções atribuídas aos cargos.

Do mesmo modo, tanto o significado quanto a identidade das tarefas realizadas não demonstram sob a ótica dos pesquisados relevância significativa demonstrando que para esses profissionais, o reconhecimento da importância e integridade das atividades que realizam é inquestionável sob o olhar dos princípios dignos e éticos que regem a sociedade.

Quanto às condições de segurança e saúde enquanto categoria investigada, os respondentes apontaram em sexto lugar como fator de relevância determinante da qualidade de vida. Esse fato é compreensível se levado em conta o aspecto de que na profissão de policial militar a jornada de trabalho envolve aquelas previstas pela legislação. Por outro lado, indaga-se a visão dos entrevistados no que se refere ao fato de que a exposição desse profissional frente aos riscos em detrimento da violência encontrada nas ruas, não tenha sido levada em conta ao elegerem a variável, condições de segurança e saúde em relação as demais como sendo a de maior relevância para obtenção da qualidade de vida no exercício da profissão.

A princípio, tal revelação refuta parte das teorias estudadas ao apontar que as condições de trabalho do policial militar são consideradas desfavoráveis e desgastantes, marcada pelo risco, desvalor, medo e

iminência de morte. Logo, o que se pode considerar como explicação para tal constatação é que para o grupo pesquisado, os equipamentos de proteção individual e instrumentos necessários utilizados no exercício da profissão garante-lhes segurança no desempenho de suas funções minimizando o impacto da realidade vivida por ele.

Em sétimo lugar a categoria oportunidade de crescimento contínuo, se revela como sendo uma das de menor relevância para os entrevistados. Tais resultados não surpreendem se levarmos em conta que a progressão na carreira por meio de capacitação com a finalidade de desenvolver conhecimentos e habilidades promovendo o crescimento pessoal do profissional, são princípios diretivos e fundamentais da profissão do policial militar. Tanto que se apresentam dispostos em editais públicos, quando do recrutamento e seleção desses profissionais. Ou seja, esses indicadores de qualidade de vida no trabalho assim como a segurança no cargo enquanto direito garantido pelo profissional militar uma vez que a forma de contratação utilizada pela Companhia se dá mediante concurso público instrumento utilizado para efetivação do trabalhador, deixam de ser uma das variáveis mais relevantes para obtenção da qualidade de vida no trabalho por serem considerados como certos e inquestionáveis.

Curiosamente a categoria compensação justa e adequada apareceu na pesquisa em último lugar como fator de relevância determinante da qualidade de vida dos pesquisados evidenciando que para o grupo investigado, a compensação recebida no exercício das atividades laborais é justa e equitativa se comparada a outras profissões e /ou a cargos hierárquicos pertencentes a essa categoria profissional. O resultado surpreende posto que é de conhecimento de toda a sociedade o

manifesto público dessa classe trabalhadora por meio de paralisações, acerca da insatisfação com a remuneração recebida pelos serviços prestados em diversos estados do país incluindo o de Minas Gerais. Na pauta das reivindicações o reajuste salarial é constante além da equiparação salarial com outras categorias do setor de segurança pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Preliminarmente os resultados permitem concluir a eficácia do WHOQOL – BREF, enquanto instrumento para avaliação da qualidade de vida de profissionais militares, por ser de simples aplicação e não receber nenhuma interferência do entrevistador nas respostas coletadas.

Pela predominância do sexo masculino no exercício da profissão, não foi possível constatar diferenças significativas quanto à percepção sobre a qualidade de vida no trabalho entre os sexos. Sobre as horas de trabalho verificou-se que não há dupla jornada. Ficou evidente em relação aos entrevistados que independente do cargo que ocupam, não há diferenças de visões que mereçam destaque a não ser quanto a variável estilo gerencial que para os profissionais do departamento administrativo é mais relevante que para os policiais dos demais departamentos.

Foram consideradas como de maior relevância na percepção dos entrevistados em relação à qualidade de vida no trabalho, as variáveis contempladas nas categorias relevância social do trabalho e depois trabalho e espaço de vida. A categoria constitucionalismo apareceu em terceiro lugar e em quarto, a integração social. Já se posicionando de forma intermediária na opinião dos entrevistados, o uso e desenvolvimento de capacidades enquanto categoria investigada se revelou em quinto lugar no ranking médio e em sexto as

condições de segurança e saúde. Por fim, e ocupando as últimas posições as categorias oportunidade de crescimento contínuo e segurança e a compensação justa e adequada.

Os resultados evidenciam sentimentos de satisfação e orgulho de pertença em relação à Companhia por parte dos policiais entrevistados. Ficou evidente a não existência de desconforto mediante a imposição de regras e hierarquia aos quais estão sujeitos. Também ficou notória a percepção dos profissionais sobre a importância de uso do tempo de modo favorável na precaução e manutenção da saúde física. Por outro lado, o indicativo das demais variáveis apontadas como não sendo tão relevantes para os entrevistados evidencia a necessidade de discussões que viabilizem ações a fim de aumentar a percepção destes trabalhadores quanto às categorias correspondentes a oportunidade de crescimento e compensação justa e adequada.

Conclusivamente considerando a limitação de estudos sobre a qualidade de vida dos profissionais militares, sugere-se a novos pesquisadores maior aprofundamento nas questões aqui abordadas e ou naquelas que nesse estudo não foram investigadas, objetivando aumentar a contribuição para a ciência e ao mesmo tempo para as Instituições de segurança pública, posto que trabalhadores satisfeitos e motivados produzem mais e com qualidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Damiana Machado de et al . Satisfação no Trabalho dos Policiais Militares do Rio Grande do Sul: um Estudo Quantitativo. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 36, n. 4, p. 801-815, dez. 2016 . Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932016000400801&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 13 jun. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000362016>.

Barreto, Lúcia Maria dos Santos; Galvão, Cristiane; Coutinho, Maria da Penha Lima. Qualidade de Vida no Contexto Migratório: um estudo com imigrantes africanos residentes em João Pessoa - PB, Brasil. **Revista LILACS**, 116-122, jul.-dez. 2009. Tab

BERTAN, Fernanda da Cruz; CASTRO, Elisa Kern de. Qualidade de Vida e Câncer: revisão sistemática de artigos brasileiros. **Revista LILACS**, 366-372, jul.-set. 2009.

BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial** Vol. 8. Edusp, 2003.

DIAS, Janary Barbosa. **A influência do estresse na qualidade de vida do policial militar**. 2012.

FREIRE, Matheus Guedes; ARAÚJO Tatiane. Qualidade de Vida no Trabalho. **Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas – FATECS**, Brasília, 2013.

FRANKEN, Ieda; COUTINHO, Maria da Penha de Lima; RAMOS, Natália. Migração e qualidade de vida: um estudo psicossocial com brasileiros migrantes. **Estud. psicol.** (Campinas), Campinas, v. 26, n. 4, p. 419-427, Dec. 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2009000400002&lng=en&nrm=iso>.

access on 05 June 2017.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2009000400002>.

GUIMARÃES, Liliana Andolpho et al. SÍNDROME DE BURNOUT E QUALIDADE DE VIDA DE POLICIAIS MILITARES E POLICIAIS CIVIS. **Revista Sul Americana de Psicologia**, v. 2, n. 1, 2014.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. Emprego da Polícia Militar do Estado de Minas Geras – **Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública nº. 01/2002 – CG**. Belo Horizonte (MG), 2002.

OSSE, Cleuser Maria Campos; COSTA, Ileno Izídio da. Saúde mental e qualidade de vida na moradia estudantil da universidade de Brasília. **Estud. psicol.** (Campinas), Campinas , v. 28, n. 1, p. 115-122, Mar. 2011 . Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2011000100012&lng=en&nrm=iso>.
access on 05 June 2017.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2011000100012>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (coord.). **Missão Prevenir e Proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro**. / coordenado por Maria Cecília de Souza Minayo, Edinilsa Ramos de Souza e Patrícia Constantino. – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; OLIVEIRA, Raquel Vasconcellos Carvalhaes de. **Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do**

Rio de Janeiro (RJ, Brasil). Ciênc. saúde coletiva [online]. 2011. Vol.16, n.4, pp. 2199-2209. ISSN 1413-8123.

SAMPAIO, Jáder dos Reis. Qualidade de vida no trabalho: perspectivas e desafios atuais. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Florianópolis , v. 12, n. 1, p. 121-136, abr. 2012 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572012000100011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 jun. 2017.

WAGNER, Luciane Carniel; STANKIEVICH, Rosiani Angélica Paim; PEDROSO, Fleming. Saúde mental e qualidade de vida de policiais civis da região metropolitana de Porto Alegre. **Rev Bras Med Trab**, v. 10, n. 2, p. 64-71, 2012.

CAPÍTULO 03

O IMPACTO DO CÂNCER EM MULHERES: UMA COMPREENSÃO FENOMENOLÓGICA⁸

Roberta Cancellia Pinheiro Alves Ferreira⁹, Amanda Pereira Barbosa Freitas¹⁰, Isabella Drummond O. Laterza Alves¹¹, Graziela Siebert¹²

INTRODUÇÃO

O câncer é o nome dado a um conjunto de mais de cem tipos diferentes de doenças com causas múltiplas, histórias distintas e diferentes formas de tratamento, que

⁸Trabalho financiado pelo Programa Institucional de Apoio à Pesquisa (PAPq/UEMG).

² Mestre em Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo – USP. Docente do Curso de Psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade de Ituiutaba.

³ Graduação em Psicologia pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade de Ituiutaba.

⁴Mestre em Ciências pela Faculdade de Medicina/ Oncologia – USP, Especialista em Psicologia Hospitalar aplicada à Oncologia – UNICAMP. Docente do Curso de Psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade de Ituiutaba.

¹²Mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC); Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Ituiutaba.

têm em comum o crescimento desordenado de células anormais com potencial invasivo (BRASIL, 2015). Nas últimas décadas, o câncer converteu-se em um problema de saúde pública mundial. A estimativa para o Brasil, no biênio 2018-2019, aponta a ocorrência de cerca de 600 mil casos novos de câncer para cada ano (BRASIL, 2017).

O câncer é uma doença que impacta a vida do paciente nos âmbitos biológico, psicológico e social. O adoecimento pode gerar alteração da imagem corporal e perda de algumas funções tanto biológicas como sociais, culminando em uma necessidade de alteração da rotina de vida, ficando o paciente mais dependente de cuidados de terceiros (BARBOSA *et. al.*, 2004; NUCCI, 2003).

De acordo com Langaro, Pretto e Cirella (2012), quando o indivíduo se depara com o diagnóstico de uma doença que carrega o estigma da morte, a primeira reação tende a ser de medo de não ser curado, surgindo também o entendimento de que o câncer ocasionará sofrimento, dor e humilhação física. O adoecimento pode ser interpretado como a ‘máxima do sofrimento humano’, pelo fato de estar associado à possibilidade de se ter a vida interrompida (ANGERAMI, 2012).

Segundo Bai e colaboradores (2015) e Langaro, Pretto e Cirella (2012), vivenciar uma doença grave é habitar um mundo que não foi escolhido pelo doente. Diante disso, é comum que pacientes apresentem sofrimento psíquico, manifestados por sintomas de ansiedade e depressão, sensação de desamparo e desesperança, medo e incerteza em relação ao futuro e insatisfação com a imagem corporal (COSTA NETO *et. al.*, 2000).

Entende-se, desse modo, que o significado do câncer é muito particular, dependendo de vários fatores que envolvem o momento de vida que o paciente recebe o diagnóstico, experiências passadas, preconceitos

culturais e as informações obtidas pelos meios de comunicação. O paciente com doença crônica precisa, muitas vezes, ajustar as suas aspirações, estilos de vida, mudanças que ocorrerão em sua rotina e emprego. Vale destacar que é elevada, nestes doentes, a presença de “co-morbididades psicológicas”, como transtornos ansiosos e depressivos, sendo frequentemente acompanhada por sintomas físicos como a fadiga, a insônia, a perda de apetite, dentre outros aspectos (GARCIA, et al., 1996).

Françoso (2001) alerta sobre o risco de o adoecimento e o tratamento para câncer gerarem uma angústia intensa, podendo culminar em desorganização psíquica. O paciente doente vive a angústia da perda da possibilidade de prever, projetar e produzir, configurando-se para ele e seus familiares um espaço de incertezas, tristeza, medos, vulnerabilidade física e morte.

Para o enfrentamento do câncer, são necessários diferentes tipos de ações: educação em saúde em todos os níveis da sociedade; promoção e prevenção orientadas a indivíduos e grupos; comunicação e mobilização social; realização de pesquisas; formação de recursos humanos; gestão do Sistema Único de Saúde (SUS); apoio e estímulo à formulação de leis que permitam monitorar a ocorrência de casos. Para que essas ações sejam bem-sucedidas, é necessário que estejam pautadas em informações oportunas e de qualidade (consolidadas, atualizadas e representativas) e em análises epidemiológicas a partir dos sistemas de informação e vigilância disponíveis (BRASIL, 2011).

Diante das demandas próprias do contexto de saúde, cabe ao psicólogo facilitar o enfrentamento da doença, tanto no momento do diagnóstico como na submissão a procedimentos invasivos e dolorosos

(HART, 2008). Em relação ao período do diagnóstico, é importante que o paciente e seus familiares recebam esclarecimentos adequados sobre a doença e as possibilidades de tratamento, facilitando o enfrentamento frente aos impactos físicos e psicossociais inerentes ao adoecimento por uma doença grave (CONDE et al., 2016).

Sabe-se que não há uma ‘forma única’ de resposta psicológica à doença oncológica que se possa considerar uma “adaptação adequada”. Cada paciente lida e reage com seu adoecimento de maneira muito individualizada. Contudo, alguns pacientes oncológicos que tendem a suprimir a expressão das suas emoções podem aumentar os níveis de ansiedade e depressão e esses sintomas podem contribuir negativamente em seu tratamento. Entretanto, aqueles pacientes que utilizam estratégias focadas no problema e que procuram apoio psicológico, conseguem manter uma autoestima elevada, uma melhor qualidade de vida e uma melhor adaptação à doença oncológica (ANGERAMI, 2012).

Considerando que o ser humano sofre limitações de sua corporeidade e, muitas vezes, precisa adaptar-se a elas para conseguir recuperar a homeostase perdida, alguns autores mencionam estratégias para o enfrentamento do adoecimento: autopercepção, apoio social, envolvimento familiar, capacidade dos familiares para se reorganizarem diante de situações difíceis, informações apropriadas e acompanhamento psicossocial sistemático. Além disso, o ato de buscar um significado para suas vivências e a capacidade de transcender suas limitações por meio da consciência das situações que vivem, ajudam indivíduos a elaborar e a integrar suas experiências durante o processo de tratamento (AZZI; ANDREOLI, 2008; VALLE, 2004).

Nesse sentido, diante das repercussões geradas por situações de adoecimento, Epelmen (1996, p. 97) ressalta que é papel do psicólogo “Ajudar os envolvidos a compreenderem suas atitudes e emoções, a desprenderem-se da paralisação e alienação gerada pelo sofrimento, a reencontrarem a liberdade e a dialogar”.

Tabela 1 – Caracterização dos participantes segundo idade, ano do diagnóstico e doença.

NOMES FICTICIOS	IDADE	ANO DO DIAGNOSTICO	DOENÇA
Amélia	47	2017	Câncer de mama
Ana Flor	40	2012	Câncer de estômago
Iolanda	62	2016	Leucemia crônica
Lis	47	2013/2016	Câncer de mama e metástase óssea
Jasmim	30	2016	Pré-Câncer de útero
Margarida	30	2017	Câncer de mama
Rosa	47	2016	Câncer de mama
Susana	56	2013	Câncer de mama

Fonte: Dados da pesquisa

Assim, este estudo tem como objetivos gerais compreender, a partir da perspectiva das próprias pacientes com câncer, como elas lidaram com o diagnóstico da doença e qual o impacto da descoberta do câncer em suas vidas. Além disso, pretende, como objetivo específico, acessar os recursos utilizados por essas pessoas para enfrentar o processo de tratamento. Tal estudo justifica-se pela necessidade de compreender as repercussões psicológicas do adoecimento por câncer em mulheres, visando ampliar possibilidades de intervenções psicológicas a esse público considerando suas demandas específicas.

DESENVOLVIMENTO

Para o alcance dos objetivos propostos, foram realizadas entrevistas com oito participantes que receberam diagnóstico de câncer entre 2011 e 2017 e que estavam em tratamento, seja quimioterápico ou radioterápico. Vale destacar que foram consideradas participantes as pessoas do sexo feminino, independentemente da idade ou do diagnóstico de câncer recebido. Assim, as idades foram variadas entre 30 a 62 anos.

O acesso às participantes foi viabilizado pela ligação das mesmas com uma organização sem fins lucrativos voltada para assistência a pacientes com câncer, em uma cidade do interior do estado de Minas Gerais. Os contatos foram feitos primeiramente via telefone e posteriormente foram agendada entrevistas individuais, segundo a disponibilidade das participantes.

Para a realização deste estudo foram tomados cuidados orientados por princípios éticos em pesquisa, buscando oferecer condições adequadas de proteção às pessoas participantes, adotando os procedimentos éticos aos voluntários e à instituição, de acordo com a resolução nº 466/12 sobre pesquisas envolvendo seres humanos (BRASIL, 2012).

É preciso ressaltar que somente foram consideradas colaboradoras aquelas que concordaram livremente em participar do trabalho, manifestando estarem de acordo com as condições expostas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas na íntegra, com prévio consentimento das participantes e os mesmas

foram informados quanto à preservação de suas identidades.

A coleta e a análise de dados foram baseadas no método fenomenológico. A pesquisa fenomenológica está dirigida para significados, ou seja, para expressões claras sobre as percepções que o sujeito tem daquilo que está sendo pesquisado. Logo, o pesquisador não se preocupa com fatos, mas com o que os eventos significam para o participante (MARTINS; BICUDO, 2005).

O instrumento de coleta de dados escolhido foi uma entrevista qualitativa composta pela questão norteadora: “Como foi para você receber um diagnóstico de câncer e quais os impactos desse diagnóstico na sua vida?”.

Para realizar a análise das entrevistas obtidas neste estudo, utilizou-se referenciais de Giorgi (1985) e Martins e Bicudo (2005) que sugerem os seguintes passos para acessar a “estrutura do fenômeno situado”, uma vertente da pesquisa qualitativa enraizada na Fenomenologia: apreensão do sentido do todo; discriminação das unidades de significado; transformações das expressões cotidianas do sujeito em linguagem psicológica; busca das convergências e divergências entre as unidades de significado; síntese das unidades de significado transformadas em proposição. É importante mencionar que os cinco momentos descritos anteriormente não são estanques ou desconectados, mas inter-relacionados.

Vale destacar que, como se trata de uma pesquisa enraizada no método fenomenológico, não se define *a priori* o número de participantes. Em um estudo

fenomenológico, o número de entrevistas realizadas deve estar diretamente relacionado ao desvelamento do fenômeno aos olhos do pesquisador, ou seja, a coleta e a análise de dados devem prosseguir até que for percebido que os pontos trazidos pelos entrevistados se coadunam ou se distanciam, possibilitando que as convergências e divergências já se façam presentes ao longo da trajetória das entrevistas, sendo observada a manifestação do que é essencial (ALVES, 2012).

Na sequência, será apresentada a descrição do fenômeno do “impacto do câncer em mulheres: uma compreensão fenomenológica” a partir das seguintes categorias: “Primeiro contato com o diagnóstico”; “Repercussões físicas e emocionais do adoecimento e do tratamento”; “Adoecimento e tratamento: vivências de união e solidão”; “Repercussões e Consequências Familiares”; “Recursos de enfrentamento”.

Primeiro contato com o diagnóstico

O câncer carrega o estigma da morte e isso ficou evidente na fala de algumas entrevistadas que relataram que, ao receberem o diagnóstico de câncer, experimentaram temor de morte, além de variadas reações e sentimentos, tais como: tristeza, revolta, culpabilização do outro, ruptura de relações e pensamentos negativos.

Horrível. Horrível. Não é fácil. Recebi, chorei bastante. Chorei muito. Acusei o mundo, acusei as pessoas ao redor. Todo mundo é culpado. Todos, todos, todos, não sobrou ninguém. Fiquei muito revoltada. No mesmo momento que eu descobri, mandei o marido embora [...] Pensei

comigo, [...] que eu iria morrer e acho melhor separar (Amélia).

Foi bem difícil, bem triste. Eu estava com 35 anos na época... eu estava doente há muito tempo e não sabia. Ai descobri que eu não poderia ter mais [filhos]. Foi bem difícil (Ana Flor).

A gente pensa tanta besteira, só o que não presta, pode ter certeza... [...] Não vem nenhum pensamento na hora, não vem um pensamento positivo (Jasmim).

Quando você recebe o diagnóstico de que está com câncer, o que vem na cabeça da gente é que você vai morrer dentro de poucas horas (Lis).

[...] eu pensei que eu ia morrer na hora... Porque assim: o nome câncer todo mundo pensa na morte, porque muita gente pensa que não tem cura (Margarida).

A primeira reação quando eu recebi a notícia foi [...] eu vou morrer (Rosa).

[...] eu fiquei muito descontrolada... eu chorei muito na época, eu só pensava que iria morrer [participante chora]. Quando se fala câncer o que vem na sua cabeça, você pensa assim: eu vou morrer. [...] meu primeiro impacto foi o impacto da morte (Susana).

Já para Iolanda não houve nenhum impacto. Apesar da preocupação das pessoas, a ausência de impacto próprio parece ter relação com a racionalização que a faz comparar seu adoecimento ao de outras pessoas com câncer. A especificidade do caso dela em que não havido necessidade de tratamento parece favorecer um impacto menos negativo.

[...]isso não mexeu comigo, para mim não é um problema. [...] o impacto foi para eu descobrir o que eu tinha. A hora que descobri, então tá tranquilo é isso que tenho. Sabe, todo mundo ficou preocupado comigo, eu de verdade não fiquei, eu sosseguei a hora que soube (Iolanda)

Repercussões físicas e emocionais do adoecimento e do tratamento

Para Amélia, Lis e Susana o maior impacto frente ao tratamento foi o temor quanto à alteração da imagem corporal, provocando medo e angústia por imaginar as repercussões físicas que poderiam ser geradas, dentre elas: alopecia e mastectomia. Já para Margarida, as repercussões do tratamento estavam associadas à dificuldade de deslocamento para outro município.

O medo que eu tenho..., eu não sei o que é pior. Você tirar a mama ou durante o tratamento você ficar sem cabelo. [...] Por mais que o cabelo seja ruim, você não quer ficar careca. [...] Se fosse tão natural, se fosse a coisa mais bonita do mundo, as mulheres não se cobriam, não estavam cheia de lenços, usando chapéu! (Amélia)

[...] a mama e o cabelo é um símbolo feminino, né?! Então quando eu olhava no espelho e via um seio menor que o outro, aquilo assim, me deixava constrangida. Assim, a autoestima da gente 'vai lá embaixo', porque por mais que você passe bem, você não leva uma vida normal como as outras mulheres, né?!. (Lis)

[...] você se olhar e ver como você fica, não é fácil. [...] eu fui aceitando aos poucos aquilo, eu

não gostava de me olhar no espelho [participante chora]. Eu tinha vergonha do meu marido, ele que me ajudava a tomar banho, a fazer os curativos e pra gente é difícil e para eles também é muito difícil (Susana).

Tanto de retirar a mama, cair o cabelo, até que eu não tive muito medo. [...] não é fácil você sair da sua cidade para fazer o tratamento. (Margarida)

Para Ana Flor, Jasmim e Rosa, os impactos mais significativos foram as repercussões causadas pelo tratamento. No caso de Jasmim, as repercussões do tratamento interferiram no trabalho, nas atividades físicas, na perda da autonomia gerada pelo sentimento de vulnerabilidade que seus familiares experimentaram, produzindo excesso de zelo nos mesmos, limitando a liberdade da entrevistada em decidir aquilo que a mesma se sentia apta a fazer.

Se eu sair para a rua não posso comer, que eu preciso ir no banheiro direto. Xixi, quase que não seguro, daí, eu fiquei usando fralda, porque minha bexiga furou na cirurgia. Eu fiquei usando fralda para xixi, durante um ano [...] é bem difícil (Ana Flor).

Atrapalhou meu serviço no caso, porque a gente trabalha em família, é uma empresa familiar. [...] Ninguém deixava eu trabalhar, ninguém deixava eu sair de moto. Acabava que eu ficava com mais raiva ainda porque não podia fazer nada, sabe? [...] Antes eu fazia polichinelo, pulava, [...] não podia fazer nada, só ficar quieta (Jasmim)

Você fica muito cansada depois que você termina o tratamento, você vai fazer um serviço de casa você senta, no meu caso eu faço e sento muito

ainda para respirar, acalmar, para depois começar a fazer outro serviço (Rosa).

Para a participante Iolanda, as repercussões aparecem quando se tem outras enfermidades que não são crônicas. Ela encara o câncer como um morador que já faz parte da vida dela, demonstrando ter maior dificuldade em lidar com visitantes e hóspedes breves.

Quando eu fico gripada é pior pra mim do que conviver com isso que está comigo. Porque isso está comigo, tá aqui é crônico, não é uma gripe que vem fica aguda e vai embora, tá crônico ela amanhece e dorme comigo (Iolanda).

Boa parte das participantes relatou o quanto ficaram sensibilizadas emocionalmente. Elas descreveram várias manifestações afetivas, desde choros a medos. No caso da participante Margarida, ela desenvolveu co-morbidades devido à ansiedade, evidenciando o adoecimento por câncer e sua repercussão na saúde física e psíquica.

Eu já entrei chorando, eu sai na rua chorando, andei chorando [...]e mesmo assim, eu não pensei em tirar minha vida porque eu estou com essa doença (Amélia).

Eu senti todos os medos, eu colocava os médicos pirados [...] eu começava a tremer de ansiedade, ansiedade (Ana Flor).

É, a gente fica sem o chão, aí olha para os filhos aí da vontade da gente chorar (Jasmim).

[...] eu chorei muito. Eu chorava três, quatro dias, chorando, dia e noite. Eu não dava conta de parar de chorar, foi um choque muito grande. É

uma tristeza, sabe?! [...] eu tomo a medicação também para depressão e ansiedade para evitar esse quadro de tristeza (Lis).

Eu sempre fui ansiosa, mas depois devido eu saber da doença me deu tanta ansiedade que me deu diabetes emocional (Margarida).

Depois de ter esta doença eu fique totalmente insegura, toda dor para mim já é um câncer. [...] Então, eu não vou mentir que eu fico insegura que o câncer possa voltar. Então me sinto assustada com isto (Susana).

Adoecimento e tratamento: vivências de união e solidão

Em seus relatos, as participantes Amélia, Ana Flor, Susana e Margarida foram convergentes ao optarem por vivenciar o sofrimento decorrente do adoecimento e tratamento de forma solitária. Ficou evidente a dificuldade das mesmas em compartilhar suas dores, revelando até mesmo haver componentes de contenção emocional. No caso das entrevistadas Margarida e Susana foi possível notar essa contenção de sentimentos associada ao desejo de poupar a família de suas dores.

Eu estando sozinha pensando, eu choro, mas eu estou sozinha. [...] Eu queria guardar só para mim, que deixasse eu com o meu sofrimento calada, chorando (Amélia).

Eu não queria receber visita, eu fiquei bem fechada, eu queria terminar o meu

relacionamento. Eu não gosto de ficar expondo a minha vida, eu sou mais fechada (Ana Flor).

Chorei, chorei, chorei... Eu não sou muito daquela pessoa assim de chorar facilmente. Eu tento segurar mais. Mas eu já chorei muito sozinha, no meu canto, pra minhas criança não ver, pra meu esposo não ver (Margarida).

[...] eu queria só ficar no quarto [...] que todo mundo me esquecesse. Se pudesse, eu queria ficar trancada em um quarto sem ver ninguém [...] eu queria poupar as pessoas de sofrerem junto comigo. Eu via o sofrimento, nos olhos deles. E eu não queria isso deles e principalmente do meu filho (Susana).

No entanto, Jasmim e Rosa já defendem que o sofrimento deve ser vivido de modo compartilhado, entendendo que, dessa forma, ele se torna mais fácil de ser enfrentado.

[...] quando a gente carrega o fardo sozinho, fica mais pesado. Quando você divide ele ‘manera¹³’. Então o que quer dizer: um fardo dividido com todo mundo aqui, ele ficou super ‘manero’. Pensa eu, sozinha, angustiada, num canto, como seria? (Jasmim).

Então, quanto mais você levar na alegria, na positividade de saber conversar, de não se isolar... fica mais leve. [...] Porque tem gente que se isola, não quer ver ninguém (Rosa).

¹³ “Manera’ ou ‘Manero’ trata-se de um dito popular que significa aliviar.

Repercussões e Consequências Familiares

A maioria das participantes relatou que o impacto do diagnóstico não afetou somente a elas, mas também a suas famílias. No caso de Amélia e Margarida, o impacto no âmbito familiar está associado ao medo de partir e deixar pessoas.

[...] meu pai sofreu muito. Ninguém acreditava que eu estava com isso. [...] Todo mundo sofreu bastante, muito, muito mesmo (Ana Flor).

As minhas filhas não gostam nem de comentar da doença. Eu não sei por dentro como eles estão, apesar das duas fazerem terapia. Mas eu converso com elas e aparentemente elas acham que é um quadro normal. Então assim, eu sei que elas não toleram (Lis).

[...] eles ficaram bem abalados, bastante, meus filhos, meu marido ficaram bem abalados. Um engordou muito por ansiedade, outros perderam muito peso, para eles foram muito difícil. Cada vez que eu passava por uma quimio e eu passava mal, eles sofriam junto, né?! (Rosa).

Teve um dia que minha dor era tanta, que eu pedia para Deus para mim morrer, porque eu não aguentava, porque eu não suportava aquela dor e eu não suportava o sofrimento do meu marido, o sofrimento do meu filho [chora] (Susana).

Foi muito mais terrível eu pensar que tenho um filho de 12 anos e vai sentir minha falta... igualzinho quando senti da minha mãe (Amélia).

Pro meu pai e minha mãe foi muito difícil, porque eles só tem eu e meu irmão, então assim, foi um impacto muito grande [...] pensar que eu

ia morrer, que eu ia deixar meus filhos, a minha família (Margarida).

No caso de Iolanda, seus filhos adaptaram-se à doença conforme puderam perceber o modo como ela lida com a mesma.

[...] meus filhos ficaram meio desorientados, mas hoje eles encaram isso numa boa, porque eles percebem que está tranquilo (Iolanda).

Recursos de enfrentamento

A fé¹⁴ e a espiritualidade¹⁵ foram recursos de enfrentamento utilizados por todas as participantes. No caso das entrevistadas Iolanda e Lis, o trabalho voluntário surge também como uma ferramenta de enfrentamento.

A única coisa que eu te falo é que tive força para seguir em diante, é que eu tenho muita fé em Deus (Amélia).

¹⁴De acordo com a etimologia, a palavra fé tem origem no Grego "*pistia*" que indica a noção de acreditar e no Latim "*fides*", que remete para uma atitude de fidelidade. Ou seja, fé é uma palavra que significa "confiança", "crença", "credibilidade". A fé é um sentimento total de crença em algo ou alguém, ainda que não haja nenhum tipo de evidência que comprove a veracidade da proposição em causa.

¹⁵Característica ou qualidade daquilo que é espiritual: a espiritualidade da alma. Tudo o que possa demonstrar ou ter fundamento religioso e espiritual. Que possui ou revela elevação, transcendência; sublimidade.

Fé. Deus, Deus, Deus. Deus, rezando, rezando, pedindo. [...] Rezando e fé, fé, eu não acreditava que eu iria morrer. Eu tive fé (Ana Flor).

O meu trabalho voluntário, a minha fé, me sustenta a vida inteira. [...] é fundamental durante um tratamento, na vida da gente [...] a fé que sustenta a gente (Iolanda).

Todo mundo orou por mim, todo mundo rezou por mim, todos os meus amigos [...] todos os padres que a gente tem conhecimento. [...] foi a fé e a oração (Jasmim).

[...] creio muito em Deus e tenho certeza que nesse período eu estou amparada [...] eu quero fazer serviço voluntário. Eu quero ajudar uma instituição carente, hoje eu quero isso para mim. Antes eu queria trabalha, trabalhar, acumular dinheiro, queria fazer isso, fazer aquilo e isso para mim perdeu o sentido (Lis).

A fé, muito, muito. [...] então minha fé teve que aumentar bastante. Tem que ter muita força com Deus mesmo. Na hora do meu desespero, é com ele com que eu falo, é Ele que vai me resolver em primeiro lugar (Margarida).

Primeiro você tem que ter fé, tem que ter Deus (Rosa).

Eu me apeguei em Deus, eu já era uma pessoa muito religiosa antes de descobrir o câncer, mas depois de descobrir o câncer [...] eu me apeguei muito a religião, muito (Susana).

Nos relatos de Jasmim, Lis, Margarida e Susana, percebe-se que elas se valeram também dos seguintes recursos: apoio familiar, acompanhamento psicológico e

suporte da equipe de saúde, dos funcionários e voluntários do Hospital de Barretos. No caso do acompanhamento psicológico, Margarida e Lis ressaltam a importância da ventilação de sentimentos como forma de lidar melhor com a situação de adoecimento.

A fé e o amor de quem está perto da gente que ajudou a lidar com o diagnóstico. A família é muito importante. Eles nunca deixaram eu ir para Barretos sozinha. [...] O cuidado, o carinho... é coisa de família unida. Família unida que tem isso (Jasmim).

Estou fazendo terapia. [...] Eu converso muito com a minha psicóloga (Lis).

Sim, lá em Barretos eu já fiz [acompanhamento psicológico]. Já fiz bastante com a psicóloga. Toda vez que eu tenho oportunidade eu faço. Isso ajuda muito, porque às vezes você fala para a pessoa o que não fala para uma pessoa próxima. [...] Então assim, eu vejo muito resultado, quando eu falo, fico muito aliviada. [...] Tem médico que nunca te viu e te abraça. Eu me sinto amada por gente desconhecida (Margarida).

O essencial para minha recuperação foi o apoio de minha família (Susana)

A análise final dos resultados mostra que a maioria das participantes ao receberem o diagnóstico de câncer teve impactos psicológicos significativos, ocasionando aumento do nível de ansiedade, bem como angústia de morte. Pode-se verificar, em alguns momentos, negação, em outros, aceitação frente ao processo de adoecimento. Nota-se que essas mulheres foram transladadas de seu mundo originário; seus relatos revelam a estranheza desse mundo novo e desconhecido.

Em seus relatos, as participantes também revelaram repercussões físicas e emocionais diante da alteração da imagem corporal, dentre elas, a alopecia e a mastectomia. A imagem do corpo envolve a percepção, os sentidos e as representações mentais que a pessoa tem de si própria e dos outros. Assim, a imagem corporal é uma construção dinâmica e intercambiável (SCHILDER, 1999). Diante disso, pode-se verificar que quando ocorrem essas alterações, a mulher se sente atingida em sua autoestima.

Vale destacar que as participantes se valeram de variados recursos de enfrentamento para superar as dificuldades do tratamento. Tais recursos são esforços cognitivos e comportamentais que as pessoas encontram para lidar com situações de dano, de ameaça ou de desafio. Trata-se de uma somatória de estratégias utilizadas para que as pessoas possam se adaptar às circunstâncias adversas (ANTONIAZZI; DELL'AGLIO; BANDEIRA, 1998).

Nos relatos das entrevistadas, observa-se que os recursos de enfrentamento desenvolvidos pela maioria foram a fé e espiritualidade. A fé e a confiança demonstram ser recursos de uma força propulsora, que auxiliam as mulheres na esperança frente à doença. Tais recursos podem ser interpretados como estratégias buscadas para lidar com as incertezas e superar as situações de crise provocadas pelo adoecimento (LINEARD, et. al. 2002). Já a espiritualidade refere-se ao conjunto de todas as emoções e convicções de natureza abstrata, com a suposição de que há mais no viver do que pode ser percebido ou compreendido. Assim, a espiritualidade remete a questões como o

significado e sentido de vida, não se limitando a crença ou prática religiosa (JARROS et al., 2008).

Duas das entrevistadas destacaram a relevância do acompanhamento psicológico, demonstrando a importância da ventilação de sentimentos. As reações emocionais apresentadas pelas participantes revelam a necessidade das pacientes acometidas pelo câncer a buscarem apoio psicológico para se alcançar a catarse.¹⁶

Para Yalom e Leszcz (2006), a catarse envolve “Aprender a expressar os sentimentos” e “Aprender a dizer o que está incomodando ao invés de retê-lo”. Esses dois pontos transmitem algo além do simples ato de ventilação ou ab-reação¹⁷. É importante que essas emoções sejam expostas e divididas, de forma que a catarse torna-se mais proveitosa quando se formam vínculos de apoio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale destacar que o câncer e os impactos por ele produzidos deixam o paciente fragilizado, tanto no aspecto físico quanto psicológico. Neste momento, o

¹⁶O termo provém do grego “*kátharsis*” e é utilizado para designar o estado de libertação psíquica que o ser humano vivencia quando consegue superar algum trauma como medo, opressão ou outra perturbação psíquica.

¹⁷ É um termo introduzido por Sigmund Freud e Josef Breuer em 1893, para definir um processo de descarga emocional que, liberando o afeto ligado à lembrança de um trauma, anula seus efeitos patogênicos.

contato com a finitude potencializa o medo da morte. De acordo com Kovács (1992), o medo é a resposta psicológica mais frequente quando se depara com o risco de morte. O medo de se ter a vida encerrada é um sentimento comum a todos os seres humanos.

Diante desse quadro, entende-se o que psicólogo tem um papel fundamental para ajudar o paciente a transparecer-se e a apropriar-se do si mesmo que ele revela no momento. Dessa maneira, deve-se trabalhar com as diferentes formas de se vivenciar a angústia e enxergar o desespero como próprio da existência (FEIJOO; PROTASIO, 2011).

O estudo possibilitou também identificar o mundo próprio dessas mulheres e o seu lugar no mundo. Isso favoreceu acessar o significado do impacto do câncer e suas repercussões para as mesmas. Nessa perspectiva, o cuidar do ser humano que vivencia o processo de finitude requer olhar sua totalidade enquanto ser-no-mundo.

Portanto, torna-se imprescindível a presença do psicólogo para ajudar essas mulheres a ressignificarem sua postura frente à doença por favorecer o enfrentamento do processo de adoecimento por meio da ruptura com a paralisção e alienação gerada pela dor e sofrimento. Nessa direção, os grupos de apoio destacam-se como possibilidade de um trabalho psicológico por permitir uma maior abrangência, atendendo uma quantidade maior de indivíduos.

Vale destacar que nos serviços públicos do município em questão, não encontramos grupos de apoio psicológicos voltado para esse público específico. Logo, torna-se necessária a formação de grupos específicos nos

quais as mulheres possam se expressar e encontrar conforto e apoio para enfrentar o câncer e suas repercussões. Segundo Lineard e colaboradores (2002), esse espaço de discussão pode contribuir para trocas de experiências, promovendo um espaço destinado à adaptação da doença. Para aprimorar a qualidade da assistência prestada aos pacientes, é essencial a existência desse espaço destinado ao cuidado do sofrimento psíquico.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. C. P. *Vivências de profissionais de saúde na assistência a crianças e adolescentes com câncer: um estudo fenomenológico*. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências). - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012.

ANGERAMI, V. A. (Org). **Psicologia da Saúde: um novo significado para a prática clínica**. São Paulo: Thomson Pioneira; 2012.

ANTONIAZZI, A.S.; DELL'AGLIO, D.D.; BANDEIRA, D.R. **O conceito de coping: uma revisão teórica**. Estudos de Psicologia. UFRGS, 1998.

AZZI, S. G. F.; ANDREOLI, P. B. A. O cuidado da criança hospitalizada com doença grave e sua família. In: KNOBEL, E.; ANDREOLI, P. B. A. A.; ERLICHMAN, M. R. **Psicologia e Humanização: assistência aos pacientes graves**. São Paulo: Atheneu, 2008. p. 93-100.

BAI, M. et al. Exploring the relationship between spiritual well-being and quality of life among patients

newly diagnosed with advanced câncer. **PalliativeandSupportiveCare**, v.13, p. 927–935, 2015.

BARBOSA, L.N.F.; SANTOS, D.A., AMARAL, M.X., GONÇALVES, A.J.; BRUSCATO, W.L. Repercussões psicossociais em pacientes submetidos à laringectomia total por câncer de laringe: Um estudo clínico-qualitativo. **Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar**, v.7, n.1, p. 45-58, jun. 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer (INCA) José Alencar Gomes da Silva. Coordenação Geral de Ações Estratégicas. Coordenação de Prevenção e Vigilância. **Estimativa 2012**: incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2011.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466/12 sobre pesquisa envolvendo seres humanos**. Brasília, DF, 2012.

_____. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer (INCA) José Alencar Gomes da Silva. Coordenação de Prevenção e Vigilância. (2017). **Estimativa 2018**: incidência de Câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA.

CARVALHO, M. M. M. J. Psicooncologia: história, características e desafios. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 151-166, 2002.

CONDE, C. R. et al. A repercussão do Diagnóstico e Tratamento do Câncer de Mama no contexto familiar. **Investigação Qualitativa em Saúde**, São Paulo. v. 2, p. 1544-1553, 2016.

COSTA NETO, S.B.; ARAÚJO, T.C.C.F.; CURADO, M.P. Avaliação da qualidade de vida de pessoas

portadoras de câncer de cabeça e pescoço. **Acta OncoBras**, v. 20, n.3, p. 96-104, 2000.

EPELMAN, C. L. Tratamento de suporte: aspectos psicológicos. In: KOWALKI, L.P., SABAGA, J.; FAGAROLI, R.C.; LOPES, L.F. (Orgs.) **Manual de condutas diagnósticas e Terapêuticas em Oncologia**. São Paulo: Âmbito Editora, 1996. p. 94-97

FEIJOO, A. M. L. C. de; PROTASIO, M. M. Análise existencial: uma psicologia de inspiração kierkegaardiana. **Arquivos Brasileiros de psicologia**, v. 63, n. 3, p. 72-88, 2011.

FRANÇOSO, L. P. C. Assistência Psicológica à criança com câncer. In: VALLE, E.R.M. (Org.) **Psico-oncologia pediátrica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. p. 75-128. GARCIA, H.F et al. Compreendendo a necessidade do paciente com câncer de receber orientações para a cirurgia: implicações da visita pré-operatório pelo enfermeiro. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 45, n.2 p. 15-26, 1996.

GIORGI, A.
Phenomenology and psychological research. Pittsburgh: Duchesne University Press, 1985. 216p.

HART, C. F. M. et al. **Câncer uma Abordagem Psicológica**. Porto Alegre: AGE, 2008.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo: Parte 1**. (M. S. C. Shuback, Trad.). Petrópolis: Vozes, 2002. (Trabalho original publicado em 1927).

JARROS, R. B; DIAS, H. Z. J.; MULLER, M. C; SOUSA, P. L. R. Estudo bibliométrico da produção

brasileira na interface da psicologia com espiritualidade-religiosidade. **Psic** [online]. v.9, n.2, p. 251-258, 2008.

KOVÁCS, M. J. **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo,1992.

LANGARO, F.; PRETTO, Z; CIRELLIA, B.G. Câncer e o sujeito em psicoterapia na perspectiva existencialista. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 24, n.11, p. 127 – 146, 2012.

LINARD A. G.; DANTAS E SILVA, F. A.; SILVA, R. M. Mulheres submetidas a tratamento para câncer de colo uterino: percepção de como enfrentam a realidade. **RevBrasCancerol**. v.48, n.4, p.493-8, 2002.

MARTINS, J.; BICUDO, M. A. V. **A pesquisa qualitativa em psicologia**:fundamentos e recursos básicos. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2005. 110p.

NUCCI, N.A.G. **Qualidade de vida e câncer**: Um estudo compreensivo. 2003. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2003.

SCHILDER P. A. A imagem do corpo: as energias construtivas da psique. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes; 1999.

VALLE, E. R. M. **O cuidar de crianças com câncer**:visão fenomenológica.Campinas: Livro Pleno, 2004.

WOOD, J. K. Terapia de grupo centrada na pessoa. In: ROGERS, C.; WOOD, J. K.; O'HARA, M. M.; FONSECA, A. H. L. **Em busca da vida: da terapia**

centrada no cliente à abordagem centrada na pessoa.
São Paulo, SP: Summus, 1983. p. 21-89.

YALOM, I. D.; LESZCZ, M. Psicoterapia de grupo: teoria e prática (R. C. Costa, trad.). Porto Alegre, RS: Artmed, 2006.

CAPÍTULO 04

QUALIDADE DE VIDA SOB O OLHAR DE IDOSOS DE UM CENTRO DE APOIO

Graziela Siebert¹⁸, Caroline Almeida Tano¹⁹, Roberta Cancelli Pinheiro Alves Ferreira²⁰

INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo que produz mudanças e desgastes nos sistemas funcionais de maneira progressiva e irreversível; estas transformações surgem, são percebidas e evoluem de maneiras diferentes de um indivíduo para outro (ANTUNES, 2006).

Na perspectiva do desenvolvimento humano, a velhice é a última etapa do ciclo vital, na qual os indivíduos se deparam com diversas mudanças que interferem no papel que eles desempenham na sociedade onde estão inseridos. É a fase na qual o indivíduo

18 Mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC); Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Ituiutaba

19 Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Ituiutaba

20 Mestre em Psicologia pela Universidade do Estado de São Paulo (USP), *campus* Ribeirão Preto; Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Ituiutaba

comumente pondera sobre a própria existência, podendo concluir que alcançou objetivos, mas também sofreu perdas, das quais geralmente a saúde destaca-se como um dos aspectos mais afetados (MENDES et.al., 2005). Para Timm (2006), a qualidade de vida nesta fase será fortemente influenciada pela habilidade do idoso de manter autonomia, independência e adaptação a novos papéis durante o processo de envelhecimento.

Fechine e Trompieri (2006) complementam que o envelhecimento pode variar de um indivíduo para outro, sendo gradativo ou rápido, e essas variações são dependentes de fatores como estilo de vida, condições socioeconômicas e doenças crônicas, abrindo um leque de interpretações que se entrelaçam ao cotidiano e às perspectivas culturais diferentes de cada idoso.

De acordo com Freitas (2004), o aumento da perspectiva de vida e do contingente de idosos é considerado um fenômeno mundial; os avanços médicos e tecnológicos, principalmente, encaminham-se oferecendo um aumento considerável na expectativa de vida dos indivíduos. A Organização Mundial de Saúde (OMS) definiu como idoso os indivíduos de 65 anos (ou mais) de idade para países desenvolvidos e 60 anos (ou mais) de idade para indivíduos de países subdesenvolvidos. Esta mesma instituição aponta que, desde a década de 1980, verificam-se variados movimentos internacionais que enaltecem a possibilidade de considerar o envelhecimento como um processo proveitoso, relacionado a um período de vida, bem-estar e prazer. A proposta de política de desenvolvimento ativo (OMS, 2005) é um modelo dessas recomendações, ressaltando que um bom envelhecimento não é apenas responsabilidade do ser humano e, sim, um processo que deve receber apoio de políticas públicas, projetos sociais e de saúde. Dessa

forma, para envelhecer de maneira saudável é essencial ampliar as oportunidades para que os idosos possam optar por um estilo de vida mais satisfatório, incluindo mudanças de hábitos alimentares, atividades físicas e cuidados psicológicos. Portanto, a definição de envelhecimento ativo é apresentada como a otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas (OMS, 2005).

A qualidade de vida (QV) é um dos mais importantes aspectos a serem considerados para a avaliação da velhice. A definição de qualidade de vida para Sousa e colaboradores (2003) está relacionada à autoestima, bem-estar físico, familiar e emocional dos idosos que envolvem aspectos como a interação social, o suporte familiar, o estado de saúde com o autocuidado, a capacidade funcional, o estilo de vida, o ambiente em que vive e a satisfação em estar fazendo o que lhe proporciona prazer.

Já Alexandre e colaboradores (2008, p. 327) entendem por qualidade de vida “a percepção do indivíduo sobre sua posição na vida, dentro do contexto de cultura e sistema de valores nos quais vive, e em relação às suas metas, expectativas e padrões sociais”. Em suma, trata-se de um amplo conceito de classificação pela saúde física do idoso, estado psicológico, suas relações pessoais, o nível de independência e relações com as características mais relevantes do meio em que vivem. Está relacionada também com experiências e valores individuais e coletivos, com a procura de bem-estar e conforto, diversificando com a época, valores, espaços e histórias distintas. É motivada por condições que são próprias da essência humana, evidenciando os valores não materiais, como amor, liberdade, felicidade, solidariedade, realização pessoal e inserção social, que

estão relacionadas à saúde, estilo de vida, nível de independência, relações sociais e crenças pessoais (MINAYO et.al., 2000).

Para Duarte e Pavarini (1997), a QV na terceira idade geralmente está associada a questões de dependência-autonomia. As dependências notadas nos idosos são frutos de alterações biológicas (deficiências ou incapacidade) e mudanças nas exigências sociais. Baltes e Silvenberg (1995) apresentaram três tipos de dependências: a) estruturada – relacionada à participação no processo produtivo, destacando-se a dependência gerada pela perda do emprego ou aposentadoria; b) física – relacionada à incapacidade funcional individual para realizar atividades diárias; c) comportamental – antecede a dependência física e é induzida independentemente do nível de competência do idoso.

Para Del Duca e Nahas (2011), o envelhecer caracteriza-se pelas perdas funcionais que se originam de fatores genéticos e de condições culturais e sociais do indivíduo. O processo é natural, porém está sujeito ao efeito de condições comportamentais e ambientais que desempenham influência sobre as patologias, podendo acentuá-lo ou retardá-lo. Por exemplo, os indivíduos que atingem a terceira idade com bons costumes e hábitos saudáveis, apesar das modificações fisiológicas do envelhecimento, conseguirão demonstrar desenvolvimento em virtude da prática de atividades, indicando melhorias no organismo e diminuição do risco de doenças como hipertensão, entre outros (SILVA et. al., 2011). Em outros casos a velhice é associada a perdas, decrepitude, incapacidades, impotência, dependências, solidão, baixos rendimentos, dentre outros. De acordo com Paschoal (2002), tal visão estereotipada, associada à dificuldade de distinguir entre envelhecimento normal e doentio, ocasiona a negação da

velhice, ou ao descaso de suas necessidades, vontades e desejos.

Recentemente a qualidade de vida na terceira idade tem sido alvo de discussões, pois existe uma ampla preocupação em preservar e cuidar da saúde e do bem-estar do idoso para que envelheça com dignidade, proporcionando ao indivíduo equilíbrio consigo mesmo e na relação com o mundo ao seu redor. Nesta perspectiva, oferecer uma boa qualidade de vida é compreender a necessidade de oferta aos idosos de condições para que possam ampliar ao máximo seus potenciais, vivendo com equilíbrio, expressando suas emoções e sentimentos, trabalhando ou simplesmente existindo (GARCIA et. al., 2005).

A capacidade funcional do idoso pode ser definida pelas habilidades que ele possui, dentre elas, realizar atividades físicas e mentais necessárias para as atividades básicas do dia (tais como tomar banho, vestir roupas, realizar higiene pessoal, preparar refeições, ter controle financeiro, tomar medicamentos, arrumar a casa, ir ao supermercado, utilizar transporte público, usar o telefone e caminhar determinada distância). Conservar e preservar as capacidades para desempenhar atividades básicas diárias são pontos básicos para prolongar o maior tempo sobre a independência, possivelmente com impacto positivo na produção de qualidade de vida. As alterações relacionadas à idade estão presentes como fatores de risco para o idoso, como a dependência relacionada à perda de autonomia e dificuldade em realizar atividades básicas do dia-a-dia que, da mesma maneira, interferem negativamente na sua qualidade de vida (PARAYBA et. al., 2005).

Para Baltes e Smith (2006), há indícios de que a maioria dos idosos apresenta nível elevado de comprometimento funcional, dependência e solidão.

Porém, envelhecer não é definido como doença, ser inativo e ter seu desenvolvimento reduzido. Autores gerontológicos relatam que o envelhecer é visto como um evento progressivo e produzido por vários fatores, e a velhice como uma vivência próspera; no entanto, complexa e vivenciada com maior ou menor qualidade de vida (LIMA et. al., 2008; NERI, 2003, 2007).

Alguns estudos demonstraram que as pessoas idosas estão mais propensas a desenvolverem sentimentos de baixa autoestima, fator relacionado provavelmente à existência de doenças crônico-degenerativas (SILVA et. al., 2011). Assim, o envelhecimento saudável passa a ser resultante da interação multidimensional entre saúde física, saúde mental, independência na vida diária, integração social, suporte familiar e independência econômica. O bem-estar na velhice, ou a saúde num sentido amplo, seria o resultado do equilíbrio entre as várias dimensões da capacidade funcional do idoso, sem necessariamente significar ausência de problemas em todas as dimensões (RAMOS, 2003)

Com maior acesso à informação e à participação ativa em diferentes vivências - outra marca da sociedade globalizada - o idoso acessa oportunidades nos mais diversos âmbitos para ressignificar sua existência, sua aprendizagem, sua importância como cidadão detentor de direitos, seu envelhecimento e seus níveis de efetiva participação dentro da sociedade. Em adição, gradativamente, o idoso parece estar se conscientizando sobre a importância de adotar hábitos saudáveis de alimentação, de praticar exercícios físicos regulares, de estar inserido em programas de valorização e convívio social e de buscar atividades mais significativas como forma de preservar e melhorar sua vida, sua saúde e seu bem-estar. Com isso, aquelas imagens de inércia,

sedentarismo, acomodação, tristeza, indisposição, fadiga, dores, isolamento, depressão e falta de perspectivas diante desta etapa de vida, paulatinamente, perdem espaço para a crescente participação e adesão às oportunidades que são oferecidos ao idoso nos espaços públicos e privados, formais e informais (GÁSPARI; SCHWARTZ, 2005).

Os grupos de apoio aos idosos consolidam-se como contexto para a oferta de oportunidades de cuidado da saúde física e emocional, além de convívio e trocas de experiências de vida. Os grupos sociais permitem uma mudança no antigo modelo de velhice que envolve limitação e incapacidade, pois neles é possível identificar idosos ativos, independentes e felizes, apesar de suas limitações de saúde, que não os impede de realizar seu papel ativo em sua própria vida e na sociedade.

A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (BRASIL, 2006), certifica direitos sociais à pessoa idosa, produzindo condições para estimular sua autonomia, integração e participação ativa na sociedade, confirmando o direito à saúde.

Os grupos de convivência são uma forma de interação e inclusão social, assim como uma maneira de resgatar a autonomia, de viver com dignidade e dentro do âmbito de ser e estar saudável (WICHMANN et.al., 2013). Estimulam o indivíduo a adquirir maior autonomia, melhorar sua autoestima, qualidade de vida, senso de humor e promover sua inclusão social; este fator influencia bastante a continuidade dos idosos nos programas e nas mudanças positivas que ocorrem em suas vidas (ALMEIDA et.al., 2010).

Na intenção de somar esforços nesta temática, o presente estudo propôs conhecer, sob o olhar do próprio idoso que frequenta um grupo de apoio em um

município de Minas Gerais, quais os fatores que impactam sobre a sua qualidade de vida.

DESENVOLVIMENTO

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, que trabalha com o universo de significados, motivos, valores e crenças, que corresponde a um universo mais profundo das relações que não podem ser traduzidas em números (MINAYO, 2001).

O instrumento de construção de dados foi uma entrevista não diretiva e semi-estruturada composta pela seguinte questão norteadora: “*O que é qualidade de vida para o senhor(a)?*”, a partir da qual os entrevistados falaram livremente sobre assuntos que foram surgindo como desdobramentos deste tema principal. Considerando que o significado que os participantes dão às coisas e à sua vida são preocupações essenciais da investigação qualitativa, aqui se pretendeu compreender os fenômenos que estão sendo estudados a partir da perspectiva destes participantes.

A população selecionada para este estudo constitui-se de 20 idosos, de ambos os sexos, que são atendidos pelo Centro de Apoio ao Idoso de uma cidade do interior de Minas Gerais (critério de inclusão), que manifestaram interesse e disposição para participar da pesquisa. A assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido resguardou princípios éticos e condições de proteção e preservação das identidades dos voluntários e das instituições envolvidos. O número de entrevistas não foi estabelecido *a priori*, mas determinado pela possibilidade dos dados obtidos nestas entrevistas indicarem as convergências das respostas

para a formação das categorias que traduzissem o fenômeno estudado.

A Tabela 1 sintetiza as principais características da amostra participante: é eminentemente feminina (85%), a faixa etária é abrangente (entre 49 anos e 76 anos) e a maioria dos entrevistados é casada. Ainda que não tenha havido uma pergunta direta sobre a quantidade de filhos e sobre quanto tempo o idoso frequenta o Centro de Apoio, no relato de vários participantes apareceram tais dados.

Aqui vale destacar que, embora o critério da OMS para considerar uma pessoa idosa seja esta ter 60 anos ou mais, a instituição onde a pesquisa foi realizada (Centro de Apoio) recebe seis participantes no desenvolvimento das suas atividades que estão abaixo desta idade (as indicadas na Tabela 1 pelos números 4, 7, 10, 11, 13 e 18), e estas foram absorvidas pela amostra de participantes da presente pesquisa (elas respeitavam o critério de inclusão na amostra, já que eram atendidas pela instituição).

Tabela 1 – Identificação dos participantes

Participante	Sexo	Idade (anos)	Estado Civil	Prática de atividade física	Filhos	Há quanto tempo frequenta
P 1	F	76	Viúva	Sim	Sim	Não mencionou
P 2	F	60	Divorciada	Sim	Não mencionou	Não mencionou
P 3	F	70	Casada	Sim	Não mencionou	Não mencionou
P 4	F	49	Casada	Sim	Sim	Não mencionou
P 5	M	74	Casado	Não mencionou	Não mencionou	22 anos
P 6	F	69	Casada	Sim	Sim	Não mencionou
P 7	F	54	Não mencionou	Sim	Não mencionou	Não mencionou
P 8	M	67	Casado	Sim	Sim	Não mencionou
P 9	F	61	Casada	Sim	Não mencionou	Não mencionou
P 10	F	52	Casada	Sim	Sim	2 anos
P 11	F	58	Casada	Sim	Sim	Não mencionou
P 12	F	63	Viúva	Sim	Não mencionou	3 anos
P 13	F	55	Não mencionou	Sim	Sim	6 anos
P 14	F	60	Não mencionou	Sim	Não mencionou	15 anos
P 15	F	76	Viúva	Sim	Sim	Não mencionou
P 16	F	65	Casada	Sim	Não mencionou	12 anos
P 17	F	63	Não mencionou	Sim	Não mencionou	10 anos
P 18	F	54	Casada	Sim	Sim	1 ano
P 19	F	60	Casada	Sim	Não mencionou	15 anos
P 20	M	75	Casado	Sim	Não mencionou	Não mencionou

Fonte: Dados da pesquisa

Finalizada a etapa de construção dos dados, foi iniciada a análise qualitativa a partir da análise de conteúdo de Bardin (1995), definida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (ROCHA; DEUSDARÁ, 2006). Vale ressaltar que qualquer análise de conteúdo não visa o estudo da língua ou da linguagem, mas sim a determinação parcial das condições de produção dos textos, que são os objetos. Para isso, foram seguidos os seguintes passos (BARDIN *apud* OLIVEIRA et. al., 2003):

d) leitura flutuante: num trabalho gradual de apropriação do texto, as pesquisadoras estabeleceram várias idas e vindas entre o documento analisado e as suas próprias anotações, até que emergissem os contornos de suas primeiras unidades de sentido;

e) definição das unidades de registro: foram constituídas por conjunto de palavras ou temas;

f) definição das categorias: a categorização produziu classes que reúnem um grupo de elementos da unidade de registro. As classes foram compiladas a partir da correspondência entre a significação, a lógica do senso comum e a orientação teórica das pesquisadoras, sendo aqui definidas *a posteriori*;

g) análise de frequência: foi realizada a contagem de cada unidade de sentido que apareceu no depoimento de cada participante.

Os dados, originados a partir da questão norteadora: “O que é qualidade de vida para o senhor(a)?”, foram analisados qualitativamente, originando as quatro categorias temáticas: “Qualidade de

vida relacionada à saúde”, “Qualidade de vida relacionada à prática de atividade física”, “Qualidade de vida relacionada ao convívio social e afetivo”, “Qualidade de vida relacionada às atividades promovidas pelo Centro de Apoio”.

Qualidade de vida relacionada à saúde

Os participantes mencionaram a importância de cuidar da saúde, adotar hábitos saudáveis de alimentação e tomar os medicamentos diariamente como forma de preservar e melhorar seu bem-estar. São exemplos de falas dos participantes que ilustram esta categoria:

Eu gosto de cuidar de mim mesma, ir ao médico, tomar remédios. (P2)

Cuido da minha saúde, tenho dez cirurgias na vida, tratei de um câncer. Graças a Deus estou zerado. (P5)

Ter saúde em primeiro lugar, procurar melhorar cada vez mais. (P10)

Qualidade de vida para mim é isso, cuidar da saúde. A minha mãe faleceu com câncer, e eu fiz vários exames, mas está tudo ok. (P13)

As respostas dos participantes estão alinhadas ao que a literatura apresenta como importante componente da qualidade de vida na velhice: a saúde.

Conforme destacaram Pereira, Nogueira e Silva (2015), o aumento global da expectativa de vida despertou a reflexão de que não adianta apenas proporcionar longevidade ao indivíduo; é também necessário garantir meios para que ele passe os anos de maneira satisfatória. Dessa forma, se intenciona não somente uma existência longa, mas uma vida associada à autonomia, suporte social, bem-estar, amor e felicidade.

Ao se deparar com esse contexto, a qualidade de vida (QV) passa a ser estudada em sua relação com a saúde física e emocional do indivíduo.

Para Toldrá e colaboradores (2014) o envelhecimento, muitas vezes, está associado ao convívio com doenças crônicas e disfunções adquiridas nos últimos anos de vida, que levam ao declínio da capacidade funcional e da autonomia. Entretanto, os autores destacam que doenças e limitações podem ser evitáveis no processo de envelhecimento, e o uso de serviços preventivos, eliminação de fatores de risco e adoção de hábitos de vida saudáveis são importantes determinantes do envelhecimento saudável e com maior qualidade.

Qualidade de vida relacionada à prática de atividade física

Os participantes relataram que a prática de exercícios físicos é importante para uma boa qualidade de vida, como mostram as verbalizações abaixo. De acordo com Silva (2011), idosos que praticam atividades físicas, apesar das alterações fisiológicas do envelhecimento, alcançam progresso no organismo, como o aumento de gasto de calorias e diminuição dos riscos de doenças.

Pra mim, qualidade de vida é estar participando de alguma atividade, [...] fazendo exercícios. (P6)

O que me motiva a vir são as atividades. (P10)

Eu gosto de todas as atividades aqui, faço ginástica todos os dias. (P11)

Amo fazer ginástica, já perdi 11 quilos do início do ano até hoje. Faço caminhada e academia, ginástica para mim é minha vida. (P13)

Para Santos, Tonhom e Komatsu (2016), o envelhecimento saudável e com qualidade depende de inúmeros fatores, como por exemplo, sexo, genética, estilo de vida, alimentação e a prática de atividade física.

A mudança no estilo de vida de idosos em relação à prática regular de atividades físicas é uma importante forma de reduzir os efeitos prejudiciais sobre a sua funcionalidade, característicos da velhice e do sedentarismo (MICHELIN; CORRENTE; BURINI, 2011). A atividade física regular tem reflexos positivos sobre a melhoria da capacidade funcional e das habilidades físicas em indivíduos idosos, promovendo redução do declínio do idoso em sua esfera social e das taxas de dependência para realização de suas atividades diárias, e maximizando interação e desenvolvimento de um estilo de vida mais saudável, deixando-o fisicamente ativo e melhorando sua qualidade de vida. Dessa forma, a atividade física consegue promover a longevidade, melhora a cognição, o estado mental e os níveis de humor, o que resulta na redução dos níveis de depressão e isolamento (GOMES et.al., 2015). Pelo reconhecimento da sua importância, os idosos mencionaram a prática da atividade física como intimamente ligada à qualidade de vida na velhice.

Qualidade de vida relacionada ao convívio social e afetivo

Wichmann (2013) descreve os grupos de convivência como forma de interação e inclusão social, promovendo ao idoso o alcance de autonomia, dignidade e um estado saudável. Os próprios idosos, em seus depoimentos, reconhecem a importância do convívio

afetivo e social como impactantes em sua qualidade de vida:

Eu adoro estar aqui com todos, são pessoas maravilhosas, todos amigos, companheiros, tem respeito. (P4)

Aqui sarei minha depressão, achei muita gente que me ajudou que me colocou lá em cima. (P5)

Aqui a gente ri e conversa com os colegas. (P6)

Ter um grupo de pessoas para ter diálogo, tirar dúvidas, é uma coisa muito boa. (P10)

Aqui a gente renova, sempre renovando, brincando, conversando, e a gente se anima, porque a gente vê a dor do outro também. (P12)

Eu moro aqui em frente, então considero aqui como minhas vizinhas, tenho uma boa convivência com todos, graças a Deus. (P17)

Os companheiros me dão forças para viver. (18)

Várias modalidades de exercício físico recebem grande atenção pela população idosa por proporcionar um ambiente de descontração e divertimento, no qual os idosos acabam se identificando com indivíduos de características culturais semelhantes, interagem socialmente com os demais praticantes, além de expressarem suas emoções e reviverem sentimentos do passado (OLIVEIRA et.al., 2017). Deste modo, reuniões entre idosos podem beneficiar a qualidade de vida desses indivíduos, já que muitos deixam de lado problemas pessoais e dificuldades (como a timidez, a ansiedade e a depressão) para compartilharem em seus grupos experiências e momentos afetivos e de lazer. Nesta perspectiva, além das atividades físicas e de saúde, os convívios afetivo e social que são oportunizados aos idosos são reconhecidos por eles como importantes fontes beneficiadoras de qualidade de vida.

Qualidade de vida relacionada às atividades promovidas pelo Centro de Apoio

É perceptível nos relatos dos idosos a inserção das práticas desenvolvidas pelo Centro de Apoio como promotoras de qualidade de vida:

Gosto do coral, da dança, de fazer ginástica e hidroginástica. (P1)

Aqui no Centro de Apoio é gostoso, aqui cura depressão. (P3)

Venho no forró e tudo é diversão. (P3)

As atividades desenvolvidas pelos grupos de apoio permitem uma mudança no antigo modelo de velhice que envolve limitação e incapacidade. É possível identificar idosos ativos, independentes e felizes, apesar de suas limitações de saúde, que não os impede de realizar seu papel ativo em sua própria vida e na sociedade.

O Centro de Apoio foi o que me sarou da depressão. (P5)

Eu gosto muito de estar aqui. (P11)

Quando aqui entra de férias, eu sinto falta. (P15)

Eu adoro aqui, enquanto eu tiver vida estarei aqui. (P16)

Costumo falar que quando eu chego aqui, eu me sinto criança outra vez. (P17)

Aqui eu quero ficar até o resto da minha vida, aqui é tudo para mim, [...] gosto do forró, dos encontros, eu não perco nada. (P19)

Gosto demais do Centro de Apoio, [...] ver o pessoal dançar porque eu não danço, [...] pra mim aqui é tudo muito bom. (P20)

Como destacaram Gáspari e Schwartz (2005), diante da realidade de um novo perfil de homem exigido para este milênio, os centros de apoio ao idoso reiteram a concepção de educação como um processo bem mais amplo, não encarcerado nos espaços arquitetônicos formais da instituição, e que podem transformar as vivências no âmbito do lazer em ricas oportunidades de intervenção. Estas instituições, assumindo o duplo aspecto do lazer como “veículo” e “objeto” de educação, abarcam não apenas o descanso e o divertimento, mas o desenvolvimento humano nos âmbitos pessoal e social. Em adição, investem na possibilidade de que o idoso possa ressignificar emocionalmente seu lazer nesta etapa de sua vida, reverter atitudes cristalizadas, valores, comportamentos e/ou condutas que exterioriza, e, tendo como parâmetro apenas suas opções e preferências pessoais, deixando fluir a espontaneidade, a alegria, o prazer de viver e o elemento lúdico que lhe é inerente, redefinindo os níveis qualitativos existenciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa objetivou a compreensão da qualidade de vida a partir da perspectiva de idosos frequentadores de um Centro de Apoio, identificando os elementos interligados a este conceito sob o olhar legítimo desta população.

Nas duas últimas décadas, a literatura da área aponta a tendência de preocupação em cuidar da saúde e bem-estar do idoso para que este envelheça com dignidade, autonomia, autoestima, independência, equilíbrio e boa saúde física e mental. Assim, entende-se que a qualidade de vida na velhice está diretamente relacionada às práticas desenvolvidas durante vida, e também durante a própria velhice. O envelhecimento

saudável está intimamente ligado, portanto, aos recursos emocionais e comportamentais que os idosos dispõem para o enfrentamento desta etapa da vida, assim como às oportunidades que são disponibilizadas a eles pela família, políticas públicas, projetos sociais e outras instituições onde estão inseridos.

Em conformidade com a política de desenvolvimento ativo da Organização Mundial de Saúde (2005), os dados levantados por esta pesquisa apontam que, para um envelhecer saudável, é essencial ampliar aos idosos as oportunidades para promoção de um estilo de vida mais satisfatório, incluindo mudanças de hábitos alimentares, práticas de atividades físicas, cuidados psicológicos e inserção em contextos sociais e afetivos. Os Centros de Apoios destacam-se como importantes referências para promoção de condições para um desenvolvimento de uma velhice mais saudável, especialmente nos aspectos físico, emocional, social e afetivo (WICHMANN, et. al., 2013; ALMEIDA, et.al., 2010).

Assim, qualidade de vida na velhice passa a ser resultante da interação entre saúde física, saúde mental, independência na vida diária, integração social, suporte familiar e afetivo.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, T.S.; CORDEIRO, C.C.; RAMOS, L.R. Fatores associados à qualidade de vida em idosos com osteoartrite de joelho. **Revista Fisioterapia e Pesquisa**, São Paulo/SP, v.15, n.4, p.326-32, out./dez. 2008.

ALMEIDA, E.A.; MADEIRA, G.D.; ARANTES, P.M.M.; ALENCAR, M.A. Comparação da qualidade de vida entre idosos que participam e idosos que não

participam de grupos de convivência na cidade de Itabira-MG. **Rev Bras Geriatr Gerontol.**13(3),435-44. 2010. Disponível em: <<http://revista.unati.uerj.br/pdf/rbgg/v13n3/v13n3a10.pdf>>. Acesso em 13 abr.2018.

ANTUNES, H.K.M.; SANTOS, R.F.; HEREDIA, R.A.G.; BUENO, O.F.A.; MELLO, M.T. Alterações cognitivas em idosas decorrentes do exercício físico sistematizado. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, São Paulo/SP, v.12, n.2, mar/abr. 2006.

BALTES, M; SILVENBERG, S. A dinâmica dependência-autonomia no curso da vida. In: A.NERI (org.). **Psicologia do envelhecimento**. Campinas/SP: Papyrus. cap.3, p.73-110. 1995.

BALTES, P.B.; SMITH, J. New Frontiers in the Future of Aging: From Successful Aging of the Young Old to the Dilemmas of the Fourth Age. **Gerontology**, Washington, v.49, p.123-135. 2003.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1995.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n.º 2.528 de 19 de outubro de 2006**. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Brasília, DF. 2006.

DEL DUCA, G.F.; NAHAS, M.V. (Orgs.) **Atividades físicas e doenças crônicas: evidências e recomendações para um estilo de vida ativo**. Londrina/PR: Midiograf. 2011.

DUARTE, Y.; PAVARINI, S. Instituições de idosos: qualificação do pessoal. In: I Congresso Paulista de

Geriatrics e Gerontology, **Consenso de Gerontologia**, 1997.

FECHINE, B.R.A.; TROMPIERI N. O processo de envelhecimento: as principais alterações que acontecem com o idoso com o passar dos anos. **Interscienceplace**, 20ed., v.1, artigo 7, Janeiro/Março. 2012.

FREITAS, E. V. Demografia e epidemiologia do envelhecimento. In: L. PY; J.L. PACHECO; A.Z. BASSIT (Orgs.) **Tempo de envelhecer**: percursos e dimensões psicossociais. Rio de Janeiro/RJ: Nau. p. 19-38. 2004.

GARCIA, E.L.; BANEGAS, J.R.; PEREZ-REGADERA, A.G.; CABRERA, R.H.; RODRIGUEZ-ARTALEJO, F. Social network and health related quality of life in older adults: a population-based a study in Spain. **Quality of Life Research**, v.14, n.2, p.511-20. 2005.

GÁSPARI, J.C.; SCHWARTZ, G.M. O idoso e a resignificação emocional do lazer. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília/DF, v.21, n.1, p.69-76, Jan-Abr. 2005.
GOMES, V.F.F; BRANDÃO, A.B.; ALMEIDA, F.J.M.; OLIVEIRA, J.G.D. Compreensão de idosos sobre os benefícios da atividade física. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**. v. 19, n.3, p.193-198. 2015.
Disponível em:
<www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rbcs/article/download/25540/15098>. Acesso em: 08 set.2018.

LIMA, A. M. M.; SILVA, H. S.; GALHARDONI, R. Envelhecimento bem-sucedido: trajetórias de um constructo e novas fronteiras. **Interface** –

Comunicação, Saúde, Educação, São Paulo/SP, v.12, n.27, p.795-807, out./dez. 2008.

MENDES, M.R.S.S.B.; GUSMÃO, J.L.; FARO, A.C.M.; LEITE, R.C.B.O. A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração. **Acta Paul Enferm**, São Paulo/SP, v.18, N.4, p.422-426. 2005.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis/RJ: Vozes. 2001.

MINAYO, M.C.S.; HARTZ, Z.M.; BUSS, P.M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.5, n.1, p.7-18. 2000.

MICHELIN, E.; CORRENTE, J.E.; BURINI, R.C. Fatores associados aos componentes de aptidão e nível de atividade física de usuários da Estratégia de Saúde da Família, Município de Botucatu, Estado de São Paulo, Brasil, 2006 a 2007. **Epidemiologia Serv Saúde**. v.20, n.4, p.471-80. 2011

NERI, A. L. (Org.). **Qualidade de vida na velhice: enfoque multidisciplinar**. 2. ed. Campinas/SP: Alínea. 2007.

NERI, A. L. (Org.). **Qualidade de vida na idade madura**. 5. ed. Campinas/SP: Papirus. 2003.

OLIVEIRA, E.; ENS, R.T.; ANDRADE, D.B.S.F; MUSSIS, C.R. Análise de conteúdo e pesquisa na área da educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba/PR, v. 4, n.9, p.11-27, maio/ago. 2003.

OLIVEIRA, D.V.; FAVERO, P.F.; CODONHATO, R.; MOREIRA, C.R.; ANTUNES, M.D.; NASCIMENTO, J.R.A. Investigação dos fatores psicológicos e emocionais de idosos frequentadores de clubes de dança de salão. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.** Rio de Janeiro. v.20, n.6, p.802-810. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v20n6/pt_1809-9823-rbgg-20-06-00797.pdf>. Acesso em 08set. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde.** Brasília/DF: Organização Pan-Americana de Saúde. 2005.

PARAYBA, M.I.; VERAS, R.; MELZER, D. Incapacidade funcional entre as mulheres idosas no Brasil. **Revista Saúde Pública**, v.39, n.3, p. 383-391. 2005.

PASCHOAL, S. M. P. Qualidade de vida na velhice. In: FREITAS, E. V.; PY, L.; NERI A. L.; CANÇADO F. A. X.; GORZONI M.; ROCHA S. M. **Tratado de Geriatria e Gerontologia.** Rio de Janeiro/RJ: Guanabara Koogan. p. 79-84. 2002.

PEREIRA, D.S.; NOGUEIRA, J.A.D.; SILVA, C.A.B. Qualidade de vida e situação de saúde de idosos: um estudo de base populacional no Sertão Central do Ceará. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.** Rio de Janeiro. v.18, n.4, p.893-908. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v18n4/pt_1809-9823-rbgg-18-04-00893.pdf>. Acesso em 08set.2018.

RAMOS, L.R. Fatores determinantes do envelhecimento saudável em idosos residentes em centro urbano: Projeto

Epidoso, São Paulo. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro/RJ, v.19, n.3, p.793-798, mai-jun. 2003.

ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. Análise de conteúdo e análise do discurso: o lingüístico e seu entorno. *Delta*, São Paulo/SP, v.22, n.1. 2006.

SANTOS, S.C.; TONHOM, S.F.R.; KOMATSU, R.S. Saúde do idoso: reflexões acerca da integralidade do cuidado. **Revista Brasileira de Promoção da Saúde**. Fortaleza. v.29(Supl), p.118-127, dez. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v63n2/17>>. Acesso em: 08 set.2018.

SILVA, L. W. S.; SANTOS, R. G.; SCQUARCINI, C. F. R.; SOUZA, A. L.; AZEVEDO, M. P.; BARBOSA, F. N. M. Perfil do estilo de vida e autoestima da pessoa idosa: perspectivas de um Programa de Treinamento Físico. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo/SP, v.14, n.3, p.145-166. 2011.

SOUSA, L.; GALANTE, H.; FIGUEIREDO, D. Qualidade de vida e bem-estar dos idosos: um estudo exploratório na população portuguesa. **Revista de Saúde Pública**, USP, v.37, n.3, p.364-371. 2003.

TIMM, L.A. **A qualidade de vida do idoso e sua relação com o locus de controle**. [dissertação]. Porto Alegre (RS): Pontifícia Universidade Católica do Rio grande do Sul. 58 p. 2006.

TOLDRÁ, R.C.; CORDONE, R.G.; ARRUDA, B.A.; SOUTO, A.C.F. Promoção da saúde e da qualidade de vida com idosos por meio de práticas corporais. **O mundo da saúde**. São Paulo. v.38, n.2, p.159-168. 2014.

Disponível em:
<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/mundo_saude/promocao_saude_qualidade_vida_idosos.pdf>. Acesso em 08 set.2018.

WICHMANN, F.M.A.; COUTO, A.N.; AREOSA, S.V.C.; MONTAÑÉS, M.C.M. Grupos de convivência como suporte ao idoso na melhoria da saúde. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, Rio de Janeiro/RJ. 16(4):821-832. 2013. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v16n4/1809-9823-rbgg-16-04-00821.pdf>>. Acesso em 05 abril.2018

CIÊNCIAS
HUMANAS

CAPÍTULO 05

A COMPREENSÃO DA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO E A FALTA DE SEGURANÇA VIÁRIA EM ITUIUTABA/MG²¹

Matheus Marques Santiago²²; Fausto Amador Alves Neto²³

INTRODUÇÃO

O presente tema tem como objetivo elucidar qual a relação existente entre o (des) conhecimento da legislação viária nacional e o número de acidentes ocorridos em Ituiutaba/MG. Ademais, buscou-se clarificar quais são os principais motivos do desconhecimento das normas de trânsito, avultando, também, quais são os órgãos de controle e correção acerca do trânsito, principalmente no âmbito municipal.

Existe uma acentuada relação entre o trânsito e a Revolução Industrial (1760-1830), visto que, após esta, tem-se a gênese do motor a combustão interna e,

21 Trabalho financiado pelo Programa Institucional de Apoio à Pesquisa (PAPq/UEMG).

22 Acadêmico do curso de Graduação em Direito da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Ituiutaba.

23 Doutorando e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. Docente do Curso de Direito da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Ituiutaba.

consequentemente, a fabricação de automóveis. Além disso, o trânsito nacional possui outra relação notória, trata-se do nexó entre aquele e as medidas governamentais realizadas por Juscelino Kubitschek, presidente da nação em 1956-1961, através do seu Plano de Metas, perpetrando grandes investimentos estradas no país, impulsionando a venda e utilização de automóveis.

É como leciona o historiador Bores Fausto (1995, p.428):

Em 1960, último ano do governo Juscelino, [...] produziram em torno de 78% do total de 133 mil veículos, suficiente para abastecer a demanda brasileira. [...] O governo de Juscelino ficou associado à instalação da indústria automobilística [...]. A partir de 1960, a tendência de fabricar automóveis cresceu a ponto de representar quase 58% da produção de veículos em 1968. Entre 1957 e 1968, a frota de automóveis aumentou cerca de 360% e a de ônibus e caminhões, respectivamente, cerca de 194% e 167%.

Com o advento dos veículos automotores no Brasil, houve o natural e previsível corolário que são os acidentes. Diante disso, surge a necessidade de constituir uma legislação de trânsito.

No ano de 1910, foi aprovado o Decreto nº 8.324, regulamentando o serviço subvencionado de transportes por automóveis. Desde então, houve vários outros decretos, até que em 1941 surge o primeiro Código de Trânsito Nacional.

É inegável que o presente tema possui importante relevância social, desde sua gênese, com as mudanças trazidas à sociedade, até os dias de hoje, haja vista que segundo relatório da OMS - Organização Mundial da

Saúde, cerca de 3.400 pessoas morrem por dia em acidentes de trânsito, aumentando exponencialmente quando se trata do monte de feridos em decorrência dos mesmos, causando impactos intensos à sociedade. O Brasil é 4º pior país do mundo considerando o número de óbitos, estatísticas da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2010).

O Brasil, nos termos do indicado Relatório, está entre os países que atendem ao requisito de legislação específica quanto aos itens citados, no entanto, não reduzindo os índices de acidentes, ainda mantém a taxa próxima a 20 mortes por cem mil habitantes desde 2004.

Ferreira e Ribeiro (2006) discutem que estes números demonstram a gravidade da situação vivenciada hoje pelas cidades, que assustadas com os elevados índices apontados, tratam, inclusive, como caso de saúde pública, já que fica por conta do setor da saúde, a contabilidade dos mortos, o cuidado para com os feridos e ainda o amparo daqueles que sobrevivem com sequelas, às vezes irreversíveis.

Diante dos números alarmantes, faz-se necessário conhecer quais são os principais fatores que impulsionam o supracitado cômputo. Segundo a OMS, em relatório publicado no ano 2015, os principais fatores de risco no trânsito, que são: uso de cinto de segurança, capacete, limite de velocidade, segurança para crianças e proibição de ingestão de bebida alcoólica antes de dirigir. Além disso, pode-se destacar, também, como fatores de risco o crescimento desenfreado da frota de veículos associada à negligência, imperícia e à imprudência na condução dos mesmos, a falta de respeito com o Código de Trânsito ou seu desconhecimento, aparentam ter grande representatividade neste cenário.

Ainda evidenciando os resultados do supracitado relatório, os países que lograram maior êxito na diminuição de mortes no trânsito e seus impactos sociais, atingiram tal feito através da melhoria da legislação e sua aplicação, investimentos em segurança das estradas e dos veículos, bem como melhor ensino, o que realça a valia do presente estudo.

Apresentado todos esses fatos, destacando a importância de uma análise mais detalhada, abordou-se sobre quais as principais razões da ocorrência de acidentes automobilísticos em Ituiutaba-MG, objetivando mensurar qual a importância do conhecimento da Legislação Nacional de Trânsito para alcançar um tráfego viário mais seguro. Além do principal objetivo já mencionado, a investigação sobre as avaliações teóricas aplicadas aos alunos nos centros de formação de condutores, tabulação da quantidade de acidentes que ocorreram no bairro Centro em comparação com os demais bairros, revisar os principais pontos do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, além de quantificar o número de reprovações no exame teórico dos alunos, possibilitando relacionar a má formação dos condutores e seu conseqüente desconhecimento das normas viárias com o crescente número de acidentes.

Em Ituiutaba/MG, como apresenta Alves Neto (2006) em recente pesquisa, não distante desta perspectiva, observa-se grande número de ocorrências de acidentes, sendo que de 2004 para 2014 calculou-se aumento de aproximadamente 120% do número de registros, como descritos na Tabela 1.

Tabela 1: Ituiutaba/MG. Quantitativo de acidentes por tipos no bairro Centro.

<i>Tipo de Acidentes</i>	<i>Registro</i>			
	2004	(%)	2014	(%)
Acidente com veículo automotor	14	12,50	56	22,67
Acidente com motocicleta	81	72,32	169	68,42
Atropelamento	17	15,18	22	8,91
Total	112	100	247	100

Fonte: CBMMG (2016).
Org.: ALVES NETO, F. A.

O aumento da quantidade de acidentes envolvendo motocicletas demonstra que, na verdade, os motociclistas têm se mostrado mais suscetíveis aos acidentes do que os pedestres, ainda que empiricamente estes aparentem ser mais indefesos.

Por certo que, a melhoria da capacidade aquisitiva associada ao baixo custo de sua manutenção, pode ser um fator que desencadeia o aumento da procura e compra de motocicletas. Ademais, a facilidade de compra, associada à ausência de políticas públicas eficazes, no tocante à concessão de habilitação, fiscalização, educação para o trânsito etc., acabam por fazer com que os veículos em geral estejam cada vez acometíveis às infrações de trânsito, culminando em acidentes. Assim justifica-se o presente estudo, visando compreender a forma como os novos condutores tem se formado, investigando se o (des)conhecimento da legislação tem correlação direta com o número de acidentes registrados, hoje relacionado com a falta de segurança no sistema viário de Ituiutaba/MG. Além disso, a presente investigação poderá ainda servir de subsídio para proposição de projeto de extensão cujo

objetivo será a conscientização sobre a educação para o trânsito.

DESENVOLVIMENTO

Diante do que já foi exposto, para uma melhor análise científica sobre o tema, diversas reuniões foram feitas com a equipe pesquisadora e seu coordenador para traçar metas, estratégias de pesquisa, material bibliográfico a ser estudado, definição de plataformas digitais utilizadas na pesquisa, dentre outros aspectos definidos para o melhor andamento da pesquisa.

Após essa fase inicial, começou uma análise de todos os tópicos do CTB, lei 9.503/97 bem como as alterações feitas por pelas leis 13.103/15 e 13.281/16 ambas vigentes além de doutrinas que tratam sobre o assunto.

Após o estudo do CTB, Foi necessário averiguar algumas informações diretamente nas autoescolas e no Centro Avançado de Trânsito – CAT de Ituiutaba-MG, além de obter, materiais disponibilizados aos alunos bem como conhecer um pouco as estruturas oferecidas como forma de auxiliar no desenvolvimento do conhecimento dos alunos, haja vista que tais características são essenciais para uma boa aprendizagem, sendo que, a ausência de alguns requisitos primordiais possui relação estreita com o desconhecimento das normas viárias por parte dos condutores, havendo, conseqüentemente, um nexu com o aumento dos acidentes.

Dando continuidade a pesquisa, houve uma análise da “Apostila do Aluno”, livro que funciona como base de estudo e acompanhamento das aulas teóricas, além de observar a plataforma digital oferecida aos futuros condutores, bem como um estudo e realização de

alguns simulados para tentar mensurar o grau de dificuldade do mesmo, além do levantamento de alguns dados para serem utilizados nessa pesquisa.

Após todas as análises feitas ao longo da pesquisa, surgiu a hipótese de existir uma estreita relação entre os crescentes números de acidentes viários em Ituiutaba-MG e a má qualidade no ensino disponibilizado aos futuros condutores. Ao final da presente pesquisa, analisando os dados obtidos, será possível refutá-la ou seguir com a referida hipótese.

Primeiramente é importante evidenciar a existência de uma plataforma online chamada “Auto Clique Web” que possibilita ao aluno materiais completos e que servem como um auxiliador no processo de aprendizagem. Na referida plataforma, o aluno tem acesso a vídeos explicativos, simulados eletrônicos, matérias completas e até jogos que ajudam na memorização.

Isto posto, mais adiante o aluno encontra um índice completo, dividido em 8 (oito) módulos além de mais dois tópicos que tratam de “conceitos e definições” e “dicionário de siglas”. Mesmo não estando disposto em ordem alfabética, o índice é de fácil entendimento, colorido e também é um auxiliador do aluno no momento de estudo.

No que se refere à clareza das informações, o livro possui uma linguagem simples, em regra, excetuando alguns artigos e trechos de textos legais que possui uma linguagem um pouco mais rebuscada, porém isso não faz com que o livro perca sua clareza e adequação para com o aluno. Conclui-se, portanto, que a apostila possui um conteúdo de fácil entendimento, possuindo um conteúdo completo, que possibilita ao aluno uma noção suficiente de trânsito. Os conteúdos são bem divididos em suas áreas, o que facilita a

compreensão. Ademais, a abrangência do conteúdo é bastante satisfatória e por ser assim, o aluno consegue adquirir noções de trânsito ao apreciar a obra.

Um ponto destoante das qualidades supracitadas da apostila são as ilustrações. Há algumas imagens que não são muito esclarecedoras. Na maioria das imagens, as figuras são pequenas e um pouco confusas. Porém, há de se evidenciar que, por toda a obra, existem várias ilustrações/fotos sempre coloridas. Os módulos possuem cores distintas, facilitando o estudo. Observou-se que faltam tabelas na apostila, o que facilitaria a compreensão por parte do aluno. Excetuando a parte de infrações, praticamente não existem tabelas e quadros sinóticos para ajudar na memorização.

Após apreciar a obra, pode-se concluir que a apostila abrange o conteúdo necessário para uma correta formação, possui linguagem simples, informações claras.

Ao que se refere à avaliação teórica, esta é feita por uma prova de múltipla-escolha contendo 30 questões e o aluno para ser aprovado deve acertar no mínimo 21 questões. Cada questão possui 4 (quatro) alternativas. Depois de estudar a prova e fazer vários simulados, é possível concluir que a mesma não é muito complexa e não avalia de forma plausível o conhecimento de trânsito do aluno. Os enunciados são curtos e várias alternativas são extremamente erradas, possibilitando o aluno, por muitas vezes, acertar questões as quais não detinha um conhecimento básico. Entretanto, ainda assim os índices de aprovação não são satisfatórios, como resta demonstrado na tabela 02 que se segue:

Tabela 2: Índice de aprovação dos alunos de Ituiutaba em provas teóricas

Exames Teórico Técnico de Legislação de Trânsito por Aprovação – Modalidade Prova Eletrônica e Manual. De Junho/2016 a Junho/2017

Cidade: ITUIUTABA

Índice de Desempenho: 0,00%

Página: 1

Código	Nome CFC	Total Candidatos	Total Aprovados	Percentual Aprovação
55001	CFC ANA PAULA	197	111	56,35 %
64401	CFC ELISABETH MARIA DIAS E CIA	261	155	59,39 %
64403	CFC ELISABETH MARIA DIAS E CIA	823	551	66,95 %
221001	CFC FERREIRA E DINIZ	368	214	58,15 %
111101	CFC ITUIUTABA	129	72	55,81 %

Fonte: DETRAN-MG, 2017

Se comparado aos números da capital mineira, Belo Horizonte, os números de Ituiutaba também são inferiores. Não será apresentada toda a lista das autoescolas de Belo Horizonte devido a sua extensão, porém a tabela 03 a seguir mostra o índice de desempenho geral.

Tabela 3: Índice de aprovação dos alunos de Belo Horizonte em provas teóricas

Exames Teórico Técnico de Legislação de Trânsito por Aprovação – Modalidade Prova Eletrônica e Manual.
Julho/2007

Cidade: BELO HORIZONTE

Índice de Desempenho: 68,00%

Página: 1

Código	Nome CFC	Total Candidatos	Total Aprovados	Percentual Aprovação
48101	CFC ACROPOLE.LTDA	12	8	66,67 %
83501	CFC ACTIVA.LTDA	12	10	83,33 %
108201	CFC ADREGO E CARVALHO (CARVALHO)	22	17	77,27 %
45001	CFC AEROPORTO	9	5	55,56 %
132601	CFC AGAPE	18	12	66,67 %
146101	CFC AGUIA	26	19	73,08 %
80401	CFC ALFA E OMEGA	21	15	71,43 %
80403	CFC ALFA E OMEGA	15	10	66,67 %
601	CFC ALMADA (OLIVEIRA E OLIVEIRA)	43	39	90,70 %
603	CFC ALMADA (OLIVEIRA E OLIVEIRA)	25	24	96,00 %
604	CFC ALMADA (OLIVEIRA E OLIVEIRA)	39	34	87,18 %
605	CFC ALMADA (OLIVEIRA E OLIVEIRA)	23	19	82,61 %
154701	CFC ALMEIDA	15	8	53,33 %
801	CFC ALMIRANTE	14	13	92,86 %
135901	CFC ALPHAVILLE	15	13	86,67 %
97201	CFC ALTERNATIVA	41	24	58,54 %
143301	CFC ANA PAULA BOTELHO E BOTELHO	23	16	69,57 %
56401	CFC APROVA	1	1	100,00 %
138501	CFC APROVAR	7	3	42,86 %

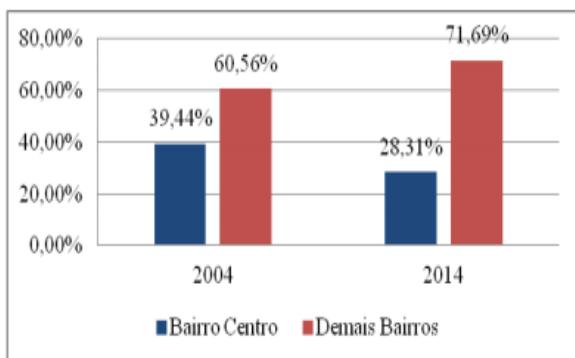
Fonte: DETRAN-MG, 2017.

Os números apresentados chamam a atenção para um possível desconhecimento da legislação de trânsito

dos alunos de Ituiutaba-MG. Existe várias hipótese que podem tentar decifrar o motivo de índices não satisfatórios. Uma das hipóteses relaciona o índice não satisfatório à falta de qualidade no ensino, havendo um claro e inequívoco prejuízo para os alunos, incluindo os aprovados, vindo a interferir no aumento dos números de acidentes viários locais. Como já relatado, o nível da prova não é considerado difícil, isso agrava ainda mais os dados apresentados.

Sobre o quantitativo dos incidentes automobilísticos no bairro Centro e nos demais, segue o gráfico 01, clarificando que uma diminuição do número de acidentes no centro da cidade, aumentando-se, no entanto, o registro nos demais bairros, sendo um dos objetivos deste capítulo, como já mencionado anteriormente, a mensuração e comparação dos acidentes ocorridos no centro e nos demais bairros.

Gráfico 01: Ituiutaba/MG. Percentual de acidentes no bairro Centro e nos demais bairros da cidade – CBMMG.



Fonte: CBMMG (2016).
Org.: ALVES NETO, F. A.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante toda a pesquisa, buscou-se evidenciar a importância do tema. Os dados apresentados são esclarecedores do quão relevante são as pesquisas que versam sobre o Trânsito, acidentes viários e suas consequências sociais, pois, como restou demonstrado, as lesões causadas no trânsito, às mortes, trazem problemas para a saúde pública, dentre outros aspectos, bem como para o Estado, visto que, ele deve prezar pelo bem estar social, pela igualdade, dentre outros pilares, e as consequências dos acidentes viários atingem diretamente essa base social, além dos ônus gerados ao Estado.

Após revisar o CTB, analisar doutrinas, gráficos e materiais didáticos disponibilizados, além de investigar o nível de dificuldade do exame técnico teórico de trânsito e sua capacidade de avaliar o nível de conhecimento do candidato, conclui-se que há uma relação entre os crescentes números com uma má qualidade no ensino.

Após a análise de todo material/estrutura disponibilizado aos alunos e a obtenção dos resultados de aprovação dos candidatos locais, é impossível refutar tal conclusão. Fica claro que existe um problema no ensino, sendo ele por vezes superficial e ineficiente, causando problemas graves. Como foi demonstrado na Tabela 1, os números dos acidentes estão aumentando de forma alarmante.

Diante disso, há necessidade de constituir políticas públicas de qualidade, visando à solução para tal problemática, além disso, é de suma importância uma maior fiscalização nos Centros de Formação de Condutores, visando garantir maior qualidade no ensino, bem como a criação de novos meios de avaliação e

controle, além de tornar mais rígido os meios de análise do nível de conhecimento dos alunos.

Não é prudente apenas criar métodos para que se obtenham melhores índices de aprovação, deve-se focar em encontrar formas mais adequadas de ensino para que os futuros condutores tenham um conhecimento amplo acerca da legislação viária, diminuindo, conseqüentemente, os números de acidentes, possibilitando amenizar problemática e todos os efeitos sociais gerados por eles.

REFERÊNCIAS

ALVES NETO, F. A. **TRÂNSITO E MOBILIDADE URBANA**: utilização de geotecnologias para espacialização de acidentes em Ituiutaba/MG. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997**. Brasília: Presidência da República do Brasil, 1997. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503.htm

DA SILVA, Fábio G. Sobreira ; DA SILVA, Felix Ribeiro . **CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO COMENTADO E ANOTADO** : Para concursos. 2ª. ed. Santa Catarina: Clube de Autores, 2017. 700 p.

DE ARAUJO, Julyver Modesto. **As contradições e imperfeições do Código de Trânsito Brasileiro**: Analisa algumas das falhas da legislação de trânsito.. Disponível em:<<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2555/>

As-contradicoes-e-imperfeicoes-do-Codigo-de-Transito-Brasileiro>. Acesso em: 27 set. 2017.

DETRAN/MG. **COMO OBTER A PRIMEIRA HABILITAÇÃO**. Disponível em: <<https://www.detran.mg.gov.br/habilitacao/1-habilitacao-quer-ser-condutor/como-obter-a-primeira-habilitacao>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil** . 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FRANZ, Cristine Maria; VIEIRA SEBERINO, Jose Roberto. **A HISTÓRIA DO TRÂNSITO E SUA EVOLUÇÃO** . Disponível em: <http://www.transitobr.com.br/downloads/a_historia_do_transito_e_sua_evolucao.pdf>. Acesso em: 25 out. 2017.

GAMA, Cinthia. **CTB COMENTADO: Constituição das Leis de Trânsito**. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/72051314/03-CTB-COMENTADO>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

MITIDIERO, Nei Pires. **Comentários ao código de trânsito brasileiro: direito de trânsito e direito administrativo de trânsito**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **FORTALECENDO A LEGISLAÇÃO DE SEGURANÇA VIÁRIA: Um resumo para decisores governamentais**. Disponível em: <<http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/145705/6/WH>

O_NMH_NVI_14.8_por.pdf?ua=1>. Acesso em: 17 set. 2017.

RIZZARDO, Arnaldo. **Comentários ao código de trânsito brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998. 855 p.

VASCONCELOS, Eduardo Alcântara. **O que é trânsito**. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. 120 p.**WORLD HEALTH ORGANIZATION. Global status report on road safety 2015. Disponível em:<http://www.who.int/violence_injury_prevention/road_safety_status/2015/Summary_GSRRS2015_POR.pdf?ua=1**

CAPÍTULO 06

IDEAÇÃO SUICIDA NA GRADUAÇÃO: INVESTIGAÇÃO DA OCORRÊNCIA EM GRADUANDOS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Nailton Souza Melo²⁴; Lethícia Souza Moura²⁵; Eleusa Gallo Rosenberg²⁶

INTRODUÇÃO

O suicídio se apresenta nos dias atuais como uma entre as dez principais causas de morte no mundo, e a segunda ou terceira causa de mortes entre adolescentes e jovens adultos. Tal fato se relaciona ao momento em que o sujeito se encontra, geralmente dotado de um turbilhão de obrigações e cobranças, onde o mesmo busca estabelecer novas relações sociais, ingressa no ensino superior e envolve-se em relacionamentos afetivo-sexuais, ou simplesmente estão buscando assunção de novas perspectivas financeiras. Portanto, pode ser dito

24 Acadêmico do curso de Graduação em Psicologia pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Ituiutaba.

25 Acadêmica do curso de Graduação em Psicologia pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Ituiutaba.

26 Dra. professora da graduação em Psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) Unidade Ituiutaba, orientadora da pesquisa

que estes têm vivenciando conflitos e estão emocionalmente instáveis e vulneráveis (WERLANG, 2013)

A partir de um recorte especial nessas populações, encontra-se o jovem universitário, que dedicou grande quantidade de tempo para atingir o sonho da graduação, agora se depara com a concretização do desejado e, por muitas vezes, descobrindo outras faces dessa realização as quais não respondem bem pelo que idealizava. O universitário pode ser tomado por raiva, tédio, desmotivação e se apresenta em profunda infelicidade. O sujeito então passa a se encontrar em um momento de vazio existencial e de negação da própria realidade.

Diante do contingente de situações e fatores que culminam no suicídio entre universitários, Wilcox et al. (2011, apud, Raposo et al. 2016), acrescenta ainda a pressão acadêmica e a insegurança quanto ao futuro pós acadêmico. Ou seja, sente-se cobrado pela sociedade, de forma real ou irreal e o universitário ainda está perdido e cheio de dúvidas quanto ao seu futuro.

Objetivo

Este artigo decorre de uma pesquisa feita no Estágio Básico II com universitários da Universidade do Estado de Minas Gerais. O objetivo era da pesquisa foi conhecer os fatores que levariam a(o) universitário(o) ao suicídio, através do anseio em conhecer como os (as) jovens universitários (as) concebem o suicídio, identificar a forma com que os (as) universitários (as) vivenciam as dificuldades da graduação, investigando questões quanto ao desejo implícito ou explícito de suicídio entre jovens em relação às cobranças da vida acadêmica, também analisando o estilo de vida dos (as)

universitários (as) quanto ao cuidado com sua saúde mental.

Justificativa

O ingresso em uma graduação pode eliciar diversos sentimentos e emoções ao longo desse percurso. No entanto, o (a) universitário (a) depois de depositar grande quantidade de tempo para ingressar em uma graduação, ao atingi-la, pode não conseguir manter o mesmo apreço que cultivava pelo curso, antes desejado e agora real. A esse fato tem se associado a outras situações como, por exemplo, o fato de que muitos jovens por vezes acabam se distanciando de suas famílias e amigos para cursar a graduação. Esses fatores podem desencadear sentimentos controversos como angústia, isolamento, abandono, falta de identificação e até depressão.

Mesmo que o número de suicídio entre universitários não seja tão expressivo, é um campo de pesquisa necessário para investigação, pois esta pesquisa se justifica na busca por identificar quesitos fortemente vinculados à ideação suicida (idealizar e planejar o suicídio), como estresse, depressão, relação com a família, vivência acadêmica, frequência ao psicólogo, desejo da finitude, agressividade e conhecimentos sobre o suicídio, seus indicadores e motivadores entre universitárias (os).

Relevância Social

Partindo do fato de que o suicídio é um fato social emergencial e que merece estudos e pesquisas para se conhecer o fenômeno objetivando reduzir sua ocorrência

e contribuir para investigações sobre qualidade de vida de jovens adultos (as) universitários. (as) A contribuição desta pesquisa contempla a necessidade de dar crédito à urgência pela necessidade de se conhecer na perspectiva de intervir com ações sociais e de saúde mental focadas na prevenção.

Referencial Teórico

Van Egmond e Diekstra (1989, apud, MELLO, 2000) aponta que o suicídio entre toda a população mundial é mais comum entre os homens de 25 a 35 anos, porém, a tentativa de suicídio é maior entre as mulheres de 18 a 30 anos. Os autores ainda traçam um panorama sobre o perfil dos grupos que desejam o autoextermínio, como sendo de desempregados, brancos, portadores de alguma psicopatologia e com consumo de álcool ou substâncias ilícitas.

A faixa etária de risco é hoje a que mais compõe as universidades (Suicide Prevention Resource Center [SPRC], 2004; Schwartz, 2006, Drum, Brownson, Burton & Smith, 2009, apud, PEREIRA, 2015). Welch (2001, apud, BERNARDES; TURINI; MATSUO, 2010) sinaliza que o grupo de maior risco é composto por jovens do sexo feminino. Von et al. (sd, FRANCA; COLARES, 2008) aponta para um fato preocupante, os jovens tem adotado práticas que põe em risco a própria saúde, dentre elas: uso de álcool, drogas e tabagismo; distúrbios do peso ligados a má alimentação; comportamentos sexuais sem o uso de preservativos e sedentarismo.

Estudos realizados por Baggio, Palazzo e Aertz (2009) enfatizam forte relação entre depressão e suicídio refletidos em casos de isolamento e quietude (poucos

laços sociais e muito isolamento), principalmente entre jovens. A identificação social é um dos elementos mais importantes do grupo enquanto instituição e é este mesmo evento que coloca essa instituição como um dos fatores que levará o indivíduo a se manifestar diante da ideia suicida, tanto na direção, quanto oposto a ela. Geralmente, jovens que desejam o suicídio tem grande déficit na criação de vínculos de amizade e ou se aproximam de pessoas que podem contribuir diretamente com seu desejo, ou seja, grupos que pouco poderão contribuir com seu sofrimento emocional.

A transição do ensino médio para a graduação é um momento extremamente singular, pois na maioria dos casos é sinônimo de uma vida distante da família, pressão por automanutenção e adequação a rotina acadêmica, ou seja, cobrança pela maturidade (GOMES, 2008). É comum o jovem adulto ter dificuldade para se desprender da vida que levavam antes da graduação, bem próxima dos pais, o que acaba sendo quebrado abruptamente com a graduação (FLEEMING, 1997), apud, GOMES, 2008). O primeiro ano pode simbolizar no jovem adulto, uma espécie de transição para a vida adulta calcada nas muitas responsabilidades que sobre ele recairá (RABELLO et al., s/d).

O ingresso na universidade na maior parte das vezes é conturbado, inundado de sentimentos ligados a nova realidade que recai sobre o indivíduo (ALMEIDA, 2005, apud, GOMES, 2008). Gonçalves, Freitas e Sequeira (2001, apud, PEREIRA, 2015) apontam para o fato de que nesse período aparecem muitos desafios e incertezas na vida da (o) universitária (o).

A depressão é recorrente entre universitários (as) e está relacionada a fatores de rendimento acadêmico, social ou econômico (DIAS; FONTAINE, 2001, apud, GOMES, 2008). Sensação de isolamento e abandono

podem surgir principalmente em estudantes que se afastaram de sua família para buscar a graduação. O jovem se sente forçado a ter autonomia própria e a se desprender de seus familiares, sua casa, sua identidade, seus amigos e passa a ter responsabilidades (ALMEIDA, 2005, apud, GOMES, 2008).

O ingresso na universidade como um dispositivo para a independência pode preceder a necessidade pela agilidade frente a algumas questões indispensáveis ao ser humano, como por exemplo a alimentação. Dentro desse tema, Almeida et al. (2013) levanta que em muitos casos, quem passará a se responsabilizar pela alimentação é justamente o próprio universitário, que para dentro de questões que limitem ou redirecionem a disposição ao cuidado alimentar, vai fazer com que o mesmo na busca por soluções mais práticas ou meramente saudáveis modifique seu comportamento alimentar passando a consumir alimentos pouco saudáveis e incoerentes com uma dieta balanceada, como aponta Linhares (2012), alimentos ricos em sódio, gorduras e açúcares.

Outro fator muito importante a ser levado em consideração é o fato do desejo da liberdade ter sido almejado. Agora o jovem pode ser quem ele deseja ser, assumir a identidade aprisionada pelo contexto familiar, ou seja, o ingresso na universidade pode representar distanciamento das regras da família e possibilidade de realizar todas as atividades as quais seus responsáveis não acordam (RABELLO; PASSOS, p.9 s/d).

No universo da sexualidade, compreendendo levando em consideração que nos dias atuais o maior número de pessoas que estão contraindo o vírus HIV é o grupo de 15 a 24 anos (LOPES; ELIANA; ANDRADE; 2004), a preocupação no campo da sexualidade também atravessa o momento da graduação, visto que essa faixa de idade compreende o grupo que corresponde a maior

parcela dos (as) universitários (as) jovens. A entrada na universidade aliada a uma precariedade da fiscalização de seus responsáveis e ausência de empoderamento de saúde sexual e reprodutiva pode ocorrer possibilidade para uma vida sexual envolta por dificuldades na prevenção à infecções sexualmente transmissíveis ou mesmo uma gravidez indesejada ou não planejada.

DESENVOLVIMENTO

Material e Método

A pesquisa parte de levantamento bibliográfico em bases de dados como BVS, LILACS, MEDLINE, EBSCO, SCIELO, GOOGLE ACADÊMICO, EBAH, Banco de dados de dissertações e teses on line, e livros o tema deste estudo (ideação suicida entre jovens universitários), procurando compreender sobre o estado da arte do mesmo. Logo, houve a aplicação de um questionário contemplando questões sobre conhecimento dos fatores (dentre eles relacionais, sociais, econômicos e etc) relacionados à ideação suicida, dentre eles, relação familiar, consumo de substancias e considerações próprias sobre estarem vivendo um contexto que possa levar-lhes a ações de autoextermínio.

Os sujeitos da pesquisa foram recrutados conforme seleção da amostragem aleatória simples, convidados pelos entrevistadores a responder o questionário. Estes participantes deveriam aceitar participar, ter idade igual ou superior a 18 anos, não possuir quadro traumático que impusesse limitações à participação e aceitar preencher todas as informações requeridas.

Apresentação dos Resultados

Para tratamento dos dados quantitativos obtidos no questionário realizado foi a seguinte sequência: a) estabelecimento de categorias; b) codificação; c) tabulação; d) análise estatística dos dados com o teste de significância; e) avaliação das generalizações obtidas com os dados; f) inferência de relações causais; e g) interpretação dos dados (Gil, 1999). Para o tratamento dos dados qualitativos foi realizada a leitura exaustiva do material e serão analisados a partir das respostas encontradas, que serão transcritas em sua íntegra e aglutinadas em categorias segundo análise do conteúdo (BARDIN, 1977).

A estrutura conceitual de estudos já desenvolvidos sobre a temática em questão funcionaram como norteadores para a investigação, portanto as noções envolvidas, tais como: cuidados com a saúde e estilo de vida na modernidade, disfunções psicológicas, morte, luto, doenças crônicas, são conceitos elaborados através de estudos já produzidos. Sendo assim, empregado foi a abordagem metodológica quantitativa e qualitativa em pesquisa, sem assumir um referencial teórico único como perspectiva de desenvolvimento da análise dos dados.

A universidade pública investigada tem 13 cursos de graduação, a saber: Agronomia, Ciências Biológicas, Direito, Educação Física, Engenharia de Computação, Engenharia Elétrica, Pedagogia, Psicologia, Química, Sistema de Informação, Tecnologia em Agronegócio, Tecnologia em Gestão Ambiental e Tecnologia em Produção Sucoalcooleira. Os sujeitos foram selecionados a partir da amostragem aleatória simples, pois haveria restrição operacional e não se pode garantir o acesso a todos os elementos da população

(GONÇALVES, 2009). Dos treze cursos, 10% da população foi atingida. Os questionários foram aplicados no segundo período de Pedagogia, segundo período de Educação Física, oitavo período de Sistemas de Informação, nono período de Engenharia da Computação e sexto período de Agronomia.

Responderam os questionários, 100 pessoas, sendo que, 44 (quarenta e quatro) homens e 56 (cinquenta e seis) mulheres, absolutamente todos heterossexuais. Homens com média de faixa etária de 24 anos e mulheres com faixa etária de 26 anos. Entre os homens, 12 pardos, 28 brancos, 3 negros e 1 amarelo. Logo mulheres, 4 amarelas, 37 brancas, 8 negras e 7 pardas. Quanto ao estado civil consideramos para homens: 75% solteiros, 11,1% em união estável, 6,7% divorciados e mesma porcentagem de casados. Entre o público feminino contabiliza-se: 65,5% solteiras, 14,9% em união estável, 5,7% divorciadas e 13,8% casadas.

Levando em consideração que as famílias de um sujeito tem grande participação nos seus processos de desenvolvimento e concomitante responsabilidade quanto a ações que podem eliciar a ideação suicida (BAGGIO; PALAZZO; AERTZ, 2009) consideramos para dentro de nossa pesquisa uma questão que trata justamente da relação do universitário com sua família, em que se observa entre homens: 45,6% consideram sua relação em família como ótima, 24,6% como boa, 7% como razoável e 22,8% como ruim. Entre as mulheres ocorre: 71,9% considera sua relação com sua família como ótima, 24,7% como boa e 3,3 como razoável.

Dutra (2012) apresenta concepções sobre fatores recorrentes à sociedade atual que estigmatiza o homem em sua banalização. A cada dia que passa parece mais evidente, por conta do imediatismo e descartabilidade, as relações desgastadas entre familiares, que não mais se

conhecem ou se aceitam. É frequente, portanto, relacionar históricos familiares conturbados ou não com históricos de agressão em família. Pais e outros familiares comumente agridem seus filhos por diversos motivos, desde o relato de educação por correção de maus hábitos por punição física a questões mais polêmicas de agressão tendo por motivo o não gostar da criança ou adolescente por motivos independentes das ações destes.

A agressão foi avaliada numa questão de múltipla escolha que buscava levantar se o participante já foi agredido por pai, mãe e outro parente e levando em consideração tipos de justificativas a serem assinalados. O pai como agressor aparece em 42,3% dos questionários respondidos por homens e a mãe em 34,6% dos questionários, enquanto que outros aparecem em 23,1% dos questionários. Quando se fala em mulheres 37,3% dos questionários apresentam o pai como agressor, 49% sendo a mãe e 13,7% de outras pessoas. Considerando os tipos de justificativas a serem assinalados o grupo masculino aponta: 2,5% deles foram agredidos frequentemente, porém consideram que mereceram; 32,5% foram agredidos em baixa frequência, acreditando terem merecido; 2,5% agredidos em baixa frequência e sem motivo enquanto que 62,5% desse grupo assinalaram que jamais foram agredidos por seus pais. O grupo feminino revela que o pai é responsável por agressão em 37,3% desse público, a mãe aparece em 49% dos questionários e outros aparecem em 13,7% da responsabilidade por agressões e especificados por muitas delas como sendo parceiros. As justificativas quanto a agressão considera 7,8% de agressão frequente e por merecimento, 1,1% de agressão frequente e sem motivo, 24,4% de agressão em baixa frequência tendo merecido, 4,4% de agressões em baixa frequência sem

motivos aparentes, 57,8% desse público assinala jamais ter sido agredidas e 4,4% assinala e outros em que afirmam: Luci²⁷ - “*Não considero que seja agressão, tem que bater pra aprender que é errado certas coisas*”.

Não é possível falar em ideação suicida sem se quer mencionar a preocupação do grupo analisado quanto suas preocupações diante de sua saúde mental. Para sanar essa necessidade a seguinte questão faz referência a existência ou não de preocupação com a saúde mental. O público masculino em 48,9% dos casos se preocupa muito com a saúde mental, 21,3% se preocupam, mas não muito, 10,6% se preocupa às vezes e 12,8% não se preocupam. Para o grupo feminino, 68,2% se preocupa muito, 30,6% se preocupa, mas não muito e 1,1% se preocupa às vezes.

Aproveitando a questão quanto à preocupação com a saúde mental submetemos a outra questão quanto aos tipos de sofrimentos mentais que esses universitários poderiam em algum momento ter passado. O público masculino aponta à depressão em 9,2%, tristeza profunda em 15,4%, sensação de abandono em 13,8%, vontades sem precedentes de se retrair ou chorar em 12,3%, outros 41,5% apontam que ao ficarem tristes logo se recuperam e 7,6% desejou uso de feedback. As mulheres questionadas apontaram depressão em 6,6%, tristeza profunda em 12,4%, sensação de abandono em 11,6%, vontade sem precedentes de se retrair e ou chorar em 16,5%, enquanto que 47,9% aponta ficar triste e logo se recuperar e 4,9% optou pelo uso do feedback em que Rose²⁸ afirma: “*Já passei pela maior parte destes, hoje eu me recupero bem, me sinto melhor*”.

A possibilidade de mudança no próprio corpo vem a ser, antes de um simples desejo, uma preocupação humana considerável, portanto foi questionado ao grupo avaliado a possibilidade de uma fictícia mudança que poderia ser realizada de uma forma a mudar o que desejasse. Quanto aos homens, 7,5% mudaria muita coisa, 27,5 mudaria algumas coisas, 15% mudaria quase nada, 12,5% não sabe bem o que mudaria, mas o faria, 35% acredita que não possui necessidade de intervir, está satisfeito. 2,5% traz sua resposta como um feedback (outro) apontando que a mudança que eles precisam é quanto a perda de peso e passar a ter mais cuidado com alimentação e prática de atividades físicas. O público feminino aponta 10,7% desejando mudar muita coisa, 40,9% deseja mudar algumas coisas, 15% quase nada, 6,4% não sabe bem o que mudar, mas o faria, 20,4 não interviriam por estarem satisfeitas e 6,4% apontam como resposta o feedback: perda de peso, procura por prática de esporte e quanto a mudança há o relato de mudança no cabelo.

A ampla condição que pode desencadear a ideação suicida nos leva a questionar quanto ao consumo de álcool e drogas, tido por Baggio, Palazzo e Aerts (2009) como uma das condições que compõe os grupos de risco para suicídio e diante de nossa pesquisa vem a revelar-nos uma população masculina que diante do consumo de álcool: 19,6% usa com frequência, 2,2% assumindo possibilidade de estar em uso excessivo, 39,1 diz estar utilizando controladamente, 6,5% abandonou o uso e 32,6 a se declarar não usuária. Para o grupo feminino temos 11,4% em uso frequente, 6,8% assumindo possibilidade de estar em uso excessivo, 45,4% de controle sobre o uso, 13,6% abandonou o uso, 20,4% jamais usou ou apenas provou. Entre as mulheres um grupo de 2,3% de feedbacks (outras respostas) como

por exemplo Alice²⁹ que diz utilizar de consumo de bebidas que possam lhe auxiliar quanto a sua saúde: *“tomo uma tacinha de vinho todos os dias, mas é por saúde”*. Um estudo produzido entre universitários relaciona o abuso de álcool como um dos quesitos principais que explicariam a tentativa de suicídio por parte de um indivíduo (DUTRA, 2005).

Quanto ao uso de drogas ilícitas considera-se ao público masculino: 4,5% de abandono ao uso, 34% tendo jamais usado ou apenas provado, explicitado por Fredd³⁰ - *“Jamais usei, jamais vou usar”*; Patrick³¹ - *“Nunca usei, nem tenho vontade”*. O grupo feminino revela: 83,9% de jamais usou ou apenas provou e 16,1% de feedbacks voltados à repulsa pelo consumo de drogas.

Em casos de episódios depressivos, outra característica que compõe segundo Cavestro e Rocha (2006) um grupo de risco. Segundo os autores, acredita-se que cerca de 20% a 25% dos estudantes universitários (as) apresentam algum tipo de transtorno psiquiátrico ao longo da vida, sinalizando assim para a observação de estados depressivos questionando para as ações que lhes conferem controle e sensações mais confortáveis. Assim, para o grupo masculino temos isolamento em 15,8%, diálogo com religiosos em 0,9%, diálogo com pai e mãe em 9,3%, conversar com amigos em 22,4%, ir pra balada 3,7%, dormir mais 20,5%, beber mais 4,7%, 21,9% medicar-se, aumento no consumo de alimentos 7,5%, maltrata todo mundo 43,7%, pensamentos suicidas 1,9%, nunca passou por isso 4,7%, enquanto que 2,8%

assinaram outros alegando que: Louis³² – “ouço música” e Andrew³³ – “estudo mais”. 11,2% das mulheres se isolam, 4,6% conversam com religiosos, 13,2% conversam com pai e mãe, 16,8% conversa com amigos, 3% vai para a balada, 13,8% dorme mais, 8,2% bebe mais, 16,8% come mais, 4% maltrata todo mundo, 2,5% pensa em suicídio, 1% pensa em matar alguém, 0,5% não passou por isso e 4% assinalaram outro alegando que ouvem músicas ou se exercitam. Borges e Werlang (2006) apontam que as mulheres possuem maior propensão à depressão, o que vem a explicar o porquê do suicídio ser mais associado a esse grupo nesse quesito.

A exposição à agressividade é um fator que, segundo Baggio, Palazzo e Aertz (2009), confere ao grupo de risco a preocupação para com as formas com que o universitário busca sua reorganização e resolução frente a esses sentimentos. Foi então abordada uma questão sugerindo que estressores fossem contextualizados dentro de questões que para a literatura fossem indicadores, como o isolamento social. Em momento de raiva 12,6% dos homens se isolam, 2,5% conversa com religiosos, 11,4% conversa com mãe ou pai, 20,2% conversa com amigos, 5,1% vai para a balada, 8,9% dorme mais, 3,8% bebe mais, 10,1% come mais, 1,3% maltrata todo mundo, 3,8% pensa em matar alguém, 2,5% pensa em suicídio, 11,4% jamais passou por isso e 6,3% utilizando o feedback se diz sair e ouvir música. O público feminino demonstra: isolar em 13,4%, conversar com religiosos 2,4%, conversar com pai e mãe 9,7%, conversar com amigos em 18,3%, ir para a balada

em 3%, dormir mais 6,7%, beber mais 6,7%, uso de medicamentos 1,8%, aumento no consumo de alimentos 14,6%, maltrata todo mundo 14,6%, pensa em matar alguém 2,4%, jamais passou por isso 6,7% e uso do feedback em 7,9% revelando preferência por sair de casa e ouvir música.

Frequentar um psicólogo não é uma regra, mas pode ser decisório na vida de uma pessoa diante de patologias como depressão, condições de desajustes emocionais e ideação suicida. Para tal fato questionamos quanto a frequência de visitação ao psicólogo. Consideramos para o público masculino: 6,8% vai sempre que necessita, outros 6,8% vão apenas se estiverem mal, 36,4 ainda não visitou um psicólogo, mas o deseja, 29,5% jamais procuraria e 20,4 iriam apenas em recomendação médica e exigência do trabalho. No público feminino 17,8% frequenta o psicólogo sempre que necessita, 7,1% vai apenas se estiver mal, 54,8% ainda não procurou, mas o deseja, 4,8% jamais procuraria e 15,5% apenas por recomendação médica e exigência do trabalho.

Borges e Werlang (2006), nos traz que a ideação suicida no jovem adulto assim como na adolescência é muito comum pelo fato da impulsividade ser muito usada para resolver problemas e completa colocando o público feminino como o que mais almeja a finitude. Logo, realizamos como uma questão mais direta quanto ao desejo pelo suicídio e a possibilidade da graduação estar a influenciá-lo. Nesse caso 4,5% dos homens desejaram o suicídio mesmo antes de iniciar a graduação, **31,8% assinala que ocorreu depois do ingresso na graduação, 2,4% desejou a muito tempo, antes da graduação, 6,8% a muito tempo e não sabe dizer se a graduação influencia e 54,5 % jamais pensou em suicídio.** Entre o grupo feminino, 10,7% já desejou o

suicídio com frequência e depois de iniciar a graduação, 3,6% diz ser frequente e mesmo antes de iniciar a graduação, 3,6% também frequentemente, no entanto sem saber se a universidade as influencia, 1,8% assinala ter ocorrido a muitos anos e antes da graduação, 12,5 já teve raros desejos, mas não sabe dizer de a graduação influencia e 48,2% jamais teve o desejo.

Ao adentrar no objetivo da pesquisa e questionamos o que viria a ser um causador de suicídio tipicamente universitário. Partimos do pressuposto de que a depressão é recorrente entre universitários (as) e está relacionada a fatores de rendimento acadêmico, social ou econômico (DIAS; FONTAINE, 2001, apud, GOMES, 2008). Consideramos que o grupo masculino aponta em 22,4% a academia se tornado um fardo, 26,3% a associação a outras patologias e estresse, 5,3% relata desilusão, 5,3% empregabilidade e financeiro, 2,6% causa espiritual, 3,9% Bullying e preconceito, 1,3% autonomia, 23,7% relações familiares, amorosas e sociais, 1,3% álcool e drogas, 5,3% não acredita que haja motivos para tirar a vida e 2,6% não sabe. O grupo feminino aponta a graduação como um fardo em 11,7%, estresse e patologias em 28,7%, desilusão em 6,4%, empregabilidade e financeiro em 4,2% motivação espiritual em 3,2%, Bullying e preconceito em 10,6%, relações familiares, amorosas e sociais em 21,3%, álcool e drogas em 2,1%, não haver motivos para tal 5,3% e não sabe 6,4%. O tempo que a academia consome da vida destes, a cobrança, a possibilidade de já existir alguma patologia neste universitário e as relações familiares são outros grandes significantes para eliciar a ideia suicida segundo a amostra. De modo que, é percebido pelos graduandos um fenômeno de dificuldade de adaptação ao contexto universitário extremamente considerável, envolvendo as novas relações, as regras do

campo da graduação/instituição, as cobranças, a formação de vínculo com os professores e a visão que nutrem do pós-graduação.

Buscando o fechamento quanto a verbalização da amostra está uma questão que levanta se o contexto da universidade pode ou não motivar ao suicídio entre universitários. É possível apontar que os homens são um grupo duas vezes maior que as mulheres em afirmar que o contexto universitário pode eliciar o suicídio, de modo que, a maneira como a graduação se dá na vida do sujeito, pode, culminar em comportamentos em sentimentos de desamparo, reveladores da dificuldade de adaptação e de resistir aos processos não apenas acadêmicos que se descortinam na vida do ingressante no contexto universitário.

CONCLUSÃO

A vivência da experiência da educação superior é um momento de potentes transformações que eliciam arranjos e desarrajos das habilidades, relacionamentos sociais, funcionamento familiar, autoestima e etc. O que pode levar a sentimentos de desespero, desesperança e solidão, levando há um quadro depressivo. Sabe-se que o indivíduo que sofre de depressão, com baixas perspectivas de remissão espontânea ou melhoras do contexto interno e/ou externo, se não for tratado biopsicossocialmente tem alta probabilidade da depressão tornar-se crônica, recorrente e incapacitante, podendo em algum episódio mais vulnerabilizador começar a pensar, planejar ou cometer suicídio.

A temática do suicídio é um assunto tabu em nossa sociedade. Pode-se constatar isso quanto à

banalização do suicídio, tanto nos relatos da aplicação quanto nos resultados do gráfico 14 em que aparece o critério “Beira a debilidade” com média para ambos os sexos de 8,2% e constituindo-se em falas que desvalorizam o indivíduo que idealiza a finitude e na fala de participantes como ‘Clara’ que, ao mesmo que se diz em tratamento para se proteger de sua ideação suicida, denuncia o desvalor percebido sobre grupos em ideação. O fator desinformação chama atenção pela possibilidade de degradação das possibilidades de acolhimento ou impermeabilidade de ações de conscientização. Em 42,5% da amostra houve a sinalização de não conhecimento sobre as causas do suicídio, enquanto que ao serem solicitados a citar algum fato que pudesse estar relacionado ao suicídio, 50% dos homens não relataram absolutamente nada e 32,9% das mulheres também o fizeram.

Ser sensível às causas que levam um (a) universitário (a) a pensar na finitude ou atentar contra a própria vida pode ser indicativo de um ambiente social mais hostil ou acolhedor para quem se encontra em sofrimento mental, bem como é possível considerar ainda que, é de grande valor intervenções no tema suicídio que vá de encontro com a permeabilidade dos universitários sobre bem-estar, autolesão, depressão, suicídio e demais possibilidades de temas em saúde mental voltadas diretamente para comportamentos de risco. Se atentar para a permeabilidade é produzir ambiente de acolhimento e aprimoramento das potencialidades desses indivíduos, com destaque àqueles que vivenciam desamparo com ideação suicida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. B. P. et al. Avaliação do comportamento alimentar de estudantes universitários. **Nutrire**. São Paulo, v. 38, p. 411, 2013.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

BAGGIO, L.; PALAZZO, L. S.; AERTS, D. R. G. C. **Planejamento Suicida Entre Adolescentes Escolares: Prevalência e Fatores Associados**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v25n1/15.pdf>>. Acesso em: 05/08/2016

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1979.

BERNARDES, Sara Santos; TURINI, Conceição Aparecida; MATSUO, Tiemi. Perfil das tentativas de suicídio por sobredose intencional de medicamentos atendidas por um Centro de Controle de Intoxicações do Paraná, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 26, n. 7, p. 1366-1372, 2010.

BORGES, V. R.; WERLANG, B. S. G. Estudo de ideação suicida em adolescentes de 15 a 19 anos. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 11, n. 3, p. 345-351, 2006. ISSN 1413-294X.

BOTEGA, Neury José et al. Prevenção do comportamento suicida. **Psico**, v. 37, n. 3, p. 5, 2006.

BOTEGA, Neury José. **Suicídio**: saindo da sombra em direção a um Plano Nacional de Prevenção. Disponível em:

<<http://unicamp.sibi.usp.br/bitstream/handle/SBURI/34752/S1516-44462007000100004.pdf?sequence=1>>.

Acesso em: 25/08/2016

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília (DF) 2004 set/out;57(5):611-4. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf>. Acesso em: 10/10/2009.

CAVESTRO, Julio de Melo; ROCHA, Fabio Lopes. **Prevalência de depressão entre estudantes universitários**. Belo Horizonte. v.1, 2006.

DA FRANCA, Carolina; COLARES, Viviane. Estudo comparativo de condutas de saúde entre universitários no início e no final do curso. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, n. 3, p. 420-427, 2008.

DUTRA, Elza. **Ideação e tentativa de suicídio entre estudantes de psicologia da UFRN**. Relatório de pesquisa apresentado à Pró-reitoria de Pesquisa-Propesq/UFRN, 2007.

DUTRA, Elza. Suicídio de universitários: o vazio existencial de jovens na contemporaneidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 12, n. 3, p. 924-937, 2012.

FICHER, A. M. F. T.; VANSAN, G. A. **Tentativas de Suicídio em Jovens**: aspectos epidemiológicos dos casos atendidos no setor de urgências psiquiátricas de um

hospital geral universitário entre 1988 e 2004. Disponível em: <<http://repositorio.caminhosdocuidado.org/bitstream/handle/475/2/ep.S0103-166X2008000300005.pdf>>. Acesso em: 05/08/2016

FILGUEIRAS, Julio Cesar; HIPPERT, Maria Isabel Steinherz. A polêmica em torno do conceito de estresse. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 19, n. 3, p. 40-51, 1999.

GIGLIO, J. S. (1981). Um estudo de fatores biológicos, sociais e ambientais com provável influência no bem-estar psicológico de universitários. **Revista da Associação Brasileira de Psiquiatria**, 3, 142-146.

GIL, A .C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Filipa Joana Barreto. **Ideação suicida nos estudantes universitários**. 2008. Tese de Doutorado.

GONÇALVES, J. B. **Amostragem: conceitos básicos**. 2009. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAVCsAA/amostragem>>. Acesso em: 10/05/2014.

LINHARES, A. S. L. **Consumo alimentar fora de casa, seus fatores determinantes e associação ao padrão alimentar mediterrâneo**. Trabalho de investigação. Porto Alegre, 2012.

LOPES V, ELIANA C, ANDRADE S. Uma atenção especial ao adolescente soropositivo. In: Adolescência e AIDS: experiências e reflexões sobre o tema. **Rev.**

Saber viver/Programa Nacional de DST e AIDS/SVS - Ministério da saúde. Ed. Especial para profissionais de saúde. 2004;SN:6-54. Extraído de [<http://saberviver.org.br/wp-content/uploads/2012/04/edi%C3%A7%C3%A3o-especial-Jan-2004.pdf>]. Acesso em: 04/ 08/ 2016].

MELLO, Marcelo Feijó de. O Suicídio e suas relações com a psicopatologia: análise qualitativa de seis casos de suicídio racional. **Cad. Saúde Pública** [online]. 2000, vol.16, n.1, pp.163-170. ISSN 1678-4464. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2000000100017>>. Acesso em: 12/08/2016

OLIVEIRA, Cleane S. de et al. **Suicídio entre povos indígenas: um panorama estatístico brasileiro**. 2003.

PEREIRA, Denise Alexandra Rodrigues. **A experiência subjectiva da ideação suicida em estudantes universitários numa perspectiva fenomenológico-existencial**. 2015. Tese de Doutorado.

RABELLO, E.T. e PASSOS, J. S. **Erikson e a teoria psicossocial do desenvolvimento**. Acesso em 22/08/2016.

RAPOSO, José Vasconcelos; SOARES, Ana Rita; SILVA, Filipa; FERNANDES, Marcos Gimenes; TEIXEIRA, Carla Maria. **Níveis de Ideação Suicida Entre Jovens Adultos**. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-02752016000200016>>. Acesso em: 15/08/2016

WERLANG, Blanca. Capítulo II In: **Conselho Federal de Psicologia**. O Suicídio e os Desafios para a

Psicologia / Conselho. Federal de Psicologia. - Brasília:
CFP, 2013.

CAPÍTULO 07

POLÍTICAS PÚBLICAS PRIORITÁRIAS DO SUS: Os Impactos da Judicialização do Direito à Saúde em Ituiutaba/MG³⁴

Cássio da Silva Gonçalves³⁵; Fausto Amador Alves
Neto³⁶

INTRODUÇÃO

O legislador constituinte, ao redigir o texto constitucional, estabeleceu, de maneira taxativa, que Estado Democrático será destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais, individuais e a igualdade como valores supremos da sociedade. Desse modo, o Estado assumiu o dever de prestar obrigações positivas, ou seja, criar meios de efetivação de direitos. Dentre estes, destaca-se o direito à saúde, sendo que quando os entes federados deixam de subsidia-lo, tem-se buscado na chamada “judicialização”, um meio de assegurar sua efetivação.

34 Trabalho financiado pelo Programa Institucional de Apoio à Pesquisa Qualificada (PAPq/UEMG).

35 Graduado em Direito (2013/2018) – Universidade do Estado de Minas Gerais/Unidade Ituiutaba-MG.

36 Doutorando e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. Docente do Curso de Direito da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Ituiutaba.

Por outro lado, em momentos como o atual, percebe-se que tais entes operam com restrições orçamentárias em todos os sentidos, e tal fato afeta diretamente o direito fundamental à saúde dos cidadãos, que não dispendo de outra possibilidade, judicializam o seu direito fundamental, para que o judiciário, interferindo no poder executivo, determine que este promova a efetivação do direito.

Ocorre que no tocante à saúde, podem existir pleitos judiciais dos mais variados possíveis, sendo em algumas vezes, fruto das próprias falhas da administração, e em outros casos, correspondem a uma expectativa de sobrevivência com fármacos e tratamentos médicos ainda em fase experimental. Isso impacta diretamente a política pública de efetivação da saúde, tendo em vista que tais pleitos podem representar elevada parcela de seu orçamento total.

A presente pesquisa demonstra enorme relevância social, visto que, aborda diretamente a efetivação do direito fundamental à saúde através da via judicial, e ainda os impactos causados pela judicialização do mesmo, o que revelará dados relevantes para a própria administração e efetivação da saúde.

Para tanto, foram estudados, além de inúmeros processos judiciais visando a compreensão dos casos concretos, autores especializados em direito constitucional e políticas públicas, tais como, Flávia Bahia, Luís Roberto Barroso, Natalia Masson, Gilma Ferreira Mendes, Ingo Wolfgang Sarlet, Ana Paula Barcelos, Maria das Graças Rua, Patrícia Lucchese, dentre outros.

Desse modo, a presente pesquisa visa entender de que forma esse direito fundamental está sendo judicializado, e se a eleição dessa via está afetando ou não a própria efetivação do direito à saúde.

DESENVOLVIMENTO

Evolução histórica dos direitos fundamentais/sociais:

O presente artigo tem como base estrutural a análise da judicialização do direito social à saúde e o impacto da eleição desta via de efetivação sobre as políticas públicas de oferecimento do mesmo, mais precisamente na cidade de Ituiutaba-MG. Nesse passo, mostra-se de extrema relevância o estudo histórico desta garantia fundamental da sociedade.

Em termos históricos, e com a finalidade de identificar o início do reconhecimento de direitos perante o Estado, não deixando de lado as contribuições do constitucionalismo de tempos anteriores, nos remontamos ao Constitucionalismo Medieval Inglês, algo por volta dos anos de 276 a.C. entre 1453 d.C., haja vista, que nesses idos aconteceu uma das primeiras limitações e imposições de se garantir direitos fundamentais. (MARTINS, 2017)

Isso porque, segundo Martins (2017, p. 55):

Indubitavelmente, um dos documentos mais marcantes do Constitucionalismo Medieval é a “Magna Carta Libertatum”, de 1215, outorgada pelo rei inglês João I (1199-1216), conhecido como “João Sem Terra” e que, em cerca de 60 cláusulas escritas em latim medieval, estabeleceu uma nova aliança entre o rei e seus súditos.

O texto ficou conhecido como a “Carta de João Sem Terra”, e foi o fruto do descontentamento dos Barões Medievais com as imposições do soberano sobre os mesmos. O seu maior objetivo foi o de limitar o poder soberano emanado do rei e se mostra de inegável

importância, pois é considerada como sendo a fonte normativa de vários direitos fundamentais largamente reconhecidos pelas legislações dos povos. (MARTINS, 2017)

Alguns séculos depois, ainda na Inglaterra, no ano de 1668, houve uma revolução denominada a “Revolução Gloriosa”, consequência da revolta dos nobres Britânicos com a condução dada à nação, pelo rei em exercício. A revolução culminou com a queda do império vigente, e com a lavratura do “*Bill of Rights*” (Declaração de Direitos), sendo que o próximo rei ao assumir o trono, jurou cumpri-la. (MARTINS, 2017)

Após, surge o Constitucionalismo Moderno no final do Séc. XVIII, movimento iniciado com as Constituições dos Estados Unidos da América de 1787 concebida após a sua independência, e da Constituição da França, em 1791, fruto da Revolução Francesa de 1789. (MARTINS, 2017)

Esta fase do Constitucionalismo foi marcada por duas características: “1) *limitar o exercício do poder estatal pela previsão de direitos e garantias fundamentais e pela separação dos poderes; 2) estabelecer regras de organização do estado*”. (DUTRA, 2017, p.25)

Nessa fase é que se estabelece os direitos fundamentais de primeira dimensão. Assim denominados, pois foram os primeiros a serem sacramentados pelos ordenamentos constitucionais daquela época, e conforme já salientado, além de estabelecer normas de organização e desenvolvimento do próprio Estado, também impunha ao mesmo, uma abstenção ante aos seus cidadãos, caracterizando assim, uma conduta negativa. (DUTRA, 2017)

Em uma fase posterior, já estabelecido o constitucionalismo moderno (Séc. XIX e XX), surge os

direitos fundamentais de segunda dimensão ou direitos sociais, fruto do objetivo de se estabelecer o mínimo de igualdade entre os homes subordinados à Constituição vigente. Nesse ponto temos o primeiro encontro com o direito social fundamental à saúde.

Relacionados com a dignidade humana, esses direitos são encarados em forma de obrigação de fazer, diferentemente daqueles de primeira geração, impondo assim ao Estado uma atuação positiva, que assegure um mínimo de dignidade ao homem. Assim *“desse novo pensamento, nasce o chamado constitucionalismo social, que tem como marcos históricos a Constituição do México, de 1917, e a Constituição Alemã de Weimar, de 1919.”* (MARTINS, 2017, p.87)

Nesse sentido, Bahia (2017, p. 217) assevera que:

Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis... Classicamente, esses importantes direitos estão incluídos na denominada segunda geração de direitos fundamentais, que, como já vimos, traz proteção aos direitos sociais, econômicos e culturais, onde o Estado não mais se exige uma abstenção, mas, ao contrário, impõe-se a sua intervenção, visto que a liberdade do homem sem a sua participação não é protegida integralmente. Essa necessidade de prestação positiva do Estado corresponderia aos chamados direitos sociais dos cidadãos, direitos que transcendem a individualidade e alcançam um caráter econômico e social visando a atingir a justiça social.

De todo o exposto desta fase do constitucionalismo, podemos perceber que os direitos sociais foram instituídos e efetivados com o objetivo de colocar toda uma sociedade em situação de igualdade, de modo que a todos, sejam conferidas oportunidades iguais de acesso a direitos que culminem na dignidade do homem.

O Direito à Saúde na Constituição Federal

Demonstrado a origem histórica dos direitos sociais, e de onde remonta a história do direito fundamental/social à saúde, nos cumpre agora, visualizar e determinar a garantia desse direito junto à Constituição brasileira vigente.

O próprio Preâmbulo Constitucional muito nos mostra sobre os rumos que a nação decidiu tomar quando da sua promulgação em 1988. Ao estabelecer que Estado Democrático seria destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais, individuais e a igualdade como valores supremos de uma sociedade, ali se estabeleceu então, que o Estado assumiu o dever de obrigações negativas (se abster de transgredir direitos individuais), bem como, de obrigações positivas (criar meios de efetivação de direitos estabelecidos).

Também é taxativo na Constituição, conforme delineado em seu artigo 1º, III, a obediência à dignidade da pessoa humana, sendo a saúde, uma das premissas básicas para o alcance dessa dignidade do homem.

Para Sarlet, Marinoni e Mitidiero (2017, p. 636):

Tal princípio, para além de outros aspectos dignos de nota, atua como verdadeiro fio condutor relativamente aos diversos direitos fundamentais, reforçando a existência de uma

recíproca complementaridade entre os direitos civis e políticos (por muitos, designados de direitos individuais ou direitos de liberdade) e os direitos sociais, na medida em que os direitos fundamentais (ainda que não todos e não da mesma forma) expressam parcelas do conteúdo de dimensões do princípio da dignidade humana.

Mas é no artigo 6º que a Magna Carta consagra um amplo rol de direitos sociais, dentre eles a saúde, como dita: *“São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”*

A Constituição ainda, não apenas prevendo o direito social à saúde, determina seu conteúdo e sua forma de prestação, estabelecendo que a *“Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”*

Por isso, Mendes (2017, p. 586) assevera que:

Vê-se, pois, que os direitos sociais foram acolhidos pela Constituição Federal de 1988 como autênticos direitos fundamentais. Disso decorre que, a exemplo das demais normas de direitos fundamentais, as normas consagradoras de direitos sociais possuem aplicabilidade direta e eficácia imediata, ainda que o alcance deva ser avaliado sempre no contexto de cada direito social e à luz de outros direitos e princípios.

Conforme dita o artigo 196 da Constituição federal, o direito à saúde será garantido mediante políticas sociais e econômicas, as quais passaremos a tratar no item subsequente.

Políticas Públicas de Efetivação da Saúde (SUS):

Mesmo o direito à saúde ter sido estabelecido como direito fundamental social, sendo considerado de aplicabilidade direta e eficácia imediata, ele ainda necessita de iniciativas estatais para a sua efetivação.

É nesse sentido, que de forma programática, a própria Constituição estabelece em seu artigo 198, que as ações e serviços públicos de saúde, devem integrar uma rede regionalizada e hierarquizada, e que essa rede, constituem um sistema único.

Esse sistema único conforme a própria CF, obedece diretrizes básicas, tais como, a descentralização de sua administração, com direção única em cada esfera de governo, o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas e a participação da comunidade.

Também se ocupou o legislador constituinte, de definir as competências desse sistema único, nos termos do artigo 200. Vejamos:

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;

II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

- III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;
- IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;
- V - incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação;
- VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;
- VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;
- VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

Dessa forma, Mendes (2017, p. 599) ensina que *“o constituinte originário rompeu a tradição existente até 1988 e adotou uma rede regionalizada e hierarquizada, segundo o critério da subsidiariedade, como forma de melhor concretizar esse direito social.”*

Questão relevante sobre o sistema único de saúde, é quanto ao seu financiamento. Dita o parágrafo primeiro do artigo 198, que o sistema será financiado com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito federal e dos Municípios. Assim, *“a competência para cuidar da saúde foi definida como comum dos entes da federação. O Art. 23, II, da Constituição, prevê que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios são responsáveis solidários pela saúde junto ao indivíduo e à coletividade.* (MENDES, 2017)

Outro ponto importante já estabelecido de forma dirigente pela Constituição, é o fato de a mesma

autorizar a atuação da iniciativa privada de forma complementar ao sistema único de saúde (Art. 199, § 1º). Por outro lado, percebe-se que esta atuação é limitada diante de alguns pontos. A mesma só se dará mediante contrato de direito público ou convênio, nos quais, as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos tem preferência; é vedada a destinação de recursos públicos para auxílio ou subvenção às instituições privadas de fins lucrativos, e também é vedada a participação direta ou indireta de empresas e capitais estrangeiros na assistência à saúde.

Como os artigos acima citados, não menosprezando sua efetividade, realizam um caráter programático, existem legislações infraconstitucionais que esmiúçam melhor o sistema de saúde. Merecem destaque a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, a qual dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização dos serviços correspondentes e dá outras providências, e a Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do sistema único de saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde.

Por fim, vislumbra-se, que as políticas ao serem formuladas para a tratativa da saúde, devem ser estruturadas conforme a complexidade da prestação a ser desenvolvida pelo Estado, de modo que, viabilize todas as possibilidades já existentes de tratamentos, fármacos e insumos, mas que também tenha um viés futurista, de olho nas novas tendências que envolvam o tema.

Isso porque, conforme assevera Mendes (2017, p. 598):

É incontestável que, além da necessidade de se distribuírem recursos naturalmente escassos por meio de critérios distributivos, a própria evolução da medicina impõe um viés programático ao direito à saúde, pois sempre haverá uma nova descoberta, um novo exame, um novo prognóstico ou procedimento cirúrgico, uma nova doença ou a volta de uma doença supostamente erradicada.

É nesse passo, que será analisada no presente texto a viabilidade e a efetividade da judicialização do direito social à saúde, não simplesmente para os demandantes, mas para a própria política pública de efetivação.

Mínimo Existencial *versus* Reserva do Possível:

Para melhor visualização do debate proposto, é necessário que sejam analisados os institutos do mínimo existencial e da reserva do possível. Dois princípios extremamente relevantes para se entender como se efetiva a prestação dos direitos sociais, pois como destaca Dutra (2017, p. 137), *“A implementação e a efetivação, sempre onerosa, dos direitos e garantias fundamentais de segunda geração – direitos econômicos, sociais e culturais – exigem do poder público prestações estatais positivas”*.

O primeiro, deriva-se do princípio da dignidade da pessoa humana advindo do pós-segunda guerra mundial, tendo em vista que este princípio *“não reclamaria somente a garantia de liberdade, mas também um mínimo de segurança social, já que, sem os recursos materiais para uma existência digna, a própria dignidade ficaria sacrificada”*. (SARLET, 2017, p. 667)

Em outras palavras, o mínimo existencial corresponde a uma série de situações materiais, as quais se mostram indispensáveis a uma existência humana digna e que devem ser conferidas pelo Estado. Nesse sentido, Dutra (2017, p. 137) leciona que *“É o direito a um nível de vida suficiente para assegurar a saúde, o bem-estar próprio e da família, especialmente no que tange à alimentação, ao vestuário, à moradia, à assistência médica e outros serviços sociais imprescindíveis”*.

Ainda sobre o tema, Sarlet (2017, p. 669) aponta:

Assim como ocorre com os direitos fundamentais em geral, também o direito ao mínimo existencial apresenta uma dupla dimensão defensiva e prestacional. Nesse sentido, o conteúdo do mínimo existencial deve compreender o conjunto de garantias materiais para uma vida condigna, no sentido de algo que o Estado não pode subtrair ao indivíduo (dimensão negativa) e, ao mesmo tempo, algo que cumpre ao Estado assegurar, mediante prestações de natureza material (dimensão positiva).

Em contraponto, Mendes (2017, p. 581) destaca que *“É reconhecido que todas as dimensões dos direitos fundamentais têm custos públicos”*. Sendo assim, por lógica, a efetivação desses direitos encontra barreira na possibilidade financeira que o estado detém para garantir os mesmos. A reserva do possível nada mais é que a limitação orçamentária do estado para que o mesmo efetive ou crie, políticas sociais fundamentais, ou ainda, os *“limites fáticos, jurídicos e orçamentários, que impedem o cumprimento imediato do direito social”*. (MARTINS, 2017, p. 1064)

E é nesse ponto que ambos os princípios se confrontam diante da efetivação do direito social fundamental à saúde. De um lado, a sociedade é protegida por um mínimo existencial, aquele mínimo que caracteriza a vida digna de uma pessoa perante à sociedade e que no caso dos direitos sociais, dependem de uma prestação positiva estatal.

De outro lado, a escassez de recursos financeiros impõe ao estado delimitar a gradualidade de concretização dos direitos fundamentais por meio de escolhas alocativas, que muitas das vezes não atendem a realidade social presente, de modo que, essas escolhas efetivam parcelas de direitos constitucionalmente garantidos, mas deixam de realiza-los diante das particularidades existentes. (MENDES, 2017)

Sobre essas particularidades, Mendes (2017, p. 581) comenta que:

É preciso levar em consideração que, em relação aos direitos sociais, a prestação devida pelo Estado varia de acordo com a necessidade específica de cada indivíduo. Enquanto o Estado tem que dispor de um valor determinado para arcar com um aparato capaz de garantir a liberdade dos cidadãos universalmente, no caso de um direito social como a saúde, por outro lado, deve dispor de valores variáveis em função das necessidades individuais de cada cidadão. Gastar mais recursos com uns do que com outros envolve, portanto, a adoção de critérios distributivos para esses recursos.

É nesse sentido que doutrina e jurisprudência entendem que mesmo ocorrendo a possibilidade de uso da reserva do possível, este princípio não pode afrontar o mínimo existencial do cidadão, haja vista que este está

intimamente ligado à própria dignidade do homem. Em outras palavras, *“A reserva do possível pode ser utilizada para limitar o cumprimento dos direitos sociais, exceto quanto ao mínimo existencial desses direitos. Ou seja, não se pode alegar reserva do possível para deixar de cumprir o mínimo existencial da educação, da saúde etc.”* (MARTINS, 2017, p. 1054)

O Supremo Tribunal Federal, em julgamento sobre o direito à saúde, se manifestou no mesmo sentido acima delineado quando do julgamento da ADPF 45:

Não se mostrará lícito, no entanto, ao Poder Público, em tal hipótese – mediante indevida manipulação de sua atividade financeira e/ou político-administrativa – criar obstáculo artificial que revele o ilegítimo, arbitrário e censurável propósito de fraudar, de frustrar e de inviabilizar o estabelecimento e a preservação, em favor da pessoa e dos cidadãos, de condições materiais mínimas de existência. Cumpre advertir, desse modo, que a cláusula da “reserva do possível” – ressalvada a ocorrência de justo motivo objetivamente aferível – não pode ser invocada, pelo Estado, com a finalidade de exonerar-se do cumprimento de suas obrigações constitucionais, notadamente quando, dessa conduta governamental negativa, puder resultar nulificação ou, até mesmo, aniquilação de direitos constitucionais.

Desse modo, o que se depreende é que mesmo existindo a ocorrência de limitações orçamentárias estatais para a garantia do direito à saúde, caracterizando assim, a reserva do possível, essas limitações não podem infringir o mínimo existencial do cidadão, restando como dever do Estado, melhor gerir suas políticas sociais e

suas políticas financeiras para poder conferir com uma melhor efetividade, o direito social à saúde.

A Judicialização do direito à Saúde

A Constituição ao estabelecer que *“A saúde é direito de todos e dever do Estado”* e que deve ser *“garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco e de outros agravos e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção”*, determina a obrigação estatal de fornecer esse direito básico aos seus cidadãos. Mas além desta obrigação, o mesmo texto legal programa a criação de políticas sociais eficientes voltadas para a saúde.

É nesse ponto que o judiciário se apresenta. Não sendo conferido o acesso igualitário e digno ao direito à saúde ou, não sendo eficientes as políticas competentes já produzidas, instado, o Poder Judiciário deve se manifestar sobre a questão litigiosa apresentada, conferindo a melhor efetivação a este direito básico.

A questão se mostra complexa devido às especificidades dos usuários envolvidos, ora litigantes, sendo que inúmeras situações podem levar à judicialização do direito à saúde.

Podem ocorrer demandas em que se postulem o fornecimento de medicamentos, cabendo ao judiciário identificar quais razões levaram a Administração a negar esse fornecimento; pode ocorrer de certo medicamento constar nas políticas sociais de atendimento, mas por motivos de má administração, os mesmos não estejam sendo fornecidos; há casos em que o paciente necessite de um medicamento específico para determinado tratamento, mas o Sistema Único de Saúde (SUS) realize este tratamento com outros fármacos similares; haverá ainda situações em que certos fármacos ou tratamentos

não estejam sendo fornecidos pelo sistema por motivo de ainda estarem os mesmos em fase experimental; e ainda poderá ocorrer situações em que o sistema esteja fornecendo o serviço, mas suas condições estruturais estejam superlotadas, de um modo que o próprio sistema seja incapaz de fornecer certo atendimento por falta de leitos, Unidades de Terapia Intensiva (UTI's) ou salas de cirurgias. (MENDES, 2017)

Todos esses fatores podem levar à judicialização da política de prestação da saúde, de modo que, resta ao judiciário dar uma melhor solução à pretensão de acordo com os ditames constitucionais vigentes.

Isso se mostra de extrema gravidade, haja vista a interferência do Poder Judiciário em uma esfera de Poder distinto, sendo que *“essa interferência é feita sem que se tenha noção dos reais impactos que podem ser causados pela decisão”*. (MENDES, 2017)

Essas interferências ocorrem, pois, as normas constitucionais deixaram de ser percebidas como integrantes de um documento estritamente político, passando a desfrutar de aplicabilidade direta e imediata por juízes e tribunais, desse modo, a intervenção do Poder Judiciário por meio de decisões específicas, compelindo a Administração Pública a fornecer os direitos à saúde reclamados, demonstram a busca da realização da promessa constitucional de prestação universal deste direito social fundamental. (BARROSO, 2010).

Tais interferências se agravam ainda mais, ao passo em que a Administração é condenada ao custeio de tratamentos irrazoáveis, inacessíveis ou destituídos de essencialidade, e ainda ao fornecimento de tratamentos e fármacos experimentais e de eficácia duvidosa, sendo que estes, em algumas ocasiões representam um alto

custo econômico para a própria Administração. (BARROSO, 2010)

Esse fato além de grave do ponto de vista clínico e técnico, ainda vai ao encontro da própria política de efetivação da saúde. Conforme assinala Barroso (2010, p. 876):

Tais excessos e inconsistências não são apenas problemáticos em si. Eles põem em risco a própria continuidade das políticas de saúde pública, desorganizando a atividade administrativa e impedindo a alocação racional dos escassos recursos públicos. No limite, a casuísmo da jurisprudência brasileira pode impedir que políticas coletivas, dirigidas à promoção da saúde pública, sejam devidamente implementadas. Trata-se hipótese típica em que o excesso de judicialização das decisões políticas podem levar à não realização prática da Constituição Federal. Em muitos casos, o que se revela é a concessão de privilégios a alguns jurisdicionados em detrimento da generalidade da cidadania, que continua dependente das políticas universalistas implementados pelo Poder Executivo.

Foi entremeio aos paralelos acima delineados, que o presente estudo se desenvolveu, buscando entender o fenômeno de efetivação das políticas públicas da saúde, bem como tentando entender os impactos causados pela eleição da via judicial para a sua fiel efetivação.

A Judicialização da Saúde em Ituiutaba/MG

Durante a pesquisa, foram analisados 33 (trinta e três) processos distribuídos junto ao fórum da cidade de Ituiutaba. Em cada demanda, foi analisada as características da parte requerente, tal como idade, profissão, requerimento de hipossuficiência, dentre outros.

Também foi analisado particularmente, o tipo de pleito requerido perante ao judiciário, sendo os mesmos divididos em três categoriais, quais sejam, insumos, sendo nessa parcela compreendida os medicamentos, exames e materiais médicos/hospitalares; outra categoria dividida foi a de internação, nessa ficou compreendida as internações propriamente ditas, e ainda as despesas referentes a locação de leitos e a locomoção para outros hospitais/clínicas, por último, restou a categoria referente às cirurgias, sendo que nessa ficou compreendida todas os procedimentos cirúrgicos pleiteados, sendo que nas três categorias foi analisado se a prestação era de uso contínuo ou único.

Percebeu-se, pois, que a totalidade dos litigantes era hipossuficiente, sendo que cerca de 90% (noventa por cento) dos mesmos foram representados pela defensoria pública. Outra especificidade encontrada foi a de que 80% (oitenta por cento) dos mesmos eram pessoa idosas, ou próximas à terceira idade.

Quanto aos provimentos requeridos, constatou-se que 60% (sessenta por cento) se tratavam de cirurgias com diversas especialidades, 40% (quarenta por cento) se tratavam de insumos, e o restante, requereram internações.

Outra questão analisada durante a pesquisa, foi o requerimento de medida liminar, e o prazo percorrido entre a distribuição da demanda e o provimento

jurisdicional. Houve casos em que o provimento se realizou em menos de 24 (vinte e quatro) horas, da mesma forma em que houve casos em que a medida liminar foi conferida em 100 (cem) dias.

Percebeu-se também, que em muitos casos a parte requerente judicializou a situação antes mesmo de procurar o órgão competente para realizar o requerimento administrativo da solução de seu problema, o que evidenciou o desgaste do Poder judiciário para resolver problemas procedimentais, antes mesmo de enfrentar o pleito de ingresso.

Outro ponto que merece destaque, é o fato de que nenhuma decisão proferida dentre as analisadas, tanto liminar, quanto de mérito, foi fundamentada por um estudo técnico de órgão voltado à saúde, com o fim de analisar a viabilidade dos procedimentos e insumos requeridos.

Os 188 (Cento e oitenta e oito) processos foram distribuídos entre o ano de 2015 e 2017 e representaram a soma de R\$ 2.048.547,12 (Dois milhões e quarenta e oito mil quinhentos e quarenta e sete reais e doze centavos), o que, conforme portal da transparência disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Ituiutaba, representa cerca de 11% (Onze por cento) do orçamento destinado à atenção básica da saúde.

Desse modo, percebe-se que a judicialização do direito fundamental à saúde em Ituiutaba/MG está a causar impactos, tanto positivos quanto negativos, de modo que de uma análise crítica da situação, percebe-se que estes últimos estão sobressaindo sobre os primeiros.

Em uma cidade do porte de Ituiutaba, a qual, não muito diferente das demais baliza-se entre as necessidades dos cidadãos e os recursos sempre escassos, uma parcela de 10% (Dez por cento) do orçamento retirado da atenção básica à saúde sem

organização prévia da administração, representa elevado prejuízo à própria política pública de efetivação da saúde.

Tal fato, evidencia que por um lado, a administração pública está em déficit com a gestão de seus orçamentos, realizando o contingenciamento de gastos na efetivação da saúde, mas por outro, revela que aquelas prioridades básicas de saúde somente serão efetivadas à aquela parcela mais instruída que busca o judiciário para ver prevalecer os seus direitos.

Tal fato, demonstra afronta ao princípio da igualdade em forma de duplo agravo. De um lado a administração somente efetiva os direitos pleiteados por aqueles que judicializam seu problema, e por outro, o judiciário, como “leigo” na temática judicializada, interfere em outra esfera de Poder, para também, efetivar direitos de uma pequena parcela da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a judicialização do direito à saúde em Ituiutaba/MG, muito embora represente a possibilidade de efetivação deste direito, nos moldes percorridos tanto pelo poder executivo, quanto pelo judiciário, está a causar prejuízo à própria política de efetivação da saúde, tendo em vista que representa considerável parcela do orçamento destinado à própria política de efetivação da saúde, dentre outros problemas.

De um lado, têm-se o fato de que a interferência do Poder Judiciário no Poder executivo, obrigando este último por meio de decisões que, por falta de aparato técnico e científico referente à saúde, ainda não visualizam a profundidade do problema judicializado.

Isso porque, o judiciário mesmo tendo um aparato técnico/científico para recorrer quando da

distribuição das demandas em que se requerem insumos médicos em Ituiutaba, dele não utiliza, o que revela decisões meramente jurídicas, não se alcançando o caráter acautelador do direito fundamental à saúde para aqueles que não litigam.

De todos os processos analisados nenhuma decisão proferida em primeira instância, seja ela liminar ou de mérito, foi baseada em parecer técnico do NATS. Apenas uma demanda, em que restou indeferido pedido liminar tendo sido a decisão atacada por agravo de instrumento, que encontramos um parecer técnico para viabilizar a decisão de segunda instância.

Percebeu-se também, que parcela considerável dos pleitos judicializados, pelo ponto de vista clínico, são consequências de agravos de saúde que poderiam ser solucionados com uma maior importância e distribuição de recursos à atenção básica de saúde, haja vista, que a atenção primária poderia solucionar o problema na fonte, não sendo necessário se socorrer ao judiciário para a resolução do problema.

Outro ponto que ainda revela um despreparo do poder judiciário em lidar com o tema “judicialização da saúde”, é o fato de existir discrepância entre a prolação das decisões liminares para cada processo. Muito embora, haja particularidades em cada caso levado à jurisdição, deveria haver um núcleo de recebimento destas demandas junto ao fórum local, para um melhor entendimento dos problemas ali tratados, e de uma melhor condução à solução do problema, pois todas as demandas de saúde revelaram uma imensa subjetividade de acordo com cada caso.

Por fim, conclui-se que, a judicialização da saúde em Ituiutaba/MG está causando prejuízos às políticas públicas prioritárias do SUS, por diversos vieses. Por um lado, o prejuízo é causado pela distribuição de recursos

da efetivação da saúde por um poder distinto daquele constitucionalmente estabelecido, sendo que este, não se encontra habilitado para decisões sobre políticas públicas. Da mesma forma, muito embora o poder judiciário através do litígio realize o direito fundamental à saúde, o mesmo também não se encontra habilitado para entender a profundidade das consequências de suas decisões, bem como, ainda, não se encontra estruturalmente e tecnicamente qualificado, para direcionar esses tipos de litígios.

Algumas hipóteses de resolução do problema, diante da pesquisa de campo realizada podem ser aqui ressaltadas, tais como, a criação de um núcleo especializado junto ao poder executivo para receber os assuntos levados a litígio; dar uma maior importância à atenção básica de saúde, para que se diminuam os agravos clínicos diretamente no início do problema; e ainda a implementação de um núcleo especializado em saúde junto ao fórum local.

Como direito fundamental, direito à saúde merece tratamento condizente com o seu status, cabendo ao poder executivo, uma melhor gestão de seus recursos financeiros, da mesma forma, o trabalho do poder judiciário deve ser sempre no mesmo caminho da Constituição, conferindo ao cidadão seu direito fundamental, devendo também analisar a profundidade de sua atuação para que não ultrapasse o princípio da igualdade e não cause desequilíbrio na efetivação do direito fundamental à saúde.

REFERÊNCIAS

BAHIA, Flávia. **Direito Constitucional**. 3. ed. Recife: Armador, 2017.

BARCELLOS, Ana Paula. O Direito a Prestações de Saúde: Complexidades, Mínimo Existencial e o Valor das Abordagens Coletiva e Abstrata. In: NETO, Cláudio Pereira de Souza Neto; SARMENTO, Daniel (coord.), **Direitos Sociais. Fundamentos, Judicialização e Direitos Sociais em Espécie**. Lúmen Juris, São Paulo: 2008.

BARROSO, Luís Roberto. **Da falta de efetividade à judicialização excessiva: direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judicial**. 2009. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/saude/Saude_-_judicializacao_-_Luis_Roberto_Barroso.pdf>. Acesso em: 25 março 2017.

BELLO, Enzo. **Cidadania e Direitos Sociais no Brasil: Um Enfoque Político e Social**. In: NETO, Cláudio Pereira de Souza Neto; SARMENTO, Daniel (coord.), **Direitos Sociais. Fundamentos, Judicialização e Direitos Sociais em Espécie**. Lúmen Juris, São Paulo: 2008.

BENTES, Fernando R. N. M.; HOFFMANN, Florian F. **A Litigância Judicial dos Direitos Sociais no Brasil: Uma Abordagem Empírica**. In: NETO, Cláudio Pereira de Souza Neto; SARMENTO, Daniel (coord.). **Direitos Sociais. Fundamentos, Judicialização e Direitos Sociais em Espécie**. Lúmen Juris, São Paulo: 2008.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 30 de julho de 2017.

DUTRA, Luciano. **Direito Constitucional Essencial**. 3. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

GONÇALVES, Manoel. **Direitos Humanos Fundamentais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LOMBORG, Bjorn. **Que políticas devem ter prioridade?** A economia não deve ser o único critério de decisão. Mas sem estudos sobre os custos e benefícios, as decisões são tomadas às escuras. *Jornal de Negócios*. Portugal, 2016. Disponível em: <http://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/detalhe/que_politicas_devem_ter_prioridade?ref=bj%C3%B8rn-lomborg_BlocoArtigos>. Acesso em: 10 março 2017.

MARTINS, Flávio. **Curso de Direito Constitucional**. 1. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

MASSON, Natália. **Manual de Direito Constitucional**. 3.ed. Salvador: Ed. JusPodivm, 2015.

MATHIAS, Márcio José Barcellos. **Distinção conceitual entre direitos humanos, direitos fundamentais e direitos sociais**. Disponível em: <http://www.advogado.adv.br/artigos/2006/marciojosebarcellosmathias/distincao.htm>. Acesso em: 07 set. 2016.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017.

NOVELINO, Marcelo. **Curso de Direito Constitucional**. 10.ed. Salvador: Ed. JusPodivm, 2015.

OLIVEIRA, Luciano Moreira de. **O Ministério Público brasileiro e a implementação de políticas públicas**.

Revista de Informação Legislativa, 2013. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496962/000983419.pdf?sequence=1>>. Acesso em 27 março 2017.

OLIVEIRA, Luciano Moreira de; ANDRADE, Eli Lola Gurgel; MILAGRES, Marcelo de Oliveira. **Ministério Público e políticas de saúde: implicações de sua atuação resolutiva e demandista.** Revista Dir. sanit., São Paulo v.15 n.3, p. 142-161, nov. 2014.

PICKETT, Kate; WILKINSON, Richard. **The Spirit Level: Why Greater Equality Makes Societies Stronger.** Kindle Edition, Penguin Books Ltd., England, 2010.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais.** 2. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

_____. **A eficácia dos direitos fundamentais: Uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional.** 10. ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de et al. **Direitos Sociais: Fundamentos, Judicialização e Direitos Sociais em Espécie.** 2ª Tiragem STF, ADPF 45, Min. Rel. Celso de Melo. Extraído de <http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo345.htm> em 02 de agosto de 2017.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS.
Corregedoria Geral de Justiça. **Recomendação nº 04.**
Disponível em:
<<http://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/crm00042017.pdf>>. Acesso em: 27 março 2017.

CAPÍTULO 08

O DIREITO E A CONSTRUÇÃO FEMININA EM CONTOS MACHADIANOS

Patrícia Alves Cardoso³⁷ Roberto Thomé de Oliveira
Tannús Moura³⁸ Gustavo Côrtes Oliveira³⁹

INTRODUÇÃO

A finalidade principal desse trabalho foi analisar alguns contos do escritor Machado de Assis para observar a construção de suas personagens femininas, nestes textos, à luz da correspondência ou não em referência ao Direito Civil aplicado na sociedade do século XIX.

Dessa forma, objetivou-se estabelecer uma relação entre literatura e sociedade, no que diz respeito às leis da época em que as obras foram publicadas e sua aplicação na construção das personagens femininas em cinco contos machadianos: Singular Ocorrência; Noite de Almirante; A cartomante; Uns braços e Missa do galo. Os dois primeiros são do livro *Histórias sem data*

³⁷ Doutora em Letras pela UNESP-Universidade Estadual Paulista/Campus de São José do Rio Preto-SP. Bacharel em Direito, Vice-diretora da UEMG-Universidade do Estado de Minas Gerais-unidade Ituiutaba. tissaacardoso@yahoo.com.br

³⁸ Acadêmico do Curso de Direito da UEMG- Universidade do Estado de Minas Gerais-unidade Ituiutaba. Bolsista Fapemig. robertothomemoura@yahoo.com

³⁹ Acadêmico do Curso de Direito da UFLA- Universidade Federal de Lavras. gusttavoco@hotmail.com

(1884); os dois posteriores são de *Várias histórias*(1896) e o último, de *Páginas recolhidas* (1900). A ordem dos textos segue a cronologia de publicação das obras.

Também foi nossa pretensão verificar até que ponto o autor segue ou não a ideologia de sua época em relação às questões de gênero.

Entendemos que esse artigo é de suma importância porque por ocasião da confecção do projeto de pesquisa que resulta nessa produção, não detectamos nenhum trabalho estabelecendo essa relação tríade: Direito, Literatura e Sociedade em contos machadianos. Ainda falta uma percepção maior do papel histórico da mulher, de sua submissão, do ideário cultural e do escopo judicial secularmente estabelecido que responde ainda, muitas vezes, com preconceito. É válido usar como esteio a Literatura, porque ela não só traz à tona valores de uma época, como oferece uma oportunidade de visão sensibilizadora, mais profunda das questões tematizadas, afinal, a arte tem esse condão.

A rigor, o literato Joaquim Maria Machado de Assis, como grande artista, evidencia o que nunca fora antes evidenciado: as ações, emoções e pensamentos da alma feminina, em histórias cujos personagens masculinos são rasos, de uma psicologia menos complexa. Essa composição da personagem feminina deve ser observada com base nos dois prismas. O primeiro, mais atrelado ao fazer literário machadiano e sua visão atemporal e universal das paixões humanas, e ao fato de essas personagens virem do imaginário masculino do qual elas são fruto. O segundo prisma é o sistema patriarcal vigente na época (alicerçado no escopo jurídico de então), o qual se refletirá diretamente na vida das mulheres machadianas e oitocentistas, influenciando e governando seus destinos.

A literatura e o direito

A Literatura já se consagra como a oportunidade de exploração de novas possibilidades e compreensão do Direito que vão além da racionalidade prática, ou seja, se desdobram por meio também de uma racionalidade emocional ou empática, proporcionada pelo viés literário. Afinal, tanto a ciência das normas jurídicas quanto a arte da escrita partem de contextos problemáticos. Enquanto o primeiro surge dos fatos, a segunda aparece a partir da ficção que refrata a sociedade, mas a retrata. Esse ponto de contato oferece outros modelos de interpretação da vida. Como afirmou o jurista Arnaldo Moraes Godoy (2003, p.134):

A tradição literária ocidental permite abordagem do Direito a partir da arte, em que pese a utilização de prisma não-normativo. Ao exprimir visão do mundo, a Literatura traduz o que a sociedade pensa sobre o Direito. A literatura de ficção fornece subsídios para compreensão da Justiça e de seus operadores.

A criação literária, segundo Antonio Candido (1989, p.161): “traz como condição necessária uma carga de liberdade que a torna independente sob muitos aspectos (...)”, entretanto, nenhum texto literário se encontra desvinculado da vida social. Ou seja, tanto no processo de configuração* da intriga em que é preciso levar em conta que o autor é um ser que escreve baseando-se em valores ideológicos da classe a que pertence ou para endossá-los ou para problematizá-los, mas sempre partindo desse contexto sócio-cultural a que pertence. Quanto no momento de refiguração* da intriga (*denominações de Paul Ricoeur) em que o leitor

reconstrói o texto a partir de sua interpretação que também encontra referências nas bases culturais e históricas deste enunciatório. Em outras palavras, a literatura e a sociedade estão intrinsecamente ligadas através da forma como o meio influencia na composição e recepção das obras literárias. Segundo Peter Fry (1992), as obras literárias do século XIX, permitiram o acesso às tensões e ambiguidades da vida social, pouco visíveis nos saberes oficiais. Dessa forma, a literatura pode ser considerada um documento importante, pois refletiu a vida privada daquele tempo.

Na época em que os textos machadianos foram divulgados, predominava no Brasil as Ordenações Filipinas (1500 a 1890); Decreto N.181 (1891 a 1916), Constituições Federais de 1824 e 1891, e o Código Criminal de 1830. Em que o marido e a mulher tinham o direito de exigir fidelidade recíproca, afinal neste tempo o Código Penal assumia o adultério como crime. Porém, este ato se realizado pela mulher adquiria um caráter mais grave porque segundo a doutrina ela “em razão do seu sexo e das ideias recebidas, é obrigada a maior recato e, pois, a sua falta fere mais pronunciadamente a moral e os costumes públicos” (PEREIRA, 2003, p.105). E ainda, a infidelidade feminina pode gerar filhos adúlteros e isso introduziria na família a desordem. Sendo assim, nosso código criminal imitando as leis estrangeiras, estabelecia para o adultério da mulher pena mais severa do que para o homem. Na prática era muito comum na época maridos serem absolvidos de crimes contra as mulheres alegando, por exemplo, uma necessidade de “lavar a honra”. Já que as mulheres eram educadas para se sujeitarem aos “desvios” masculinos, ao passo que estes jamais aceitavam a “desonra” de serem traídos por suas esposas.

O poder de dirigir a família estava concentrado no marido e isto era considerado, então, uma forma de evitar a perturbação familiar. De acordo com a lei da época, o poder marital consistia em: exigir obediência da mulher, que era “obrigada a moldar suas ações pela vontade dele em tudo o que for honesto e justo” (PEREIRA, 2013, p.106); ter o direito de escolher e fixar o domicílio do casal e à mulher cabia acompanhar; o direito de representar e defender a mulher nos atos judiciais e extrajudiciais; o direito de administrar os bens comuns e particulares da mulher, e o pior, podendo dispor dos móveis livremente e dos imóveis seguindo as restrições da lei.

Essa família patriarcal em que o homem tinha privilégios em demasia foi revista na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 226, parágrafo 5º que dispõe sobre os direitos e deveres do casal que passam a serem exercidos igualmente. E só com o advento do Código Civil de 2002, através das diretrizes constitucionais que a mulher passou a ser respeitada de forma mais ampla.

Até mesmo os direitos da mulher no século XIX reforçavam sua posição subordinada não só na sociedade conjugal como em geral. Ela tinha o direito de exigir que seu marido a protegesse de injúrias e ofensas, fazendo com que o mesmo a representasse judicialmente, uma vez que ela era considerada incapaz. Tinha também o direito de ser alimentada pelo homem (contribuindo ou não para a sociedade conjugal); o direito “de participar da consideração social, dos privilégios e das honras pessoais do marido” (PEREIRA, 2003, p. 114).

Como dissemos anteriormente, a mulher casada era considerada incapaz (artigo 6º do código de 1916) porque não tinha a competência para governar-se a si

mesma, nem de contratar ou dispor dos bens. Tais ações eram delegadas ao marido.

A mulher casada que não tivesse a autorização do cônjuge não podia: fazer doações, reemitir dívidas e desfazer contratos; alienar coisas móveis ou imóveis; constituir hipoteca, usufruto, servidões e quaisquer outros ônus reais; aceitar ou repudiar herança ou legado; contrair obrigações de qualquer espécie; exercer profissão de comerciante. Por outro lado, podia, com o consentimento do marido é claro, trabalhar como professora, parteira, atriz, diretora de colégio.

A rigor, percebemos que a mulher ocupava um lugar à margem na sociedade oitocentista e queremos verificar como isso é mostrado no texto machadiano. Afinal, a Literatura teve (e tem sempre) uma importante função de divulgar e fortalecer o poder de uma época.

Ideologia: da realidade à ficção

Segundo Reis (1982), “toda escrita ficcionaliza o seu leitor”, em outras palavras, o leitor se transforma ao ter contato com um texto, acumulando informações e formando suas próprias expectativas que passarão a atritar com o texto que se aproximar. E, ainda, “no interior de qualquer formação cultural as camadas dirigentes se valem de diversas formas discursivas e as transformam em ideologia para assegurar seu domínio” (REIS, 1982, p.66).

É necessário considerar que há obras que endossam a ideologia de sua época pela manutenção da semelhança, e outras que fragmentam o poder através de uma “faca” de gume cortante, que induz o leitor a problematizar o seu redor a partir da ficcionalização da realidade, apontando o diferente. Afinal,

[...] a função do autor é dar vida às contradições inerentes à estrutura histórica ao contar a história delas. É o elemento ficcional que dá à obra seu valor literário, que não é medido em termos de sua perspectiva política ser reacionária ou progressista, mas em termos de até que ponto ela é não-redutível a esta posição ideológica. (BURNISTON; WEEDON, 1983, p. 261).

Isso quer dizer que o texto de real valor literário, ideologicamente falando, é aquele que consegue mostrar através da ficção, as contradições sociais de uma determinada época e não apoiar apenas um lado da ideologia, geralmente o da classe dominante. Segundo Burniston e Weedon (1983, p.262), o que define a qualidade da grande arte

[...] é que esta não é igual nem pode ser reduzida ao sistema ideológico que contém, ao passo que a arte medíocre ou de má qualidade é meramente ideológica e, portanto, atinge o leitor como *déjà-vu*, monótona e sem interesse.

Como vemos, a linguagem possui uma natureza social, pois através dela o leitor pode ter contato com os conflitos de classe e encontrar soluções para os mesmos. É por isso que Althusser, de acordo com Burniston e Weedon (1983) identifica o sistema educacional como sendo o aparelho ideológico principal do Estado dentro do capitalismo avançado. Isso quer dizer que a obra literária, tanto a que é destinada aos adultos ou às crianças reproduzem ideologias que podem favorecer ou questionar o poder vigente em determinada época.

O aspecto social e formador da literatura se delinea à medida em que propicia rupturas e veicula conceitos e normas. Quando, ao contrário, promove a

perpetuação dos padrões de conduta da sociedade vigente, no entender de Jauss (1994), torna-se uma “literatura de culinária”, de caráter reprodutor e pouca qualidade estética. A contribuição da literatura na vida social se dá justamente quando, por meio da representação, ela promove a queda de tabus da moral dominante e oferece ao leitor possíveis soluções para os problemas de sua vida.

E é isso que procuramos verificar em nossa pesquisa, como a lei (representando a ordem social da época) em relação à mulher era prevista (principalmente na sociedade conjugal que refletia o lugar feminino em geral) e como Machado tratou essas questões ficcionalmente.

Nossa hipótese de trabalho foi a de que o escritor reflete a sociedade, refratando-a através da diferença, pois cria personagens femininas que não seguem o padrão de comportamento moral da época. E, nesse sentido, questiona tanto as regras morais quanto jurídicas da época.

O papel da mulher no século XIX

Num primeiro momento é válido esclarecermos o papel desempenhado pela mulher e, diante disso, o “padrão ideológico” feminino, durante o século XIX. Assim vejamos o quadro comparativo:

Quadro 1: O homem e a mulher do século XIX

PONTO ANÁLISE	SOB	HOMEM	MULHER
Conduta		Ativa	Submissa
Instinto Sexual		Acentuado	Menos desenvolvido
Função Social		Provedor do lar	Mãe/esposa/dona de casa

Fonte: Elaboração dos autores

A partir da análise do quadro acima, podemos inferir que a mulher do século XIX, dentro da instituição “família”, apresentava uma rotulação específica e coercitiva. Podendo ser definida a partir de duas perspectivas:

Mulher na condição de Mãe/Esposa: nesta situação ela desempenhava um papel secundário, de assistência ao homem. Sendo responsável, primeiramente, pela procriação dos filhos; administração do lar e posteriormente, pela transmissão dos princípios morais aos filhos. Ademais, no período de urbanização as mulheres, principalmente das altas classes, eram responsáveis por serem exímias companheiras aos seus maridos, representando-os publicamente.

Mulher na situação de Filha: na hipótese da mulher não se enquadrar (sujeitar) a vida matrimonial, esta poderia “optar” pelo celibato, na casa paterna ou no convento. Ao casar-se, em regra, com um marido escolhido pelo pai, a mulher sai da tutela deste e passa a daquele.

Dessa maneira, resta incontroverso a posição de inferiorização da mulher durante esse período. Cumpre citar os dizeres de Gilberto Freyre (2004, p. 177): “de modo geral, o homem foi, dentro do patriarcalismo brasileiro o elemento móvel, militante, renovador; a mulher, o conservador, o estável, o de ordem”

Alguns elementos foram imprescindíveis para essa moldura da conduta feminina, dentre eles destacamos: a educação; o casamento; a moral sexual e a moda da época.

A educação, tratada como algo tão corriqueiro, mas que ainda hoje, enfrenta sérios problemas de acessibilidade, apresentava ainda um quadro mais caótico durante o século XIX. Nesse período, o estudo era bastante limitado, devido às poucas instituições de ensino e à ausência de mão de obra qualificada, tudo isso devido a colonização.

Nesse aspecto, a mulher enfrentava problemas ainda maiores. Haja vista a deficiente grade curricular (com estreito intuito de orientação moral e religiosa, assim como instrução para os cuidados do lar), o menor número de escolas femininas, já que estas eram diversas das masculinas. Em decorrência disso, os profissionais orientadores das mulheres eram menos qualificados, tendo em vista que somente mulheres poderiam ministrar aulas para o público feminino.

Soma-se a isso que a mulher era excluída do ensino de nível: 2º grau e superior (quando existente), sendo esta encaminhada para a “profissão” do casamento e maternidade.

O casamento, tido como única possibilidade de ascensão social para a mulher, o que na verdade só substituía a figura a que se submeter, (pai – marido), era a opção mais viável dentre as possíveis, pois além do *status* lhe garantia o poder decisório no âmbito familiar.

Além do casamento a mulher poderia optar pela vida celibatária, que ocorreria na casa dos pais ou no convento. A primeira opção era bastante mal vista pela sociedade, sendo as mulheres tachadas de “solteironas” e vivendo sob a submissão paterna. Enquanto a segunda seria uma possibilidade para as “solteironas”, que

queriam manter sua dignidade ou paras casadas “merecedoras” de um castigo.

De acordo com Freyre (2004, p. 243), em alguns casos as moças casadas eram internadas nos conventos para que os maridos ficassem à vontade para viver com as amantes. Segundo Freyre (2004, p.243), o viajante alemão Hermann Burmeister dizia que “muitos brasileiros internam suas mulheres, sem plausível razão, durante anos, em um claustro, simplesmente a fim de viverem tanto mais a seu gosto na casa de sua amante”.

A moral sexual da época também subalternizava a mulher. Cumpre contextualizar que, os preceitos doutrinários da Igreja Católica Romana eram fielmente seguidos e estes estipulavam uma espécie de complexo de virgindade e virilidade.

O tal complexo revela-nos uma dupla moralidade, em que a mulher obrigatoriamente teria que se resguardar para o marido, devendo casar virgem e se relacionar sexualmente apenas com ele. Ao passo que, o homem como prova de sua virilidade, deveria experimentar os prazeres sexuais, sendo o adultério para este, algo normal e inclusive incentivado, desde que ele garantisse o sustento (financeiro) do seu lar.

Numa escala menor, mas não irrisória, a moda da época também era responsável por estipular certas condutas à mulher imperial. Nesse ponto, é curioso que a mulher casada era mais despojada que a mulher solteira, pois esta teria que se guardar e demonstrar ser uma mulher de valor, para assim agradar aos homens.

Soma-se a isso a moda como identificador da supressão da sexualidade feminina, pois aquela oferecia a possibilidade de, sem arranhar a moral, dar vazão aos impulsos sexuais, confirmando assim à submissão feminina.

Dessa forma, a ideologia pregada na época contribuía para a inferiorização da mulher, ainda que, por meio de justificativas aparentemente plausíveis. A igreja católica, conforme já evidenciado, estabelecia por meio de suas leis canônicas, a supervalorização e imprescindibilidade da manutenção do casamento. Enquanto o positivismo considerava a família como fundamental instituição para a organização humana, sendo a mulher responsável por dedicar completamente a sua vida para que esta funcione corretamente. Por último, tem-se os higienistas, que partem do princípio de que a própria natureza quis tornar a mulher inferior (caráter parasitário), limitando-a ao mundo doméstico.

Destarte, tendo em vista o exposto acima, temos que, a união da esposa submissa ao marido-chefe, seria a única possibilidade de felicidade e harmonia para indivíduo (mulher) e sociedade, sendo inadmissível tudo que não se coadunasse com esta realidade.

A sociedade oitocentista do rio de janeiro

Em 1808, a vinda do príncipe regente D. João VI e da Corte Portuguesa representou para o Brasil uma relevante evolução em diversos setores da sociedade. Para aproximar a realidade de vida confortável da realeza em Portugal nas terras brasileiras, o Rio de Janeiro passou por uma modernização. Além de melhorarem o calçamento das ruas, a iluminação e o abastecimento de água, o Regente permitiu a ampliação de comércio do país. A partir da abertura dos portos, em 28 de janeiro de 1808, o Rio transformou-se em um centro de comercialização e distribuição de produtos importados. É necessário ressaltar que essas mudanças na infra-estrutura da cidade tiveram início com a vida da

família real, mas os problemas ainda eram grandes e só foram sendo resolvidos aos poucos. A limpeza pública, por exemplo, foi criada em 1847: “a remodelação e o saneamento do Rio de Janeiro em grande estilo só são iniciados quando já proclamada a República, a partir de 1902, pelo prefeito Pereira Passos” (STEIN, 1984, p.18).

Em termos culturais, veio uma missão artística francesa, criou-se a Biblioteca Nacional, a Imprensa Régia, a Academia Real de Desenho, Pintura e Escultura, do Real Teatro São João e também os cursos médico-cirúrgicos.

A vida social antes da vinda da realeza era muito monótona no Rio de Janeiro. As mulheres viviam restritas ao ambiente caseiro, por detrás das conhecidas “rótulas”, espécies de balcões protegidos em que se podia ver, sem serem vistas. Aos poucos esses estrangeiros recém chegados passarão a influenciar na rotina social da cidade. E esses hábitos de “resquícios muçulmanos” (STEIN, 1984, p.16) passaram a ser proibidos. Dessa forma, a mulher que não saía, começa a por o pé na rua.

De acordo com Stein (1984, p.19), com relação à composição social da época, “existiam dois agrupamentos: um superior, composto pela nobreza, por senhores de terra que mais e mais se transferiam com suas famílias para a cidade; e um inferior, constituído pelos escravos, pequenos empregados, operários, etc”. Surge, no decorrer da segunda metade do século XIX, uma outra classe social formada pelos pequenos comerciantes, jornalistas e pessoas ligadas às atividades burocráticas, literárias e políticas. Este terceiro grupo buscava através, principalmente da instrução, alcançar ascensão e prestígio social.

A partir de 1840 a vida social no Rio fica mais agitada a partir das reuniões para comemoração de

aniversários, casamentos ou receber amigos, bailes, concertos e festas. Segundo Stein (1984, p.20), “os salões começam então a ganhar importância na planta das casas e além das reuniões familiares realizam-se festas e bailes”. Também eram usados para estreitar as relações políticas, como um lugar onde os homens importantes se encontravam para tomar decisões.

Os teatros, ao lado dos salões, eram ambientes de grande procura na época: “o teatro dramático gozava de maior prestígio que o lírico e quem quisesse participar da vida social da época no Rio devia obrigatoriamente frequentá-lo” (STEIN, 1984, p.20). Outras diversões de então eram os passeios a Paquetá, à Bica da Rainha no Cosme Velho, ao Jardim Botânico, ao Corcovado, os banhos de mar no Flamengo, em Botafogo e na Lapa (STEIN, 1984).

Ingrid Stein (1984) faz uma análise bem interessante sobre a formação da família no século XIX. De acordo com ela, a família no período da colonização não era legalizada no Brasil, uma vez que os portugueses vinham para cá, sem o objetivo de se estabelecerem. O comum era a manter as esposas oficiais em Portugal e se relacionarem ilegalmente com as índias e escravas no Brasil.

Apenas com as concessões das sesmarias que a família passa a tomar uma nova roupagem. Tratava-se de um núcleo central formado por um casal branco, em que o pai era o chefe de todos, inclusive da esposa; e um periférico representado pelos escravos, agregados, índios, negros, mestiços, concubinas e filhos ilegítimos.

O aumento do poder desses grupos familiares efetivou-se com a evolução do capitalismo mercantil e industrial e também como apoio pela Coroa, que via nessa família patriarcal a continuidade e manutenção de seus interesses. Esse tipo de organização familiar e social

perdurou até o século XIX e, “somente com a urbanização, processaram-se modificações essenciais em sua configuração” (STEIN, 1984, p.22).

Com a urbanização ocorrida no Rio de Janeiro a partir do século XIX, essas famílias passaram a ficar mais na cidade do que no campo. As estadas nas fazendas eram em curto período. Mesmo havendo a ampliação do universo sócio-cultural dessas pessoas, o patriarcalismo continuava. Este apenas sofreu uma alteração no poder econômico devido à decadência dos latifúndios, pelo encolhimento da mão-de-obra e pela urbanização que criou condições econômicas e sociais incompatíveis com a família patriarcal. Isto porque o poder desses latifundiários teve que ser dividido com outras autoridades como o comerciante, o bacharel, o militar, o pequeno industrial. Somente a partir da metade do século XIX é que os negros começam a formar famílias regulares.

Em qualquer classe social, a mulher ocupava na família uma posição secundária, inferior e submissa ao homem. A mulher de classe alta, além de sua função de procriar, administrava apenas as tarefas do lar. E como mãe, era quem educava os filhos, transmitindo os valores morais da época. Puras, bondosas, subalternas, de sexualidade menos desenvolvida, as mulheres tinham por destino incentivar a evolução dos maridos, sendo mães e esposas exemplares. Por outro lado, ao homem competia as atividades fora do âmbito do lar, como estabelecer os contatos da vida pública, econômica, política e cultural. Eles eram considerados mais racionais, inteligentes, ativos e com o instinto sexual mais acentuado.

Papel feminino e o direito civil vigente

A mulher do século XIX também figurava em um papel de inferioridade, incompetência e submissão quando se tratava de direitos civis, penais e políticos. Segundo o deputado Malaquias, durante a Assembleia de Pernambuco em 22 de março de 1879, seria impossível conceber a família “com igualdade absoluta de direitos [...]” ou “a sociedade conjugal sem uma autoridade” (STEIN, 1984, p.28). Nesse sentido, a justificativa para tal estereotipização feminina, era a inferioridade fisiológica da mulher em relação ao homem, o que inclusive foi argumentado pelo deputado.

De acordo com STEIN (1984, p.42): “uma série de prescrições higiênicas acompanha, no início do século passado, as obras de saneamento básico e remodelações de caráter infraestruturais” do Rio de Janeiro. Isso porque a instalação da Corte no Brasil aumentou a população carioca e havia necessidade de adaptação desses novos habitantes. Nesse sentido, a medicina social descrevia como devia ser a conduta física, intelectual, moral, sexual e social das famílias burguesas cidadinas.

Para os higienistas, representantes da ciência na época, a mulher era inferior ao homem, pois a própria natureza a formou assim. Além disso, ressaltam o caráter parasitário da mulher que

[...] é um composto de paixões exalantes que a impele a viver pegada ao homem, com a trepadeira a um tronco; não tendo senão um fim em sua existência, ela emprega todas as forças de sua alma, converte todos os seus afetos, algumas vezes os mais estranhos, em conseguir este fim, sem mesmo atender à sua conveniência individual. (STEIN, 1984, p.43)

Vemos que a mulher é colocada como alguém submissa, inferior, dependente totalmente da figura masculina que vigora como o cabeça da família e da sociedade em geral.

Durante o período em comento, vigoraram os seguintes regulamentos: Ordenações Filipinas (1500 a 1890); Decreto N.181 (1891 a 1916), Constituições Federais de 1824 e 1891, e o Código Criminal de 1830.

Em que pese às referidas Constituições tratarem todos de maneira isonômica, a realidade da época demonstrava o contrário, senão vejamos.

Primeiramente, no que se refere ao casamento, as Ordenações Filipinas é expressa ao designar o marido como “cabeça do casal”, sendo funções do homem: fixar o domicílio da família, autorizar a profissão da mulher e dirigir a educação dos filhos. Nesta senda, fica evidente a ideia de incompetência da mulher para gerir um lar e sua consequente submissão a figura do patriarca. Sendo que a única forma dela assumir essa administração viria com a morte do cônjuge varão.

No que tange a sucessão patrimonial e a guarda dos filhos, a legislação dispunha que a mulher seria incapaz de arcar com o ônus da administração dos bens e a responsabilidade da criação dos herdeiros. Dessa maneira, caso houvesse a morte do pai e do avô, seria nomeado um tutor/curador para gerir os bens e criar os filhos, em que a mulher somente ocuparia essa posição na última hipótese.

Ademais, com o advento do Decreto N.181 de 1890, a mulher figuraria como sucessora do marido morto, enquanto permanecesse viúva, sendo que contraindo matrimônio, perderia esses direitos, o que sugere evolução, porém não deixa de reafirmar a condição de inferiorização feminina.

Existiam duas situações em relação ao adultério. As Ordenações Filipinas estipulavam a licitude do homicídio feminino, tanto para a adúltera quanto para o concubino, quando comprovada a traição. Já o Código Criminal de 1830 previa uma pena mais branda, de prisão temporária. Porém, a diferença entre os gêneros perdurava, haja vista que o adultério masculino necessitava de comprovação (com uma concubina teúda e manteúda) enquanto o adultério feminino bastava uma suspeita.

Os direitos políticos da mulher enquadravam-se num caminho sem saída, tendo em vista que a mulher não votava porque não tinha cidadania reconhecida, nem tão pouco era cidadã por que não votava. Essa situação existiu até 1932, quando o voto feminino fora instituído por decreto presidencial, sendo explícito na Constituição de 1934.

Como já fora visto no decorrer do trabalho, o único tipo de mando exercido pela mulher, era na administração do lar. Sendo bastante limitada a oferta de emprego para o público feminino, o que ainda estava condicionado a permissão do marido, exemplo disso a oportunidade de se tornar comerciante, conforme oferecia o Código Comercial de 1850. Importa ressaltar que mais uma vez, o caminho sem saída assombrava a figura feminina, já que esta não poderia ocupar cargos públicos, por não ter a prerrogativa de cidadania.

Por todo exposto, resta claro e evidente que a condição de inferiorização da mulher não estava apenas na pauta moral da sociedade. O que na verdade já era uma realidade intrínseca, dissolvida na consciência social e materializada nos institutos legais, que legitimavam condutas opressoras e a reafirmavam a discrepante diferença entre o homem e a mulher do século XIX.

Da ficção à realidade: a mulher oitocentista sob a ótica machadiana

Como foi dito, analisamos cinco contos do escritor Machado de Assis: “Singular Ocorrência”; “Noite de Almirante”; “A cartomante”; “Uns braços” e “Missa do galo”, levando em consideração a representação ficcional feminina inserida no contexto sócio-jurídico do século XIX.

Iniciemos a análise dos contos pelo “Singular Ocorrência”, do livro: *Histórias sem data (1884)*. Nesta história Machado de Assis aborda o conflito existente entre casamento e traição. Na trama, temos a figura feminina de Marocas, mulher elegante e com aparência distinta que vive uma relação amorosa e sincera com Andrade, homem casado, com uma bela mulher, “afetuosa, meiga e resignada” (ASSIS, 1994, pág. 390). Em outras palavras, ocupava a condição de concubina, posição negligenciada até hoje pela Lei, imaginemos no século XIX.

A relação aparentava estar perfeita, até que uma singular ocorrência gerou todo o conflito do enredo, quando Andrade descobre que sua amante Marocas o tinha traído com Leandro, figura caracterizada como inexpressiva, que vive explorando Andrade com sucessivos pedidos de empréstimo.

Neste momento, o texto nos leva a duas iniciais considerações: a traição de Andrade é socialmente aceita, ao passo que a de Marocas é totalmente repugnável.

A personagem Marocas assume uma postura contra ideológica à época já que usufrui do sexo para satisfação do desejo carnal, e não apenas como função familiar e reprodutora, como este era socialmente rotulado. Vemos isso, porque apesar de ela ter deixado a

prostituição e passado a viver apenas para Andrade, isso não a impediu de sentir desejo, especialmente quando este passava alguns dias longe dela, junto com a família oficial. Ou seja, apesar da sociedade machista afirmar que a “satisfação sexual ou, antes, um substituto para ela, as mulheres encontrariam na reprodução e na amamentação” (STEIN, 1984, p.43), Marocas traiu o amante com Leandro, “um sujeito reles e vadio” (ASSIS, 1994, p.392) com o interesse apenas de saciar sua necessidade física. O que pode ser notado tanto pelas características de Leandro que não a oferecia socialmente nada de relevante, quanto pelo fragmento que revela o desinteresse da moça em relação a Leandro logo após o ato sexual: “Foi andando; a mulher, parada, fitou-o outra vez, mas com tal insistência, que ele chegou atrever-se um pouco; ela atreveu-se o resto... Ah! um anjo! E que casa, que sala rica! Cousa papa-fina. E depois o desinteresse...” (ASSIS, 1994, p.392).

Pelo conto, portanto, não haveria interesse financeiro de Marocas em relação ao Andrade, o que existia era um desejo de mudança social, ou seja, sair da condição de prostituta para amante. Uma vez que se a mulher burguesa em geral era tratada com inferioridade legal e social, a prostituta vivia a uma margem mais distante ainda da sociedade. De acordo com o médico Herculano Cunha, citado no livro de Stein (1984, p.45): “as meretrizes são tão inevitáveis numa aglomeração de homens, como os carros de despejos, as sentinas e os depósitos de imundícies (...)”. Dessa forma, seria melhor ser amante de um único homem do que meretriz. Mas, o que parece ser mais forte é o amor que nasceu entre Marocas e Andrade. E no caso da singular ocorrência é fruto do desejo dela, que só era aceito quando sentido por um homem. Ou seja, Machado cria uma personagem feminina singular que se contrapõe, completamente, com

o padrão feminino criado no século XIX. Todavia, esta personagem apresenta uma personalidade dúbia, que ao mesmo tempo revela a realidade do desejo sexual latente sentido pela mulher, figurando-a como independente e completamente resolvida em si mesma, algo quase inadmissível para a época (quando pensamos na figura feminina), e por outro lado, almeja viver uma vida de “mulher casada”, nos moldes em que a sociedade machista considerava honrosa.

A rigor notamos que a mulher, diferente do que se pregava na época, possui desejos como o homem, mas é capaz de manipulá-los quando o desejo de ascensão social é maior. Portanto, não só deseja como raciocina e articula as situações para se adequar socialmente.

Dessa forma, percebemos no decorrer do conto, e o que se faz como objeto principal de análise, elementos que afirmam a realidade machista vivida naquela época, começando com a descrição dos papéis que desempenhavam o homem e a mulher na sociedade daquele período; a clara aceitação da traição do homem em relação a sua mulher, mas a inadmissibilidade da mulher, mesmo que amante, trair o seu concubino; a depreciação da figura feminina por parte dos narradores/personagens, que revelam a realidade da inferiorização quanto à mulher; e o preconceito, ainda maior, com a mulher prostituta. Mas, ao mesmo tempo, o autor, reforça elementos de contra ideologia, revelados através do desejo sexual feminino manifestado pela “singular ocorrência”, e a personalidade frágil do homem, que ao ser traído, busca subterfúgios para camuflar a triste realidade da traição, para perdoar a amante infiel e continuar o relacionamento.

O segundo conto de Machado de Assis proposto para ser analisado foi “A Cartomante”, e, após a leitura e análise do conto, percebemos que, apesar de o autor dar

um enfoque relevante às figuras masculinas de Camilo e Vilela, vale ressaltar algumas características das personagens Rita e da própria Cartomante, que configuram figuras femininas completamente fora dos padrões da mulher no século XIX, e que se contrapõe, devido às diferenças entre elas.

A Rita é descrita como a mulher “formosa e tonta” (ASSIS, 1994, pág. 478), sedutora, dissimulada, e ativa, que compõe características diversas daquelas que constatamos da figura feminina no século XIX, que eram submissas, passivas, e desprovidas de desejos. Machado parece querer atribuir a ela uma imagem pejorativa: “Rita tratou especialmente do coração, e ninguém o faria melhor.” (ASSIS, 1994, pág. 479), “Agora a ação da pessoa, os olhos teimosos de Rita, que procuravam muita vez os dele, que os consultavam antes de o fazer ao marido, as mãos frias, as atitudes insólitas” (ASSIS, 1994, pág. 479). Como podemos notar, a conquista não se desenvolve a partir do homem como era o esperado para a época e sim, pela mulher, no caso Rita que teimosamente buscou o coração de Camilo.

Além disso, ela é quem cria o trio amoroso, quando o esperado pela ideologia da época era que a figura masculina tivesse uma conduta ativa no sentido de trair, de macular a honra familiar. Porém, Rita é quem toma as iniciativas subjugando Camilo e enganando Vilela. O receio moral fica por conta de Camilo e não de Rita, algo impensável naquele período. Ela não demonstra percepção racional, vive apenas segundo as suas paixões, e demonstra sua tolice em acreditar piamente nas cartas que não dizem absolutamente nada. E esses seus devaneios leva a figura masculina frágil de Camilo a seguir suas tolices que acabaram levando ambos à morte mais que previsível, pois, Vilela já demonstrara com suas atitudes, de desconfiança, que

havia descoberto tudo. E a morte, a limpeza da honra com sangue já era esperado, e considerado plausível, vindo de um homem traído por seu melhor amigo. Afinal, a lei de então protegia o marido que matava os amantes para limpar sua honra.

A cartomante contrapõe a figura feminina figurada por Rita, mostrada como bonita e tola, já que usou da fragilidade emocional e racional dos seus clientes para se sustentar. O autor coloca a figura feminina em um papel marginalizado (a profissão de cartomante) impensado para a mulher na época, ressaltando durante a narrativa a capacidade de observação, dissimulação e manipulação, que lhe confere certo poder, afinal a história é conduzida através de suas “adivinhações”.

Apesar de não ser objeto de nossa análise o narrador critica a falta de pensar racional, já que a recorrência à incerteza e crença do ocultismo levou ambas as personagens à morte.

Destarte, vale ressaltar que Rita, de todas as figuras femininas construídas por Machado de Assis, foi a descrita de forma mais pejorativa.

O terceiro conto de Machado de Assis a ser analisado é “Uns Braços”. Como veremos, este conto é uma das obras mais complexas de Machado de Assis, ante a sua profundidade psicológica e a forte crítica ao romantismo.

Assim como no conto “Missa do Galo”, o tema abordado é o adultério, tratado novamente de maneira sutil, diante do paradoxo: fantasia x realidade. A trama conta a história de Inácio, jovem rapaz de 15 anos, filho de um barbeiro, que é colocado pelo pai para estagiar com Borges, casado com D. Severina.

Durante sua estadia na casa de Borges, Inácio se apaixona por D. Severina, especialmente pelos braços da

senhora. Em um domingo, enquanto Inácio dormia na rede, Borges saiu de casa. Momento em que o jovem apaixonado sonhava com D. Severina, e num instante de incrível coincidência: ao sonhar com o beijo de D. Severina, Inácio é realmente beijado pela mulher. Uma semana após o acontecido o jovem é dispensado por Borges, que acaba não se despedindo de sua amada. Os anos se passam e Inácio nunca teve sensação igual a daquele beijo, que para ele não passara de um sonho. Portanto, o ato fica velado, mostrado de forma ambígua como se fosse um devaneio de alguém apaixonado.

Borges é descrito como um homem grosseiro e ríspido que tratava Inácio estupidamente. E que parecia não se preocupar muito com a esposa que trazia os braços, que encantavam o rapaz, à mostra porque não tinha mais vestidos de manga longa.

O autor busca na descrição física de D. Severina mostrar uma jovem mulher, com a sensualidade e feminilidade mascarada, diante do papel social atribuído a figura feminina da época. Senão vejamos:

Não se pode dizer que era bonita; mas também não era feia. Nenhum adorno; o próprio penteado consta de mui pouco; alisou os cabelos, apanhou-os, atou-os e fixou-os no alto da cabeça com o pente de tartaruga que a mãe lhe deixou. Ao pescoço, um lenço escuro, nas orelhas, nada. Tudo isso com vinte e sete anos floridos e sólidos (ASSIS, 1994, pág. 491)

Ou seja, em que pese sua jovem idade, tratava-se de uma mulher de sexualidade reprimida, haja vista ser casada. Além disso, não recebia nenhum luxo pelo marido, apesar da idade florida, vivia mergulhada na

limitação de recursos percebidos pela ausência de adornos e vestidos adequados.

Os braços de D. Severina, vistos discretamente apenas três vezes ao dia, durante as refeições, era o que prendia Inácio naquela casa em que vivia solitariamente e tratado sempre aos cascos por Borges. Na época tratada, a mulher não podia colocar às mostras nenhuma parte do corpo. Os vestidos eram confeccionados para ocultar o que poderia denegrir a imagem feminina. E como o narrador afirma, a personagem não mostrava os braços por ser “faceira”, mas por falta de outras roupas.

É possível perceber o papel de submissão ocupado por D. Severina, notadamente pelo fato de retratar a condição feminina da época. Ou seja, Severina vivia apaziguando a grosseria de um homem que vivia irritado com tudo. Ocorre que na tentativa de recusa à clausura imposta pela sociedade, não se conforma com esta posição, permitindo que, através de ações ambíguas e movimentos contraditórios, revele-se a vontade de ser desejada por um outro homem e, por sua vez, a de desejá-lo também, assumindo uma postura contra-ideológica à época, que rotulava uma mulher subalterna, refém das vontades do marido. Inclusive o narrador mostra a capacidade de dissimulação da personagem feminina que flagrada aérea pelo marido, ao pensar em Inácio, diz que estava pensando na “comadre Fortunata”. O que revela a racionalidade e capacidade da mulher em manipular Borges, traços próprios de homens e não de mulheres que antes de tudo eram descritas como “para sentir, como homem foi criado para pensar [...] muito inferior em raciocínio e reflexão”. (STEIN, 1984, pag. 43)

Portanto, mais uma vez percebemos a complexidade de análise dos personagens machadianos, notadamente das mulheres, que por serem mergulhadas

em diversos sentimentos, acabam por admitir várias interpretações. D. Severina então era mais uma mulher com princípios morais e conservadores da época, que ao perceber a paixão de Inácio, começa a se enxergar na condição de fêmea apaixonante, conquistando para si o, até então não visto, amor próprio. Após o impulso de beijá-lo, ela se perde na autocensura, principalmente pelo fato dele ser uma “criança” para ela, voltando neste momento a assumir uma postura de valores ilibados e conduta adequada à época.

Isso mostra que o empoderamento feminino era uma arma de sedução que deveria passar despercebida socialmente, pois o que reinava no final das contas era a vida de aparências, baseada nos valores morais que subjugavam o sexo feminino.

O quarto texto a ser analisado é “Missa do Galo”, do livro *Páginas recolhidas (1900)*.

Assim como veremos mais adiante o conto “Missa do Galo” é um dos escritos mais célebres de Machado de Assis, com diversas peculiaridades e traços naturalistas, que enriquecem o cenário, o enredo, os personagens, a obra num todo.

Inicialmente observamos a figura de Nogueira, o narrador, um jovem estudioso, tímido e solitário, que ocupava o seu tempo com “livros, poucas relações, alguns passeios” (ASSIS, 1994, pág. 606). Durante a obra, o adolescente relembra uma noite da sua juventude e a conversa que teve com uma mulher mais velha, Conceição. Este diálogo acontecera na sala da casa de Meneses, esposo de Conceição, e ex-marido de uma prima de Nogueira.

A trama passa na cidade do Rio de Janeiro, na véspera de Natal, momentos antes da missa do galo. O intrigante diálogo só se torna possível porque Meneses estava ausente, já que tinha ido se encontrar com sua

amante. Nesse momento, é importante destacar que todas as semanas, Meneses dizia ir ao teatro e cometia adultério, algo que todos da casa sabiam: a sogra, as escravas, Nogueira e até a própria esposa. Vemos, portanto, que a família tinha “costumes velhos” em que o marido normalmente tinha amante, todos sabiam, inclusive a esposa, mas aceitava, pois, de acordo com a época tanto a medicina quanto a legislação sustentavam esse padrão de vida:

Meneses trazia amores com uma senhora, separada do marido, e dormia fora de casa uma vez por semana. Conceição padecera, a princípio, com a existência da comborça; mas, afinal, resignara-se, acostumara-se, e acabou achando que era muito direito. (ASSIS, 1994, p.606)

Assim, Conceição era conhecida como “a santa”, alguém com “um temperamento moderado, sem extremos, nem grandes lágrimas, nem grandes risos”(ASSIS, 1994, pág. 606). Apenas uma mulher resignada conforme a ideologia machista esperava.

Percebemos então um casal com princípios e comportamentos morais tradicionais e conservadores, comuns na época. Sugerindo que Conceição era uma mulher submissa e vítima de um cenário injusto e sexista.

Ademais outros detalhes são trazidos pelo autor, como o fato de ter dois quadros de figuras femininas, (uma delas Cleópatra), decorando a sala o que contradizia com a “pureza” de Conceição. Sendo que a própria mulher chama a atenção para este fato, dizendo que "preferia duas imagens, duas santas" e que não acha próprio estarem "em casa de família" (ASSIS, 1994, pág. 610).

Em contrapartida, mais adiante no conto, verificamos que Conceição assume uma postura sensual e provocante. Assim como reflete a fala de Nogueira, “que Conceição não tirava os olhos dele e que ‘de vez em quando passava a língua pelos beiços, para umedecê-los’, num gesto insinuante que ele não conseguia ignorar” (ASSIS, 1994, pág. 609). Com gestos sensuais, apesar de discretos, Conceição de santa passa a ser vista como uma linda mulher pelo rapaz que fica amarrado aos encantos dela:

Há impressões dessa noite, que me aparecem truncadas ou confusas. Contradigo-me, atrapalho-me. Uma das que ainda tenho frescas é que, em certa ocasião, ela, que era apenas simpática, ficou linda, ficou lindíssima. Estava de pé, os braços cruzados; eu, em respeito a ela, quis levantar-me; não consentiu, pôs uma das mãos no meu ombro, e obrigou-me a estar sentado. Cuidei que ia dizer alguma coisa; mas estremeceu, como se tivesse um arrepio de frio, voltou as costas e foi sentar-se na cadeira, onde me achara lendo. (ASSIS, 1994, p. 610).

Entre conversas sussurradas; calmos e traçados passos; movimentos de aproximação, Conceição foi seduzindo o rapaz. E quando ela percebeu a conquista, como se chegasse ao êxtase “estremeceu”, em uma metáfora do gozo por se sentir desejada e mulher. Olha-se no espelho, talvez para reafirmar sua capacidade de sedução sobre um jovem homem, entretanto, conduz o restante da conversa com um discurso religioso tradicional dizendo que preferia um quadro de duas santas àqueles de mulheres vulgares que estavam em sua sala.

Lembrando Marocas, do primeiro conto analisado, que depois de ter transado com Leandro mostrou-se desinteressada pelo moço, Conceição também não parecia mais motivada como estava antes de perceber o quanto Nogueira estava embevecido por ela: “Já agora não trocava de lugar, como a princípio, e quase não saía da mesma atitude. Não tinha os grandes olhos compridos, e entrou a olhar à toa para as paredes” (ASSIS, 1994, pág. 610).

Portanto, nessa obra Machado de Assis faz uma contraposição entre vontade e proibição; desejo carnal e compromisso moral; sagrado e profano. O autor mostra uma mulher que se encaixa no padrão da época, subjugada a um marido que a traía, contudo, de forma contra-ideológica revela, mais uma vez, o poder de sedução feminino. Conceição não trai o marido, mas sente-se bonita, desejada ao perceber o encanto de Nogueira por ela. Sensação que, de certa forma, ameniza o desdém do esposo que sempre sai para ficar com a amante.

E no final do conto também prevalece a ambiguidade em torno da personagem feminina. O fato de ter-se casado, após estar viúva, com o escrevente juramentado do marido associada à história de sedução narrada por Nogueira, pode levar o leitor a acreditar que Conceição não tinha hábitos tão regulados pelo padrão machista da época. Mas, é só uma possibilidade de sentido porque a viuvez permite um novo matrimônio e tudo nos é contado nos limites do conhecimento de um narrador em primeira pessoa, que até hoje não entendeu, de fato, o que aconteceu naquela noite enquanto esperava a hora da missa.

A rigor notamos que Machado revela o poder feminino e também a capacidade da mulher de conduzir

uma conquista e decidir quando parar, mesmo que para atender a um padrão moral estabelecido.

O último conto de Machado de Assis analisado em nossa pesquisa é “Noite de Almirante”. O primeiro ponto a ser observado é o título irônico, pois este nos remete a uma noite, na qual o marujo após tantas delongas, devido às grandes viagens, conseguiria sua glória ao encontrar sua amada e deleitar-se por toda noite em seus braços. Mas, ao final ocorre uma grande decepção ao saber que após tanta espera a mulher na qual ele sonhava já estava com outro.

Todavia, vale salientar que ao término da história, para a grande massa, que compreende seus amigos da marinha, o marujo teve sua grande noite, de “Almirante”, pois este não teve coragem de assumir sua surpreendente e triste descoberta, preferindo dissimular sua infelicidade como se realmente tivesse tido um momento inesquecível ao lado de sua amada. Fato este que acaba reafirmando o comportamento que a sociedade esperava naquele período, afinal Homem não assume ter sido traído por uma questão social, de aparência, para não assumir a fragilidade masculina, o sofrimento, enfim, sentimentos próprios de mulheres e não do sexo oposto.

Em um segundo momento é importante nos atentarmos aos personagens e seus comportamentos, analisando a forma com que o narrador introduz a ideologia e cultura da época através destes. A Velha Inácia representa a voz moralizante da sociedade, ao chamar Genoveva de “maluca” (ASSIS, 1994, pág. 447) e “cabeça virada” (ASSIS, 1994, pág. 448), referindo-se a ela como aquela que transgride os padrões morais. A senhora não queria que Genoveva rompesse o “contrato” (ASSIS, 1994, pág. 446), esperava da moça o comportamento de uma mulher “de respeito”, sendo que

naquela época as mulheres não podiam ficar conversando com homens na porta de casa.

Já Deolindo atravessa por dois momentos durante toda a história, em que podemos reafirmar o comportamento esperado de um homem naquela época, e outro não. O primeiro, já foi analisado anteriormente, ao mentir para os amigos sobre a sua decepção amorosa, ao ser trocado por outro, e o segundo consiste no fato de Deolindo se manter fiel apesar de todo o tempo viajando, e com todos os encontros entre “(...) as mulheres que viu por esse mundo de Cristo, italianas, marselhesas ou turcas, muitas delas bonitas, ou que lhe pareciam tais” (ASSIS, 1994, pág. 446), comportamento, este, que nem Genoveva esperava que ele teria, já que indagou “- Deixa disso, Deolindo. Então você só se lembrou de mim? Deixa de partes...” (ASSIS, 1994, pág. 449). Isso porque a traição era esperada para o sexo masculino, afinal a própria ciência dizia ser um “mal” necessário biologicamente usado “como válvula de escape para os homens e como fator destinado a impedir ‘a desmoralização da sociedade’ e assegurar a ‘tranquilidade, a honra e o sossego das famílias’.” (STEIN, 1984, pág.45).

A figura feminina, Genoveva, é a moça de “olho negro e atrevido” (ASSIS, 1994, pág. 446) de quem não costuma seguir padrões ou aceitar de forma submissa ordens sociais, o que se confirma em todo seu comportamento durante o conto.

Desse modo, cabe agora analisar as passagens do texto e acontecimentos durante a história em que o autor começa a reafirmar, e relatar realidades que estavam em desacordo com os padrões da época.

No início do texto ocorre um juramento de fidelidade entre Deolindo e Genoveva:

Como fiança recíproca, entenderam dever fazer um juramento de fidelidade.

- Juro por Deus que está no céu. E você?

- Eu também.

- Diz direito.

- Juro por Deus que está no céu; a luz me falte na hora da morte. Estava celebrado o contrato. Não havia descrer da sinceridade de ambos; ela chorava doidamente, ele mordida o beijo para dissimular”(ASSIS, 1994, pág. 449).

De acordo com a descrição das personagens, o leitor pode acreditar que Genoveva realmente está triste com a despedida e ausência do amado e que fará jus ao juramento como se espera de uma mulher “casada”. Já a dissimulação do Deolindo sugere a possibilidade de que a fidelidade por ele poderia ser rompida. Até então, comportamentos esperados pela sociedade oitocentista: fidelidade feminina X traição masculina.

No texto ocorre um lapso temporal em que não se narra o que aconteceu com Genoveva. “Passam-se dez meses e chega-se ao momento em que Deolindo regressa e vai até a amada que o marujo espera encontrar “debruçada à janela, esperando por ele” (ASSIS, 1994, pág. 446). A focalização interna do marinheiro revela que ele foi fiel a amada e queria reafirmar esse compromisso verbalizando a ela.

Os pensamentos de Deolindo mostram que ele cumpriu o juramento e esperava o mesmo de Genoveva, inclusive imaginava que ela estaria esperando ele com um lenço bordado uma âncora. Esta sugere algo que prende, fixa, que não permite um deslocamento. É o que espera da amada, a fidelidade a ele e ao compromisso firmado.

Contudo essa esperança se esvai ao encontrar com D. Inácia, que revela, de modo displicente, todo o

ocorrido, que Genoveva agora estava com seu novo grande amor, o mascate, José Diogo, e digo displicente, pois tudo que se espera de um homem traído naquela época, era a limpeza da honra com o sangue, tanto que antes que Deolindo saísse para o encontro de Genoveva, “A velha Inácia, um tanto arrependida, ainda lhe deu avisos de prudência” (ASSIS, 1994, pág. 448). Ressalta-se que o próprio código vigente no século XIX, as Ordenações Filipinas, no seu título XXXVIII, descreve de forma bem clara o direito do homem cuja mulher for encontrada em adultério:

[...] não somente poderá o marido matar sua mulher e o adúltero, que achar com ella em adultério, mas ainda os póde licitamente matar, sendo certo que lhe cometterão adultério; e entendendo assi provar, e provando depois o adultério per prova licita e bastante conforme á Direito, será livre sem pena alguma, salvo nos casos sobreditos, onde serão punidos segundo acima dito he.(apud PIERANGELLI, 1980, p.42).

No primeiro encontro após os dez meses, e já morando com o outro homem, Genoveva demonstra frieza, surpresa e distanciamento quando o chamou de “seu Deolindo” (ASSIS, 1994, pág. 448). Ela o recebeu como se recebe um amigo, sem intimidade.

Ele sente esperança quando ela o convida para entrar, porém, ao deixar a porta aberta e tratá-lo sem maiores intimidades a esperança morre.

Genoveva conta que sentiu saudades foi fiel, mas que a convivência diária com o mascate a conquistou, e assim foi morar com ele, pois não mais nutria nenhum sentimento por Deolindo. E isso tudo ela narrou de forma sincera, verdadeira e sem nenhum

constrangimento, naturalidade que desarmou Deolindo: “__ Pode crer que pensei muito e muito em você. Sinhá Inácia que lhe diga se não chorei muito... Mas o coração mudou... Mudou... Conto-lhe tudo isto, como se estivesse diante do padre, concluiu sorrindo” (ASSIS, 1994, pág. 449). Notamos que a moça respeitava seus próprios sentimentos e de forma bastante racional, em palavras simples, explica que a fidelidade deve acompanhar a duração do sentimento. Na verdade sentia-se fiel, pois viveu para o marujo durante o tempo que o amou. Não nutrindo mais esse sentimento, passou a ser leal com o mascate, seu novo amor.

Durante esse delinear da narrativa é que percebemos o narrador definindo a personalidade e a figura feminina que Genoveva expressava: Uma mulher livre de regras sociais, que não se curvava diante de condutas esperadas pela sociedade em relação à mulher, e era completamente o oposto do padrão de mulher submissa que despontava no século XIX. “Genoveva não se defendia de um erro ou de um perjúrio; não se defendia de nada; faltava-lhe o padrão moral das ações” (ASSIS, 1994, pág. 449). Portanto, esse fragmento ressalta o que acabamos de dizer, ou seja, a moça seguia o movimento de seus sentimentos e não as obrigações sociais, que impõe comportamentos castradores, especialmente para a mulher.

Outro aspecto importante a ser analisado é o juramento feito: “O pobre marujo citava o juramento de despedida, como uma obrigação eterna, diante da qual consentira em não fugir e embarcar: "Juro por Deus que está no céu; a luz me falte na hora da morte" (ASSIS, 1994, pág. 449). Esse trecho mostra a expectativa diante de um juramento que era como um casamento firmado diante de Deus, e que nunca poderia ser quebrado, principalmente pela mulher, da qual espera-se a

fidelidade até a morte, e devido a isso ele não conseguia entender a conduta de Genoveva, ainda mais com a tamanha naturalidade que ela demonstrava.

Desse modo, as duas expectativas sociais foram frustradas no texto, pois do homem que se esperava a traição, principalmente por ser marinheiro, não ocorre, e já da mulher que se aguardava a fidelidade eterna também não ocorreu, ou seja, o homem foi fiel, e a mulher não, algo completamente “contracultura”. Claro, em uma visão ideológica do século XIX, porque na verdade Genoveva foi fiel ao seu sentimento, apenas não o foi em relação aos padrões sociais. A rigor notamos que a surpresa, o pasmo dele reflete também o pasmo social da época frente a uma mulher que trata o rompimento de um juramento de fidelidade com a maior naturalidade, pois era sincera ao sentimento dela mesma, e mais do que fazer o certo aos olhos de “outros”, da sociedade, representada pela velha Inácia, que tenta aconselhá-la a não cometer tamanho erro, ela escolhe sua autonomia e seus sentimentos.

A descrição final do conto quando ela guarda os brincos e despreza o presente retomando os afazeres reafirma a sinceridade de Gevoveva que não mais sentia nada pelo marujo, e acaba completamente com a esperança que por vez visitava o coração do rapaz com um turbilhão de sentimentos, restando a Deolindo retomar o papel de macho, e como já dito anteriormente, não assumir a realidade, mentindo para manter sua reputação, confirmando ironicamente o título do conto, que de “Noite de Almirante” não teve nada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas verificamos que Machado de Assis retrata fielmente a estrutura social da

época, de forma que todos os contextos vividos pelos personagens continham os elementos característicos da época. Dessa maneira, visualiza-se uma sociedade patriarcal com forte divisão de obrigações, sempre colocando a figura feminina em posição inferior, questão essa que é reafirmada pelo direito vigente e pelos costumes da sociedade naquele período.

Ocorre que, mesmo diante dessa condição subalterna, as personagens femininas dos contos analisados, traziam consigo um desejo sexual aflorado, levando a crer seu anseio por satisfação e prazer, algumas vezes chegando até à traição. Observamos também mulheres independentes, livres de moralidade, manipuladoras que acabam por contrariar essa ideia de que a mulher é um ser dependente, mentalmente inferior, incapaz e livre de prazeres, haja vista ter que apenas cumprir sua função biológica de reprodução.

Destarte, Machado de Assis assume em seus contos uma postura contra ideológica, pois apesar de descrever o cenário da época, ele nos traz uma figura feminina divergente daquela que o direito, os costumes e a sociedade rotulavam. Ou seja, as mulheres de Machado de Assis, demonstravam uma racionalidade equiparada aos homens ou por muitas vezes superior, uma sexualidade aflorada, uma forte sagacidade e capacidade de manipulação. Constatamos que para Machado de Assis a inferiorização da mulher não passava de uma necessidade da sociedade patriarcal e machista do século XIX, e que a figura feminina poderia sim assumir uma postura autônoma, expressando seus desejos e ideais, mesmo que de maneira velada, pois viver em sociedade e saber dissimular.

REFERÊNCIA

BURNISTON, Steve, WEEDON, Chris. Subjetividade e individualidade. In: HALL, Stuart et AL. **Da ideologia**. Trad. Rita Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

CANDIDO, ANTONIO. **A educação pela noite & outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. – 15 ed. São Paulo: Global, 2004.

FRY, Peter. “Léonie, Pombinha, Amaro e Aleixo: prostituição, homossexualidade e raça em dois romances naturalistas”. In: _____. **Caminhos cruzados** – linguagem, antropologia e ciências naturais. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Godoy, Arnaldo Moraes. **Direito e literatura**. Disponível em: <http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/573/753>. Acesso em: 15 de março de 2016.

JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. Trad. De Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.

_____. Et AL. **A literatura e o leitor**: textos de estética da recepção. Coordenação e tradução de Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PEREIRA, Lafayette Rodrigues. **Direitos de família**. Campinas: Russell Editores, 2003.

PIERANGELLI, J. H. **Códigos Penais do Brasil:** evolução histórica. Bauru-SP: Jalovi, 1980.

REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIM, José Luis (org). **Palavras da Crítica.** Rio de Janeiro: Imago, 1992.

STEIN, Ingrid. **Figuras Femininas em Machado de Assis.** São Paulo-SP. Editora: Paz Terra, 1984.

CAPÍTULO 09

A APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03 EM ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DE ITUIUTABA E NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS-UNIDADE ITUIUTABA⁴⁰

Patrícia Alves Cardoso⁴¹ Beatriz Souza de Luna⁴²

INTRODUÇÃO

Infelizmente nossa história é marcada pela exterminação simbólica, física e/ou psicológica do outro. Esse processo de negação do próximo ocorre em todas as instâncias sociais quando estabelecemos paradigmas do que é ser belo, ser mulher, ser brasileiro e outros. Se por um lado percebe-se que o Brasil é um país onde prevalece a miscigenação, a diversidade cultural, por outro, vivenciamos na prática cotidiana, diversas manifestações de preconceitos, discriminações, racismos

⁴⁰ Trabalho financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais- FAPEMIG

⁴¹Doutora em Letras pela UNESP-Universidade Estadual Paulista/Campus de São José do Rio Preto-SP. Bacharel em Direito, Vice-diretora da UEMG-Universidade do Estado de Minas Gerais-unidade Ituiutaba. Autora e Coordenadora do Projeto de Pesquisa. tissaacardoso@yahoo.com.br

²Acadêmica do 5º período do curso de Direito, UEMG – Unidade Ituiutaba. Bolsista FAPEMIG

em relação a alguns segmentos da população como às mulheres, aos indígenas e aos afro-descendentes.

Dentro desse histórico social de racismo, discriminação e segregação, principalmente contra os negros, uma das medidas adotadas pelo governo federal para reverter este aspecto socialmente negativo é a lei 10.639/03 objeto de nosso trabalho que prevê a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro no currículo oficial da rede de ensino. Esta pesquisa apresentará os dados obtidos, verificando a aplicação ou não da lei em escolas públicas e privadas no município de Ituiutaba, além de um estudo realizado dentro de nossa Universidade (UEMG- unidade Ituiutaba).

DESENVOLVIMENTO

Apesar de estar previsto na Constituição Federal a garantia de igualdade entre homens e mulheres, a dignidade da pessoa humana; direitos que são reforçados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (artigo 2):

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Ainda é notório o fato de uma minoria social sofrer tratamento desigual em diferentes segmentos sociais.

Em uma tentativa de igualar as oportunidades para grupos excluídos socialmente surgiram as ações afirmativas que são “medidas, políticas e programas dirigidos a grupos e populações que estão vulneráveis a processos de discriminação” (SANTOS, 2012, p. 403).

Essas ações tiveram origem na Índia, no início do século XX, quando passaram a reservar vagas para membros das castas dalit (intocáveis) e advasi para que os mesmos pudessem participar da organização política de suas províncias, já que sempre foram discriminados pelos brâmanes (SILVÉRIO, 2006).

Em relação à discriminação enfrentada pelos negros, foram nos Estados Unidos que se deu o início da luta contra o tratamento desigual desse grupo. Em meados da década de 60, os movimentos sociais negros, liderados por Martin Luther King, Jr. e Malcom X preconizaram o enfrentamento pela mudança social. A partir do presidente americano Lyndon Johnson, com sua Executive Order 11.246 de 1965, que atribuiu ao Departamento do Trabalho o poder de fiscalizar empresas que deveriam implementar ações afirmativas no âmbito das suas contratações (TAVARES, 2007, p. 587) a situação do negro começou a modificar.

Nesta sociedade marcada pelo racismo e pela discriminação, certos padrões foram fortemente enraizados por aspectos culturais e até mesmo legais. Exemplo disso foi o Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, que estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e, ainda, que a previsão de instrução para adultos negros dependeria da disponibilidade de professores. Também o Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, estabelecendo que os negros só poderiam estudar em período noturno, além de diversas outras estratégias especialmente organizadas a fim de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares.

O racismo, crime previsto no Código Penal na Lei n. 7.716/1989, inafiançável e não prescritivo, seria a crença de que há uma hierarquia entre as raças, tornando uma superior à outra, critério este baseado em diferentes

motivações, em especial às características físicas e a outros traços do comportamento humano. Trata-se de uma atitude discriminativa que retrata como o ser humano tem dificuldade em lidar com as diferenças. Possui uma longa trajetória, tendo como marco principal (ao focarmos no Brasil), a condição da chegada do negro em território nacional, como mercadoria. Apesar de tudo, “passados 512 anos da colonização portuguesa, a situação deles permanece caracterizada por estigmas e segregação social” (COSTA JUNIOR, 2013, p.154).

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 1996, pretos e pardos constituem 45% de toda a população e 98,7% da população não branca. São dados, que além de marcar a maioria nacional, informam também que a população negra se encontra nas regiões mais pobres do Brasil e que, inclusive, afeta âmbitos como a saúde, em que a mortalidade infantil entre crianças de um ano de vida e menores de cinco anos são maiores na população negra. Situação esta acentuada na região Nordeste, onde a taxa de mortes de crianças negras até cinco anos é de 102,1 por mil nascidos vivos. No que diz respeito à rede de esgoto, apenas metade dos negros tem acesso a ele, enquanto 73,6% dos brancos a possuem.

Além de tudo há o aspecto educacional que acaba por não permitir o crescimento e o desenvolvimento econômico dos negros por meio da aprendizagem:

A taxa de escolarização de negros é inferior a dos brancos; os brancos apresentam uma porcentagem maior de crianças sem atraso escolar; e maior proporção de alunos negros frequenta escolas que oferecem cursos com menor número de horas de aula. (ROSEMBERG, 1986; HASENBALG & SILVA, 1990 referido

no Relatório do escritório nacional “Zumbi dos Palmares”)

É preciso ressaltar ainda que pessoas negras têm menor número de anos de estudos do que pessoas brancas (4,2 anos para negros e 6,2 anos para brancos); na faixa etária de 14 a 15 anos, o índice de pessoas negras não alfabetizadas é 12% maior do que o de pessoas brancas na mesma situação.

Isto desencadeia um ciclo vicioso, afetando saúde, educação, empregabilidade, segurança, falta de oportunidades e por fim, aumentando o preconceito.

Uma vez contextualizados, nos vemos com o dever de suprir esta dívida social que há perante negros e seus descendentes. A segregação racial existe, dificulta a inserção em cargos de larga escala, estipula taxações dentre tantos outros fatores todos os dias vistos em nossa sociedade; que infelizmente, só são bem compreendidos por aqueles que sentem o problema, literalmente, na pele. O Estado, bem como toda a população, possui esta dívida social para com aqueles que foram deixados à margem em nosso país. Por esta razão foram criadas as ações afirmativas, que são “medidas políticas e programas dirigidos a grupos e populações que estão vulneráveis a processos de discriminação” (SANTOS, 2012, p. 403).

No Brasil, país que se desenvolveu às custas da exploração, principalmente dos índios e dos negros, as ações afirmativas só se revelaram efetivamente a partir da Constituição de 1988 que trouxe novidades legais a favor das minorias sociais, privilegiando os Direitos Humanos de forma ainda não realizada no país. Passou-se a tratar não do indivíduo genérico, sem especificações, mas sim daquele concreto o qual se via até então (e ainda se vê), desprovido de, efetivamente,

ver seus direitos atendidos. Começou-se a considerar critérios como cor, sexo, etnia, idade, classe social. Dessa forma, a mulher, o negro, os deficientes, e outros começaram a despontar na sociedade que os inviabilizavam.

Quanto à mulher, criou-se a licença maternidade e a reserva de 30% das vagas em pleitos eleitorais para o gênero. Nasceram também as vagas para deficientes físicos no serviço público, a reserva de 20% de vagas em cargos públicos para estes, dentre outras medidas. Em referência ao negro, a Carta Magna (artigo 5º, inciso XLII) criminalizou o preconceito e a discriminação quanto aos negros, tornando tal atitude um crime inafiançável e imprescritível. Alguns meses após a Constituinte, o deputado Carlos Alberto de Oliveira, conhecido como “Caó”, criou um projeto de lei que foi aprovado e transformado na Lei nº 7.716, sancionada e publicada em 1989. Esta serviu para preencher a lacuna do Código Penal no que diz respeito à matéria, definindo os crimes resultantes de preconceito racial. Porém, a lei não resolveu a topografia do crime, ou seja, para ser considerada contravenção, a conduta racista deveria acontecer em espaços determinados como acessos sociais, de serviços de prédios, e outros. Sendo assim, fora desses locais, o ilícito continuava invisível. Apenas na década de 1990 houve uma mudança substancial com a ampliação desse espaço de manifestações preconceituosas para o âmbito nacional.

A rigor, notamos que a Constituição de 1988 é a primeira na evolução das Constituições brasileiras a estabelecer o predomínio dos Direitos Humanos como princípio do Estado. Houve uma ruptura com a concepção tradicional em relação aos que sempre foram tratados de maneira desqualificada. As alterações na lei permitiram ainda uma reflexão quanto à consciência do

que é, por exemplo, preconceito racial, muitas vezes tratado apenas na esfera individual, recusando-lhe a dimensão social e ampla que sempre teve. É fato que o país não deixou de ser racista, machista, heterossexual, enfim, preconceituoso, entretanto, houve um progresso que desde então tem-se ampliado às custas de muitas lutas dos movimentos sociais em busca da tal sonhada dignidade humana.

Os dados revelam que não se trata de preconceitos localizados, o problema é nacional. Segundo o IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada:

[...] de 53 milhões de brasileiros que vivem na pobreza, 63% são negros. De 22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha de pobreza, 70% são negros (*idem*). Na área da educação, a situação do negro não é menos calamitosa. Do total dos universitários, 97% são brancos, sobre 2% de negros e 1% de descendentes de orientais (*idem*). Segundo estudo baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 1999, a taxa de analfabetismo é três vezes maior entre negros. Os jovens brancos, aos 25 anos, têm, em média, 8,4 anos de estudos, quando negros da mesma idade têm a média de 6,1 anos (DOMINGUES).

Como vemos, apesar de não declarada, a segregação racial é um fato e, por isso, se faz necessário a tomada de atitudes que promovam a igualdade de direitos não apenas formal, mas material.

As políticas de ações afirmativas no Brasil têm aumentado desde 2003, conforme revelam os dados extraídos das *Notas sobre as políticas de ações afirmativas no Brasil*, documento apresentado no

seminário “Advancing Equity: Economic Inclusion & Building Opportunities for the Majority” (SUIAMA), promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, realizado no dia 06 de dezembro de 2006, em Washington D.C. De acordo com essas informações, o governo federal investiu em 2003, R\$7.184.613 em despesas para promover a igualdade racial, que evoluiu para R\$24.597.446 em 2004, chegando a R\$67.954.388 em 2005.

O ProUni, Programa Federal de concessão de bolsas de estudo em Universidades particulares incluiu 38.413 estudantes negros no ensino superior, de acordo com o documento supracitado. A adoção de quotas nas Universidades públicas beneficiou cerca de 11 mil negros e indígenas em todo Brasil.

Em 2003, o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva promulgou a Lei Federal 10.639/03 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional tornando obrigatório o estudo sobre a cultura e história afro-brasileira e africana nas Instituições de ensino públicas e privadas.

No Brasil, o conceito de miscigenação possuía um caráter negativo até a década de 1930 em que percebeu-se que as tentativas de branqueamento da nação para escapar do preconceito externo (principalmente do atribuído pelos europeus) não deram certo. Entra em cena a “democracia racial”, que via o negro como integrante da cultura e constituição do ser brasileiro. Idéia auxiliada pela obra *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre que transformou a imagem negativa da miscigenação racial para a de característica nacional. Ou seja, o que antes era visto de forma pejorativa passou a ter a concepção de característica genuinamente brasileira. Nesse contexto, a desigualdade começou a ser atribuída à diferença de classe social e

não de raça. O que aliviou a consciência do branco e dificultou as lutas dos movimentos negros, afinal utopicamente deixou de existir o problema racial no país, pseudo harmonia que favorecia ideologicamente a elite branca cada vez mais entrosada com a “democracia racial”.

TELLES (2003) afirma que a democracia racial brasileira é um mito. Seu estudo revelou a presença de um significativo racismo na sociedade brasileira. Entretanto, tal percepção não mudou a realidade nacional em relação aos negros. Estes se articularam e em 1978 criaram o Movimento Negro Unificado que contestava a idéia de “democracia racial” e pressionava o governo para tomar medidas de enfrentamento ao racismo no país. Porém, foi difícil combater essa visão idealizada de Freyre e endossada pela elite branca. Apenas em 1990 ocorreu o desmascaramento da “democracia racial” que considerada um mito perdeu a credibilidade.

Em 1995 houve um embate entre o Movimento Negro Unificado com o governo federal, presidido na época por Fernando Henrique Cardoso, numa tentativa de instaurar políticas de reparação da cultura e história afro-brasileira e africana. Contudo, o governante não cedeu às solicitações que serviram para evidenciar e desmascarar a ideologia por detrás da tal “democracia racial”, constatando que realmente a sociedade brasileira é racista com os negros, independente da classe social dos mesmos.

Como dissemos apenas em 2003, através do Presidente Lula, houve o reconhecimento e também a efetivação de ações afirmativas em detrimento ao racismo no país.

Também dentro das ações afirmativas há muito sendo feito por meio da luta dos movimentos sociais, bem como, por medidas estatais como, REUNI, PNAES,

FIES, SISU, PROUNI, ENEM, a política de cotas, compromissos internacionais assumidos em convenções, como os da Convenção da UNESCO de 1960, relativo ao combate ao racismo, dentre outras.

As diretrizes curriculares estabelecidas pela Lei 10.639/03 devem ser desenvolvidas em todos os níveis de ensino atendendo também à Constituição Federal em seus artigos 5, I, Art.210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como os artigos 26 A, 79 A e 79 B da LDB - 9.394/96. Nosso objetivo principal foi, como dissemos, verificar a aplicação da Lei 10.639/03 em escolas públicas e privadas do município de Ituiutaba e também em nossa Universidade (UEMG).

Acreditamos que a pesquisa foi de suma importância uma vez que a existência de uma lei não garante sua prática. E de nada adianta uma teoria igualitária se a vivência for discriminatória. Espera-se que a partir da Lei, ocorram modificações no currículo para incluir no PPP (Projeto Político Pedagógico) das escolas, o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana; que sejam desenvolvidos materiais didáticos e pesquisas que abranjam a diversidade racial. Nosso problema de trabalho foi verificar se esses procedimentos esperados estão de fato sendo aplicados e como.

Para o cumprimento da lei, estabeleceram “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, além de material didático para as escolas.

No que diz respeito às diretrizes, é estabelecido que o ensino deva fazer parte do cotidiano da escola, em diferentes níveis e modalidades, na Educação Artística, Literatura e História do Brasil, não excluindo as demais disciplinas. Trabalhos em salas de aula; nos laboratórios

de ciências e de informática; na utilização de sala de leitura; biblioteca; brinquedoteca; áreas de recreação; quadra de esportes e outros ambientes escolares; entrando em contato, inclusive, com a comunidade. Equivale dizer que estes conteúdos devem fazer parte do dia a dia escolar, perpassando o currículo nas suas diferentes modalidades.

Sobre o conteúdo a ser abordado, inclui-se ainda a história dos quilombos, a começar pelo de Palmares, e de remanescentes de quilombos, que têm contribuído para o desenvolvimento de comunidades, bairros, localidades, municípios, regiões. Destaca-se também, a atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnológica e artística, na luta social (tais como: Zumbi, Luiza Nahim, Aleijadinho, Padre Maurício, Luiz Gama, Cruz e Souza, João Cândido...). As contribuições Egípcias para ciência, filosofia e agricultura; a celebração de datas festivas Brasileiras tais como o 13 de maio; dia Nacional de Denúncia contra o Racismo; o dia 20 de novembro da Consciência Negra; dentre tantas outras de cunho histórico e político que apontem para a importância social que os negros possuem perante a sociedade, e desta forma garantir sua valorização cultural.

Cumprindo assim o que estabelece os parágrafos da lei 10.639/03:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a

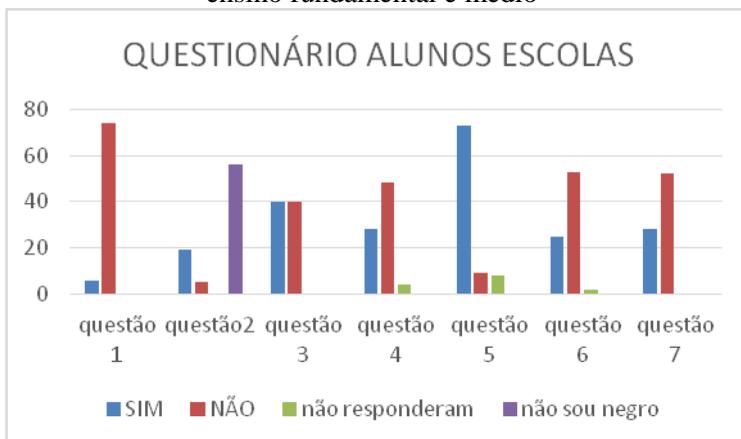
contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

A pesquisa por nós realizada buscou por meio de questionários dirigidos e aplicados às escolas e à Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) verificar a aplicação da referida lei durante o cotidiano escolar a fim de que possamos contribuir, ainda que de forma modesta, para o estabelecimento da igualdade em nossa sociedade. Além de verificarmos nos documentos internos da Universidade, PPPs dos Cursos de Licenciatura se a lei é ou não cumprida.

Após inúmeras tentativas não conseguimos aplicar a pesquisa nas instituições particulares de ensino da cidade. Através dos contatos, percebemos que a lei não é aplicada e este foi o fator que ocasionou no não consentimento pelos gestores da efetivação de nosso trabalho nessas escolas. Já em relação às instituições públicas não tivemos nenhum problema e, como estava previsto no projeto, aplicamos a pesquisa em duas escolas no ensino médio e fundamental. Ao todo, oitenta alunos e oito professores das escolas de ensino base responderam aos questionários e cento e vinte alunos de ensino superior também contribuíram com nossa pesquisa.

Gráfico 1: Resultados do questionário aplicado aos alunos de ensino fundamental e médio



Fonte: elaboração das autoras

O gráfico acima retrata os dados que obtivemos ao aplicarmos o questionário aos alunos(as) das escolas de ensino médio e fundamental. Quando perguntados na primeira questão se os mesmos teriam conhecimento da lei 10.639/03, 74 informaram que não e apenas 6 dos 80 alunos disseram que sim. A pergunta é de suma importância, pois se trata do objeto de nosso estudo. Como podemos perceber, por meio dos dados, é discrepante o número dos alunos que afirmaram o desconhecimento da lei, retrato este que já pode vir a alertar sobre a não aplicação da referida nas escolas em que os questionários foram aplicados.

Na segunda questão perguntamos aos alunos negros se os mesmos se sentem valorizados e apoiados em relação à aprendizagem da cultura africana, dos 80 alunos, 24 afirmaram ser negros, destes 19 disseram que se sentem valorizados e 5 responderam que não. Um ponto importante a ser observado nesta questão, é o

baixo número de alunos que afirmaram em questionário serem negros. O que reafirma os dados trazidos pelo Relatório do escritório nacional “Zumbi dos Palmares” que consta neste artigo, de que a inserção dos negros em meios acadêmicos é mais difícil e escassa quando comparada aos brancos, reiteramos: “A taxa de escolarização de negros é inferior à dos brancos; os brancos apresentam uma porcentagem maior de crianças sem atraso escolar (...)”. (ROSEMBERG, 1986; HASENBALG & SILVA, 1990 referido no Relatório do escritório nacional “Zumbi dos Palmares”). Destes 24 que se declararam negros, 19 deles afirmaram sentir-se valorizados e apoiados quando se trabalha do aprendizado da cultura africana, sendo este o objetivo da lei. Os 19 alunos apontaram por meio desta questão que foram respeitados e reconhecidos pela importante relevância social que os negros possuem ao decorrer da história. Apesar de ser incoerente se comparado à primeira pergunta. Ou seja, a valorização que recebem não demonstra ter relação com a aplicação da lei 10.639/03 que disseram sequer conhecer.

A terceira questão apresentou um número bem equiparado, uma vez que 40 responderam que sim e 40 que não, quando perguntados se já realizaram atividades extras ou avaliação sobre a cultura africana fora o dia da consciência negra, o que gera certa dúvida quanto a realização ou não destas atividades, ou até mesmo do conceito de atividade extra que possuem os alunos que participaram deste questionário.

A questão quatro questionou os alunos acerca do engajamento da escola em promover o ensino voltado a diminuição das desigualdades ético-raciais, e os dados apontam que 48 destes não sentem que há tal engajamento, 28 deles discordaram desta afirmação informando que há o engajamento da escola para

propositura de ensino voltado a esta temática, e 4 não responderam. Por se tratar de maior número dos alunos que informaram o não engajamento da escola em promover o ensino voltado à diminuição da desigualdade, tal questão caracterizou-se como alerta, não só para fiscalização das escolas cujo questionário foi aplicado, como também nos questionarmos sobre a maneira pela qual, tal deveria ser feito. Além disso, o questionário aplicado aos professores que veremos a seguir pode explicar tal questão apontando a falta de apoio aos docentes, desde material apropriado a informação referente à temática no período de sua graduação e outros.

Perguntamos na quinta questão se eles acham importante o estudo da história e cultura afro, 73 disseram que sim; 9 que não e 8 não responderam. Apesar de a maioria dos alunos afirmarem acreditar na importância do estudo da história e da cultura afro, 9 deles acham não ser importante. O objetivo da lei 10.639/03 é incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", para que desta forma se torne do conhecimento dos alunos a importância social e cultural dos negros não apenas em território nacional, mas também de outros países pelo mundo, para que assim reconheça-se sua importância, respeite e enalteça-se sua trajetória. Acreditamos, que os 9 alunos ao responderem de maneira negativa, não absorveram este ideal e reafirmam o preconceito existente em relação à cultura afro-brasileira.

Na sexta questão, 53 alunos informaram que não são promovidos debates com a temática da diversidade étnico racial por suas escolas dentro da comunidade escolar que envolve pais, alunos, professores e cidadãos que vivem nas proximidades do local onde encontra-se a

instituição. Vinte e cinco (25), no entanto, afirmaram que há e 2 não souberam responder. As diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana foram desenvolvidas para garantir a melhor aplicação da lei que dá nome ao nosso artigo. Dentre essas diretrizes, estabelece-se que devem ser realizados trabalhos em salas de aula; nos laboratórios de ciências e de informática; na utilização de sala de leitura; biblioteca; brinquedoteca; áreas de recreação; quadra de esportes e outros ambientes escolares; entrando em contato, inclusive, com a comunidade, o que conforme os dados parece ter falhas, pois a maioria afirma que não são feitas ações nesse sentido, apesar de alguns afirmarem que ocorre. Na última questão dirigida a eles perguntamos se a escola trabalha questões raciais com os alunos e 52 deles informaram que não, versus 28 que informaram haver este trabalho. As questões raciais são importantíssimas de serem trabalhadas, uma vez que o objetivo da lei é a diminuição e, talvez a extinção do racismo em nosso país. Nesta mesma questão questiona-se “se a resposta foi afirmativa, isso ocorre de quais formas?”. Dezenove alunos dissertaram acerca do requerido, muito foi falado a respeito, o ensino do que vem a ser igualdade, dado por meio de debate; leitura e explanação, que a temática vem a ser constante em sala de aula, conforme a fala de um dos alunos “ensina que ninguém é melhor do que o outro”, outro deles explanou “fala sobre contra o racismo, ensinando todos e chamando atenção por certas brincadeiras”, mostrando que há um entendimento dos alunos puro e verdadeiro no que diz respeito ao racismo e que a lei 10.639/03 é aplicada em algumas turmas com base nas informações destes alunos.

A rigor, notamos pelos dados que alguns professores aplicam a lei e outros não. Pois, há alunos que têm o conhecimento sobre o assunto e outros respondem negativamente. O que evidencia que falta uma política efetiva das escolas para implantar a lei como uma ideologia constante em suas ações e conteúdos.

É importante ressaltar que o questionário aplicado a eles, encontra-se em anexo.

Gráfico 2 - Resultados do questionário aplicado aos professores de ensino fundamental e médio



Fonte: elaboração das autoras

Oito professores responderam a este questionário que consta acima em gráfico e será neste momento apresentado. A questão um, referiu-se ao conhecimento ou não da lei objeto de nosso estudo, dos participantes 4 afirmaram ter conhecimento, 3 não e 3 não responderam. O conhecimento da lei é fundamental principalmente para os professores, pois são eles os grandes responsáveis pela aplicação da mesma, transmissores de

informação e formadores de opinião. Dessa forma, a escola deve aplicar a lei oferecendo a esses profissionais a possibilidade de execução efetiva dessa ação afirmativa.

Na segunda, questionamos se trabalham em sala de aula, por meio de atividades, a história africana e sua contribuição para a formação social, cultural e econômica para o Brasil, no que diz respeito a isso, a maioria informou que não (5), 3 sim e 2 não responderam. Uma vez informado que não se é trabalhado em sala de aula, percebe-se que a lei não é cumprida e que o importante papel dos professores de disseminar os tópicos referentes à história e a cultura afro tampouco é efetuado. Em caso de resposta afirmativa, pedimos para citar quais são os temas relevantes no que diz respeito à história africana e sua contribuição para formação social, cultural e econômica para o Brasil, um dos professores respondeu: “Influência da cultura Africana na alimentação, nas palavras, na religião, etc”, conforme requer diretrizes mencionadas em pesquisa e de acordo com a lei este é um importante apontamento a ser trabalhado e configura na aplicação da 10.639/03.

Perguntamos se há apoio das políticas educacionais em relação ao suporte fornecido aos professores para a efetivação da Lei. Cinco docentes disseram que não há incentivo; 2 disseram que sim e 3 não responderam. Como vimos, parece não existir uma política escolar que insira a referida Lei como uma ideologia pedagógica. Quando comparamos com as respostas dos alunos percebemos esse quadro, pois como alguns disseram responderam afirmativamente e a maioria não, percebemos que quando a Lei é aplicada ocorre devido a ação de alguns professores, mas não da escola como um todo. A rigor, políticas educacionais são

necessárias para uniformizar a abordagem do ensino e apoiar o docente em sua atuação.

A quarta questão refere-se ao material de apoio, 5 informaram que não o possuem, 2 disseram que o tem, 1 não respondeu. Dos materiais referidos na questão anterior foi perguntado; na questão 5, se estes foram ofertados em cursos preparatórios sobre a temática, 5 não responderam, 4 disseram que não e 1 sim, este docente afirmou que o curso preparatório ofertado a ele foi um mini-curso (PIBID), portanto o apoio veio de fora, através de um projeto universitário. Mais uma vez os professores denunciaram a falta de apoio dada, o material de apoio facilitaria a atuação dos docentes e aumentaria a probabilidade da aplicação da lei.

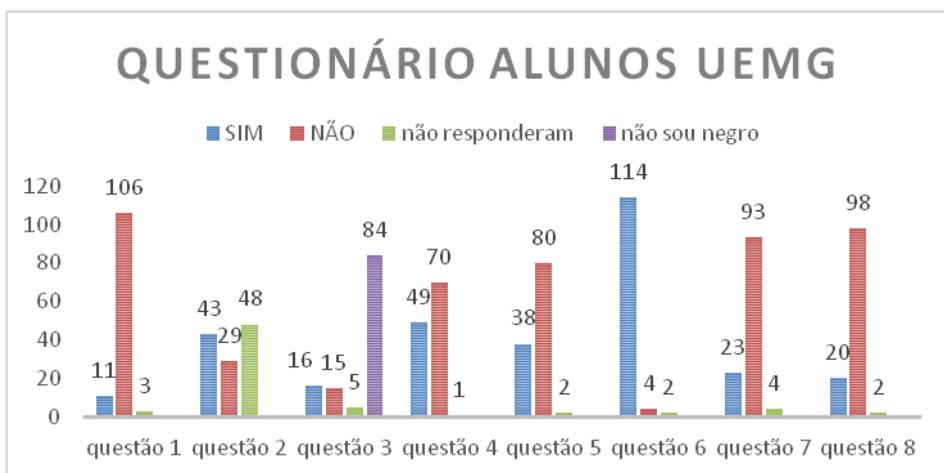
Na sexta questão, 5 professores informam que não há incentivo da escola para capacitação referente à aplicação da cultura africana, 2 dos dez professores perguntados disseram que sim e 3 não responderam. A escola é uma equipe que deve trabalhar junto em prol de algo maior, a responsabilidade não deve, portanto, recair apenas ao professor haja visto que deve haver um engajamento mútuo entre os profissionais da instituição.

A sétima questão, dissertativa, não foi respondida pelos colaboradores da pesquisa que se submeteram a aplicação do questionário. Esta questão pedia em caso afirmativo a questão anterior, exemplos de projeto de capacitação por parte das escolas. Isso nos faz duvidar de que há realmente incentivo, pois dos 8 professores apenas dois disseram que existe colaboração da escola, mas não disseram o tipo.

Na oitava questão procuramos saber se na graduação estes professores tiveram disciplinas que proporcionaram algum conhecimento sobre a história africana e apenas 1 afirmou ter tido este contato, 6 disseram que não e 3 não responderam. A última

questão, ainda no âmbito de sua graduação, perguntamos se na faculdade eles foram informados a respeito da lei 10.639/03. Dos professores questionados 5 informaram que não, 2 sim e 3 não responderam. Estas últimas questões foram reafirmadas ao analisarmos os PPPS dos cursos de licenciatura da Universidade do Estado de Minas Gerais, que só se enquadraram aos termos legais recentemente, não englobando, por exemplo, a geração de professores que foi questionada.

Gráfico 3 - Resultados do questionário aplicado aos alunos da universidade do estado de minas gerais- unidade Ituiutaba



Fonte: elaboração das autoras

Fomos à busca de informações também na Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Ituiutaba, aplicando o questionário a 10 alunos de cada curso de graduação existente na unidade, totalizando 120 entrevistados.

Na primeira questão, assim como realizamos com os alunos das escolas de ensino básico, perguntamos se conheciam a lei 10.639/03 e como os alunos do ensino básico, e conforme mostra o gráfico, a maioria significativa de 106 alunos informaram que não conhecem a referida lei, 11 sim e 3 não responderam.

Na segunda questão perguntamos se são favoráveis a lei, 48 não souberam responder (provavelmente porque desconhecem o assunto), 43 disseram ser sim, número este inconsistente, pois apenas 11 alunos questionados afirmaram ter conhecimento da mesma e 29 deles disseram que não, dado que mais uma vez se torna desconexo a questão anterior e ao número de alunos que afirmaram possuir conhecimento da mesma.

Na terceira questão perguntamos aos negros se eles se sentem valorizados e apoiados em relação à aprendizagem da cultura africana, dos questionados 84 não se consideram negros, 16 disseram sentir-se valorizados, 15 não e 5 não responderam. Como vemos dos 36 alunos que se declararam negros, praticamente a metade não se sente valorizada com ações institucionais previstas na Lei. Fato que configura a falta de atividades relacionadas ao assunto ou a ineficácia dessas em relação à melhoria da auto-estima e igualdade de direitos raciais.

Na quarta questão perguntamos sobre a realização de pesquisa e extensão sobre a temática por algum deles (disso trataremos em tópico a frente) 70 informaram nunca haver realizado, 49 sim e 1 deles não respondeu. Na quinta questão ao perguntarmos sobre o engajamento da instituição para promover o ensino/pesquisa e extensão voltados a diminuição das desigualdades étnico-raciais, 80 dos alunos informaram não ver tal engajamento por parte da Universidade, 38 deles disseram que há e 2 não responderam. Tudo que

diz respeito a pesquisa e extensão é comprovada posteriormente em dados obtidos com as respectivas Coordenações, apontando não haver registros de pesquisas referentes à temática e extensão apenas na Semana UEMG realizada em 2015, cujo tema estimulou alunos e professores a produzirem sob este pilar.

Perguntamos também acerca da opinião dos alunos sobre a importância de se estudar a história e a cultura afro, 114 disseram que é importante, 4 deles que não e 2 não responderam. Mais uma vez, apesar do elevado número acreditarem na importância de tal estudo, os números dos que disseram que não e os que não responderam, apesar de pouco significante em relação ao outro também é de se observar, pois para que haja a total aplicação da lei 10.639/03 é necessário que haja um total entendimento da importância e propósito dos conteúdos abordados nas grades curriculares.

Na sétima questão buscamos focar ainda mais em atividades, perguntando se participaram de alguma ação cuja temática estivesse relacionada à diversidade étnico racial e 93 dos alunos informaram não terem participado, 23 informaram que sim, destes alunos três informaram da participação na Semana UEMG cuja temática estava relacionada e que será citada em outra oportunidade no decorrer de nossas análises. Dois destes alunos responderam terem participado do PELC (Programa Esporte e lazer da Cidade), que é desenvolvido pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social e tem como objetivo proporcionar atividades de lazer e cultura para a sociedade, englobando, crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência; seis alunos disseram realizar atividades em sala de aula tais como trabalhos, projetos e apresentações, os demais de maneira mais diversificada informaram a participação em rodas de

conversa, congresso ético racial realizado pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU, caminhada “Não ao preconceito” e atividades culturais, tais como teatro. Quatro (4) dos alunos que se propuseram realizar este questionário, não responderam.

A oitava e última pergunta questiona se no curso em que os respectivos participantes realizam, há disciplinas que trabalham a cultura africana em seus conteúdos programáticos. Dos 120 alunos, 98 disseram que não, 20 sim e 2 não responderam, ponto este que vamos retomar mais a frente ao analisarmos os PPTS, de qualquer maneira é relevante frisar que não apenas os cursos de licenciatura devem se preocupar com esta questão, a sociedade é composta por profissionais de inúmeras áreas e apenas mediante a informação que garanta o respeito e a valorização dos negros é que obteremos o objetivo da lei. Entretanto, optamos pelas Licenciaturas por serem cursos que preparam educadores. A rigor notamos que a lei é aplicada na Instituição de forma precária, em momentos pontuais e não da forma como deveria com disciplinas e ações mais efetivas.

Resultados da pesquisa realizada nas coordenações de pesquisa e extensão da UEMG-unidade Ituiutaba

Em questionário aplicado aos alunos de graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Ituiutaba constatamos (conforme questão 4 que questiona acerca da realização de algum trabalho, projeto de pesquisa ou extensão em que 70 dos 120 alunos responderam negativamente) a não realização deste importante tópico do tripé educacional dentro da universidade que vem a ser a pesquisa e a extensão, e

tais informações, refletem em dados obtidos através das respectivas coordenações.

Após levantamento de dados, a Coordenação de Pesquisa da UEMG-unidade Ituiutaba nos informou que não há pesquisas referentes ao tema de racismo ou ligado à temática (exceto a nossa que está sendo realizada este ano). Na Coordenação de Extensão encontramos registro apenas da Semana UEMG do ano de 2015, cujo tema: “Diversidade e afrodescendência: interações, mediações e (Re) conhecimento”, desencadeou a realização de inúmeras atividades englobando oficinas, palestras, minicursos, mesas redondas dentre outros referentes à temática, todos devidamente cadastrados na plataforma SIGA da Universidade. Tais atividades foram: Docência no ensino superior: africanidades e educação (Aula Inaugural: Vânia Aparecida Martins Bernardis); Oficina: Projeto diversidade cultural na literatura afro brasileira. (Professora: Lucimar Silva de Andrade); Palestra: 90 anos de Maicom X e o racismo no Brasil (Vladimir Miguel Rodrigues); Mesa redonda: Direito, educação e relações étnico raciais; Ritmo e melodias africanas e brasileiras (Professora: Denise Andrade de Freitas Martins), Palestra: centro de estudos Africanos e afro-Brasileiros: ações para a formação de professores no Brasil e em Portugal (Cristiane Coppe de Oliveira); Mini curso: O negro e a mídia; Minicurso: Juventude negra; Mesa redonda: Lei 10.639/03 alterada pela lei 11.645/08 e seus desdobramentos na graduação; Relações étnico-raciais: religiosidades afro-brasileiras; identidade cultural e discurso de resistência; Representação artística de manifestação da cultura afro: capoeira, congado, grupo Tabinha; Espaço e cultura na religiosidade afro brasileira (lançamento de livro).

A parte destas acima citadas, de 2015, não há outros registros de projetos referentes à temática até o

dia 27 de outubro de 2017, em que ocorreu na unidade palestra que contemplou o tema, intitulada “Feminismo Negro – Mireile Martins”. As ações acima citadas foram de suma importância para a comunidade acadêmica, uma vez que propiciaram debates e reflexões acerca da realidade dos negros, bem como dos desafios por eles enfrentados diariamente.

Resultados da pesquisa sobre os PPP dos cursos de licenciatura da UEMG - unidade Ituiutaba

Analisamos os planos políticos pedagógicos, ou como são mais conhecidos PPP, dos cursos de Licenciaturas da Universidade do Estado de Minas – UEMG, unidade Ituiutaba. Os cursos de Licenciatura desta unidade são: Educação Física, Pedagogia, Ciências Biológicas e Química.

Constatamos que matérias referentes a ações afirmativas, racismo e a lei 10.639/03, foram incorporadas recentemente nos PPP atuais, que são do ano de 2016 e 2017.

Atualmente, o curso de educação física conta com a matéria de “Multiculturalismo e direitos humanos”, Pedagogia com “diversidade e cultura” além de “direitos humanos e ética”, ciências biológicas com “Fundamentos Filosóficos e Sociais (FFS)”, “Política e Organização da Educação Básica” e “Psicologia da Educação”, Química com “educação inclusiva – dimensão sócio cultural e política” e “multiculturalismo direitos humanos e ética”.

Verifica-se, portanto, que apesar da lei objeto de nosso estudo ser de 2003, a efetividade e aplicabilidade da mesma só foi efetuada em 2016 e 2017, e por tratar de pouco tempo as aulas em totalidade ainda não estão

sendo ministradas, processo esse que está em andamento para aplicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi um longo caminho percorrido, muito estudo bibliográfico, entendimento do tema, da dívida que a sociedade como um todo possui perante àqueles que foram menos favorecidos ao longo da história, o entendimento das ações afirmativas e o aprofundamento da real importância da lei 10.639/03, que possibilita aos alunos enxergar os negros como um grupo primordial para a história e cultura brasileira, importantes em inúmeros momentos históricos e que contribuíram com o crescimento social. A referida lei objeto de nosso estudo (que em 10 de março de 2008 sofreu pequenas alterações com a lei 11.645/08) nos mostra que a chave para a mudança encontra-se na educação. Que estes alunos que têm o contato com a lei e todo o estudo que ela abrange, permeia modificar não só seus próprios posicionamentos, mas podem também transmitir a pais e familiares a importância e o respeito que devemos ter àqueles que fizeram tanto e estão tão presentes em nossa história, acima de tudo, ensinar a ter mais tolerância e a entender que todos somos iguais mesmo com nossas diferenças. Como foi dito por Nelson Mandela “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar. ”, portanto, enfatizo a importância desta aplicação da lei, pois apenas por meio da educação teremos concretas mudanças.

Infelizmente, por meio dos dados obtidos (como a questão 6 – dos alunos da UEMG e 5 – dos alunos das

escolas, quando questionados sobre a importância do estudo da história e cultura afro e, todavia, haver um número mesmo que ainda menos dos que afirmaram a importância, dizer não achar importante) percebeu-se que há muita intolerância ainda presente e um longo caminho a perseguir, constatamos que no município de Ituiutaba, nas Instituições estudadas, a lei 10.639/03 não é efetivamente aplicada.

Entretanto a inserção de matérias referentes à temática dentro dos cursos de licenciatura nos faz crer que tal contexto poderá ser alterado.

Sendo assim, mesmo que a passos lentos a educação virá a mudar um dia nossa realidade social.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Z. O negro na universidade: o direito à inclusão. **Revista Espaço Acadêmico**, São Paulo, ano IV, n. 40, set. 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/040/40caraujo.htm>>. Acesso em: 20 de maio. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>>. Acesso em 21 de maio de 2016.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>

. (Conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB). Acesso em 21 de maio de 2016.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em 21 de maio de 2016.

_____. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC, [s.d.]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/>>. Acesso em 21 de maio de 2016.

_____. O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em 21 de maio de 2016.

_____. Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em 21 de maio de 2016.

_____. Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade. Balanço da ação do MEC para a implementação da Lei 10.639/03, Brasília, 2008. Brasília: MEC/

CARVALHO, José J. **Inclusão étnica e racial no Brasil**. São Paulo: Attar, 2006.

CONFERÊNCIA REGIONAL DA AMÉRICA LATINA E CARIBE PREPARATÓRIA PARA A CONFERÊNCIA MUNDIAL DE REVISÃO DE DURBAN, Brasília, 2008. Anexo ao documento de posição brasileira. Brasília: MEC, 2008.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo, Niterói, v. 12, n. 23, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141377042007000200007&lng=pt&nrm=iso>.

Acesso em: 14 maio 2016.

FREYRE, Gilberto. **Contra o preconceito de raça**. Discurso proferido na Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 17 jul. 1950. Disponível em: <http://www.bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/discursos_p_alestras/contra.htm>. Acesso em: 19 de maio de 2016.

_____. **Obra escolhida: Casa Grande & Senzala**, Nordeste, Novo Mundo nos Trópicos. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977.

GOMES, Joaquim B. Barbosa, (2001). **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social**. Rio de Janeiro: Renovar.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90**. Texto

para discussão, n. 807. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td0807.pdf>. Acesso em: 21 de maio de 2016.

HERINGER, Rosana. **Desigualdades raciais no Brasil**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/dh/br/jgglobal/re-desocial/redesocial_2001/cap4_desigualdade.htm. Acesso em: 21 de maio de 2016.

KANT DE LIMA, Roberto. **Constituição, direitos humanos e processo penal**. Dados: Rev. Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 33, n. 33, p. 471- 488, 1990.

IPEA. **Desigualdades raciais, racismo e políticas públicas: 120 anos após a abolição**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2008. Disponível em: <www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/08_05_13_120_anos_Abolicão_V_coletiva.pdf>. Acesso em: 21 de maio de 2016.

MORAES, Alexandre. **Direitos humanos fundamentais: teoria geral, comentários aos arts. 1. a 5. da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PEREIRA, Sueli M.; ZIENTARSKI, Clarice. **Políticas de ações afirmativas e pobreza no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 92, n. 232, p. 493-515, set./dez. 2011.

SANTOS, C. N. **Ações afirmativas e a política de cotas à luz do princípio da igualdade e da dignidade da pessoa humana**. Santa Catarina, 2008 p. 47. Disponível em: <http://portal2.unisul.br/content/navitacontent_/userF>

iles/File/pagina_dos_cursos/direito_tubarao/monografias_2008a/Clarissa_Nascimento_dos_Santos.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Políticas raciais compensatórias**: o dilema brasileiro do século XXI. In: SEMINÁRIOS REGIONAIS PREPARATÓRIOS PARA III CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA. Anais... Brasília: Ministério da Justiça, 2001, p. 123-138.

_____, (2002). **Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, São Paulo, Autores Associados e Fundação Carlos Chagas, nº 117, p. 219-246, nov.

TAVARES, A. R. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2007.

TELLES, Edward Eric. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Trad. Nadjeda Rodrigues Marques, Camila Olsen. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2003, p. 16 – 102.

ANEXOS

Questionário alunos referente ao projeto de pesquisa da UEMG – Ituiutaba

“A aplicação da lei 10.639/03 em escolas públicas e privadas de Ituiutaba e na universidade do estado de minas gerais-unidade Ituiutaba”:

Sexo:

feminino masculino

Série em que estuda:

ensino fundamental ensino médio
ensino superior

Instituição que estuda:

pública particular

1- Você conhece a lei 10639/03? SIM NÃO.

Se a resposta for afirmativa, assinale a alternativa que trata da referida lei: Lei de cotas raciais; Lei contra a violência feminina; Lei que obriga o estudo sobre a cultura e história afro-brasileira e africana nas escolas; Lei contra o racismo.

2- Se você é negro, sente-se valorizado e apoiado em relação à aprendizagem da cultura africana?

SIM NÃO NÃO SOU NEGRO

3- Já fez algum trabalho, atividade extra ou avaliação sobre a cultura africana fora do dia da consciência negra?

SIM NÃO

4- Você percebe que na sua escola há um engajamento para promover o ensino voltado para a diminuição das desigualdades étnico-raciais?

SIM NÃO

5- Você acha importante estudar a história e a cultura afro?

SIM NÃO

6- Sua escola promove debates cuja temática está relacionada à diversidade étnico racial dentro da comunidade?

SIM NÃO

7- Sua escola trabalha questões raciais com os alunos?

SIM NÃO.

Se a resposta foi afirmativa, isso ocorre de quais formas?

QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES:

Sexo: () feminino () masculino

Grau máximo de formação acadêmica: () Graduação ()
Especialização () Mestrado

() Doutorado

Série em que leciona: () ensino fundamental () ensino
médio () ensino superior

Instituição que trabalha: () pública () particular

1- Você conhece a lei 10639/03? (___) SIM (___) NÃO .

Se a resposta for afirmativa, assinale a alternativa que trata da referida lei: (___) Lei de cotas raciais; (___) Lei contra a violência feminina; (___) Lei que obriga o estudo sobre a cultura e história afro-brasileira e africana nas escolas; (___) Lei contra o racismo.

2- Nas suas atividades em sala de aula, você trabalha temas relevantes no que diz respeito à História Africana e sua contribuição para a formação social, cultural e econômica para o Brasil? Se a resposta for afirmativa, quais são esses temas?(___) SIM (___) NÃO.

Resposta: _____

3- Há apoio das políticas educacionais que regem a educação no Brasil quando se trata de dar suporte aos professores?

(___) SIM (___) NÃO.

4- Você tem algum material de apoio para trabalhar questões relativas à História e cultura afro-brasileira e africana?

SIM NÃO.

5- No caso de a resposta acima ser afirmativa, quais são esses materiais? E foram ofertados cursos preparando os docentes para trabalhar esses temas?

SIM NÃO. Resposta:

6- A escola incentiva projetos que capacitam professores e alunos para se familiarizarem e aprofundarem estudos referentes à cultura africana?

SIM NÃO.

No caso de a resposta ser afirmativa, cite algum desses projetos:

7- Na sua graduação você teve disciplinas que lhe proporcionou algum conhecimento sobre a História Africana?

SIM NÃO.

No caso de a resposta ser afirmativa, você acha que essa experiência é suficiente para trabalhar com seus alunos?

SIM NÃO.

8- Na Faculdade você foi informado a respeito da lei 10.639/03? SIM NÃO.

**QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS UNIVERSITÁRIOS
REFERENTE AO PROJETO DE PESQUISA DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS –
UNIDADE ITUIUTABA**

“A aplicação da lei 10.639/03 em escolas públicas e privadas de ituiutaba e na universidade do estado de minas gerais-unidade ituiutaba”:

Sexo:

feminino masculino

Curso em que estuda: _____ Período:

Instituição que estuda:

pública particular

1- Você conhece a lei 10639/03? SIM NÃO .

Se a resposta for afirmativa, assinale a alternativa que trata da referida lei: Lei de cotas raciais; Lei contra a violência feminina; Lei que obriga o estudo sobre a cultura e história afro-brasileira e africana nas escolas; Lei contra o racismo.

2- Você é favorável à lei 1.0639/03?

SIM NÃO

3- Se você é negro, sente-se valorizado e apoiado em relação à aprendizagem da cultura africana?

SIM NÃO NÃO SOU NEGRO

4. Já fez algum trabalho, projeto de pesquisa ou extensão, atividade extra ou avaliação sobre a cultura africana?

SIM NÃO

5-Você percebe que na sua faculdade há um engajamento para promover o ensino/pesquisa e extensão voltados para a diminuição das desigualdades étnico-raciais?

SIM NÃO

6-Você acha importante estudar a história e a cultura afro?

SIM NÃO.

7- Na sua Universidade, você já participou de alguma ação cuja temática estivesse relacionada à diversidade étnico racial?

SIM NÃO.

Se a resposta for afirmativa: Qual é a ação ou evento?

8- Em seu curso há disciplinas que já trabalharam a cultura africana em seus conteúdos programáticos?

SIM NÃO

EDUCAÇÃO

CAPÍTULO 10

O SER, O FAZER E O PENSAR DO ESPECIALISTA DE EDUCAÇÃO: Uma análise do trabalho da supervisão educacional

Marília Beatriz Ferreira Abdulmassih⁴³; Renata Costa Silva Oliveira⁴⁴; Lucimar Silva de Andrade⁴⁵

INTRODUÇÃO

É sabido que, em uma instituição de ensino, a dinâmica que envolve as funções a serem desempenhadas pelo supervisor pedagógico é observada em áreas de atuação importantes e, muitas vezes, decisivas no processo educativo. Tal afirmação se deve,

43 Doutora em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo(PUCSP), Mestre em Educação- Formação de Educadores- UNIUBE e Docente do curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Ituiutaba.

44 Especialista em Educação de Jovens e Adultos e diversidade Cultural, pela Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Coordenadora da Formação Continuada das Relações Étnico Racial e EJA na Secretaria Municipal de Educação esporte e Lazer de Ituiutaba, Professora de Educação Básica na rede estadual.

45 Especialista em Psicopedagogia pela UEMG, e Alfabetização pela UFU. Docente da Universidade do estado de Minas Gerais- Unidade Ituiutaba.

principalmente, a posição de influência e liderança do profissional da supervisão, no que tange às múltiplas atividades desenvolvidas na escola.

Quanto ao papel do supervisor, cabe uma reflexão a partir das somatórias de esforços e ações, a fim melhorar o processo de ensino e aprendizagem. Isso exige que os envolvidos na comunidade escolar assumam posições e atitudes que contribuirão sobremaneira para a movimentação no trabalho pedagógico qualitativo.

Para que esse trabalho se efetive, os profissionais que trabalham na realidade escolar devem revisar permanentemente a atuação, não apenas para constatar que a educação denuncia os grandes males que acobertam a realidade das instituições, como também para perceber o papel e a relevância de cada indivíduo. É preciso delinear, porquanto, o que eles podem (e irão) fazer para, concretamente, contribuir com a melhoria do trabalho e das relações nesse contexto:

É preciso olhar de frente e saber desmanchar e desmanchar-se. A pedagogia precisa deixar de oferecer aos quatro cantos conselhos inovadores, porquanto precisa, antes de mais nada, ser a prova da capacidade de inovação...(DEMO, 2000, p. 98)

Nesse nível é preciso superar o ativismo, em que o supervisor não apenas responde por uma sobrecarga de trabalho didático, como também realiza diversas funções que se revestem de caráter burocrático. Estas, por sua vez, possuem exigências de preenchimento de materiais, sendo que o profissional se afasta de uma de suas mais nobres funções: a presença de momentos férteis de revisão pedagógica atinente ao caminho percorrido com

a equipe de trabalho. Desse modo, é possível refletir sobre as práticas, rever os caminhos de volta e perceber os atalhos em que entraram para, enfim, retomar os rumos mais adequados.

Por falhas na formação ou limitações da atuação em determinada realidade, cabe ao supervisor superar esses cenários, com o pensamento de que nenhum educador se desenvolve profissionalmente em qualquer instância se não refletir sobre as ações. Ademais, se ele se lançar ao ativismo na práxis, deve ter claro que o primeiro sempre minimiza a reflexão, negando a segunda e eliminando o diálogo. Gonçalves e Ronca (apud Alves) asseveram que;

Para entrar na práxis e conseqüentemente superar o ativismo ou verbalismo é indispensável que o supervisor perceba a relação que existe entre os problemas que enfrenta na escola e o contexto social, político e econômico no qual a escola está inserida. Para tanto, é necessário não só que o supervisor esteja convencido de que o mundo não termina no portão de sua escola, mas que também ele esteja realmente informado do que ocorre na sociedade brasileira e procure perceber de que forma a sua prática é influenciada por este contexto e por outro lado o que é possível fazer para alterar esse contexto (1995, p.32).

Ao pensar no trabalho do profissional da supervisão enquanto educador (e não como gerente ou alguém que detém o poder *super*), é preciso acrescentar e reforçar sua grande incumbência: ser o elemento articulador de momentos de reflexão. Juntos, os profissionais da instituição irão somar esforços para rever as ações realizadas e buscar alternativas de ação para a continuidade, a efetivação e o fortalecimento da

educativa.

Esperança é movimento. Ela é “alimentada”, sustentada exatamente pela ação do homem, que explora as potencialidades do presente, começando a criar aí o futuro. O verbo da utopia é *esperançar*. Não se trata de esperar por algo melhor, mas de, utilizando os recursos de que dispomos e que vamos construindo, planejar e mobilizar desde já o esforço na realização do ideal.(RIOS, 2000, p. 76).

Nesses termos, se for considerada a educação como tarefa coletiva, o profissional da supervisão precisa contribuir de forma concreta e decisiva para a formulação e proposição em grupo de projetos de soluções para os desafios propostos e vividos no contexto escolar.

Com a análise das ideias, dos conteúdos expressos nos depoimentos e do contexto em que a prática está inserida, tenciona-se aprofundar na realidade cotidiana do trabalho de um grupo de supervisoras que, aos poucos, revelam formas de ser, fazer e pensar a função em contextos específicos.

No cotidiano das práticas se constroem propostas de educação. A partir desse pressuposto, é preciso se reportar a vários contextos para buscar os fios e os nós que tecem a(s) prática(s), com base em Rios:

É a partir do educador que temos que vamos caminhar para o educador que queremos ter. É a passagem do que se propõe como ideal, aquilo que ainda não temos, para o que é necessário e desejado, se faz somente pelo possível. Onde encontrar as condições da possibilidade? No único espaço onde ela já existe, exatamente como

possibilidade: o real, o já existente (...) A nova escola só pode nascer desta que aí está. O novo educador, a nova educadora já está aí, naqueles que estão trabalhando ou se preparam para trabalhar na escola brasileira.(RIOS, 2000, p.72).

Fala-se, pois, *de e com* supervisoras educacionais que atuam em escolas brasileiras. Elas compõem o quadro de profissionais que atuam na educação infantil e nos anos iniciais de escolas públicas municipais de Ituiutaba, localizada no Triângulo Mineiro, em Minas Gerais.

A participação das supervisoras na pesquisa aconteceu por meio de um programa de formação continuada em serviço que acontece quinzenalmente no Centro de Formação e Aperfeiçoamento Pedagógico de Professores (CEMAP). Com isso, foi possível trocar experiências e descobrir o espaço de trabalho dessas profissionais no interior da escola, num exercício de revisão da prática pedagógica.

Foram planejados três encontros para efetivar a pesquisa, em que se desenvolveram oficinas com dinâmicas de rede que permitiram a construção, a sistematização e a análise dos dados. Dessa forma, os aspectos observados nos três encontros foram bastante significativos para o registro neste trabalho; porém, serão destacadas apenas as nuances do primeiro encontro.

Para a realização deste estudo, utilizaram-se pressupostos metodológicos da investigação qualitativa, com enfoque na pesquisa-ação, além d a pesquisa participativa. Vale ressaltar que tal argumentação se apoia em autores como Alvarado Prada (1997), Thiollent (1998) e Fleming (1997).

Diante disso, este estudo teve o objetivo de analisar as ações das supervisoras educacionais que

atuam na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, em se tratando das escolas públicas municipais de uma cidade mineira.

O QUE FAZEM AS SUPERVISORAS

Ao analisar as ideias, os conteúdos expressos nos depoimentos e o contexto em que a supervisora está inserida, pretendeu-se captar concepções sobre como a supervisão educacional é exercida e percebida pelos profissionais que exercem tal função.

A prática supervisora exige do profissional não só uma visão crítica, geral, holística e interdisciplinar dos fatos e conceitos, mas também competência técnica:

É o conhecimento teórico que vai capacitar o supervisor educacional a interpretar criticamente a política e a filosofia da educação, de modo a formular, em conjunto com os professores, objetivos que ensejam o desenvolvimento de uma ação apropriada (SANTOS, 1996, p.30).

Certamente, as supervisoras das instituições de ensino fundamental da rede municipal de ensino possuem competência, dinamismo e capacidade para desenvolver atividades inovadoras junto aos professores. Todavia, ao tentar (re)viver o caminho percorrido na função citada, não se pode ser ingênuo e pensar que a prática será transformada rapidamente, e sim depois de muito estudo, reflexão e aprendizagem.

Durante a oficina do primeiro encontro, as participantes foram convidadas a escrever sobre *o que fazem enquanto supervisoras*. Assim como nas demais atividades propostas nas oficinas de construção de dados, não foram determinados o tempo e a quantidade da escrita, pois, para Thiollent (1998, p.16), “a ideia de

pesquisa-ação encontra um contexto favorável quando os pesquisadores não querem limitar suas investigações aos aspectos acadêmicos e burocráticos”; logo, os sujeitos devem ter algo a dizer e a fazer.

A partir da lista de ações elencadas pelas supervisoras na atividade *O que eu faço enquanto supervisora*, pretende-se analisar como ocorre a prática supervisora no cotidiano escolar. Pode-se observar que:

Quando se trata de supervisão, há muito que falar na perspectiva do sonho, transformação, ação. Nesse “muito” selecionam-se alguns aspectos, pontuais hoje. No sonho, o ideal, a utopia, o que se deseja, imagina, espera. Na transformação, o que se revê e atualiza, o que se transpõe, do sonho a fatos da realidade. Na ação, o que efetivamente se faz, na supervisão da escola, na práxis que se busca entender e realizar, constituindo-se em objeto tanto do cotidiano do trabalho quanto do cotidiano da formação, de modo a superar a resistência, a teimosa diferença e distância entre o falar do discurso teórico e as circunstâncias concretas do fazer (RANGEL, apud FERREIRA, 1999, p. 70).

Nos dados construídos e selecionados que correspondem às ações comuns das atividades desempenhadas pelas supervisoras nas escolas da rede municipal de ensino, é possível constatar três grupos distintos: *aspectos didático-pedagógicos*, *atividades fiscalizadoras* e *desvio de função*. Tal procedimento objetiva conjugar as informações, de modo a mostrar o que se detectou nas questões indicadas pela literatura sobre supervisão, com pontos comuns e divergentes entre esta e a leitura sobre a realidade.

Os dados foram organizados conforme algumas

tendências e padrões relevantes que permitem definir as direções mais adequadas para caracterizar a função supervisora tal como vem sendo exercida no interior das escolas municipais e, a partir daí, traçar o perfil dos profissionais.

O primeiro grupo se refere aos *aspectos didático-pedagógicos*. Para analisá-lo, as ações elencadas pelas supervisoras serão organizadas em subgrupos, para explicitar a prática realizada nas escolas da rede municipal de ensino de Ituiutaba. Como primeiro subgrupo, destacam-se as *atividades que se caracterizam pela ambiguidade*: Acompanhar as atividades diárias, por exemplo, pode se apresentar sob duas formas distintas e contraditórias: assessoria técnico-pedagógica, em que a supervisora orienta, assiste e auxilia as atividades desenvolvidas pelo professor; e atitude fiscalizadora, embora não seja explicitada pelas supervisoras ao listarem as ações.

Sob o mesmo aspecto, é possível acompanhar a elaboração de avaliações e dos resultados obtidos. Essa ação pode ser considerada positiva, pois evidencia a preocupação da supervisora com o aproveitamento do aluno; no entanto, pode demonstrar a necessidade de acompanhar o trabalho realizado pelo professor em sala de aula.

O segundo subgrupo se relaciona a *uma prática assistencialista*, a qual demonstra que as supervisoras suprem as possíveis deficiências do professor. À primeira vista, o cumprimento dessas atividades realça o autoritarismo do supervisor em relação aos docentes – pensar, selecionar, elaborar, repassar e seriam competências das supervisoras, ao passo que aos professores caberia apenas a tarefa de executar. Pode-se observar esse tipo de atitude no início da implantação do serviço de supervisão no município.

Nota-se também que as ações das supervisoras parecem ser dotadas de outro sentido, o qual diz respeito às (boas) relações a serem estabelecidas na escola. Elas concebem tais atividades como ajuda aos docentes, com o intuito de atendê-los quanto a métodos, técnicas, recursos e até mesmo conteúdos.

Sob esse viés, a ação supervisora se converte numa suplementação das deficiências do professor e concorre para estabelecer uma atitude de dependência do docente em relação ao supervisor.

O terceiro subgrupo concerne a *uma prática positiva de supervisão*, o que foi constatado a partir da lista de atividades descritas pelas supervisoras e que se configuram nas práticas. Tais ações são positivas na prática supervisora, na medida em que se relacionam às funções de articulação ou coordenação do trabalho pedagógico a ser desenvolvido no espaço escolar.

Percebe-se que as supervisoras vêm tentando conquistar definitivamente seu espaço por meio do trabalho especializado. Elas demonstram estar conscientes da função que exercem, posicionando-se de forma mais aberta e flexível. Ademais, se dispõem a crescer junto com o grupo, discutindo ações a serem colocadas em prática, em benefício dos alunos – o trabalho participativo parece estar presente nas ações.

Quando dizem sugerir, discutir questões com os professores e auxiliar, estão implicitamente dividindo as responsabilidades do trabalho pedagógico, além de planejarem e tomarem decisões em conjunto.

Supervisão é um processo de efetuar o aprimoramento do ensino através do trabalho com pessoas que estão lidando com alunos(...) é um processo de estimulação do crescimento e uma maneira de ajudar os professores a se ajudarem a si mesmo (SPEARS apud

PRZYBHLSKI, 1991, p. 16).

Seguindo esse conceito, constata-se que as supervisoras assessoram as professoras no autoaprimoramento, incentivando o crescimento e a melhoria da prática pedagógica. Isso as permite descobrir novos caminhos e possibilidades para desenvolver as ações no contexto escolar. Cumpre dizer que a atuação aberta, espontânea e flexível pode colaborar com a inserção real do supervisor no espaço escolar, já que, em outros tempos, sua presença foi duramente criticada.

O último item dessa lista de ações merece atenção: *oferecem cursos de capacitação aos professores*. Na perspectiva tecnicista, o supervisor não se encarregava da formação docente, sendo “o fiscal, o burocrata, o capataz encarregado de fazer com que a máquina funcione” (FALCÃO FILHO, 1994, p.146).

Muitas críticas foram (e ainda serão) feitas à atuação do supervisor a partir dessa perspectiva educacional, pois ele se encontra acima e à parte das atividades do professor. Concorde-se com Cunha (1986, p.147), quando afirma que “não se faz educação a não ser caminhando juntos. E a supervisão pedagógica não estava e não era sentida como parte da caminhada dos professores”.

As mudanças ocorridas na sociedade brasileira em anos mais recentes, principalmente com a redemocratização do país, suscitaram um questionamento mais aberto sobre os problemas nacionais, inclusive sobre as questões relativas à educação, o que enriqueceu o debate pedagógico. Com o retorno do exílio de muitos educadores e intelectuais, além da abertura política que tornou possível as discussões abertas, pôde-se entrar em contato com a

produção dos educadores e intelectuais brasileiros que antes estavam silenciados. Surgiu e ganhou força, nesse processo, um novo projeto educacional de caráter sociocultural, que situa os atores do processo educacional (alunos, professores e especialistas) como sujeitos históricos.

Nesses termos, a perspectiva da escola inspirada no modelo sociocultural:

Situa a educação, dentro do contexto social, como um todo e acredita que há a interação recíproca das partes, ao mesmo tempo em que ressalta as suas contradições internas. Retoma o ato educativo como processo de participação de indivíduos concretos na produção de cultura e, ainda, como ação consciente, que vai além do comportamento ou dos fenômenos psíquicos. A consciência se forma na prática social, a partir dela e com a finalidade de transformá-la ou pelo menos de participar da sua trajetória histórica (SILVA,1992, p.148).

No contexto da matriz crítica que caracteriza a concepção sociocultural da educação, pressupõe-se também que o papel dos especialistas em educação e a tarefa de formação de professores sejam profundamente redimensionados. Nessa concepção, o trabalho do supervisor pedagógico encontra sua melhor expressão: não se trata de aplicar fórmulas, mas sim de trilhar caminhos possíveis, com vistas a uma atuação capaz de contribuir com a formação do docente, para que este continue na busca do aperfeiçoamento de conhecimentos teóricos e revise constantemente a postura prática.

A evolução do mundo, as transformações em todos os campos do conhecimento, o aprimoramento de métodos e técnicas, além dos progressos alcançados no

campo da psicologia e da aprendizagem tornam indispensável a atualização permanente do professor, tanto em conteúdos, como na forma de desenvolver o trabalho. Esses fatos levam as supervisoras à realização de uma tarefa muito importante: a atualização do corpo docente. A atividade desenvolvida para o alcance desse objetivo visa principalmente ao crescimento profissional do professor, ou seja, uma requalificação voltada ao acompanhamento das inovações constantes no campo do saber e dos métodos laborais.

O segundo grupo de ações apresentadas pelas supervisoras se refere ao acompanhamento dos docentes como uma *atividade fiscalizadora*. Na visão de Wallace (1991, p.7, apud Vieira 1993, p.30), a supervisão é entendida “como uma autoridade única, juiz do pensamento e atuação do professor, a quem dá lições de um bom profissionalismo, servindo freqüentemente de modelo a seguir”.

Ainda existem supervisoras que resumem a prática a esse tipo de atividade. A constatação desse fato no interior das escolas municipais indica que o exercício da função é determinado pela tradição e por relações de poder e hierarquias marcantes nas escolas. Tais atividades parecem ser caracterizadas como acompanhamento por elas, mas têm caráter fiscalizador, ao citarem que aplicam *aulas demonstrativas*, atitude que se aproxima de uma concepção tradicional de educação, em que o supervisor é considerado detentor do conhecimento, um modelo a ser seguido. Conforme Cunha (1986) e Ferreira (1999), os técnicos em educação são vistos como aqueles que entendem do assunto, possuem o saber da educação e detêm o conhecimento científico.

Essa constatação remete ao tipo de formação recebida pelas supervisoras nos cursos que as

habilitaram. Talvez na deficiência da formação se pode buscar a justificativa da atuação atrelada a proposições e modelos tão intensamente criticados, como os que foram expostos pelas participantes da pesquisa. A supervisora chega à escola e muitas vezes não sabe sua função; por isso, segue o regimento escolar e as determinações da direção. Esses limites às vezes também são dados por contingências da instituição onde a supervisora atua, como o tempo disponível para contato com os professores, o interesse e a participação dos docentes nas atividades propostas por elas, a afinidade com o projeto pedagógico, o suporte e o material fornecido para a consecução do seu trabalho.

Por outro lado, também há limitações oriundas da própria supervisora: falhas na formação acadêmica, falta de experiência profissional, desestímulo salarial e com o próprio resultado do trabalho.

(...) aprendi com Saviani a lição de Lênin: “quando a vara está torta, ela fica curva de um lado e se você quiser endireitá-la, não basta coloca-la na posição correta. É preciso curvá-la para o lado oposto. Pode-se dizer em se tratando de supervisão escolar, que há duas varas retorcidas a serem consideradas. A primeira delas é a vara prático-institucional, aquela que diz respeito ao modo pelo qual a supervisão tem sido desenvolvida no interior dos sistemas escolares brasileiros, desde sua implantação formal em 1969 pelo dia da reformulação dos cursos de Pedagogia. A segunda vara é a vara teórico-conceitual, que se refere ao complexo universo de discussão em que se situam as diferentes posições acerca da validade e da legitimidade da própria função supervisora em educação”. (SILVA JÚNIOR, 1984, p.13).

No final dos anos 1960 surge a concepção da escola tecnicista, embasada no seguinte pressuposto: "... à educação compete o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos nos indivíduos, que sejam úteis ao sistema social global" (Cunha, 1989, p.146). No que diz respeito às atribuições concernentes à supervisão no processo educacional e às concepções pedagógicas que determinaram o sentido dessa função, pode-se observar que, no início de sua implantação no Brasil, tal profissional foi formado de acordo com os objetivos que inspiravam o modelo educacional tecnicista que estava na base dos acordos de cooperação, a exemplo do Programa Americano Brasileiro de Assistência ao Ensino Elementar (PABAE). Para Tavares (1980, p.10), "o PABAE influencia a educação brasileira, incutindo a ideologia democrática, junto às gerações jovens, e passando aos brasileiros a percepção do amigo americano, por meio da ajuda prestada pelos Estados Unidos".

A supervisão começou como algo que propugna novos métodos e técnicas de ensino, objetivando ao aumento da eficiência e da produtividade do trabalho docente. Reservou-se ao agente desse processo, o supervisor, a função de implementar na escola um receituário técnico.

Nesse entremeio, arrisca-se um conceito de supervisão que se insira nesse processo:

Supervisão significa controle. Supervisão escolar significa, pois, controle da vida escolar. Controle das atividades das organizações escolares e controle, principalmente, das ações praticadas pelos membros dessa organização, em especial, os professores.(Silva JÚNIOR, 1994, p. 25)

Definitivamente, esse movimento estruturou o trabalho do supervisor na unidade escolar. Com o escopo de garantir a produtividade do sistema de ensino, são reiteradas as dicotomias entre os que sabem e decidem (especialistas) e os que não sabem e executam (professores). Essa visão repercute de maneira negativa até hoje na dinâmica de algumas instituições, a exemplo das escolas municipais de Ituiutaba, como visto na lista de ações apresentadas pelas supervisoras participantes da pesquisa.

Ao se discutir sobre as funções específicas do trabalho do supervisor nas escolas brasileiras, requisita-se Silva Júnior (1994):

O supervisor escolar é o especialista em torno do qual concentra o foco principal da polêmica sobre a especialização em educação. Embora as propostas e os modelos existentes relutem quase sempre em admitir, a supervisão da educação caracteriza-se basicamente como uma tentativa de exercer alguma espécie de controle sobre as diferentes instâncias e circunstâncias em que o processo educacional se desenvolve. Ligando-se à questão do controle, a supervisão da educação liga-se, conseqüentemente, ao centro nervoso da sociedade capitalista. A se acreditar, como muitos analistas acreditam, que a educação se encarrega precisamente da reprodução dessa sociedade, a supervisão, que se propões a controlá-la constituir-se-ia na suprema vilã, artífice principal dos males sociais que nos afligem. (SILVA JÚNIOR, 1994, p.43)

Ao levar em conta o aluno que está sendo formado e informado, busca-se sintonizar a ação

pedagógica com as mudanças que ocorrem continuamente na sociedade, já que o projeto pedagógico é visto, nessa concepção, como inseparável de um projeto político.

Os dados construídos mostraram que, entre algumas supervisoras (embora de forma implícita), a atitude fiscalizadora ainda persiste, fruto de uma prática tradicional de supervisão. Entretanto, isso parece não interferir desfavoravelmente nas relações estabelecidas entre as supervisoras e as professoras.

As críticas à supervisão enfatizam que, ao lado das tarefas que lhe são formalmente atribuídas pelos textos legais, as participantes assumem outras que, apesar de fazerem parte do cotidiano da escola, não se relacionam de maneira direta com a especificidade da função. São atribuições eminentemente burocráticas ou de controle de alguns aspectos menos significativos do processo pedagógico que, no quadro da organização do trabalho escolar, transformam em meros tarefeiros aqueles que a executam. Nesse sentido, há o terceiro grupo de ações denominado como “desvio de função”, segundo as supervisoras.

Atividades como estas demonstram que as supervisoras ainda concordam em executar tarefas que não se relacionam à especificidade da função. Ao serem vistas como membros da comunidade escolar, acreditam ser obrigatório executar qualquer tipo de atividade que faça parte da rotina da escola, mesmo sem estar diretamente relacionada ao papel desempenhado nesse contexto.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ainda hoje há uma longa discussão acerca dos limites de atuação dos vários especialistas do ensino, a

exemplo do supervisor educacional. A educação escolar, considerada o principal meio de transformação social a partir da conscientização, criticidade e reflexão do homem em relação ao meio em que vive, tem tomado outros significados no seio da alienação da sociedade, em que passa a ser um “depósito de jovens”; logo, ela oferece conhecimentos úteis ao mercado de trabalho e legitima os valores ditos pela classe dominante, integrando-se ao processo de acumulação de capital que perpetua e reproduz o sistema de classes.

Nesse ínterim, a escola não é imparcial, pois atua como instrumento de dominação e reproduz as classes sociais por meio de processos de exclusão no que se refere aos mais pobres, concomitante com a dissimulação dessa situação. Com isso, impõe-se uma cultura que considera legítima, tornando falsas quaisquer outras manifestações que contrariam a ideologia dominante.

Devido às limitações provocadas pelo sistema, surgem novos movimentos como respostas a exigências sociais, originando-se das carências sociais mais atuantes e relevantes, com a possibilidade de compreender e interpretar os anseios populares. Dentre esses movimentos se destacam os que defendem os direitos humanos, as populações marginalizadas e o meio ambiente.

Mas a escola não pode ser vista apenas como instrumento de dominação, pois, por intermédio dela, se busca a superação da realidade vigente, além de surgir outros movimentos sociais que almejam superar a crise capitalista. Tal instituição pode (e deve) ser vista como espaço de prazer, trocas e experiências, onde se aprende a viver e a conviver. Não fosse assim, não haveriam reações variadas por parte de alunos e de professores que

buscam mudanças por estarem insatisfeitos com determinada situação,

Torna-se urgente superar a educação tantas vezes deseducadora, abandonando posturas inseridas na ideologia do sistema e ultrapassar a visão distorcida de um mero instrumento de formação para o mercado de trabalho; por conseguinte, deve-se reformular o compromisso de educadores com a atividade pedagógica e renovar o comportamento frente à sociedade. Vale reafirmar que, embora a escola esteja comprometida com os interesses econômicos, sociais e políticos dominantes, legitimando ou reproduzindo essas estruturas, ela também pode modificar a realidade, desde que os sujeitos que a integram tenham clareza, compreendam-na e construam uma práxis transformadora que vise à verdadeira socialização dos bens materiais e espirituais produzidos pela humanidade.

Ademais, a universidade e os cursos de formação de professores têm um papel relevante ao reagirem sobre as bases teóricas, o currículo e as discussões que negligenciam a análise crítica-radical da sociedade. Nesse sentido, esta pesquisa teve a intenção de verificar como está estruturada a prática supervisora no interior da escola. Isso poderá deverá melhorar a ação dessas profissionais se, e somente se, começar com uma reflexão sobre as origens e as características que apresentam a concepção da área difundida pelos cursos de Pedagogia durante a década de 1970, responsável pela maioria das críticas feitas aos supervisores e à supervisão. De fato, a função em si não é responsável pelas críticas, mas a forma como ela vem sendo desempenhada.

A supervisão tem uma contribuição específica e primordial para o processo de ensino e aprendizagem: assessorar o professor no campo de variáveis

psicológicas, sociais e políticas que interferem na relação entre docente e aluno. Nesse caso, a reflexão crítica sobre a supervisão pedagógica trouxe a consciência de que sua trajetória se desenvolve numa perspectiva específica que faz parte de um projeto social mais amplo. Daí não se pode, no final deste trabalho, esboçar conclusões definitivas.

Supervisores precisam saber que somente a formação inicial não lhes basta; é preciso um constante processo de formação continuada em serviço:

As instituições formadoras de docentes, as universidades, dentro de seu compromisso social têm a responsabilidade de prestar uma contribuição à permanente qualificação de seus profissionais egressos, porém não podem ser considerados como produto terminal (ALVARADO PRADA, 1997, p.95).

Para ser efetiva, a atuação do supervisor educacional, precisa levar em conta as possibilidades concretas da escola atual. Dessa maneira, poder-se-á pensar em alternativas de mudança na realidade educacional.

No decorrer da trajetória da supervisão, tem-se convivido com um movimento realizado no espaço da educação brasileira, em que a figura do supervisor é alvo de duras críticas. Entende-se que as críticas endereçadas à prática supervisora derivam historicamente de pré-julgamentos empreendidos contra a própria escola e as suas funções no contexto da produção capitalista.

Contextualizada na relação entre a escola e a sociedade e focalizada no interior da instituição de ensino condizente com a racionalidade do processo produtivo, as especializações em educação tornaram-se

alvo de questionamentos e polêmicas. A LDBEN 9394/96 tem suscitado várias interpretações quanto ao tratamento dado aos profissionais da educação: no Art. 64, que dispõe sobre a formação dos profissionais da educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, a distinção burocrática prevalece, mas ainda não há muita clareza na definição das funções em si.

De acordo com os princípios profissionais e a escola, a supervisão assume características e modelos próprios. No entanto, sem instrumentos, recursos práticos e estratégias definidas, é difícil viabilizar a tarefa, considerando a sua extensão e a multiformidade de aspectos.

Sem dúvida, o contexto em que estão inseridas a supervisão e a criatividade do supervisor diz respeito ao principal agente de organização e estrutura do serviço. Estas, por sua vez, têm validade na medida em que conduzem à melhoria do processo; para tanto, deverão ser periodicamente avaliadas e, se necessário, reformuladas em vista de melhores resultados.

Para muitos, a supervisão se delinea numa visão ingênua da realidade. Todavia, diversos caminhos são abertos por profissionais competentes e comprometidos com a educação, que lutam por ampliar a visão da sociedade, buscando uma postura crítica, inovadora e transformadora. Nesse sentido, o supervisor educacional deve criar, segundo Gramsci, uma hegemonia no lócus da escola, mas ela precisa nascer de um processo dinâmico, dado que o conceito de hegemonia elaborado pelo autor não é estático, e sim dinâmico. Nesses termos, caminhos só podem ser construídos enquanto uma obra de arte coletiva. O trabalho com essa característica pode servir de referência nesse contexto voltado a ações conjuntas que perpassam a luta por uma escola diferente.

Diante dos resultados obtidos, pode-se concluir que as supervisoras da rede municipal de ensino, participantes desta pesquisa, exercem uma prática fiscalizadora e controladora, oriunda de uma formação baseada na tradição e nos moldes do tecnicismo, base fundamental da formação do curso de Pedagogia. Essa escola modeladora de comportamento dos indivíduos é fruto da influência dos princípios básicos que norteiam a educação na tendência tecnicista, utilizando técnicas voltadas a esse fim. Assim, a formação do supervisor deve tomar por base um contato maior com a realidade educacional.

REFERÊNCIAS

ALVARADO PRADA, Luis Eduardo. **Formação Participativa dos Docentes em Serviço**. Taubaté: Cabral Editora Universitária, 1997.

ALVES, Nilda. (coord.) Educação e Supervisão: **O Trabalho Coletivo na Escola**. São Paulo: Cortez, 1985.

BRZESINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores: busca e movimentos**. Campinas: Papirus, 1991.

DEMO, Pedro. **Ironias da educação: mudanças e contos sobre mudanças**. Rio de Janeiro: DP&A Editora. 2000.

FALCÃO Filho, José Leão M. **Supervisão: Uma análise Crítica das Críticas**. Coletânea AMAE. Belo Horizonte: Edição Especial. p. 42 a 47. 1994.

SILVA JUNIOR, C. A. **Supervisão escolar e política educacional no Brasil**. São Paulo: FEUSP, 1977. (Dissertação de mestrado).

SILVA JÚNIOR, Celestino A. **Supervisão da educação; do autoritarismo ingênuo à vontade coletiva.** São Paulo: Loyola, 1994.

NISKIER, Arnaldo. **LDB, A Nova Lei da Educação.** Rio de Janeiro: Consultor, 1996.

PRZYLSKI, Edy. **O Supervisor Escolar em Ação.** Porto Alegre: Sagra. 1991.

RANGEL, Mary. Naura S. FERREIRA **Supervisão Pedagógica: Um Modelo.** Petrópolis: Vozes, 1999.

RIOS, Terezinha Azeredo. **Ética e Competência.** São Paulo: Cortez. 2000.

SILVA, Naura Syria. **Supervisão Educacional: Uma reflexão Crítica.** Petrópolis: Vozes, 1992.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação.** São Paulo: Cortez, 2002.

VIEIRA, Flávia. **Supervisão: Uma Prática Reflexiva na Formação de Professores.** Portugal: Asa, 2000.

CAPÍTULO 11

“GOSTEI DO BARULHO QUE ELE [INSTRUMENTO] FAZ”: Pesquisando processos educativos e envolvimento de pessoas com deficiência em práticas artísticas e musicais⁴⁶

Denise Andrade de Freitas Martins⁴⁷; Pâmela Silva Rocha⁴⁸

INTRODUÇÃO

Em 2009, como proposta de ação educativa, foi criado o projeto de extensão *Música na APAE*, o qual envolvia a Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Ituiutaba, o Conservatório Estadual de Música “Dr. José Zóccoli de Andrade” e a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ituiutaba. Esse projeto consistia de visitas mensais à APAE de alunos/as e professores/as da UEMG e do Conservatório, dentre instrumentistas, cantores e pessoas com habilidades artísticas.

46 Trabalho financiado pelo Programa Institucional de Apoio à Pesquisa (PAPq/UEMG)

47 Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Ituiutaba.

48 Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Ituiutaba.

O repertório executado e apresentado na APAE ao longo desses dez anos relaciona-se principalmente com os seguintes temas e títulos: obras de compositores brasileiros homenageados nos Concursos de Piano “Prof. Abrão Calil Neto” de Ituiutaba, Minas Gerais⁴⁹ (Alexandre Schubert é o compositor homenageado em 2018); contação e criação/recriação de histórias, envolvendo música, teatro e literatura, a partir dos seguintes títulos: 1) o conto moçambicano “A Formiga Juju e o Professor Mosquito”, de Cristiana Pereira, ilustração de Walter Zand (2014); 2) “Rapunzel e Quibungo”, de Cristina Agostinho (natural de Ituiutaba) e Ronaldo Simões Coelho, ilustrações de Walter Lara (2012); 3) “Um canto de felicidade nas asas da liberdade” (2015) e “No céu, na terra ou no mar” (2014), de Luciana Mascarenhas, ilustração de Sofia Maximiano, ambas naturais de Ituiutaba; repertório musical brasileiro em geral (canções infantis, brincadeiras de roda, canções de natal etc.), considerando-se a reduzida divulgação na mídia em geral, à qual a população brasileira tem acesso.

Entretanto, dentre o repertório acima descrito, as atividades relacionadas ao conto “No céu, na terra ou no mar”, de Luciana Mascarenhas, ilustração de Sofia Maximiano (2014), ultrapassaram o que habitualmente fazíamos, atividades de extensão universitária, passando a constar de atividade de extensão integrada à pesquisa,

49 Nesse projeto, além dos estudantes e professores/as da UEMG e do Conservatório irem à APAE, a comunidade da APAE participa dos ensaios abertos constantes da programação das Semanas culturais dos concursos de piano de Ituiutaba, os quais acontecem, em geral, no mês de setembro.

tendo em vista nossa experiência no processo de construção-reconstrução de performance envolvendo música teatro e literatura, com integração de várias pessoas e instituições de ensino, em busca de investigar processos educativos decorrentes de tais práticas.

Apoiados em Candau (2008) e Freire (2008), de que a interculturalidade é a convivência de pessoas de diferentes culturas, as quais, mais do que uma identificação cultural e identitária, têm, no exercício assegurado de direito ao livre arbítrio, escolha e decisão, a possibilidade de interagir de modo criativo e dialógico, pensamos que tais práticas se constituiriam em formas cooperativas e criativas de interação sem, no entanto, correr o risco de estabelecer novos modos de dominação e subalternização. Dessa forma, nos apropriamos dos entendimentos de Fleuri (s/d), de que em relações como essas, prevalece o ato da troca, a reciprocidade entre pessoas, configurando-se em uma “[...] pedagogia do *encontro* até as últimas consequências, visando a promover *uma experiência profunda e complexa*, em que o encontro/confronto de narrações diferentes configura uma ocasião de crescimento para o sujeito, uma experiência não superficial e incomum *de conflito/acolhimento*” (p. 53-54).

Trabalhando de modo interativo, compartilhando experiências, compreensões e conhecimentos, dialogando com e entre pessoas de diferentes culturas, “sendo uns com os outros” em busca de “ser mais”, segundo Freire (2005), nos propusemos a investigar tal fenômeno, lugar de muitas pessoas e instituições, de realizações em meio a erros e acertos, de proximidades e afastamento, de muitos conflitos, os quais precisam ser permanentemente negociados, tanto social como cultural e politicamente. Daí o termo prática social, o que implica a possibilidade de construção entre

pessoas de diferentes modos de ser e de se situar no mundo. Por isso usamos o termo “colaboradores/as” ao invés de sujeitos ou simplesmente participantes.

Nesse sentido, Candau (2008) colabora com nossas compreensões quando diz que práticas sociais são construções conjuntas onde as diferenças e pertencimentos identitários são resguardados e cujas relações são permeadas de conflitos e negociações. Lugares onde não se promove uma educação de mão única, de transmissão de um conhecimento acabado, imutável e formal; ao contrário, dão lugar a uma multiplicidade de conhecimentos em permanente construção, mutáveis e dinâmicos pela própria diversidade cultural das pessoas envolvidas.

Cada vez mais envolvidos em atividades que integram extensão e pesquisa, além de ensino, e repensando nossa prática enquanto professora e estudante pesquisadoras, curiosas em conhecer cada vez mais as pessoas e as realidades com as quais convivemos e construímos, alimento de nossa atividade docente e discente, compreendemos que este é o papel da universidade - como instituição pública que busca promover a integração e ampliar sua atuação junto à comunidade, nas atividades de ensino, extensão e pesquisa (foco nesse projeto de pesquisa), e do Conservatório Estadual de Música “Dr. José Zóccoli de Andrade” - escola de música que busca contribuir com o processo de formação pessoal e profissional de sua comunidade, em meio a práticas artísticas, musicais e culturais consideradas importantes e pouco divulgadas

pela mídia em geral, em tempos de *modernidade líquida*, parafraseando Bauman (2003)⁵⁰.

Sobre a APAE Ituiutaba

A APAE de Ituiutaba (s/d), criada em 13 de setembro de 1971 pela lei nº 1.459 e integrante da Federação Nacional das APAES, é mantenedora da Escola Especial “BEM ME QUER”, e foi autorizada a funcionar no ano de 1979, no cumprimento de seus propósitos. Oferece uma série de atividades, tais como: fisioterapia e estimulação sensória motora, inclusão no esporte e cuidados com a saúde, zelo com as famílias dos deficientes, em especial as mães, e atividades de jogos e brincadeiras que despertem o fazer musical dessas crianças.

Em seu atendimento incluem-se na APAE/Ituiutaba, pessoas com deficiência intelectual, transtornos globais do desenvolvimento (TGD), deficiência física neuromotora, associada às múltiplas deficiências. Os níveis de atendimento são: Educação Infantil (Fase I) e Ensino Fundamental (Fases II e III), sendo que este é assim organizado: Fase II - ciclo da Escolarização Inicial para estudantes em idade entre sete a quatorze anos de idade; Fase III - ciclo de Escolarização e Profissionalização, com oferta dos Programas de Escolarização de Jovens e Adultos e

50 *Modernidade líquida*, termo usado pelo sociólogo Bauman (2003) para significar a efemeridade das coisas vividas nos tempos atuais, de consumo e mudanças muito rápidas, cujos indivíduos são “condenados” à liberdade.

Programas Pedagógicos Específicos, em modo interdisciplinar com a área de Formação Profissional.

Dessa forma, incomodadas em relação à escolha e à decisão de repertório em aulas de arte e música ser de responsabilidade geralmente apenas de professores/as; à ideia de que o fazer artístico e musical é direito de todos/as e não apenas daqueles que podem pagar por aulas particulares ou que tenham acesso às escolas públicas de arte e música; ao desconforto diante de o ensino ser voltado prioritariamente para os virtuosos; ao isolamento, e, por conseguinte, reduzido acesso de pessoas com deficiências às atividades artísticas e musicais, tendo em vista as dificuldades de deslocamento e realização, e dando continuidade aos processos de investigação iniciados em 2017, nos propusemos a compreender de que forma adultos e jovens com deficiência se envolvem na realização de práticas artísticas e musicais e quais são os processos educativos decorrentes da realização dessas práticas, desenvolvidas junto à comunidade participante na atividade de extensão universitária “Música na APAE”.

Daí nossas inquietações e questionamentos: Quais são as implicações da realização de atividades artísticas no processo de aprendizagem e desenvolvimento de pessoas com deficiência? A realização de práticas artísticas potencializam processos educativos? De que forma pessoas com deficiência se envolvem na realização de práticas artísticas? Existe aprendizagem musical com pessoas deficientes? Qual a dimensão dessas aprendizagens?

Como **questão de pesquisa**: De que forma pessoas com deficiência se envolvem na realização de práticas artísticas e musicais e quais são os processos educativos decorrentes da realização dessas práticas, junto à comunidade participante do projeto de extensão

“Música na APAE”, na cidade de Ituiutaba, Minas Gerais? Como objetivo principal: tentar compreender de que forma pessoas com deficiência se envolvem na realização de práticas artísticas e musicais e quais são os processos educativos decorrentes da realização dessas práticas, junto à comunidade participante do projeto “Música na APAE”, Ituiutaba, MG.

Como objetivos específicos temos: compreender como os processos educativos desencadeados no contexto de uma prática artística e musical com pessoas deficientes podem nos auxiliar a pensar práticas educativas na escola; documentar essa prática social, situando-a no âmbito das ações de implementação da Lei Federal n.º 11.769/2008 (BRASIL, 2008), que dá obrigatoriedade ao ensino de Artes nas escolas brasileiras, apontando as dificuldades e caminhos encontrados para sua realização; efetuar o registro sistematizado dos procedimentos realizados nesta intervenção podendo servir como colaboração à práxis pedagógica em situações similares; desenvolver como metodologia aplicada na educação artística e musical uma prática educativa dialógica a partir do método de alfabetização de Paulo Freire; suscitar reflexões sobre a realização de práticas artísticas e musicais no contexto da APAE, com vistas ao processo de formação e exercício de direito; identificar os processos psicossociais e significados atribuídos pelas pessoas participantes na realização das práticas artísticas e musicais, aplicadas no contexto da APAE; contribuir com o processo de formação pessoal e profissional de estudantes de graduação, envolvendo as áreas de Educação, Música e Psicologia.

PRÁTICAS SOCIAIS: UMA COMPREENSÃO

Em Oliveira et al. (2014), práticas sociais “[...] se constroem em relações que se estabelecem entre pessoas, pessoas e comunidades nas quais se inserem, pessoas e grupos, grupos entre si, grupos e sociedade mais ampla” (p. 33). As pessoas se agrupam entre si por diferentes razões, dentre objetivos comuns, necessidade de afirmações, representatividades e constituição identitárias. O ato de se agrupar entre pessoas, traz afinidades de características, propósitos, conhecimentos, reconhecimentos, memórias, histórias, afetos, mas também conflitos e tensões. As pessoas, agrupadas em práticas sociais, deslocam-se num movimento de ir e vir, de acordo com seus propósitos e finalidades, guiadas pelas vontades humanas.

Para Larrosa-Bondia (2002), “[...] a experiência [é] a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, [...] requer um gesto de interrupção” (p. 24). Pensada como território de passagem, lugar de chegada ou espaço do acontecer, “[...] o sujeito da experiência se define não por sua atividade, mas por sua passividade, por sua receptividade, por sua disponibilidade, por sua abertura”, (p. 24). Esse sujeito é então ex-posto. Mas, participar de uma prática social também não é garantia de ex-posição. Quem se ex-põe é porque se envolveu e por isso foi capaz de participar da experiência, por isso é incapaz de experiência quem não se ex-põe.

Ex-por é entregar-se àquilo que nos toca, de onde nos sentimos impulsionados a buscar, empreender e tentar realizar. Mas realizar e realizar-se não são um ato solitário; ao contrário, só nos realizamos na coletividade, *sendo uns com os outros* (FREIRE, 2005). A convivência é o acontecimento em si, a coisa já acontecendo, não é pura escolha e decisão, mas condição

básica para compartilhar compreensões. *Com-vivendo* é deixar-se penetrar, é estar próximo a alguém, a algo, situação que requer entrega, respeito, prontidão, método, rigor, e necessariamente os encontros-desencontros. Para Freire (2005) o fundamento da convivência humanizadora e transformadora é aquele que lida com as individualidades, as quais devem ser reconhecidas nas liberdades assumidas de cada um/a das pessoas em meio à coletividade, ressaltando o espírito de cooperação e colaboração.

Sob esse aspecto e sob tais circunstâncias, há sempre sentidos atribuídos pelas pessoas envolvidas em práticas sociais, como espaços para o surgimento de revelações e para a emergência dos modos de consciência de cada pessoa, envolvida consigo mesma e com sua prática. Pessoas de diferentes culturas que dialogam entre si, construindo e interferindo no mundo, transformando-o, modificando-o. Segundo Kater (2004), atividades que envolvam arte, música e cultural no campo da Educação são consideradas produtos da construção humana, “[...] cuja conjugação pode resultar uma ferramenta original de formação, capaz de promover tanto processos de conhecimento como de autoconhecimento” (p. 44). Entretanto, o autor faz uma crítica ao analisar que os subprodutos dessa formação, como a socialização e integração, por exemplo, não são tidas como elemento formador dessas atividades.

INTERCULTURALIDADE

A interculturalidade para Castiano (2000) compreende um “[...] conjunto de atitudes e predisposições necessárias para um envolvimento mútuo de dois ou mais sujeitos na troca das suas experiências subjectivas, críticas e por si vivenciadas (enquanto

indivíduos ou grupos sociais) com os outros” (p. 221); Para o autor, nesse envolvimento mútuo não pode existir a ideia de dominação e subjugação, mas os conflitos emergentes do diálogo são necessários e entendidos como uma condição para o conhecimento, sendo o conhecimento resultado de atos de troca entre as pessoas em diálogo circular. Barbosa (2013) acrescenta dizendo que as pessoas, entre conflitos e acolhimentos, se realizam, transformam e potencializam o ser mais de cada um.

Candau (2008) observa que práticas sociais baseadas na interculturalidade são permeadas de conflitos e negociações (culturais e sociais), onde o conhecimento se encontra em permanente construção pela própria diversidade cultural, fundindo ideias, habilidades e experiências, lugar onde os componentes se interagem criando o novo a partir da convivência criativa e dialógica. Dessa forma, Castiano (2000) estabelece que na contemporaneidade não há mais lugar para o monocultural, baseado na existência de um só conhecimento, acabado e imutável, e sim para o intercultural, pois é a vez de todos/as. Trabalhos com essa perspectiva na área da Educação vêm ganhando destaque, principalmente ao se tratar de educação para pessoas com deficiência.

Porém, os processos educativos só podem se desenvolver diante de contextos que sejam também educativos. De acordo com Martins (2015), esses contextos educativos precisam ser criados e desenvolvidos, nos quais o processo de aprender consiste em inventar uma forma de dar certo, aprender aquilo a que se propõe a fazer juntamente a quem se dispõe a realizar. Aprender pelo próprio ponto de vista, mas principalmente pelo ponto de vista do outro, pois é a

partir disso, que nossa visão se expande, numa espécie de “encontro” transformador.

EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Em se tratando de Educação, Levi Vygotsky é considerado um dos estudiosos mais influentes nessa área, principalmente no que diz respeito à formação e desenvolvimento de pessoas. Por meio de seus estudos, Vygotsky buscava compreender e analisar os processos educativos envolvidos no desenvolvimento humano, sendo este campo de estudo o seu maior interesse. Vygotsky, além de ser extremamente influente na área de Educação, é também na área de Psicologia, mesmo não tendo nenhuma formação específica para essa área. Os seus estudos relacionados ao desenvolvimento intelectual foram amplamente reconhecidos pela Psicologia, e por meio desses estudos ele criou uma das teorias mais importantes e promissoras da Psicologia, a teoria sócio-histórico-cultural do desenvolvimento mental (IVIC, 2010).

Muitos estudiosos da Educação, principalmente da educação para pessoas com deficiência, apoiados nos princípios de Vygotsky, criticam os modelos de educação existentes, pois para esses estudiosos a educação deveria estimular e conseqüentemente valorizar as potencialidades e habilidades de cada indivíduo. Para Góes (2002), a educação para pessoas que possuem déficits relacionados aos sentidos, como cegos, por exemplo, não deveria ser orientada e baseada pela deficiência, mas sim por outros potenciais e habilidades existentes no indivíduo, como um treinamento de outras capacidades. Vygotsky afirma que deve se educar antes de qualquer coisa a criança e não a criança deficiente, pois dessa forma atenta-se a outros

potenciais e habilidade, excluindo a ideia de que a deficiência limita a criança como um todo, fazendo com que ela não fique à mercê de suas limitações, mas sim a estimulando em outros âmbitos (GÓES, 2002).

Uma teoria que corrobora com os pensamentos de Vygotsky é a teoria das Inteligências múltiplas de Gardner (1994, 1998), a qual afirma que uma única pessoa é constituída por diversas inteligências, e que deveria ser papel da educação estimular quase que todas elas, para que dessa forma o indivíduo possa compreender que ele tem vários potenciais. É nesse sentido que acreditamos ser importante a valorização de vários potenciais, não se restringindo à apenas um.

Em se tratando de educação para pessoas com deficiências, muitos estudos e pesquisas vêm sendo desenvolvidos na área, suscitando reflexões. A Educação Inclusiva, por exemplo, se tornou um tema extremamente relevante na atualidade, gerando grandes discussões, uma vez que as diferenças não são vistas mais como problemas, mas como diversidade. Para Arruda e Castanho (2014),

A inclusão, como termo novo, propõe como princípio a não segregação de nenhum ser humano, ou seja, uma exigência onde todos sejam incluídos, independente da cor, raça, sexo ou idade. A inclusão no aspecto educacional torna-se fundamental não só no quesito do acesso como também da permanência com qualidade para todos os alunos nas instituições escolares. Levando-se em consideração que a palavra inclusão tem seu significado referente a espaços sociais, esse significado passa a ser compreendido como o direito de que todos circulem do seu jeito, e as ações em relação às pessoas com necessidades especiais vão se

ampliando e consolidando para esse grupo de pessoas com deficiência e em especial as com deficiência mental. (p. 61-62).

Outros estudos também vêm dando visibilidade a interface entre a Educação Especial e a Educação Inclusiva e o modo como a conexão entre esses campos vem sendo construída no contexto da educação brasileira. Siems (2011) afirma existir precariedade nas estruturas de atendimento às pessoas com deficiência, principalmente jovens e adultos, apontando obstáculos nos serviços referentes à Educação Especial, uma vez que as atividades trabalhadas não são eficientes para o processo de inclusão destes jovens e adultos deficientes. Nesse sentido, é sempre necessário pensar e repensar procedimentos e metodologias capazes de auxiliar e contribuir para o desenvolvimento de pessoas com deficiência.

Nesse contexto, partimos do pressuposto de que práticas artísticas e musicais podem ser ferramentas essenciais na educação de pessoas com deficiência. A música, em especial, contribui significativamente para o desenvolvimento cognitivo e estimula várias funções psicossociais, como a comunicação e o desenvolvimento da linguagem compreensiva e expressiva (PEDERIVA; TRISTÃO, 2006). As contribuições da Música no que se refere ao processo de formação e desenvolvimento humano vêm se destacando nos últimos tempos, dando origem a áreas específicas do conhecimento, como a Musicoterapia por exemplo. Pensar e estudar as possíveis contribuições dos saberes artísticos, com ênfase aos musicais, na perspectiva de pessoas com deficiência merece destaque e maior visibilidade em nossa sociedade.

METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

Essa pesquisa é de natureza qualitativa com inspiração fenomenológica. Para Machado (1994) e Garnica (1997), em pesquisas de natureza qualitativa o/a pesquisador/a e pesquisado/a buscam porque interrogam e não explicam a coisa como ela se apresenta. O processo de construção da pesquisa (abril a dezembro de 2018) consta de dois momentos: metodologia de intervenção e metodologia de pesquisa. A metodologia de intervenção (abril a outubro) envolve toda a comunidade do projeto “Música na APAE” (bolsista, professor(a) orientador(a), professores/as e estudantes da UEMG/Ituiutaba, APAE/Ituiutaba e Conservatório Estadual de Música “Dr. José Zóccoli de Andrade”/Ituiutaba)⁵¹. Esses encontros são realizados, em geral, duas vezes por semana, sendo um na escola de música (Conservatório) e outro na APAE, no período matutino (entre 8 e 10 horas).

A metodologia de intervenção é baseada na pedagogia libertadora de Paulo Freire (1967, 2005), com base no diálogo e a partir das experiências e compreensões das pessoas envolvidas. Gonçalves Junior (2009) nos apresenta a pedagogia dialógica de Freire em três momentos, equiprimordiais e inter-relacionados, que

51 Nesse ano de 2018, as atividades contaram, pela primeira vez, com a participação da comunidade de outro projeto de extensão, e pesquisa, da UEMG (*Projeto Escrevendo o Futuro – PEF, Recortando papéis, criando painéis*) em parceria com a escola de música e a escola de educação básica, Educação Integral, tendo em vista as dificuldades de infraestrutura enfrentadas pelas escolas públicas estaduais de Minas Gerais em relação ao atendimento e continuidade das atividades da Educação Integral.

são: Investigação temática, Tematização e Problematização. Dessa forma, as ações nesse projeto foram assim distribuídas: *Investigação temática* - negociação da intervenção com a escola sede e escola parceira, realização de roda de conversa com a comunidade participante (levantamento de gostos musicais, necessidades e preferências, vontades e expectativas); *Tematização* - apresentação dos dados resultantes da roda de conversa, escolha e decisão de repertório musical e literário, apresentação de cronograma de atividades das instituições - proponente (universidade), sede/intervenida (APAE) e parceira (conservatório), elaboração de arranjos musicais e roteiros; e *Problematização* - processo de construção-reconstrução do dia a dia das atividades pensadas e planejadas, ao longo dos encontros, além de apresentações e participação em concertos e oficinas, por ocasião da realização da Semana Cultural do 25º Concurso de Piano de Ituiutaba, seguida da metodologia de pesquisa.

Cabe ressaltar que, da *Tematização*, dentre as atividades apresentadas à comunidade participante desse projeto, como parte integrante do cronograma de atividades (2018) da UEMG e do conservatório (Ituiutaba), podemos citar: oficina de construção e manuseio de brinquedos (UEMG); participação de ensaio aberto e de performance em homenagem ao compositor brasileiro Alexandre Schubert, conforme constam da programação da Semana Cultural do 25º Concurso de Piano “Prof. Abrão Calil Neto” de Ituiutaba. Esse trabalho, resultado da metodologia de intervenção, foi criado com base em obras inéditas para piano solo e piano a quatro mãos (*Caminho, Nas estrelas, Caminho místico, Divertimento*) do compositor Alexandre Schubert, arrançadas para orquestra de

teclados, xilofones e metalofones, carrilhão, clavas, guizos, chocalhos, percussão corporal e canto, por Leise Garcia Sanches Muniz. Envolvendo processos colaborativos e criativos em música, teatro e literatura, *Caminho místico nas estrelas* (nome da performance), conta com a participação de estudantes e professoras da UEMG e da escola Bias Fortes, tanto na parte musical como teatral, além da construção de cenário, figurinos, fichas técnicas e organização de viagens de apresentação. Todas as atividades constantes da metodologia de intervenção são rigorosamente registradas em diários de campo.

Dessa forma, na metodologia de pesquisa (outubro a dezembro), os diários de campo, além de fotografias, filmagens e falas espontâneas, são o principal instrumento de coleta de dados, com posterior sistematização e análise. Os diários de campo, considerados um recurso metodológico básico e de extrema importância nesta modalidade de pesquisa, são compreendidos por Bogdan e Biklen (1994, p. 150) como “[...] o relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experiencia e pensa no decurso da recolha e reflectindo sobre os dados de um estudo qualitativo”. Além dos diários de campo, os registros deverão ocorrer em fotografias, filmagens, desenhos, textos escritos e situações-diálogo com os/as participantes da pesquisa.

Caso sejam evidenciadas situações que exijam a utilização de outros instrumentos de coleta de dados, aplicaremos entrevistas abertas, também conhecidas como semiestruturadas, que de acordo com Negrine (1999) são menos formais e oferecem maior liberdade tanto para o entrevistador quanto para o entrevistado, possibilitando uma modificação na sequência das perguntas e ainda criando novos direcionamentos de fala. As pessoas a serem entrevistadas serão selecionadas no

decorrer do processo investigativo (em andamento), respeitadas a emergência de situações e a evidência de seus sujeitos. A entrevista aberta será aplicada aos diferentes sujeitos em data e local previamente escolhidos e determinados, com posterior análise dos dados coletados.

Os procedimentos de análise dos dados, ao término das intervenções, serão sinteticamente descritos, de acordo com Gonçalves Junior (2008), pela transcrição minuciosa e na íntegra dos discursos coletados, nesse caso presentes também nos diários de campo; identificação das unidades de significado; redução fenomenológica; organização das categorias; construção da matriz nomotética; construção dos resultados. As análises ideográficas e nomotéticas, segundo Machado (1994, p. 41) contribuem com pesquisas de natureza qualitativa por possibilitarem que o tema seja circundado, em busca de compreender o fenômeno e não explicá-lo. Após a análise de todos os dados coletados, será realizada uma devolutiva à comunidade participante, em conformidade aos preceitos éticos da pesquisa e compromisso das pesquisadoras.

Vale ressaltar que essa pesquisa foi submetida à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa, por se tratar de pesquisa com seres humanos, especificadamente com estudantes com deficiência da APAE, Ituiutaba. Os/as colaboradores/as nessa pesquisa, e pessoas responsáveis, assinaram autorização em Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e Termo de Assentimento, devidamente arquivados junto às instituições diretamente envolvidas, APAE e UEMG.

A seguir passaremos à construção dos resultados, com base principalmente nos dados de quatro diários de campo (nº V, VI, VII e VIII), dentre os treze diários

registrados até o momento, e as considerações, tendo em vista que a pesquisa está em andamento.

CONSTRUÇÃO DOS RESULTADOS

Com base na análise minuciosa dos diários de campo n° V, VI, VII e VIII foi possível observar e levantar dados significativos em relação ao objetivo principal da pesquisa – identificar processos educativos e compreender o envolvimento dos estudantes da APAE em meio práticas artísticas e musicais. Por meio da análise (preliminar) desses quatro diários de campo pode-se dizer que houve, em geral, um grande envolvimento dos estudantes da APAE (totalizando 13 estudantes com idade entre 10 e 13 anos, de ambos os sexos e com diferentes transtornos, dentre: deficiência intelectual, transtornos globais do desenvolvimento e deficiência física neuromotora associada às múltiplas deficiências) na realização das atividades propostas pela comunidade do projeto, bem como das duas educadoras da APAE: a professora e a supervisora.

No diário de campo n° V, os dados revelaram que os/as estudantes da APAE apresentavam habilidades musicais e encantamento em contato com os instrumentos e suas sonoridades, ou seja, a instrumentação musical parecia ser um novo estímulo de aprendizagem. Um estudante da APAE, em contato com um instrumento de percussão, disse: “Hoje vou ficar nesse”, e, ao ser indagado do motivo da escolha daquele instrumento e não outro, respondeu: “Porque gostei do

barulho que ele faz”, referindo-se ao carrilhão⁵². Foi possível observar o momento em que uma das colaboradoras nessa pesquisa, estudante da universidade, estimulou o estudante da APAE, colaborador nessa pesquisa, a tocar o carrilhão, apresentando ter habilidade musical, mesmo em face das dificuldades em memorizar grandes sequências de ritmos e do déficit de atenção e relativa perda de concentração.

Ao longo dos encontros, em meio às atividades realizadas, envolvendo habilidades artísticas e musicais, observamos que os estudantes da APAE se diziam envergonhados na presença dos outros colaboradores. Nos diários de campo n° VI e VII podemos observar tal acontecimento, por meio da fala de duas estudantes, assim: “A gente vai tocar com gente sentado ali?”, “Ainda bem que minha mãe não veio”. Essas falas nos possibilitam dizer que os estudantes da APAE não estavam acostumados à uma exposição dessa natureza, tocar em público. Ainda, que tocar em público implica ser visto, ser notado, ter visibilidade, seja na comunidade ou na família. Poderíamos dizer que essas falam encobrem e ocultam o que se nomeia exclusão? Pessoas com deficiência sofrem de preconceito e marginalização social? Ou ter vergonha de ser visto em público é uma sensação que pode se referir à todo ser humano, do jeito de ser de cada um? De todo modo, o que se percebe é que atividades como essas, que evidenciam as potencialidades de cada estudante envolvido, em vez de reprimi-los e restringi-los às suas deficiências e

52 Instrumento de percussão formado por cilindros de metal de diferentes tamanhos, os quais são percutidos com os dedos das mãos.

dificuldades, são ferramentas que contribuem para o processo de socialização e integração, assim como para melhoria da autoestima e autoconfiança. Na fala da professora da APAE, “Isso é o que ela gosta”, referindo-se a uma estudante da APAE que estava segurando com as mãos duas baquetas enfeitadas com fitas de cetim coloridas, movimentando-as ao som e ritmo das canções, vemos reforçada a ideia de que cada pessoa se envolve na atividade que realiza da forma que gosta e se sente capaz de realizar.

Analisando os diários de campo n° VII e VIII, observamos que as práticas artísticas e musicais realizadas se constituíram importantes recursos no desenvolvimento de habilidades sociais e de aprendizagem. Como parte das atividades do projeto, constavam fala recitada seguida de improvisação musical nos xilofones. E dois dos colaboradores assim se manifestaram: “Foi muito bom a hora da fala, gostei pra valer e achei muito legal”, “Não, a colega me ajudou e me ensinou como que falar as palavras certo, foi muito bom”. Outro acontecimento que emergiu das situações vivenciadas e investigadas: uma estudante da APAE, que parecia ter dificuldades de socialização, pegou na mão de um estudante da escola pública de educação básica quando foi solicitado que se formassem duplas para o desenvolvimento de uma ciranda. Isso nos possibilita dizer que essa estudante da APAE teve iniciativa própria, voluntária e espontânea em relação a estabelecer contato e pegar na mão de uma pessoa que não era de sua convivência, uma vez que elas ainda não se conheciam. Tal acontecimento indica que práticas artísticas e musicais favorecem a promoção da socialização entre pessoas de diferentes condições e capacidades, promovem a inclusão em sentido amplo.



Figura 1: estudante da APAE tocando xilofone.



Figura 2: estudante da APAE tocando carrilhão.



Figura 3: estudante da APAE tocando bateria.



Figura 4: estudantes da APAE e da escola de educação básica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em nossas vivências como participantes pesquisadoras e colaboradoras nesse projeto de pesquisa, e também, com base na análise dos dados coletados constantes de quatro diários de campo, podemos dizer e considerar que práticas que envolvem música, teatro e literatura são importantes ferramentas para o desenvolvimento/formação desses estudantes. Até o momento foi possível observar um grande envolvimento dos estudantes da APAE na realização das atividades, bem como o desenvolvimento de habilidades sociais, melhoria da autoestima, autoconfiança, memória, percepção, coordenação motora, promoção de novas aprendizagens e interação entre instituições de ensino e pessoas de diferentes idades, sexo, condições e

habilidades, sejam intelectuais, afetivas, motoras, artísticas ou musicais.

Esperamos que essa pesquisa possibilite reflexões acerca da contribuição de tais práticas no processo de desenvolvimento de pessoas com deficiência, tendo em vista que práticas como essas podem ressignificar o sentido da vida dessas pessoas, de seus familiares, professores/as e comunidade. Vale ressaltar que a formação de uma pessoa, independentemente de qualquer circunstância, deve ser focada principalmente na cooperação e no respeito mútuo, já que nossa constituição se dá na coletividade, na relação com o mundo, com as coisas e com o outro.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Cristina; COELHO, Ronaldo Simões (Adap.). **Rapunzel e o Quibungo**. Belo Horizonte: Mazza. 2012. il. color.

APAE, Especial. **Informativo da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ituiutaba**. Ituiutaba: Sincopel. s/d.

ARRUDA, Irene Vicente de; CASTANHO, Marisa Irene Siqueira. Educação de jovens e adultos deficientes mentais: reflexões sobre a permanência na escola especial. **Construção Psicopedagógica**, v. 22, n. 23, p. 59-71, 2014. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cp/v22n23/05.pdf>>. Acesso em: fev. 2018.

BARBOSA, Ana M. A multiculturalidade na educação estética. In: **Africanidades brasileiras e educação** [livro eletrônico]: Salto para o Futuro. TRINDADE,

Azoilda L. (Org.). Rio de Janeiro: ACERP; Brasília: TV Escola, 2013. 1,58 Mb; PDF. p. 220-225. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/207338664/Livro-Africanidades-Brasileiras-Educacao>. Acesso em: 11 de abril 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 11.769, de 18 de agosto de 2008. Brasília: MEC, 2008.

CANDAU, Vera Maria. Direitos Humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**. v. 13, n. 37, p. 45-56, jan-abr, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05.pdf>. Acesso em: 7 de agosto de 2014.

CASTIANO, José. P. **Referenciais da Filosofia Africana:** em busca da intersubjectivação. Maputo: Sociedade Editorial Ndjira. 2000.

FLEURI, Reinaldo M. **Desafios à educação intercultural no Brasil.** Disponível em: www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC16/16-2.pdf. Acesso em: 11 de abril de 2014.

FORMIGA JUJU. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/formigajuju>. Acesso em: 14 de outubro de 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. 15ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

_____. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GARDNER, Howard. **A teoria das inteligências múltiplas perspectivas.** Trad. Sandra Costa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

GARDNER, Howard; KORNHABER, Mindy L.; WAKE, Warren K.. **Inteligência:** múltiplas perspectivas. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

GARNICA, Antonio V. M. Algumas notas sobre pesquisa qualitativa e fenomenologia. **Interfaces,** Botucatu. n. 1, p. 109-122, agosto 1997.

GÓES, M.C.R. Relações entre desenvolvimento humano, deficiência e educação: contribuições da abordagem histórico-cultural. In: OLIVEIRA, M.K.; SOUZA, D.T.R.; REGO, T.C. **Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea.** São Paulo: Editora Moderna, 2002, p.95-114.

GONÇALVES JUNIOR, Luiz. Dialogando sobre a Capoeira: possibilidades de intervenção a partir da

motricidade humana. **Motriz**. Rio Claro: v.15, nº 3, p.700-707. jul./set. 2009.

_____. Lazer e trabalho: a perspectiva dos líderes das centrais sindicais do Brasil e de Portugal em tempos de globalização. In: _____. (Org.). **Interfaces do lazer: educação, trabalho e urbanização**. São Paulo: Casa do Novo Autor, 2008. p.54-108.

IVIC, Ivan. Lev Semionovich Vygotsky (1896-1934). In: IVIC, Ivan; COELHO, Edgar Pereira (org.). **Lev Semionovich Vygotsky**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. p. 11-34.

KATER, Carlos. O que podemos esperar da educação musical em projetos de ação social. In: **Revista ABEM**. Porto Alegre: Associação Brasileira de Educação Musical, n.10, p. 43-51. março 2004.

LARROSA-BONDÍA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n.19, p.20-28, 2002.

LOPES, José de Souza Miguel. **Cultura acústica e letramento em Moçambique**: em busca de fundamentos antropológicos para uma educação intercultural. São Paulo: EDUC, 2004.

MACHADO, Ozeneide. V. M. Pesquisa qualitativa: modalidade fenômeno situado. In: BICUDO, Maria Aparecida V. ; ESPOSITO, Vitória Helena C. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa em educação**: um enfoque fenomenológico. Piracicaba: UNIMEP, 1994. p. 35-46.

MARTINS, Denise Andrade de Freitas. **Desvelando para ressignificar**: processos educativos decorrentes de uma práxis musical intercultural. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, São Carlos, 2015.

MASCARENHAS, G, Luciana. **No céu, na terra ou no mar**. São Paulo: Chiado Brasil, 2014, il. color.

_____. **Um canto de felicidade nas asas da liberdade**. São Paulo: Chiado. 2015, il. color.

NEGRINE, Airton. Instrumentos de informações na pesquisa qualitativa. In: MOLINA NETO, Vicente; TRIVIÑOS, Augusto N. S. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa na educação física**: alternativas metodológicas. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS/Sulina. 1999. p. 61-93.

OLIVEIRA, Maria Waldenez et al. Processos educativos em práticas sociais: reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. In: OLIVEIRA, Maria Waldenez; SOUSA, Fabiana R. (Orgs.). **Processos educativos em práticas sociais**: pesquisas em educação. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 29-46.

PEDERIVA, Patrícia Lima Martins; TRISTÃO, Rosana Maria. Música e cognição. **Ciências & Cognição**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 83-90, 2006. Disponível em: <<http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/ce/article/view/601/383>>. Acesso em: mar. 2018.

PEREIRA, Cristiana. **A Formiga Juju e o Professor Mosquito**. Maputo: CP – Conteúdos & Publicações. 2014. il. color.

SIEMS, Maria Edith Romano. Educação de jovens e adultos com deficiência: saberes e caminhos em construção. **Educ. foco**, Juiz de Fora, v. 16, n. 2, p. 61-79, set 2011/fev 2012. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2012/08/Texton-031.pdf>>. Acesso em: fev. 2018.

CAPÍTULO 12

UMA REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL⁵³

Marilia Beatriz Ferreira Abdulmassih⁵⁴; Stephanie Felix Maia⁵⁵; Ana Flávia Marques dos Santos⁵⁶; Muriel Miller Souza Cruz⁵⁷

INTRODUÇÃO

Embora as preocupações com a educação estejam sempre presentes nos discursos oficiais, percebe-se que, mesmo depois da promulgação no país da Lei de

53 Trabalho Financiado pelo Programa Institucional de Apoio à Pesquisa (PAPq/UEMG).

54 Doutora em Educação-Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC/SP e Docente do curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais-UEMG- Unidade Ituiutaba

55 Acadêmica do curso de licenciatura em Pedagogia- Bolsista PAPq/UEMG- Unidade Ituiutaba

56 Acadêmica do curso de licenciatura em Pedagogia- Bolsista PAPq- UEMG-Unidade Ituiutaba

57 Acadêmico do curso de Licenciatura em Pedagogia- Bolsista PROEx-UEMG-Unidade Ituiutaba

Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB9394/96, a situação da educação ainda é alvo de críticas por parte dos intelectuais, educadores, órgãos governamentais e não governamentais, Terceiro Setor e diversos segmentos da sociedade como um todo.

As políticas de ampliação da jornada se intensificaram cada vez mais a partir da promulgação da referida lei, em decorrência disso, as escolas foram obrigadas a ampliar suas jornadas diárias, (os)as alunos(as) a permanecerem em tempo integral nas escolas, mas os professores, especialistas, monitores e gestores, não foram preparados para desempenhar novas funções agora exigidas nessa ampliação.

Esse cenário nos leva a compreender a urgência de intervir nos problemas da educação, em especial da escola de tempo integral, de modo a proporcionar entendimentos, indicar tendências e propor soluções adequadas, auxiliando a comunidade escolar na resolução desses problemas.

As discussões e debates sobre a Educação Integral, Educação em tempo Integral, não são novas, remontam à Grécia Antiga, portanto, discutir a temática hoje, é ser contemporâneo que busca o desafio, ao entendimento das possíveis transformações na educação e na instituição escolar, e com certeza das dificuldades que o ato de enfrentar o embate acarreta.

Educação integral, tempo integral e demais temáticas relacionadas à ampliação da jornada entram em cena novamente e ganham espaço no debate educacional; isso acontece em decorrência de diversas ações das políticas públicas educacionais, mas carregam novas concepções de educação, numa tentativa de ressignificar o espaço e o contexto educacional, por meio da organização curricular, do papel da escola e da

sociedade civil, do tempo, do espaço, da avaliação e do financiamento da educação.

É importante compreender que termos como tempo integral ou ampliação da jornada escolar e escola de tempo integral, não significam necessariamente Educação Integral. As ressignificações dos vários aspectos do contexto escolar, têm tido sua vitalidade manifestada nas políticas públicas e em vários projetos de organizações não governamentais, instituições privadas e movimentos sociais.

Os debates atuais sobre as questões da ampliação do tempo de permanência dos estudantes nas instituições escolares trazem novamente em cena os questionamentos sobre a formação integral desses estudantes e às definições controversas do que seja realmente uma educação integral.

As escolas hoje são chamadas a assumir funções mais amplas nas sociedades contemporâneas! É inevitável que assim seja, apesar de ser necessário reconhecer que algumas das reivindicações que têm tido a instituição escolar como alvo são, porventura excessivas e, como tal, são imprevidentes no momento em que tendem a descaracterizar a instituição escolar como uma instituição de natureza cultural (COSME; TRINDADE, 2007, p. 13).

A temática foi intensificada a partir da década de 1930, por meio dos intelectuais e educadores escolanovistas, que defendiam a ideia de um tempo ampliado e de qualidade na escola, favorecendo uma educação única, laica, pública, gratuita e obrigatória.

O Movimento da Escola Nova influenciou os ideários educacionais, e começam a surgir no Brasil, na década de 1950, as primeiras manifestações de

ampliação da jornada escolar, numa perspectiva de educação integral.

Contraopondo-se à chamada escola tradicional e considerando que não bastava “desanalfabetizar” as grandes parcelas da população, o escolanovismo advogava uma reformulação interna da escola, de modo que ela pudesse fornecer a cada indivíduo uma “educação integral” que o capacitasse a viver como verdadeiro cidadão. Neste sentido, a Pedagogia Renovada ou Pedagogia da Escola Nova, procurava identificar a nova face que a escola urbana deveria apresentar para ajustar-se às necessidades das massas populacionais concentradas devido ao crescente processo de industrialização mundial (DIB, 2009, p. 46).

Um dos principais precursores da Educação Integral no Brasil foi Anísio Teixeira, que não faz, segundo Cavaliere(2007), uso do termo “Educação Integral”, pois não considera esse conceito suficientemente preciso, apesar de que dedicou seus estudos e toda a sua obra a ideia de uma educação abrangente, numa perspectiva de educação integral.

Algumas experiências, como a de Anísio Teixeira, foram destaque e serviram de inspiração para outros modelos, que foram se espalhando pelo país.

O Centro Educacional Carneiro Ribeiro, que ficou conhecido por “Escolas Parques e Escola Classes”, em meados de 1957, na Bahia, elaborado por Anísio Teixeira, então Secretário de Educação e Cultura do estado, foi um dos pioneiros no Brasil.

As Escolas-Parque dividiam-se em dois setores distintos: o da instrução, que era representado pelo ensino da leitura, escrita, aritmética e ciências, e o da

educação, das atividades de socialização, das artes industriais, da educação artística e da educação física.

A filosofia de Anísio Teixeira era inspirada nos ideais de John Dewey, “em que a criticidade e a liberdade de expressão transformariam a realidade”. As Escolas-Parque foram reconhecidas internacionalmente.

O Centro Educacional Carneiro Ribeiro possuía quatro Escolas-Classe, que eram frequentadas em um período e onde eram desenvolvidas as atividades do currículo formal e uma Escola-Parque, projetada para atender 1000 alunos, que a frequentavam no período inverso.

Na Escola-Parque, os alunos desenvolviam atividades de educação física, artes, cultura, recreação, jogos, socialização, nos sete pavilhões a elas destinados.

Para Teixeira:

[...] haverá escolas nucleares e parques escolares, sendo obrigada a criança a frequentar regularmente as duas instalações. O sistema escolar para isso funcionará em dois turnos, para cada criança. Em dois turnos para crianças diversas de há muito vem funcionando. Daqui por diante será diferente: no primeiro turno a criança receberá, em prédio adequado e econômico, o ensino propriamente dito; no segundo receberá, em um parque-escola aparelhado e desenvolvido, a sua educação propriamente social, a educação física, a educação musical, a educação sanitária, a assistência alimentar e o uso da leitura em bibliotecas infantis e juvenis (TEIXEIRA, 1997 p. 243).

Teixeira (1997) acreditava que era necessário formar os alunos para o trabalho e para a sociedade.

Já na década de 1960, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro foi modelo inspirador para a criação do Centro de Educação Elementar de Brasília, cuja estrutura física, destinada a abrigar também um jardim de infância, compreendia quatro Escolas-Classe e uma Escola-Parque.

Cavaliere (2002- 2007), Mauricio (2009), Coelho(2008), Moll (2010-2011), Guará(2006), dentre outros pesquisadores, tem dedicado seus estudos sobre as concepções de Educação Integral no Brasil, partindo também da análise das obras de Anísio Teixeira.

Para Guará (2006), a concepção de Educação Integral que a associa à formação integral, traz o sujeito para o centro das indagações e preocupações da educação, deve ter objetivos que construam relações na direção do aperfeiçoamento humano. Guará(2006), afirma ainda que a Educação Integral supõe o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas, com equilíbrio entre os aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais.

Uma educação que se pretenda integral, trabalharia com os aspectos biológicos, corporais, afetivos, cognitivos em um contexto tempo-espacial, ou seja, uma educação que visaria à formação e ao desenvolvimento global e não apenas ao acúmulo informacional.

Coelho (2008), alerta que a concepção de Educação Integral vinculada ao tempo de permanência do educando na escola, requer alguns cuidados preliminares, a fim de não reproduzir, duplamente as práticas pedagógicas desenvolvidas no ensino regular de tempo parcial.

A concepção de Educação Integral que reconhece a pessoa como um todo e não como um ser fragmentado, entende que essa integralidade se constrói por meio de

linguagens diversas, em variadas atividades e circunstâncias, é a defendida por Maurício (2009). Maurício (2009), ainda defende a ideia de que a escola deve ser muito atrativa, e prazerosa, pois tirar a criança da rua pode ser uma consequência desse fato, mas, não um objetivo, que poderia redundar numa proposta de enclausuramento.

Viabilizar uma proposta de Educação Integral, envolve para Moll(2010), a reinvenção da prática educativa escolar no sentido de desenclausuramento, de seu reencontro com a vida, da interlocução entre os campos de conhecimento em função da compreensão e da inserção qualificada no mundo.

O atual cenário da educação em que se defende uma Educação Integral, busca enfatizar essa educação como mecanismo de melhoria da qualidade do ensino em nossas escolas. Com as propostas de Educação Integral, defende-se a ideia de que a ampliação da jornada possibilita essa educação e que mais tempo de permanência na escola gera maior desempenho dos alunos, principalmente nas avaliações de larga escala.

Na atualidade, a temática retorna ao cerne das discussões nas legislações de ensino, com relevância corroborada em termos de políticas públicas, como o Programa Segundo Tempo e Programa Mais Educação, do governo federal com abrangência nacional, o Plano Nacional de Educação 2014- 2024, que na sua Meta 6 prevê a ampliação da jornada escolar e a Nova Base nacional Comum Curricular- BNCC, que também prevê a ampliação da jornada escolar como fator significativo para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas e toda a proposta curricular que deverá ser reformulada nas escolas, com uma base fundamentada na formação integral dos alunos.

A nova BNCC, enfatiza a criança como sujeito de direitos, e direitos de aprendizagem.

Numa perspectiva de Educação Integral como direito à aprendizagem, Gonçalves (2006) afirma que só faz sentido pensar na ampliação da jornada escolar, ou seja, na implantação de escolas de tempo integral, se for considerada uma concepção de Educação Integral, com a perspectiva de que o horário expandido represente realmente uma ampliação de oportunidades e de situações que promovam as aprendizagens significativas e emancipatórias.

Esta pesquisa, financiada pelo Programa de Apoio à Pesquisa –PAPq da UEMG, ressalta que a educação está na pauta de diversos segmentos da sociedade, a escola torna-se o centro de todo o processo e provoca hoje, uma redefinição dos seus papéis, dos objetivos e das práticas de todos os atores que nela interagem.

Diante disso, o estudo tem por objetivos identificar as concepções de Educação Integral dos profissionais, monitores, professores, especialistas de educação e gestores, que atuam no contra turno das escolas públicas municipais de tempo integral, na cidade de Ituiutaba e nos documentos norteadores dessas escolas, destacando principalmente o Projeto Político Pedagógico.

Foram selecionadas as seis escolas que funcionam em tempo integral, da rede pública municipal de ensino.

Assim, estudo se justifica pela nossa preocupação, enquanto pesquisadora de Educação Integral, do despreparo desses profissionais que atuam nessas escolas e por acreditarmos que disseminar a concepção de Educação Integral, representa não apenas uma possibilidade de mobilização para mudanças no

trabalho pedagógico, mas principalmente pela formação plena e crítica dos sujeitos.

A relevância social dessa pesquisa, está na associada às futuras intervenções, no despertar pelo interesse de novos projetos e novas pesquisas, acerca da temática e a relevância científica, está na possibilidade de promover uma maior compreensão do que seja Educação Integral, como aquela que prevê uma concepção de formação humana em múltiplas dimensões.

DESENVOLVIMENTO

Para a efetivação desta pesquisa, em conformidade com os objetivos propostos e ao problema formulado, optou-se pela utilização dos pressupostos teórico-metodológicos de uma pesquisa qualitativa, já que se pretende analisar mais profundamente aspectos de uma realidade escolar. Parte-se de uma abordagem de pesquisa qualitativa, tendo como referência os estudos de Chizzotti (2008-2011), Yin (2005), Ludke e André (1996), Martins (2006), Morgado (2012), Stake (2009), entre outros, e apresenta-se como estratégia de investigação um estudo de caso, pois:

A pesquisa qualitativa recobre, hoje, um campo transdisciplinar, envolvendo as ciências humanas e sociais, assumindo tradições ou multiparadigmas de análise, derivadas do positivismo, da fenomenologia, da hermenêutica, do marxismo, da teoria crítica, do construtivismo e adotando multimétodos de investigação para o estudo de um fenômeno no situado local em que ocorre e, enfim, procurando tanto encontrar sentido desse fenômeno quanto interpretar os

significados que as pessoas dão a eles (CHIZZOTTI, 2011, p. 28).

O autor ressalta também que o termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, e que o processo de pesquisa se desenvolve levando-se em consideração várias fases, tarefas e ações (CHIZZOTTI, 2011).

Além dos estudos de Chizzotti (2008, 2011), as abordagens qualitativas estão presentes também em estudos de outros autores, como os de Ludke e André (1986), que apresentam os aspectos básicos que configuram esse tipo de pesquisa, e Bogdan e Biklen (1994), que delineiam a abordagem qualitativa como contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada. Para Triviños (2011), ela é importante no campo de investigação, mas ressalta também a sua predominante tendência idealista. Esses e outros estudos revelam a importância da pesquisa qualitativa em educação.

Como uma das características da pesquisa qualitativa, pode-se apontar que a fonte direta dos dados é o ambiente natural, constituindo o investigador como instrumento principal da investigação, assim, os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que pelos resultados ou produtos e tendem a analisar os seus dados de forma indutiva. As categorias podem ser construídas *a priori* ou *posteriori*, e é um processo indutivo/dedutivo.

Assim sendo, diante de toda a abordagem ou estratégica da pesquisa qualitativa em educação, optou-se como procedimento técnico de coleta de dados o estudo de caso por considerar que:

O estudo de caso é uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisa que coleta e registra dados de um caso particular ou de vários casos a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avaliá-la analiticamente, objetivando tomar decisões a seu respeito, ou propor uma ação transformadora. (CHIZZOTTI, 2008, p. 102).

Ao optar por fazer uma pesquisa qualitativa na abordagem de estudo de caso, opta-se não só por fazer uma estratégia metodológica, mas também por escolher o que é para ser estudado. Chizzotti (2008) argumenta também que:

O caso deve ser uma referência significativa para merecer a investigação e, por comparação aproximativa, apto para fazer generalização a situações similares ou autorizar inferências em relação ao contexto da situação analisada (CHIZZOTTI, 2008, p.102-103).

O estudo de caso é uma forma particular de estudo e utiliza múltiplas fontes de dados. O autor ainda faz a seguinte reflexão:

O caso objetiva reunir os dados relevantes sobre o objeto de estudo e, desse modo, alcançar um conhecimento mais amplo sobre esse objeto, dissipando dúvidas, esclarecendo questões pertinentes e, sobretudo, instruindo ações posteriores (CHIZZOTTI, 2011, p.135).

Para Stake (1999), o estudo de caso é uma forma particular de estudo e não um método específico de investigação.

Já Morgado (2012) afirma que são múltiplas as questões que podem ser objeto de um estudo de caso, entre elas o impacto de uma inovação numa escola, como é o caso do Mais Educação.

Ludke e André (1986) destacam que nesse tipo de estudo o pesquisador recorre a uma variedade de fontes de informação que, além de enriquecer o estudo, permite cruzar diversas informações, confirmar, rejeitar ou formular hipóteses alternativas e afastar meras suposições.

Concordando com as autoras, Chizzotti (2011) afirma que, ao desenvolver estudos de caso, o pesquisador recorre a uma variedade de dados, coletados em diferentes momentos, em situações variadas e com uma variedade de tipos de informantes.

Com essa variedade de informações, oriundas de fontes variadas, ele poderá cruzar informações, confirmar ou rejeitar hipóteses, descobrir novos dados, afastar suposições ou levantar hipóteses alternativas (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 19).

De acordo com Yin (2005), para conduzir um estudo de caso, a coleta de dados é realizada a partir do que ele denomina de fonte de evidências, documentos oficiais, sujeitos, grupo de discussão, observação, entrevistas, etc.

Seguindo as orientações apresentadas pelos diversos autores aqui descritos, e diante da proposta de se utilizar múltiplas fontes de dados para a estratégia de investigação escolhida, o estudo de caso, a pesquisa e a coleta de dados foi organizada da seguinte forma:

1ª etapa – Fontes bibliográficas

Na primeira etapa, buscamos as fontes bibliográficas relacionadas com a temática em questão, para que se definisse o referencial teórico de análise, que se pautou-se em autores nacionais e internacionais. A partir daí foi elaborada uma revisão da literatura, para que se complemente a análise dessa temática.

2ª etapa – Seleção das escolas participantes

A segunda etapa foi a seleção das escolas participantes, a apresentação do projeto de pesquisa e do pedido de autorização junto aos órgãos competentes para realização da pesquisa.

Foram selecionadas para participar dessa pesquisa todas as escolas da rede municipal que trabalham com a ampliação da jornada escolar, na perspectiva de Educação Integral. Perfazendo um total de 6 escolas.

3ª etapa – Pesquisa de campo nas escolas selecionadas

A terceira etapa constituiu-se de uma pesquisa de campo nas escolas selecionadas.

Para a terceira fase da coleta de dados, foram realizadas visitas às escolas para acompanhar as atividades desenvolvidas no contra turno e análise dos documentos escolares.

Nesse momento também foi feita a análise, dos Projetos Políticos Pedagógicos das mesmas.

4ª etapa – Formação continuada dos profissionais que atuam no contra turno das escolas.

Com a intencionalidade de que esses encontros, fossem também um processo de formação continuada e de troca de experiências, informações e vivências desses profissionais, foram desenvolvidos oficinas e mini cursos, com carga horária de 40 horas, realizados no Centro Municipal de Aperfeiçoamento Pedagógico de Professores-CEMAP, que permitiram a construção, a sistematização e a análise dos dados.

Para traçar também o perfil desses profissionais foi aplicado um questionário, com composto por dez questões abertas, relacionadas à formação profissional e pessoal desses profissionais.

Pertencendo aos procedimentos de coleta de dados, na estratégia de estudo de caso para Chizzotti:

O questionário consiste em um conjunto de questões pré-elaboradas, sistemática e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, com o objetivo de suscitar dos informantes respostas por escrito ou verbalmente sobre o assunto que os informantes saibam opinar ou informar (CHIZZOTTI, 2008, p. 55).

Os dados coletados nos permitiram elaborar quatro categorias de análises.

A primeira categoria está relacionada ao perfil dos profissionais que atuam no contra turno dessas escolas.

Quanto ao perfil, de acordo com o questionário respondido, os profissionais, são professores efetivos ou contratados, ou inspetores de alunos, que foram remanejados para essas funções.

A maioria tem curso superior, formadas em Pedagogia ou áreas afins, mas nem sempre,

desempenham funções relacionadas a sua área de formação.

A segunda categoria, está relacionada à preparação para trabalhar na escola de tempo integral.

Nenhuma das participantes da pesquisa alegou ter tido uma formação específica para atuar no contra turno, isso é um fator preocupante pois, sem um preparo ou uma formação específica essas profissionais, podem desenvolver atividades que não entram em acordo com as propostas de formação integral, previstas nos documentos legais. As participantes também alegaram que um dos problemas que enfrentam é a falta de oportunidade de efetuarem um planejamento conjunto com as outras professoras do ensino regular. Algumas alegam nunca terem participado de reuniões na escolas.

Como não há um diálogo estabelecido entre os dois turnos, as participantes reclamam da falta de reconhecimento do trabalho delas pelas colegas do ensino regular, da equipe gestora e da própria família dos alunos.

Outra queixa bastante observada, é a falta de material adequado e espaço na escola para o desenvolvimento das atividades.

A falta de formação adequada para o desenvolvimento de atividades no contra turno, pode se tornar um fator significativo para o desenvolvimento inadequado de atividades e oficinas e com isso, comprometer a qualidade das atividades desenvolvidas.

A terceira categoria diz respeito à concepção de Educação Integral das participantes da pesquisa.

Ao se falar em Educação Integral, observa-se a confusão estabelecida, elas não tem uma concepção teórica bem fundamentada. O que se observa é que ampliação da jornada escolar, tempo integral e Educação Integral, são sinônimos para elas. Para as participantes,

Educação Integral gira em torno das atividades desenvolvidas no contra turno, não existe articulação das disciplinas curriculares, a integração dos espaços escolares com outros espaços públicos.

Os conceitos apresentados, ainda não atingiram um patamar do entendimento do que seja uma Educação Integral, demonstram também que esse é um termo muito polêmico e que carece de muitos estudos teóricos e práticas de formação.

A quarta e última categoria, se refere às concepções de Educação Integral propostas nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas participantes.

Ao analisarmos os referidos projetos, foi possível perceber que as escolas citam a proposta de ampliação da jornada escolar, mas não cita as atividades, ações, e nem a forma que são desenvolvidas no contra turno das escolas. A maioria dos PPP, trata a ampliação da jornada escolar, como atividade de participação voluntária, que visa atender em especial, alunos em situação de vulnerabilidade social.

As atividades estão desconectadas com o currículo das escolas, com exceção das atividades de reforço nas áreas de Português e matemática.

Quanto à organização do tempo e espaço para o desenvolvimento das atividades, observa-se que há uma falta de compreensão desses conceitos e os mesmos são tratados de forma igual.

Enfim observa-se a dificuldade de compreensão do conceito de Educação Integral, também nos documentos escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Educação Integral, Educação em tempo Integral, ampliação da jornada escolar, ainda são conceitos mal compreendidos pela maioria das escolas.

O despreparo dos profissionais que atuam no contra turno, dos especialistas em educação e dos gestores, a falta de diálogo entre eles e entre os professores dos dois turnos, especialmente, são fatores determinantes para que essas propostas não se efetivem com a qualidade desejada.

Essas atividades desenvolvidas e executadas nos contra turnos dessas escolas, estão se tornando experiências esvaziadas de caráter pedagógico, com propostas de aprendizagem e de formação humana desvinculadas dos documentos e propostas estabelecidas pelos programas do governo e documentos legais.

Foi possível observar no decorrer desse estudo, que a ampliação da jornada da forma como está estruturada nessas escolas, estão acontecendo com um único objetivo de preencher o tempo ocioso dessas crianças e tirá-las da rua, protegendo-as das mazelas da sociedade.

É notório que as escolas cumprem um currículo formal em um turno e desempenha atividades desarticulada desse currículo no outro turno.

É urgente repensar essas propostas e implementar ações que realmente viabilizem experiências e propostas pedagógicas voltadas realmente para a perspectiva de Educação Integral, conforme prevista na nova Base nacional Comum Curricular.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. Avaliar a escola e a gestão escolar: elementos para uma reflexão crítica. In: ESTEBAN. M.

T. (Org.). **Escola, currículo e avaliação**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Avaliação Educacional: regulação e emancipação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

ANDRÉ, Marli. **Estudo de Caso em Pesquisa e Avaliação Educacional**. Brasília: Liberlivros, 2005.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sári. **Investigação qualitativa em educação**. Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1991.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CAVALIERE, A. M. **Tempo de escola e qualidade na educação pública. Educação e Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 100, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2009.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

DIB, E, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

GONÇALVES, A. S. Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral. **Cadernos CENPEC**, n. 2, 2º semestre, p.129-135, 2006.

GUARÁ, I. **Educação Integral**. Articulação de projetos e espaços de aprendizagem. 2005. Disponível em:

<http://www.cenpec.org.br/modules/xt_conteudo/index.php?id=46%20>. Acesso em: 05 set. 2013.

_____. **É imprescindível educar integralmente.** Cadernos CENPEC, n. 2, 2º semestre, p. 15-24, 2006.

MOLL, J. et al. **Caminhos da educação Integral no Brasil:** direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012. 504 p.

_____. (Org.). **Educação integral:** texto referência para o debate. 2009, Brasília: Mec, Secad. p. 22.

MORGADO, J. C. **O Estudo de Caso na Investigação em Educação.** Santo Tirso: De Facto Editores, 2012.

STAKE, R. E. **A Arte da Investigação com Estudos de Caso.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

TEIXEIRA, A. **Educação para a democracia.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

_____. **Educação no Brasil.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969.

_____. **Educação não é privilégio.** 5. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

YIN, R. K. **Estudo de caso. Planejamento e métodos.** Trad. Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CIÊNCIAS AGRÁRIAS

CAPITULO 13

AVALIAÇÃO DE REGULADORES VEGETAIS NA QUALIDADE FISIOLÓGICA DE SEMENTES DE EUCALIPTO (*Eucalyptus camaldulensis*)

Rafaella Gouveia Mendes⁵⁸, Amanda Fialho⁵⁹, Ana Paula Santos da Silva⁶⁰

INTRODUÇÃO

O *Eucalyptus* é um gênero nativo da Austrália, pertencente à família Myrtaceae, que foi introduzido no Brasil, em 1904, com objetivo de suprir as necessidades de lenha, postes e dormentes das estradas de ferro, na década de 50, evoluiu como matéria prima sendo utilizado na produção de papel e celulose, com marco de crescimento nas décadas de 60 e 70 (MOTTA, 2010).

Atualmente no Brasil, a área ocupada por florestas plantadas gira em torno de 7,8 milhões de hectares, sendo que a área ocupada por eucaliptos atinge mais de 4.000.000 de hectares (MOTTA, 2010; IBÁ, 2016). O empreendimento gera aproximadamente 4,4 milhões de empregos diretos e indiretos, além de uma produção bruta no valor de 56,3 bilhões de reais (ABRAF, 2013). Sendo de grande importância

⁵⁸ Acadêmica do curso de agronomia, UEMG- Unidade Ituiutaba.

⁵⁹ Doutora em Entomologia Agrícola, Universidade Federal de Lavras – UFLA, e Docente do curso de Agronomia da Universidade do Estado de Minas Gerais-UEMG- Unidade Ituiutaba.

⁶⁰ Mestranda no programa de ensino de Ciência e matemática pela UFU Campus Santa Mônica, Universidade Federal de Uberlândia.

econômica, social e ambiental, as florestas plantadas otimizam o uso de áreas degradadas, promovendo a conservação do solo e dos recursos hídricos, e potencializar atividade fotossintética contribuir para aumento do oxigênio atmosférico, e em termos econômicos, elas produzem uma grande diversidade de matérias primas.

O sucesso na implantação de programas florestais, especialmente do Eucalipto depende, em grande parte, da produção de mudas de alta qualidade. De acordo com Elli et al. (2016), a utilização de biorreguladores vegetais na agricultura tem mostrado grande potencial no aumento da produtividade das culturas. Biorreguladores ou reguladores vegetais são compostos de origem orgânica, sintética ou natural, capaz de inibir, incrementar ou modificar processos morfológicos e fisiológicos do vegetal (CALDAS et al., 1990; CASTRO; VIEIRA, 2001).

O Stimulate® é um regulador de crescimento vegetal Stimulate®, constituído por ácido indolbutírico, citocininas e ácido giberélico (STOLLER DO BRASIL, 1998; RODRIGUES, 2008). As citocininas são promotoras da divisão celular, germinação de sementes, ciclo celular, dentre outros eventos (SAKAKIBARA, 2006). Já o ácido giberélico possui efeito marcante no processo de germinação de sementes, atuando no desdobramento das substâncias de reserva da semente, além de estimular o alongamento e a divisão celular (VIEIRA e MONTEIRO, 2002).

O Ácido Acetilsalicílico (AAS) é um regular vegetal envolvido na ativação das respostas de defesa das plantas sob condições de estresse, principalmente quando os causados por patógenos ou fatores ambientais, evidencias ainda sugerem a possível relação com a expressão de genes envolvidos na defesa e na sinalização

das respostas a estresses hídricos (KERBAUY, 2008). O AAS está envolvido no desenvolvimento da resistência sistêmica adquirida (SAR), e em resposta a diferentes estresses, tem a capacidade de ativar enzimas antioxidantes em plantas (XU et al. 2009)

O *Eucalyptus camaldulensis* é uma espécie de Eucalipto plantado em função da sua superioridade na produção de madeira, em relação a outras espécies sob condições ambientais adversas (GRATTAPAGLIA; BRADASHAW, 1994). Tal superioridade pode ser ainda, destacada através do uso de reguladores vegetais.

Desse modo, o objetivo do presente estudo foi avaliar o efeito do Stimulate® e do Ácido Acetilsalicílico (AAS) na qualidade fisiológica de sementes de *Eucalyptus camaldulensis*.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo foi conduzido no laboratório de sementes (LASE) da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), unidade Ituiutaba-MG, buscando avaliar o efeito da aplicação de Stimulate® e ácido acetilsalicílico (AAS) em sementes de Eucalipto (*Eucalyptus camaldulensis*). As sementes de Eucalipto foram adquiridas comercialmente, passaram por seleção de pureza e foram submetidas ao processo de assepsia, em imersão em hipoclorito de sódio a 2%, por 10 minutos. Em seguida as sementes foram lavadas em água destilada, divididas em dois lotes e destinadas aos seus respectivos tratamentos.

As sementes do primeiro lote foram tratadas com o produto Stimulate® na dose de 1000 mL ha⁻¹. A aplicação foi realizada diretamente sobre o substrato (areia e papel germitest) como indicado para aplicação no sulco de plantio. Já a testemunha (dose 0 mL) recebeu

somente água destilada como calda. As sementes do segundo lote foram submetidas a embebição nas soluções, referentes aos três tratamentos, com as seguintes concentrações de ácido acetilsalicílico (AAS): T1- testemunha 0 mg L⁻¹; T2- 100 mg L⁻¹; T3- 200 mg L⁻¹, embebição teve duração de 12 horas. Após os tratamentos as sementes foram destinadas aos testes de vigor.

Para o teste de porcentagem de germinação (TPG) e índice de velocidade de germinação (IVG), as sementes foram semeadas em papel germitest, umedecidos com água destilada em quantidade equivalente a 2,5 vezes a massa do papel seco, e por fim destinadas à câmara de germinação com temperatura controlada a 25 °C (BRASIL, 2009). Para o teste padrão de emergência (TPE) e índice de velocidade de emergência (IVE), as sementes foram semeadas em vasilhames plásticos contendo areia, os quais foram umedecidos diariamente, sendo mantidos sob temperatura, luminosidade e umidade ambiente.

Avaliou-se diariamente a quantidade de sementes germinadas e emergidas, tendo por critério de germinação a emissão da raiz primária, e como critério de emergência a exposição de qualquer parte da plântula sobre o substrato.

A qualidade fisiológica das sementes foi avaliada através do teste padrão de germinação (TPG), índice de velocidade de germinação (IVG), teste de padrão de emergência (TPE) e índice de velocidade de emergência (IVE). O IVG e IVE foram avaliados por 20 dias após a o início da germinação e emergência das sementes, já a porcentagem de germinação e de emergência foram avaliadas por 30 dias após o início das mesmas. Para cada tratamento, foi calculado o IVG sugerido por Biruel *et al.* (2007), o qual evidencia o número de sementes

germinadas por dia sendo o $IVG = G1/N1 + G2/N2 + \dots + Gn/Nn$, em que $G1, G2 \dots Gn$ é igual ao número de sementes germinadas, e $N1, N2 \dots Nn$ corresponde ao número de dias.

Utilizou-se o delineamento inteiramente casualizado (DIC), com um total de 5 tratamentos, sendo 2 com o produto Stimulate® (Testemunha e Dose de 1000 mL ha⁻¹) e 3 com o ácido acetilsalicílico (Testemunha, Dose de 100 mg L⁻¹ e Dose de 200 mg L⁻¹). Para cada tratamento foram realizadas 5 repetições de 50 sementes cada, para cada teste. Os dados obtidos foram submetidos ao cálculo das medidas de dispersão e análise de variância (ANOVA), sendo comparados por meio do Teste de Tukey a 5% de probabilidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do índice de porcentagem de germinação (PG) e índice de velocidade de germinação (IVG), das sementes de Eucalipto, tratadas com Stimulate®, podem ser observados tabela 1.

Tabela 1. Valores médios de PG (%) e IVG (%), das sementes de Eucalipto, tratadas com Stimulate®.

Doses de Stimulate®	G (%)	IVG (%)
Testemunha - 0 mL ha ⁻¹	92,4 (±0,584) b	14,31 a
1000 mL ha ⁻¹	99,6 (±0,736) a	14,96 a

Médias de cinco repetições. Valores seguidos pela mesma letra minúscula na coluna não diferem entre si pelo Teste de Tukey (p<0,05).

Houve diferença estatística entre as sementes tratadas com Stimulate®, as quais apresentaram um incremento significativo de 7,2% na germinação, em relação às sementes não tratadas (testemunha).

Entretanto, não houve incrementos no IVG das sementes tratadas.

No teste de emergência as sementes tratadas com Stimulate®, apresentaram um incremento não significativo de 4,4%, em relação às sementes não tratadas. Contudo, as sementes tratadas com o produto, apresentaram IVE superior, o que indica que germinaram mais rapidamente. Podemos observar na tabela 2, os dados de porcentagem de emergência (PE) e índice de velocidade de emergência (IVE), das sementes de Eucalipto, tratadas com Stimulate®.

Tabela 2. Valores médios de PE (%) e IVE (%), das sementes de Eucalipto, tratadas com Stimulate®.

Doses de Stimulate®.	E (%)	IVE (%)
0 mL ha ⁻¹	94,0 (±0,549) a	10,52 b
1000 mL ha ⁻¹	98,8 (±0,511) a	15,85 a

Médias de cinco repetições. Valores seguidos pela mesma letra minúscula na coluna não diferem entre si pelo Teste de Tukey (p<0,05).

De acordo com Botelho (2001), o biorregulador Stimulate® pode atuar sobre o metabolismo vegetal, estimulando emergência e germinação das sementes, justificando a eficiência da aplicação do biorregulador na concentração de 1000 mL ha⁻¹, o qual estimulou incrementos na porcentagem germinação e no índice de velocidade de emergência das sementes de Eucalipto.

É possível observar na tabela 3, os resultados do índice de porcentagem de germinação (PG) e índice de velocidade de germinação (IVG), das sementes de Eucalipto tratadas com ácido acetilsalicílico (AAS).

Tabela 3. Valores médios de PG (%) e IVG (%), das sementes de Eucalipto, tratadas com ácido acetilsalicílico (AAS).

Tratamentos	G (%)	IVG (%)	
T1	0 mg L ⁻¹	89,1 ($\pm 0,367$) b	11,91 a
T2	100 mg L ⁻¹	97,3 ($\pm 0,496$) a	11,45 a
T3	200 mg L ⁻¹	99,5 ($\pm 0,098$) a	11,28 a

Médias de cinco repetições. Valores seguidos pela mesma letra minúscula na coluna não diferem entre si pelo Teste de Tukey ($p < 0,05$).

Houve diferença estatística entre as sementes tratadas com ácido acetilsalicílico (AAS) que apresentaram incrementos na germinação, em relação às sementes não tratadas. As sementes submetidas a uma concentração de 100 mg L⁻¹ apresentaram um incremento na germinação de 8,2%, enquanto as sementes tratadas com 200 mg L⁻¹ apresentaram 10,4%, ambos resultados significativos ao Teste de Tukey a 5% de probabilidade. Entretanto, não houve incrementos no IVG das sementes tratadas.

No teste de emergência não houve incrementos significativos no percentual de emergência das sementes tratadas com ácido acetilsalicílico (AAS). O mesmo ocorreu para o IVE, onde as sementes tratadas não se diferiram da testemunha. Podemos observar na tabela 4, os dados de porcentagem de emergência (PE) e índice de velocidade de emergência (IVE), das sementes de Eucalipto, tratadas com ácido acetilsalicílico (AAS).

Tabela 4. Valores médios de PE (%) e IVE (%), das sementes de Eucalipto, tratadas com ácido acetilsalicílico (AAS).

Tratamentos	E (%)	IVE (%)
T1 0 mg L ⁻¹	88,4 (±0,457) a	9,53 a
T2 100 mg L ⁻¹	89,7 (±0,612) a	9,79 a
T3 200 mg L ⁻¹	89,9 (±0,328) a	9,48 a

Médias de cinco repetições. Valores seguidos pela mesma letra minúscula na coluna não diferem entre si pelo Teste Tukey (p<0,05).

Apesar de ser aceita a função do AAS no vegetal, o seu papel central ainda não é completamente esclarecido (GRANT; LAMB, 2006; MYSORE, 2008), o que pode justificar os efeitos positivos na germinação e nulos na emergência.

Resultados positivos no uso do AAS foram relatados por diversos autores (SHAKIROVA et al., 2003; HAYAT et a., 2005; SINGH, 1993, MARDANI et al., 2012; SANCHEZ, 2008). Contudo de e acordo com COLLI (2008), a aplicação do AAS pode inibir a germinação, emergência e o crescimento da planta, interferir na absorção das raízes, reduzir a transpiração e causar abscisão foliar, além de alterar o transporte de íons, induzindo a despolarização das membranas, ocasionando um colapso no potencial eletroquímico.

Ambos biorreguladores apresentaram incrementos na germinação das sementes de Eucalipto, porém, apenas o Stimulate® incrementou a emergência. Além disso, para a cultura do Eucalipto o Stimulate® ainda acrescenta no desenvolvimento da planta. Segundo Santos (2004), o Stimulate® estimula o crescimento radicial, aumentando a absorção de água e nutrientes pelas raízes, além favorecer também o equilíbrio hormonal da planta. O crescimento da raiz principal, promovido pelo Stimulate®, pode ser um reflexo da

presença de ácido indolbutírico (IBA) em sua composição, já que o IBA consegue estimular o crescimento do sistema radicular (TAIZ e ZEIGER, 2013), e tem apresentado resultados positivos em estudos com *Eucalyptus* spp. (WENDLING et al., 2000), *Eucalyptus grandis* (TITON et al., 2003) e *Eucalyptus cloeziana* (ALMEIDA et al., 2007).

CONCLUSÕES

Conclui-se que o Stimulate®, é o regulador vegetal mais indicado para gerar incrementos na cultura do Eucalipto, sendo que a aplicação de 1000 mL ha⁻¹ de Stimulate®, levou ao aumento da germinação, e índice de velocidade de emergência das sementes de Eucalipto, sendo uma opção viável para incrementar, não só a produção de mudas, como também o desenvolvimento delas.

REFERÊNCIAS

ABRAF. **Anuário estatístico da ABRAF. 2013** – Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas do Brasil.

ALMEIDA, F. D.; XAVIER, A.; DIAS, J. M. M.; PAIVA, H. N. Eficiência das auxinas (AIB e ANA) no enraizamento de miniestacas de clones de *Eucalyptus cloeziana* F. Muell. Revista *Árvore*, v. 31, n. 3, p. 455-463 2007.

BIRUEL R. P; AGUIAR I. B; PAULA R. C. Germinação de sementes de pau-ferro submetidas a diferentes condições de armazenamento, escarificação

química, temperatura e luz. **Revista Brasileira de Sementes**, 2007.

BOTELHO, B. A.; PEREZ, S. C. J. G. A. Estresse hídrico e reguladores de crescimento na germinação de sementes de canafístula. *Revista Scientia Agrícola*, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 43-49, jan./mar. 2001.

BRASIL, MAPA: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Regras para análise de sementes. Brasília: MAPA. 2009.

CALDAS, L.S.; HARIDASAN, P.; FERREIRA, M.E. Meios nutritivos. In: TORRES, A.C.; CALDAS, L.S. Técnicas e aplicações da cultura de tecidos de plantas. Brasília: ABCTP; Embrapa CNPH, 1990. p. 37-70.

CASTRO, P.R.C.; VIEIRA, E.L. Aplicações de reguladores vegetais na agricultura tropical. Guaíba: Livraria e Editora Agropecuária, 2001. 132p.

COLLI, S. Outros reguladores: brassinosteróides, poliaminas, ácidos jasmônico e salicílico. In: KERBAUY, G. B. Fisiologia vegetal. 2.ed. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2008. p. 296-302.

DU JARDIN, P. The science of plant biostimulants - A bibliographic analysis.

ELLI, E. F.; MONTEIRO, G. C.; KULCZYNSKI, S.M.; CARON, B. O.; SOUZA, V. Q. Potencial fisiológico de sementes de arroz tratadas com biorregulador vegetal. **Revista Ciencia Agronomica**, v. 47, p. 366-373, 2015.

GRANT, M.; LAMB, C. Systemic immunity. *Plant Biology*, Stuttgart , v. 9, p. 414-420, 2006.

GRATTAPAGLIA, D.; BRADSHAW, H. D. Nuclear DNA content of commercially important *Eucalyptus* species and hybrids. **Canadian Journal of Forest Research**, Ottawa, v. 24, n. 5, p. 1074-1078, 1994.

HAYAT, S. Effect of salicylic acid on growth and enzyme activities of wheat seedlings. *Acta Agronomic Hungary*, v. 53, p. 433-437, 2005.

IBÁ - INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÁRVORES. Apresenta informações sobre o anuário estatístico 2016. KERBAUY, G. B. **Fisiologia vegetal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. p. 452.

MARDANI, H.; BAYAT, H.; SAEIDNEJAD, A. H.; REZAIIE, E. E. Assessment of salicylic acid impacts on seedling characteristic of cucumber (*Cucumis sativus* L.) under water stress. *Notulae Scientia Biologicae*, Cluj-Napoca, v. 4, n. 1, p. 112-115, 2012.

MOTTA, Denilson. ; DINIZ, Edilson do Nascimento ; FERNANDES, Wanderson . A rentabilidade na eucaliptocultura de Queluz. In: Seminário de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2010, Resende. VII SEGET, 2010.

MYSORE, K. S. Salicylic acid and systemic acquired resistance play a role in attenuating crown gall disease caused by *Agrobacterium tumefaciens*. *Plant Physiology*, Minneapolis, v. 146, p. 730-715, 2008.

RODRIGUES, J. D. Biorreguladores, Aminoácidos e Extrato de algas: verdades e mitos. *Informações*

Agronômicas, n. 122. UNESP – Botucatu, Junho, 2008.
4 p.

SAKAKIBARA, H. Cytokinins: activity, biosynthesis and translocation. Annual Review of Plant Biology, Yokohama, v. 13, n. 1, p. 431-449, 2006.

SANCHEZ, F. Jasmonatos: compuestos de alto valor para la agricultura: actividad biológica y ruta biosintética del ácido jasmónico en plantas. Revista ICIDCA, La Habana, v. 42, n. 1-3, p. 51-59, 2008.

SANTOS, C. M. G. Ação de bioestimulante na germinação de sementes, vigor de plântulas e crescimento do algodoeiro. 2004. 61 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias). Universidade Federal da Bahia, Escola de Agronomia, Cruz das Almas.

SHAKIROVA, F. M. Changes in the hormonal status of wheat seedlings induced by salicylic acid and salinity. Plant Science, Limerick, v. 164, n. 3, p. 317-322, 2003.

SINGH, T. N. et al. Changes in proline concentration in excised plant tissues. Australian Journal of Biological Science, v. 26, p 57-63, 1973.

STOLLER DO BRASIL. Stimulate® Mo em hortaliças: Cosmópolis: Divisão Arbore, 1998. 1v. (Informativo técnico).

TAIZ, L; ZEIGER, E. Fisiologia vegetal. 5. ed. São Paulo, Artmed, 2013. 954

TITON, M.; XAVIER, A.; OTONI, W. C.; REIS, G. G. Efeito do AIB no enraizamento de miniestacas e

microestacas de clones de *Eucalyptus grandis* W. Hill ex Maiden. Revista *Árvore*, v. 27, n. 1, p. 1-7, 2003.

VIEIRA, E. L.; MONTEIRO, C. A. Hormônios vegetais. In: CASTRO, P. R. C. ; SENA, J. O. A. ; KLUGE, R. A. (Eds.). Introdução à fisiologia do desenvolvimento vegetal. Maringá, Eduem, 2002. p. 79-104.

WENDLING, I.; XAVIER, A.; GOMES, J. M.; PIRES, I. E.; ANDRADE, H. B. Efeito do regulador de crescimento AIB na propagação de clones de *Eucalyptus* spp. por miniestaquia. Revista *Árvore*, v. 24, n. 2, p. 187-192, 2000.

XU, Q.; ZHOU, B.; MA, C.; XU, X.; XU, J.; JIANG, Y.; LIU, C.; LI, G.; HERBERT, S. J.; HAO, L. Salicylic acid-altering *Arabidopsis* mutants response to NO₂ exposure. *Bulletin of Environmental Contamination and Toxicology*, New York, v. 84, p. 106-111, 2009.

CAPÍTULO 14

AVALIAÇÃO DO EFEITO DO ÁCIDO GIBERÉLICO E DIFERENTES SUBSTRATOS NA GERMINAÇÃO DE DUAS ESPÉCIES DE MIRTÁCEAS.

Rafaella Gouveia Mendes⁶¹, Amanda Fialho⁶²

INTRODUÇÃO

O cerrado, assim como outros biomas brasileiros, vem sofrendo com o avanço da agropecuária para a qual tem perdido espaço. Reverter ou ao menos amenizar esse processo torna-se, cada vez mais, alvo de estudos. Com isso é indispensável entender a fisiologia das espécies vegetais nativas, promover a germinação das sementes e acompanhar o desenvolvimento das plântulas, identificando padrões ideais para essa reprodução que auxiliará em necessárias ações de reflorestamento. De forma geral, a ampla utilização das espécies tropicais nativas em práticas conservacionistas ou de recuperação de áreas degradadas não tem acontecido em virtude da ausência de conhecimento consolidado sobre a biologia e a ecologia, bem como sobre as técnicas de propagação e

⁶¹ Mestranda no programa de ensino de Ciência e matemática pela UFU Campus Santa Mônica, Universidade Federal de Uberlândia.

⁶² Doutora em Entomologia Agrícola, Universidade Federal de Lavras – UFLA, e Docente do curso de Agronomia da Universidade do Estado de Minas Gerais-UEMG- Unidade Ituiutaba.

manejo dessas espécies (CARPI et al., 1996; RANIERI et al., 2003).

A Myrtaceae constitui uma das mais importantes famílias de Angiospermas (LANDRUM & KAWASAKI, 1997), sendo considerada uma das famílias mais bem representadas no Brasil, compreendendo diversos tipos de vegetação como: Floresta Ombrófila ou Mata Atlântica de encostas (SOARES-SILVA, 2000; MYERES et al., 2000); Floresta Amazônica (SILVA et al., 2005); Restinga (LOURENÇO & BARBOSA, 2012) e Cerrado (SILVA FILHO, 2006).

As espécies da família Myrtaceae, são de grande importância, sendo utilizadas na alimentação, na ornamentação, como plantas medicinais, além da grande importância ecológica (LORENZI et al., 2006; LORENZI & SOUZA, 2001; LORENZI & MATOS, 2002; PIZZO 2003; GRESSLER et al., 2006). Entre as espécies de mirtáceas que se encaixam em tais características, temos a gabiroba (*Campomanesia spp.* Mart.), e o araçá-vermelho (*Psidium cattleianum*).

Campomanesia spp. Mart., conhecida popularmente como gabiroba, é uma mirtácea frutífera lenhosa, arbusto hermafrodita com 60 a 80 cm de altura por 60 a 80 cm de diâmetro de copa que normalmente ocorre em moitas. Possui folhas verde-claras, flores pequenas de coloração creme-esbranquiçada. Sua floração se dá de agosto a novembro com pico em setembro e sua frutificação de setembro a novembro. Seus frutos são arredondados de coloração verde-amarelada, polpa amarelada, suculenta, envolvendo as poucas sementes (Silva et al., 2001).

A propagação da gabiroba tem sido feita, em escala experimental, por meio de sementes, preferencialmente logo após a extração (Almeida et al.,

1998), já que estudos recentes demonstram que as sementes de gabirola parecem não tolerar a dessecação, perdendo viabilidade rapidamente, devido a sua característica recalcitrante (Lara *et al.*, 2009), o que dificulta o processo de germinação.

Os frutos de *Psidium cattleianum*, conhecidos popularmente como araçá-vermelho, uma mirtácea frutífera, nativa do Brasil, contêm grande quantidade de vitamina C (ANDERSEN e ANDERSEN, 1998).

A propagação do araçazeiro tem sido realizada predominantemente por sementes, já que a propagação vegetativa apresenta baixo percentual de enraizamento das estacas, aproximadamente 33% (MANICA, 2000). Porém, além da dificuldade de enraizamento, existe a dificuldade de germinação, conforme Cisneiros *et al.* (2003), pois, as sementes de araçazeiro apresentam tegumento duro e impermeável, o que dificulta a germinação, tornando-a lenta e desuniforme.

No que se refere à germinação de sementes, Metivier (1986) ressalta o papel das giberelinas na germinação, estando envolvidas tanto na quebra da dormência como no controle da hidrólise de reservas, da qual depende o embrião em crescimento. Além da quebra de dormência, as giberelinas aceleram a germinação em sementes não dormentes e aumentam a hidrólise de reservas, tornando o embrião maduro e disponível para a germinação.

Segundo Abreu *et al.* (2005), mesmo que os embriões estejam completamente maduros, o substrato é um fator importante tanto para a velocidade quanto para porcentagem de germinação. Substratos adequados são fundamentais como suprimento dos nutrientes necessários ao crescimento e desenvolvimento das plantas, além de contribuir com condições ideais para o processo germinativo.

A partir do teste de germinação, é possível avaliar a eficiência do substrato, e concomitantemente a influência do ácido giberélico (GA_3), em diferentes concentrações, para otimização do processo de germinação da gabioba e proporcionar a expressão máxima do vigor. Nesse intuito, esta se constitui numa etapa essencial para definir um método adequado para avaliação da qualidade das sementes.

Com esse foco, o presente estudo objetivou avaliar o comportamento germinativo, por meio das porcentagens de germinação e do índice de velocidade de germinação das sementes de *Campomanesia spp* Mart., e *Psidium cattleianum*, submetidas à diferentes concentrações de GA_3 , em diferentes substratos (areia, terra do cerrado e areia com terra vegetal) em condições ambientais de campo.

MATERIAL E MÉTODOS

As sementes de gabioba (*Campomanesia spp* Mart.) foram coletadas em arbustos matrizes nas proximidades do ribeirão São Lourenço, município de Ituiutaba-MG, em dezembro de 2015. As sementes foram extraídas manualmente dos frutos, lavadas e colocadas em papel toalha para secagem ao ar livre, à sombra, durante o período de um dia. Já as sementes de araçá-vermelho (*Psidium cattleianum*), foram adquiridas via site do IBflorestas em julho de 2016. Ambas as espécies passaram por processo de assepsia, em imersão com hipoclorito de sódio a 2%, por 10 minutos. Em seguida foram lavadas em água destilada, e embebidas em seus respectivos tratamentos. A embebição teve duração de 12 horas. Após a embebição, as sementes foram lavadas em água destilada e colocadas em

sementeiras, contendo os substratos, umedecidas diariamente durante toda condução do experimento.

Para avaliar o comportamento germinativo das sementes de gabirola e de araçá-vermelho, foram realizados quatro tratamentos com as seguintes concentrações de ácido giberélico (GA₃): tratamento 1; testemunha 0 mg GA₃, tratamento 2; 500 mg GA₃, tratamento 3; 1000 mg GA₃; tratamento 4; 2000 mg GA₃. Para cada tratamento foram utilizados três substratos diferentes; areia e terra vegetal, areia, e terra do cerrado, sendo que cada substrato contou com 5 repetições de 50 sementes. Foram utilizadas bandejas sementeiras de isopor para 150 sementes cada.

Os experimentos de germinação das sementes foram conduzidos de acordo com Brasil (1992), e realizados em casa de vegetação, com condições ambientais naturais do bioma cerrado, na cidade de Ituiutaba-MG. O número de sementes germinadas foi avaliado diariamente, adotando-se como critério de emergência a exposição de qualquer parte da plântula na superfície do substrato. Foram avaliados os parâmetros; porcentagem de germinação e índice de velocidade de germinação (IVG). O IVG foi avaliado por 20 dias após a germinação das sementes, já a porcentagem de germinação foi avaliada por 30 dias após o início das mesmas.

Para cada tratamento, foi calculado o IVG sugerido por Biruel *et al.* (2007), o qual evidencia o número de sementes germinadas por dia sendo o $IVG = G1/N1 + G2/N2 + \dots + Gn/Nn$, em que G1, G2... Gn é igual ao número de sementes germinadas, e N1, N2... Nn corresponde ao número de dias. Os dados obtidos por delineamento inteiramente casualizado, foram submetidos ao cálculo das medidas de dispersão e

análise de variância (Anova), sendo comparados por meio do Teste de Tukey a 5% de probabilidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As sementes de *Campomanesia spp* Mart., submetidas ao tratamento 4 (2000 mg GA₃), iniciaram a emergência treze dias após serem semeadas nos substratos, porém os demais tratamentos não apresentaram qualquer germinação, demonstrando, a eficiência da giberelina (2000 mg) na germinação das sementes de gabioba.

O teste do IVG demonstrou de forma geral, boa velocidade de germinação, o melhor IVG obtido foi do substrato terra do cerrado, o qual diferiu significativamente dos demais. Igualmente o substrato que proporcionou maior porcentagem de germinação das sementes de gabioba foi o constituído por terra do cerrado, o qual diferiu significativamente dos demais ao Teste de Tukey ($p < 0,05$).

Tabela 1. Valores médios de germinação (%) e do índice de velocidade de germinação (IVG) de sementes de *Campomanesia spp.* Mart., submetidas ao tratamento 4, em diferentes substratos.

TRATAMENTO 4 (2000 mg GA ₃)		
SUBSTRATO	GERMINAÇÃO (%)	IVG
Areia	56,0 (±1,7) b	12,57 (± 1,1) b
Terra do Cerrado	100 (± 0) a	17,54 (± 0,2) a
Areia + Terra Vegetal	80,0 (± 1,2) a	15,23 (± 0,8) a
C.V (%)	17,16	13,87

Médias de cinco repetições. Valores seguidos pela mesma letra na coluna não diferem entre si pelo Teste Tukey ($p < 0,05$). Valores entre parênteses correspondem ao desvio padrão. CV = coeficiente de variação.

Dentre os substratos analisados, foi verificado que a germinação é mais rápida quando as sementes de *Campomanesia spp.* Mart. são colocadas no substrato terra do cerrado. Para a areia e areia com terra vegetal, os índices de velocidade de germinação (IVG) não diferiram significativamente, sendo que o substrato terra do cerrado apresentou maior velocidade de germinação (Tabela 1). No teste de porcentagem de germinação, os resultados foram semelhantes ao IVG, pois, o melhor resultado obtido foi do substrato terra do cerrado, em que 100% das sementes de *Campomanesia spp.* Mart., germinaram.

O substrato terra do cerrado apresentou o melhor desempenho na germinação de sementes de *Campomanesia spp.* Mart, tanto no teste de porcentagem de germinação quanto no IVG, o que pode ser explicado pela distribuição dos diâmetros de poros que influencia para uma maior quantidade de água retida (HILLEL, 1980; SILVA *et al.* 2005). Deve-se considerar também que o substrato terra do cerrado representa o solo do ambiente natural em que a gabioba se desenvolve naturalmente, segundo Ramos *et al.* (2002), um bom substrato é aquele que objetiva proporcionar condições adequadas à germinação e/ou ao surgimento ou ainda ao desenvolvimento do sistema radicular da muda em formação.

Embora não tenha sido verificada diferença significativa entre os substratos areia e areia com terra vegetal, pode-se observar que a areia apresentou o pior desempenho na germinação das sementes, de acordo com Figliolia *et al.* (1993), a areia é um substrato que possui alta capacidade de drenagem, fazendo com que a água passe rapidamente para as camadas subsuperficiais, o que deixa a parte superior desse substrato ressecada. O processo de retenção de água das sementes pode ter sido

reduzido, o que possivelmente influenciou na redução da germinação. Para o substrato areia com terra vegetal, obteve-se um bom desempenho, já que a terra vegetal complementa as deficiências físicas da areia, reduzindo a porosidade e aumentando a capacidade de retenção de água, além de aumentar a disponibilidade de nutrientes e matéria orgânica.

As sementes de *Psidium cattleyanum*, submetidas ao T2 (500 mg GA₃), iniciaram a emergência em 46 dias após serem semeadas nos substratos, enquanto as sementes submetidas ao T3 (1000 mg GA₃), iniciaram a emergência 52 dias após serem semeadas nos substratos. Porém, nos demais tratamentos não houve qualquer germinação, indicando a eficiência do GA₃ nos tratamentos 2 e 3, para a germinação das sementes de araçá-vermelho.

O teste de IVG demonstrou boa velocidade de germinação nos tratamentos T2 e T3, sendo que o melhor IVG obtido foi no substrato Areia+Terra Vegetal para ambos tratamentos, que diferiram significativamente dos demais. Igualmente o substrato que proporcionou maior porcentagem de germinação das sementes de araçá-vermelho nos tratamentos 2 e 3, foi Areia+Terra Vegetal, que diferiram significativamente dos demais ao Teste de Tukey ($p < 0,05$).

Tabela 1. Valores médios de germinação (%) e do índice de velocidade de germinação (IVG) de sementes de *Psidium cattleyanum*, submetidas aos tratamentos 2 e 3, em diferentes substratos.

Substrato	TRATAMENTO 2 (500 mg GA ₃)		TRATAMENTO 3 (500 mg GA ₃)	
	Germinação (%)	Ivg	Germinação (%)	Ivg
Areia	52 (±0,59)a	7,41 (±0,54)a	36 (±0,40)a	4,208 (±0,32)
Terra do Cerrado	38 (±0,86)a	3,91 (±0,37)a	28 (±0,37)a	3,890 (±0,60)
Areia+Terra Vegetal	86 (±0,58)b	10,5 (±0,63)b	68 (±0,38)b	8,435 (±0,92)
Papel	64 (±1,20)a	8,17 (±0,67)a	42 (±0,20)a	4,657 (±0,51)
C.V (%)	13,052	9,68	8,855	9,077

Médias de cinco repetições. Valores seguidos pela mesma letra na coluna não diferem entre si pelo Teste Tukey (p < 0,05). Valores entre parênteses correspondem ao desvio padrão. CV = coeficiente de variação.

O IVG apresentou melhores resultados nas sementes submetidas ao T2 em areia com terra vegetal, o qual diferiu significativamente dos demais. No teste de percentual de germinação, as sementes submetidas ao T2 apresentaram os melhores resultados, chegando a 86% no substrato areia com terra vegetal e 64% no papel germitest e, novamente diferindo dos demais tratamentos.

Dentre os substratos analisados, o melhor desempenho foi verificado em areia com terra vegetal, tanto no teste de porcentagem de germinação quanto no IVG, o que leva a considerá-lo como melhor substrato para propagação de sementes de araquá-vermelho. Oliveira *et al.* (1989), corroboram com esta observação quando afirmam que temperaturas elevadas associadas a substratos com alta retenção de umidade podem mostrar

bons resultados em sementes recalcitrantes, como é o caso, já que à terra vegetal tem boa retenção de água e a areia e proporciona altas temperaturas no substrato.

De maneira geral o uso do GA₃ para estímulo da germinação nas sementes de *Psidium cattleianum*, foi eficiente na concentração de 500 mg de GA₃, proporcionando significativo aumento na taxa de germinação, já que outros autores trabalhando com sementes provenientes de frutos maduros da espécie *Psidium cattleianum* registraram 70% de germinação (ZAMITH e SCARANO, 2004) e com sementes oriundas de frutos avermelhados, 75% de germinação em 90 dias (SANTOS *et al.*, 2004).

Berjak e Pammenter (2008), apud Costa (2009), relataram que sementes de espécies tropicais recalcitrantes são caracterizadas pela baixa longevidade, ficando viáveis por dias ou meses após a dispersão. Tal característica recalcitrante faz com que haja necessidade de condições favoráveis no ambiente. Essas condições são proporcionadas pelo substrato, disponibilidade hídrica, e tratamentos químicos. Dessa forma, o substrato que melhor favorece a retenção de umidade e condições físicas – como aeração para as sementes, e possibilita maior desempenho da porcentagem e velocidade de germinação será o mais indicado para a germinação da espécie. Desse modo, os substratos mais adequados a germinação das sementes de gabioba e araçá-vermelho, são respectivamente terra do cerrado e areia com terra vegetal.

Metivier (1986) ressalta que além da quebra de dormência, as giberelinas aceleram a germinação em sementes não dormentes e aumentam a hidrólise de reservas, tornando o embrião maduro e disponível para a germinação, o que pode ser observado na eficiência dos tratamentos T4 e T2 para aumento da germinação

das sementes de gabioba e araçá vermelho, respectivamente.

CONCLUSÃO

Para as sementes de gabioba, o tratamento que apresentou melhor resultado foi o tratamento 4, com 2000 mg de ácido giberélico (GA₃). O substrato terra do cerrado apresentou maior IVG e maior porcentagem de germinação. Portanto, a interação entre o substrato terra do cerrado e a concentração de 2000 mg de GA₃, foram as características adequadas para germinação de sementes de *Campomanesia spp* Mart.

Para as sementes de araçá vermelho o tratamento 2, com 500 mg de GA₃, combinado com o substrato areia+terra vegetal, formam a interação adequada para germinação de sementes de sementes de *Psidium cattleyanum*.

REFERÊNCIAS

ABREU D.; NOGUEIRA A. C.; MEDEIROS A. C. S. Efeito do substrato e da temperatura na germinação de sementes de cataia (*Drimys brasiliensis* Miers. Winteraceae). **Revista Brasileira de Sementes**, 2005.

ALMEIDA, S.P.; PROENÇA, C.E.B.; SANO, S.M.; RIBEIRO, J.F. **Cerrado**: espécies vegetais úteis. Planaltina. EMBRAPA-CPAC. 464p. 1998.

ANDERSEN, O.; ANDERSEN, V. U. **As frutas silvestres brasileiras**. Rio de Janeiro: Globo, p.20- 21, 1988.

BIRUEL R. P; AGUIAR I. B; PAULA R. C. Germinação de sementes de pau-ferro submetidas a diferentes condições de armazenamento, escarificação química, temperatura e luz. **Revista Brasileira de Sementes**, 2007.

BRASIL. Ministério da Agricultura, pecuária e Abastecimento. **Regras para Análise de Sementes**. Brasília: Mapa/ACS, 2009. 399p.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Regras para Análise de Sementes**. Brasília: SNAD/DNPV/CLAV, 1992.365p.

CARPI, S. M. F.; BARBEDO, C. J.; MARCOS FILHO, J. Condicionamento osmótico de sementes de *Cedrela fissilis* Vell. **Revista Brasileira de Sementes**, 1996.

CISNEIROS, R. et al. Qualidade fisiológica de sementes de araçazeiro durante o armazenamento. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, Campina Grande, v.7, n.3, p.513-518, 2003.

COSTA, C. J. Armazenamento e conservação de sementes de espécies do Cerrado. Por Caroline Jácome Costa. **Embrapa Cerrados**, 2009. Planaltina, DF. (Documentos / Embrapa Cerrados, ISSN 1517-5111, ISSN online 2176-5081; 265).

FIGLIOLIA M. B.; OLIVEIRA E. C.; Piña-Rodrigues F. C. M. Análise de sementes. In: Aguiar IB, Piña-Rodrigues F. C. M, Figliolia M. B., coordenadores. Sementes florestais tropicais. Brasília: **ABRATES**; 1993.

GRESSLER, E. Polinização e dispersão de sementes em Myrtaceae do Brasil. **Revista Brasileira de Botânica**, São Paulo, v.29, n.4, p.509-530, out/dez. 2006.

HILLEL, D. **Fundamentals of soil physics**. New York: Academic, 1980.

LANDRUM, L. R.; KAWASAKI, M. L. **The genera of Myrtaceae in Brazil**. An illustrate synoptic treatment and identification keys. *Brittonia*, New York, v.49, n.4, p. 508- 536, dez. 1997.

LARA, T.S.; DOUSSEAU, S.; ALVARENGA, A.A.; RIBEIRO, D.E.; AVELINO, E.V. **Dessecação de sementes de *Campomanesia pubescens* (DC.) O.Berg**. Congresso Brasileiro de Fisiologia Vegetal. Fortaleza, 2009.

LORENÇO, A. R. L.; BARBOSA, M. R. V. **Myrtaceae em restingas no limite norte de distribuição de Mata Atlântica**, Brasil. *Rodriguésia*, Rio de Janeiro, v.63, n.02, p.373- 393, set. 2012.

LORENZI, H.; BACHER, L.; LACERDA, M.; SARTORI, S. **Frutas Brasileiras e Exóticas Cultivadas**. Instituto Plantarum: Nova Odessa, 2006.

LORENZI, H.; MATOS, F. J. A. **Plantas Medicinais no Brasil**. Instituto Plantarum: Nova Odessa, 2002.

LORENZI, H.; SOUZA, H. M. **Plantas Ornamentais no Brasil**. 3º ed. Instituto Plantarum: Nova Odessa, 2001.

MANICA, I. **Frutas nativas, silvestres e exóticas:** técnicas de produção e mercado: abiu, amora-preta, araçá, bacuri, biriba, carambola, cereja-do-rio-grande, jabuticaba. Porto Alegre: Cinco continentes, 2000. 327 p.

METIVIER, J. R. **Citocininas e giberelinas.** In: FERRI, M. G. Fisiologia vegetal. 2ed. São Paulo: EDUSP, 1986. v.2.

MYERS, N. MITTERMEIER, R. A.; MITTERMEIER, C. G. FONSECA G. A. B.; KENT, J. **Biodiversity hotspots for conservation priorities.** Nature, Reino Unido, v.403, p.853- 858, set/dez. 2000.

OLIVEIRA, E.C.; PIÑA-RODRIGUES, F.C.M.; FIGLIOLIA, M.B. Propostas para a padronização de metodologias em análise de sementes florestais. **Revista Brasileira de Sementes**, Brasília, v.11, n.1/2/3, p.1-42, 1989.

PIZZO, M. A. Padrão de deposição de sementes e sobrevivência de sementes e plântulas de duas espécies de Myrtaceae na Mata Atlântica. **Revista Brasileira de Botânica**, São Paulo, v. 26, p.3, p.371-377. Jul/set. 2003.

RAMOS, J. D.; CHALFUN, N. N. J.; PASQUAL, M.; RUFINI, J. C. M. Produção de mudas de plantas frutíferas por semente. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 23, n. 216, 2002.

RANIERI, B. D.; LANA, T. C.; NEGREIROS, D.; ARAÚJO, L. M.; FERNANDES, G. W. Germinação de sementes de *Lavoisiera cordata* Cogn. e *Lavoisiera*

francavillana Cogn. (Melastomataceae), espécies simpátricas da Serra do Cipó. Brasil. **Acta Botanica Brasílica**, 2003.

SANTOS, C.M.R.; FERREIRA, A.G.; AQUILA, M.E.A. Característica de frutos e germinação de sementes de seis espécies de Myrtaceae nativas do Rio Grande do Sul. **Ciência Florestal**, Santa Maria, v.14, n.2, p.13-20. 2004.

SILVA, A.P.P.; MELO, B.; FERNANDES, N. **Fruteiras do cerrado**, 2001.

SILVA, J. M. C.; RYLANDS, A. B.; FONSECA, G. A. B. O. **Destino das áreas de endemismo da Amazônia. Megadiversidade**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.124-131, jul. 2005.

SILVA-FILHO, J. F. **Florística e fitossociologia da área de Proteção ambiental do Inhamum do município de Caxias e comparação com outras áreas do estado do Maranhão**, Brasil. Monografia de Graduação. Universidade Estadual do Maranhão. Caxias-MA. 2006.

SOARES-SILVA, L. H. **A família Myrtaceae – subtribos: Myrciinae e Eugeniinae na bacia hidrográfica do Rio Tibagi, estado do Paraná, Brasil**. 2000. 462f. Tese. (Doutorado em Biologia Vegetal) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2000.

SOUZA E. B.; PACHECO M. V.; MATOS V. P.; LUIZ R.; FERREIRA C. Germinação de Sementes de *Adenantha Pavonina* L. em função de diferentes

temperaturas e substratos. **Revista Árvore**, 2007; 31(3):437-443.

ZAMITH, L.R.; SCARANO, F.R. Produção de mudas de espécies das Restingas do município do Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **Acta Botânica Brasilica**, São Paulo, v.18, n.1, p.161-176, 2004.

CAPÍTULO 15

EFEITO DO STIMULATE® NA QUALIDADE DE FISIOLÓGICA DE SEMENTES DE CEREAIS

Rafaella Gouveia Mendes⁶³, Bruno de Moraes Nunes⁶⁴,
Patrine Bárbara Felix Araujo⁶⁵, Amanda Fialho⁶⁶

INTRODUÇÃO

A produção de cereais é o principal segmento no setor agrícola, do Brasil e o do mundo. A importância econômica dos cereais é caracterizada pelas suas diversas formas de sua utilização, que vão desde a alimentação animal até a indústria de alta tecnologia. Entre os diversos cereais de importância econômica, cultivados no Brasil, temos o arroz, o trigo, sorgo, girassol e milho.

O arroz (*Oryza sativa*) é um dos cereais mais cultivados no mundo e está presente principalmente nos países em desenvolvimento, sendo considerado um dos alimentos com melhor balanceamento nutricional, pois fornece 20% da energia diária necessária ao homem. No Brasil, são produzidos anualmente aproximadamente

⁶³ Acadêmica do curso de agronomia, UEMG- Unidade Ituiutaba.

⁶⁴ Acadêmico do curso de agronomia, UEMG- Unidade Ituiutaba.

⁶⁵ Acadêmica do curso de agronomia, UEMG- Unidade Ituiutaba.

⁶⁶ Doutora em Entomologia Agrícola, Universidade Federal de Lavras – UFLA, e Docente do curso de Agronomia da Universidade do Estado de Minas Gerais-UEMG- Unidade Ituiutaba.

11,4 milhões de toneladas de arroz, que abrangem uma área de 2,4 milhões de hectares (IBGE, 2012).

Assim como o arroz, o trigo (*Triticum aestivum* L.) é uma planta de grande importância para alimentação humana, sendo usado como matéria-prima principal na produção de pães, massas e biscoitos. Segundo a FAO (2015) o Brasil compõe o grupo dos vinte maiores produtores de trigo do mundo, sendo que, no ano de 2015 a área cultivada com trigo alcançou 2,5 milhões de hectares, com uma produtividade de 2.492 kg/ha, sendo que, somente no Rio Grande do Sul, foram cultivados 914 mil hectares do cereal (CONAB, 2015).

O sorgo (*Sorghum bicolor* (L) Moench.) é um cereal anual pertencente à família das *Poaceae*, amplamente cultivado no Brasil e no mundo. Considerando a produção e área plantada, o sorgo é o quinto cereal de maior importância mundial. Os EUA, México e Nigéria são os maiores produtores e o Brasil ocupa a oitava colocação no ranking. Durante a safra 15/16 foram plantados mais de 734 mil hectares, produzindo quase dois milhões de toneladas deste cereal em todo o território brasileiro (CONAB, 2015). Por sua versatilidade de produção, estima-se que o sorgo tem sido utilizado como alimento básico de mais de 500 milhões de pessoas que vivem em países em desenvolvimento, principalmente da África e da Ásia (MUTISYA et al., 2009).

O girassol (*Helianthus annuus* L.) é uma cultura anual, produtora de grão e forragem, que se destaca por seus múltiplos usos como o óleo de girassol, biocombustível, ração, silagem, adubação verde, planta de cobertura, ornamental e medicinal. No Brasil, o cultivo do girassol ainda é reduzido, mas possui boas perspectivas de expansão, devido a várias finalidades da

cultura no mercado. O girassol pode ainda ser uma opção de cultivo de segunda safra (“safrinha”), onde, além de retorno econômico, no sistema de rotação de culturas proporciona maior eficiência no uso da terra e beneficia as culturas subsequentes (BISCARO et al., 2008; VILALBA, 2008).

O milho (*Zeamays*) é uma das principais culturas cultivadas no mundo, sendo de grande importância socioeconômica, devido à ampla utilização dos grãos na alimentação humana, animal, produção de bicom bustível, e outros múltiplos produtos industrializados de diversos setores (GLAT, 2010). O Brasil é um dos maiores produtores de milho no mundo, além disso, está entre os três países de maior exportação do cereal. É estimado que a produção de milho no Brasil em 2017 atingiu cerca 81 milhões de toneladas, batendo o recorde de exportação de 29,25 milhões de toneladas (CONAB, 2017).

O fator primordial para a alta produtividade de tais culturas são as características de qualidade do material propagativo utilizado para implantação da lavoura. A semente pode determinar o sucesso ou fracasso da produção agrícola, pois, nela está toda a potencialidade produtiva da planta. A qualidade da semente refere-se ao somatório dos atributos genéticos, físicos, fisiológicos e sanitários, sendo assim, a boa qualidade da semente pode ser observada no cultivo resultante, pela uniformidade da população de plantas, ausência de moléstias transmitidas pela semente, elevado vigor e maior produtividade (CARVALHO e NAKAGAWA, 2000).

Entre os produtos que podem levar a incrementos na qualidade fisiológica da semente estão os biorreguladores. Os biorreguladores são substâncias sintéticas que quando aplicadas exogenamente, realizam

as funções dos hormônios vegetais conhecidos, como as auxinas, giberelinas, citocininas, retardadores e inibidores (CASTRO & VIEIRA, 2001). De acordo com Elliot al. (2016), a utilização de biorreguladores vegetais na agricultura tem mostrado grande potencial no aumento de produtividade das culturas.

O Stimulate® é um biorregulador, constituído por ácido indolbutírico, citocininas e ácido giberélico (STOLLER DO BRASIL, 1998). O ácido indolbutírico atua principalmente no enraizamento da planta, além de auxiliar na promoção de raízes adventícias (HARTMANN et al., 2011). As citocininas são promotoras da divisão celular, germinação de sementes, ciclo celular, dentre outros eventos (SAKAKIBARA, 2006). Já o ácido giberélico possui efeito marcante no processo de germinação de sementes, atuando no desdobramento das substâncias de reserva da semente, além de estimular o alongamento e a divisão celular (VIEIRA e MONTEIRO, 2002).

Diante do potencial dos biorreguladores, em especial do Stimulate®, de proporcionar aumento da produtividade das culturas, objetiva-se no presente estudo avaliar o efeito do Stimulate® na qualidade fisiológica das sementes de sorgo, arroz, trigo, milho e girassol.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo foi conduzido no laboratório de sementes (LASE) da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), unidade Ituiutaba-MG, buscando avaliar o efeito no Stimulate® na qualidade fisiológica de sementes de sorgo, arroz, trigo, milho e girassol. A qualidade fisiológica das sementes foi avaliada através do teste padrão de germinação (TPG), índice de

velocidade de germinação (IVG), teste de padrão de emergência (TPE) e índice de velocidade de emergência (IVE).

As sementes foram adquiridas comercialmente, passaram por seleção de pureza e foram submetidas ao processo de assepsia, em imersão em hipoclorito de sódio a 2%, por 10 minutos. Em seguida as sementes foram lavadas em água destilada, e destinadas aos seus respectivos tratamentos (Tabela 1).

Tabela 1. Tratamentos, espécies e as respectivas concentrações de Stimulate®.

TRATAMENTO	ESPÉCIE	CONCENTRAÇÕES STIMULATE ®
T1	Sorgo	1.250 mL ha ⁻¹
T2	Sorgo	0mL ha ⁻¹
T3	Arroz	500 mL ha ⁻¹
T4	Arroz	0mL ha ⁻¹
T5	Trigo	500 mL ha ⁻¹
T6	Trigo	0mL ha ⁻¹
T7	Girassol	250 mL ha ⁻¹
T8	Girassol	0mL ha ⁻¹
T9	Milho	1000 mL ha ⁻¹
T10	Milho	0mL ha ⁻¹

A aplicação do Stimulate® foi realizada diretamente sobre o substrato (areia e papel germitest) como indicado para aplicação no sulco de plantio. Já a testemunha (dose 0mL) recebeu somente água destilada como calda.

Para o teste de porcentagem de germinação (TPG) e índice de velocidade de germinação (IVG), as sementes foram semeadas em papel germitest, umedecidos com a solução de Stimulate® na proporção de 2,5 vezes a massa do papel seco, por fim as sementes foram destinadas à câmara de germinação com temperatura controlada a 25 °C (BRASIL, 2009). Para o teste padrão de emergência (TPE) e índice de velocidade

de emergência (IVE), as sementes foram semeadas juntamente com as respectivas concentrações de Stimulate® em vasilhames plásticos contendo areia, que foram umedecidos diariamente, sendo mantidos sob temperatura, luminosidade e umidade ambiente.

Foi avaliada diariamente a quantidade de sementes germinadas e emergidas, tendo por critério de germinação a emissão da raiz primária, e como critério de emergência a exposição de qualquer parte da plântula sobre o substrato. O IVG e IVE foram avaliados por 20 dias após o início da germinação e emergência das sementes, já a porcentagem de germinação e de emergência foram avaliadas por 30 dias após o início das mesmas. Para cada tratamento, foi calculado o IVG sugerido por Biruelet *al.* (2007), o qual evidencia o número de sementes germinadas por dia sendo o $IVG = G1/N1 + G2/N2 + \dots + Gn/Nn$, em que G1, G2... Gn é igual ao número de sementes germinadas, e N1, N2...Nn corresponde ao número de dias.

Utilizou-se o delineamento inteiramente casualizado (DIC), com 10 tratamentos, com 5 repetições de 50 sementes cada, para cada teste. Os dados obtidos foram submetidos ao cálculo das medidas de dispersão e análise de variância (ANOVA), sendo comparados por meio do Teste de Tukey a 5% de probabilidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados de germinação (G) e índice de velocidade de germinação (IVG), das sementes de trigo, tratadas com Stimulate®, estão descritos na Tabela 1.

Tabela 1. Valores médios de G (%) e IVG, das sementes de trigo tratadas com Stimulate®.

Doses de Stimulate®.	G(%)	IVG
0mL ha-1	94,8 ($\pm 0,511$) a	7,63 a
500 mL ha-1	98,8 ($\pm 0,511$) a	8,39 a

Médias de cinco repetições. Valores seguidos pela mesma letra minúscula na coluna não diferem entre si pelo Teste Tukey ($p < 0,05$).

O tratamento não afetou a germinação e a velocidade de germinação das sementes de trigo. Os resultados de germinação corroboram com Cato (2006), o qual utilizando diferentes doses de Stimulate®, não verificou diferença significativa para número de plântulas normais no teste de germinação em sementes de trigo.

Podemos observar na Tabela 2, os dados de emergência (E) e índice de velocidade de emergência (IVE), das sementes de trigo, tratadas com Stimulate®.

Tabela 2. Valores médios de E (%) e IVE (%), d das sementes de trigo tratadas com Stimulate®.

Doses de Stimulate®.	E (%)	IVE
0mL ha-1	86,0 ($\pm 0,709$) b	5,63 a
500 mL ha-1	95,6 ($\pm 0,584$) a	6,82 a

Médias de cinco repetições. Valores seguidos pela mesma letra minúscula na coluna não diferem entre si pelo Teste Tukey ($p < 0,05$).

No teste de emergência, as sementes tratadas com Stimulate®, apresentaram um incremento de 9,6% em relação às sementes que não foram tratadas. Não houve diferenças significativas em relação ao IVE.

Efeitos positivos da aplicação do Stimulate® na cultura do trigo foram observados por Lazzariet al., (2014), em que o tratamento de sementes de trigo,

estimula a massa seca total das plantas, em estágio inicial do desenvolvimento do trigo. Cato (2006), observou resultados significativos no desenvolvimento vertical radicular inicial, além de acréscimos na altura de planta e no acúmulo de matéria seca da parte aérea de plantas de trigo.

Os dados de germinação (G) e índice de velocidade de germinação (IVG), das sementes de arroz, tratadas com Stimulate®, estão descritos na Tabela 3.

Tabela 3. Valores médios de G (%) e IVG, das sementes de arroz tratadas com Stimulate®.

Doses de Stimulate®.	G(%)	IVG
0mL ha ⁻¹	73,2 (±0,511) b	8,26 a
500 mL ha ⁻¹	88,4 (±0,584) a	9,17 a

Médias de cinco repetições. Valores seguidos pela mesma letra minúscula na coluna não diferem entre si pelo Teste Tukey (p<0,05).

As sementes tratadas com Stimulate® se diferiram significativamente, apresentando um incremento de 15,2% na germinação, em relação às sementes não tratadas. Para o IVG não houve diferenças significativas entre as sementes tratadas e não tratadas.

Podemos observar na tabela 4, os dados de emergência (E) e índice de velocidade de emergência (IVE), das sementes de arroz, tratadas com Stimulate®.

Tabela 4. Valores médios de E (%) e IVE (%), d das sementes de arroz tratadas com Stimulate®.

Doses de Stimulate®.	E (%)	IVE
0mL ha ⁻¹	72,2 ($\pm 0,929$) b	6,94 a
500 mL ha ⁻¹	86,8 ($\pm 0,511$) a	7,31 a

Médias de cinco repetições. Valores seguidos pela mesma letra minúscula na coluna não diferem entre si pelo Teste Tukey ($p < 0,05$).

Na emergência em areia, houve um incremento de 14,4% das sementes tratadas, em relação às sementes não tratadas, sendo que estas se diferiram significativamente. Na areia, o IVE também não apresentou diferenças significativas entre as sementes tratadas e não tratadas com Stimulate®. De modo geral o Stimulate®, proporcionou incrementos na germinação e emergência das sementes de arroz.

Na cultura do arroz, resultados positivos também foram registrados. Elliot al. (2015), observou que o uso do Stimulate® proporcionou o aumento da germinação das sementes com potencial fisiológico reduzido e acréscimo no vigor das sementes de várias cultivares de arroz. Vieira (2001), estudando a ação do Stimulate® em sementes de arroz obteve comprimento total do sistema radicular superior em 37,7 % nas plantas tratadas com o produto.

Os dados de germinação (PG) e índice de velocidade de germinação (IVG), das sementes de sorgo, tratadas com Stimulate®, estão descritos na Tabela 5.

Tabela 5. Valores médios de G (%) e IVG, das sementes de sorgo DKB 590 tratadas com Stimulate®.

Doses de Stimulate®.	G(%)	IVG
0mL ha ⁻¹	95,6 (±0,665) a	11.54 a
1.250 mL ha ⁻¹	96,0 (±0,709) a	13.89 a

Médias de cinco repetições. Valores seguidos pela mesma letra minúscula na coluna não diferem entre si pelo Teste Tukey (p<0,05).

Em relação ao percentual de germinação e índice de velocidade de germinação foi possível concluir que não houve diferença significativa pelo Teste de Tukey a 5% de probabilidade. O incremento na germinação das sementes tratadas com Stimulate® foi de apenas 0,4%. No IVG de houve um aumento de 2,35 na velocidade de germinação, contudo, esse aumento não é relevante ao produtor.

Podemos observar na tabela 6, os dados de porcentagem de emergência (PE) e índice de velocidade de emergência (IVE), das sementes de sorgo, tratadas com Stimulate®.

Tabela 6. Valores médios de E (%) e IVE, das sementes de sorgo DKB 590 tratadas com Stimulate®.

Doses de Stimulate®.	E (%)	IVE
0mL ha ⁻¹	94,4 (±0,665) a	10,63 a
1.250 mL ha ⁻¹	99,2 (±0,874) a	13,26 a

Médias de cinco repetições. Valores seguidos pela mesma letra minúscula na coluna não diferem entre si pelo Teste Tukey (p<0,05).

Quando comparamos a emergência das sementes não tratadas, com as sementes tratadas, houve um incremento de 4,8% na germinação das sementes tratadas com Stimulate®. Em relação ao índice de velocidade de emergência, o incremento foi de 2,63, para

as sementes tratadas com o produto. Contudo, tais incrementos não foram estatisticamente significativos ao Teste de Tukey a 5% de probabilidade.

Castro et al., (2006), observou que o Stimulate® na cultura do sorgo proporcionou aumentos significativos na massa de matéria seca de parte aérea, de panículas e de grãos e no comprimento de panículas. Com base em tais resultados, é possível inferir que o Stimulate®, proporcionaria resultados significativos nos parâmetros de desenvolvimento da planta.

As sementes de girassol tratadas com Stimulate® apresentaram comportamento antagônico ao esperado, pois, não houve qualquer germinação das sementes submetidas ao TPG e IVG. Apenas 4,8% das sementes emergiram, sendo 2% referente à testemunha e 2,8% referente às sementes tratadas com 250 mL ha⁻¹ de Stimulate®. De fato, não foi possível mensurar o efeito do Stimulate® na qualidade fisiológica das sementes de girassol, pois, nem mesmo a testemunha apresentou resultados significativos. É possível que tais resultados, sejam devidos ao lote de sementes usadas, que não possuía vigor suficiente para realização do experimento. SANTOS et al., (2013) observou que a pré-embebição das sementes de girassol em Stimulate® incrementou a germinação, promovendo a formação de plântulas mais vigorosas e reduzindo a porcentagem de plântulas anormais, além de promover maior porcentagem de emergência de plântulas.

Resultados semelhantes foram observados para sementes de milho. As quais apresentaram germinação anormal, onde a testemunha apresentou 2% de germinação e as sementes tratadas com 1000 mL ha⁻¹ de Stimulate®, apresentaram 5,8% de germinação. Em relação à emergência, as sementes referentes à testemunha não emergiram, já as tratadas com o produto

apresentaram 2% de emergência. De fato houve aumento significativo na germinação das sementes tratadas com Stimulate®, porém, tais resultados não podem ser considerados hediondos, pois, a qualidade fisiológica do lote de sementes usado, não seque o padrão mínimo para comercialização no Brasil, onde as sementes devem possuir no mínimo 80% de germinação. SANTOS et al., (2013) observou que no milho, o uso de bioestimulantes resultou em efeitos positivos para a maioria das características fisiológicas da planta, fazendo com que se saliente que os resultados obtidos ocorreram devido ao lote de sementes usado.

De modo geral resultados positivos também são observados em diversas culturas. Em algodão, onde houve aumento na porcentagem de emergência e vigor de plântulas (VIEIRA; SANTOS, 2005; ALBRECHT et al., 2009). KLAHOLD et al., (2006) observou que o uso de bioestimulantes na soja, influenciaram a germinação e a biomassa de matéria seca de sementes. Para o tomateiro houve incrementos significativos sobre o acúmulo de matéria seca nas raízes e nas massas de matéria fresca e seca dos frutos (CASTRO et al., 2006). Alleoniet al. (2000), utilizando Stimulate®, aplicado na semente e também via foliar, favoreceu o número de internódios, número de vagens por planta e peso de mil sementes na cultura do feijoeiro. Castro et al., (2006) observou que o Stimulate®, aplicado via tratamento de sementes, em trigo, proporcionou aumentos significativos na altura e massa de matéria seca de parte aérea, número de perfilhos e de espigas por planta. Ainda, observou que o produto nas sementes de amendoineiro proporcionou aumentos significativos na porcentagem de plântulas normais, no comprimento do hipocótilo e da raiz primária de plântulas, no crescimento radicular vertical e total, na velocidade de crescimento

radicular vertical, na massa de matéria seca e número de vagens e grãos por planta.

CONCLUSÕES

- O Stimulate® levou a incrementos positivos na qualidade fisiológica de sementes de arroz e trigo.
- Para o sorgo não houve incrementos significativos.
- Por fim a qualidade das sementes de girassol e milho não permitiram avaliar o efeito do produto sobre elas.

REFERÊNCIAS

ALBRECHT, et al. **Aplicação de biorregulador na produtividade do algodoeiro e qualidade de fibra.** Scientia Agraria, v. 10, p. 191-198, 2009.

ALLEONI, B.; BOSQUEIRO, M.; ROSSI, M. Efeitos dos reguladores vegetais de Stimulate no desenvolvimento e produtividade do feijoeiro (*Phaseolus vulgaris*). Ciências Exatas e da Terra, Ciências Agrárias e Engenharias, v.6, n.3, p.23-35, 2000.

BIRUEL R. P; AGUIAR I. B; PAULA R. C. Germinação de sementes de pau-ferro submetidas a diferentes condições de armazenamento, escarificação química, temperatura e luz. Revista Brasileira de Sementes, 2007.

BISCARO, G. A. et al. **Adubação nitrogenada em cobertura no girassol irrigado nas condições de Cassilândia - MS.** Ciência e Agrotecnologia, Lavras, v. 32, n. 5, p. 1366-1373, 2008.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Regras para análise de sementes.** Secretaria de Defesa Agropecuária. Brasília, DF: Mapa/ACS, 2009. 398p.

CARVALHO, N.M.; NAKAGAWA, J (2000) **Sementes: ciência, tecnologia e produção.** 4^a ed. Jaboticabal, FUNEP. 424p.

CASTRO, P. R. C. E.; CAMARA, G.M.S.; RODRIGUES, J. D.; VICTORIA FILHO, Ricardo; CARDOSO, C.J.M. Ação de bioestimulante nas culturas do amendoimzeiro, sorgo e trigo e interações hormonais entre auxinas, citocininas e giberelinas. 2006. Tese (Doutorado em Ppg Em Fitotecnia) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

CASTRO, P.R.C.; VIEIRA, E.L. **Aplicações de reguladores vegetais na agricultura tropical.** Guaíba: Livraria e Editora Agropecuária, 2001. 132p.

CATO, S.C. Ação de bioestimulante nas culturas do amendoimzeiro, sorgo, trigo e interação hormonais entre auxinas, citocininas e giberelinas. 2006, 74 f. Tese (Doutor em Agronomia: fitotecnia)- Universidade de São Paulo. Piracicaba, 2006.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Milho, safra de 2017/2018. Acompanhamento da safra brasileira de grãos: Décimo segundo levantamento, Setembro de 2018.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Sorgo, safra de 2014/2015. Acompanhamento da safra brasileira de grãos: Nono levantamento, Junho de 2015.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Trigo, safra de 2014/2015. Acompanhamento da safra brasileira de grãos: Nono levantamento, de 2015.

ELLI, E. F.; MONTEIRO, G. C.; KULCZYNSKI, S.M.; CARON, B. O.; SOUZA, V. Q. Potencial fisiológico de sementes de arroz tratadas com biorregulador vegetal. **Revista Ciencia Agronomica**, v. 47, p. 366-373, 2015.

GLAT, D. Presente e futuro da cultura de milho no mundo. Informativo Pioneer, Santa Cruz do Sul, RS, ano XV, n.31, p.9, 2010.

HARTMANN, H. T. et al. Plant propagation: principles and practices. 8 Ed. New Jersey: Prentice Hall, p. 915, 2011.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. 2012.

KLAHOLD, C. A. et al. Resposta da soja (*Glycine max* (L.) Merrill) à ação de bioestimulante. **Acta Scientiarum Agronomy**, v. 28, n. 2, p. 179-185, 2006.

LAZZARI, L.; LAMEGO, F. P.; GEORGIN, J.; CAMPONOGARA, A. S.. Desenvolvimento inicial de trigo (*triticum aestivum*) com uso de fitohormônios, zinco e inoculante no tratamento de sementes. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*, v. 18, p. 1318-1325, 2014.

MUTISYA, J.; SUN, C.; ROSENQUIST, S.; BAGUMA, Y.; JANSSON, C. Diurnal oscillation of bicolor SBE expression in sorghum endosperm. *Plant Physiology*, Stuttgart, v. 166, p. 428- 434, 2009.

SAKAKIBARA H, Takei K, Hirose N. 2006. Interactions between nitrogen and cytokinin in the regulation of metabolism and development. *Trends in Plant Science* 11, 440–448.

SANTOS, C. A. C.; PEIXOTO, C. P.; VIEIRA, E. L.; CARVALHO, E. V.; PEIXOTO, V. A. B. Stimulate® na germinação de sementes, emergência e vigor de plântulas de girassol. *Bioscience Journal* (UFU. Impresso), v. 29, p. 605-616, 2013.

SANTOS, C. M.; VIEIRA, E. L. Efeito de bioestimulante na germinação de sementes, vigor de plântulas e crescimento inicial do algodoeiro. *Magistra, Cruz das Almas*, v. 17, n. 3, p. 124-130, 2005.

SANTOS, M. S. et al. Uso de bioestimulantes no crescimento de plantas de *Zea mays* L. **Revista Brasileira de Milho e Sorgo**, v. 12, n. 3, p. 307-318, 2013.

STOLLER DO BRASIL. **Stimulate® Mo em hortaliças**: Cosmópolis: Divisão Arbore, 1998. 1v. (Informativo técnico).

VIEIRA, E. L. Ação de bioestimulante na germinação de sementes, vigor de plântulas, crescimento radicular e produtividade de soja (*Glycine max* (L.) Merrill), feijoeiro (*Phaseolus vulgaris* L.) e arroz (*Oryza sativa* L.). 2001. 122p. Tese Doutorado – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”; Universidade de São Paulo, Piracicaba.

VIEIRA, E. L. Stimulate 10 X na germinação de sementes, vigor de plântulas e crescimento inicial de plantas de algodoeiro. In: **V Congresso Brasileiro de Algodão, Salvador**. Anais... Embrapa Algodão. 2005. p.163-163.

VILALBA, E. O. H. **Recomendação de nitrogênio, fósforo e potássio para girassol sob sistema de plantio direto no Paraguai**. 2008. 100 f. Dissertação (Mestrado em

CAPÍTULO 16

EFEITO DO STIMULATE® NA QUALIDADE DE FISIOLÓGICA DE SEMENTES ORIUNDAS DE PRODUÇÃO ORGÂNICA

Rafaella Gouveia Mendes⁶⁷, Danylla Paula de Menezes⁶⁸, Amanda Fialho⁶⁹

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas observa-se o aumento da demanda da sociedade em relação ao consumo de alimentos produzidos de forma sustentável, preocupando-se com o ambientalmente correto e o socialmente justo. Dentro dos sistemas produtivos de base ecológica, a agricultura orgânica preconiza a proposta de produção alimentos com alta qualidade e produtividade, e possibilita um menor impacto ambiental (GLIESSMAN, 2001). Ainda assim, esses sistemas devem ser economicamente produtivos, eficientes na utilização de recursos naturais e respeito ao trabalho do produtor rural, priorizando produzir mais com menos (PENTEADO 2000).

O crescimento desse setor econômico, na ordem de 50% no Brasil, responde a uma modificação de comportamento da sociedade consumidora (YAMAMOTO, 2007). Contudo, a mudança de comportamento faz com que alimentos rotineiros, como

⁶⁷ Acadêmica do curso de agronomia, UEMG- Unidade Ituiutaba.

⁶⁸ Acadêmica do curso de agronomia, UEMG- Unidade Ituiutaba.

⁶⁹ Doutora em Entomologia Agrícola, Universidade Federal de Lavras – UFLA, e Docente do curso de Agronomia da Universidade do Estado de Minas Gerais-UEMG- Unidade Ituiutaba.

arroz e trigo, passem a exigidos sob uma perspectiva de produção sustentável.

O arroz (*Oryza sativa*) é um dos cereais mais cultivados no mundo e está presente principalmente nos países em desenvolvimento, sendo considerado um dos alimentos com melhor balanceamento nutricional, pois fornece 20% da energia e 15% da proteína necessárias ao homem. No Brasil, são produzidos aproximadamente 11,4 milhões de toneladas de arroz, abrangendo uma área de 2,4 milhões de hectares (IBGE, 2012). O Trigo (*Triticum aestivum* L.) é um importante alimento em diversos países, e em 2017 a projeção de produção mundial foi na ordem de 737,8 milhões de toneladas, segundo dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, sendo considerado um recorde. Entretanto, a produção de trigo em cultivo agroecológico ainda é insipiente no Brasil e no mundo, em contrapartida, nas últimas décadas observa-se o aumento da demanda da sociedade em relação ao consumo de alimentos produzidos dentro dessa filosofia, refletindo a preocupação com o ambientalmente correto e o socialmente justo.

Um fator limitante para o desenvolvimento das produções orgânicas está no estabelecimento da lavoura, sendo que a semente pode determinar o sucesso ou fracasso da produção agrícola, pois nela está toda a potencialidade produtiva da planta. A qualidade da semente refere-se ao somatório dos atributos genéticos, físicos, fisiológicos e sanitários, sendo assim, uma semente de boa qualidade resulta na uniformidade da população de plantas, ausência de moléstias transmitidas pela semente, elevado vigor e maior produtividade (CARVALHO e NAKAGAWA, 2000).

Entre os produtos que podem levar a incrementos na qualidade fisiológica da semente estão os

biorreguladores. De acordo com Elli et al. (2016), a utilização de biorreguladores vegetais na agricultura tem mostrado grande potencial no aumento da produtividade das culturas. Os biorreguladores podem ser definidos como a mistura de dois ou mais reguladores vegetais com ou sem outros compostos de natureza diferentes (CASTRO et al., 2008). Os reguladores vegetais são compostos de origem orgânica, sintética ou natural, capaz de inibir, incrementar ou modificar processos morfológicos e fisiológicos do vegetal (CASTRO; VIEIRA, 2001).

O Stimulate® é um regulador de crescimento vegetal Stimulate®, constituído por ácido indolbutírico, citocininas e ácido giberélico (STOLLER DO BRASIL, 1998; RODRIGUES, 2008). Botelho (2001) ressalta que o biorregulador atua sobre o metabolismo vegetal e pode ser utilizado nas fases iniciais, estimulando emergência e o desenvolvimento das plantas, além disso, essas substâncias estão envolvidas nos processos fisiológicos da germinação, que controlam o metabolismo e as respostas das sementes ao ambiente.

A produção de cereais orgânicos no Brasil ainda é insipiente. Isso ocorre, principalmente devido à queda na produtividade quando comparado aos cereais de cultivo convencional, entretanto existe a necessidade de promover a melhoria tecnológica desse tipo de cultivo. Desse modo, o objetivo do presente experimento foi avaliar o efeito do Stimulate®, na germinação de sementes de arroz e trigo oriundas de produção orgânica.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo foi conduzido no laboratório de sementes (LASE) da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), unidade Ituiutaba-MG, buscando

avaliar o efeito no Stimulate® na qualidade fisiológica das sementes de arroz e trigo, oriundas de produção orgânica. As sementes de arroz e trigo foram adquiridas de produção orgânica, passaram por seleção de pureza e foram submetidas ao processo de assepsia, em imersão em hipoclorito de sódio a 2%, por 10 minutos. Em seguida as sementes foram lavadas em água destilada, e destinadas aos seus respectivos tratamentos.

As sementes do primeiro lote foram tratadas com o produto Stimulate® na dose de 500 mL ha⁻¹. A aplicação foi realizada diretamente sobre o substrato (areia e papel germitest) como indicado para aplicação no sulco de plantio. Já a testemunha (dose 0 mL) recebeu somente água destilada como calda.

Para o teste de porcentagem de germinação (TPG) e índice de velocidade de germinação (IVG), as sementes foram semeadas em papel germitest, umedecidos com água destilada em quantidade equivalente a 2,5 vezes a massa do papel seco, e por fim destinadas à câmara de germinação com temperatura controlada a 25 °C (BRASIL, 2009). Para o teste padrão de emergência (TPE) e índice de velocidade de emergência (IVE), as sementes foram semeadas em vasilhames plásticos contendo areia, os quais foram umedecidos diariamente, sendo mantidos sob temperatura, luminosidade e umidade ambiente.

Avaliou-se diariamente a quantidade de sementes germinadas e emergidas, tendo por critério de germinação a emissão da raiz primária, e como critério de emergência a exposição de qualquer parte da plântula sobre o substrato.

A qualidade fisiológica das sementes foi avaliada através do teste padrão de germinação (TPG), índice de velocidade de germinação (IVG), teste de padrão de emergência (TPE) e índice de velocidade de emergência

(IVE). O IVG e IVE foram avaliados por 15 dias após a o início da germinação e emergência das sementes, já a porcentagem de germinação e de emergência foram avaliadas por 15 dias após o início das mesmas. Para cada tratamento, foi calculado o IVG sugerido por Biruel *et al.* (2007), o qual evidencia o número de sementes germinadas por dia sendo o $IVG = G1/N1 + G2/N2 + \dots + G_n/N_n$, em que G1, G2... Gn é igual ao número de sementes germinadas, e N1, N2... Nn corresponde ao número de dias.

Utilizou-se o delineamento inteiramente casualizado (DIC), onde para cada espécie foi realizado 2 tratamentos (Testemunha e Dose de 500 mL ha⁻¹ de Stimulate®), 5 repetições de 50 sementes cada, para cada teste. Os dados obtidos foram submetidos ao cálculo das medidas de dispersão e análise de variância (ANOVA), sendo comparados por meio do Teste de Tukey a 5% de probabilidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados do índice de porcentagem de germinação (PG) e índice de velocidade de germinação (IVG), das sementes orgânicas de arroz, tratadas com Stimulate®, estão descritos na tabela 1.

Tabela 1. Valores médios de PG (%) e IVG (%), das sementes orgânicas de arroz, tratadas com Stimulate®.

DOSES STIMULATE®.	DE	G(%)	IVG (%)
0 mL ha-1		91,6 (±0,584) a	37.44 a
500 mL ha-1		96,0 (±1,002) a	39.71 a

Médias de cinco repetições. Valores seguidos pela mesma letra minúscula na coluna

não diferem entre si pelo Teste Tukey ($p < 0,05$).

As sementes tratadas com Stimulate® apresentaram um incremento não significativo de 4,4% na germinação, em relação às sementes não tratadas. Não houve incrementos no IVG das sementes tratadas.

No teste de emergência as sementes tratadas com Stimulate®, apresentaram um incremento de 8,4%, se diferenciando estatisticamente das sementes não tratadas. Não houve diferenças significativas em relação IVE. Podemos observar na tabela 2, os dados de porcentagem de emergência (PE) e índice de velocidade de emergência (IVE), das sementes orgânicas de arroz, tratadas com Stimulate®.

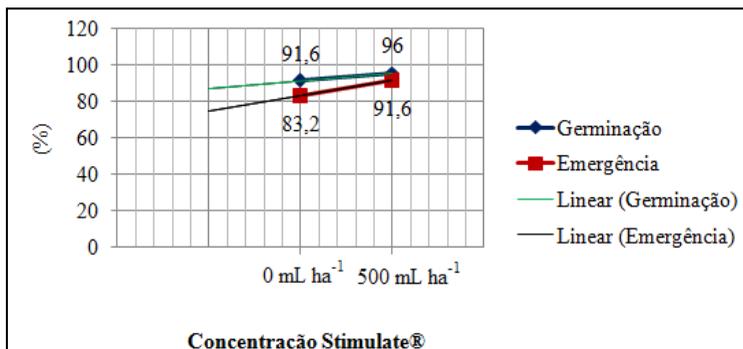
Tabela 2. Valores médios de PE (%) e IVE (%), das sementes orgânicas de arroz, tratadas com Stimulate®.

Doses de Stimulate®.	E (%)	IVE (%)
0 mL ha ⁻¹	83,2 ($\pm 0,894$) b	36.46 a
500 mL ha ⁻¹	91,6 ($\pm 0,584$) a	38.29 a

Médias de cinco repetições. Valores seguidos pela mesma letra minúscula na coluna não diferem entre si pelo Teste Tukey ($p < 0,05$).

É possível observar no gráfico 1, a relação linear obtida a aplicação de Stimulate® nas sementes, e as porcentagens de germinação e emergência, observando que a aplicação na concentração de 500 mL ha⁻¹, elevou a incrementos nos percentuais.

Gráfico 1. Regressão linear em relação aos valores médios de germinação (%) e emergência (%) de sementes orgânicas de arroz, de acordo com as concentrações de Stimulate®.



Na cultura do arroz, resultados positivos também foram registrados. Elli et al. (2015), observou que o uso do Stimulate® proporcionou o aumento da germinação das sementes com potencial fisiológico reduzido e acréscimo no vigor das sementes de varias as cultivares de arroz. Vieira (2001), estudando a ação do Stimulate® em sementes de arroz obteve comprimento total dos sistemas radiculares superior em 37,7 %.

Os dados do índice de porcentagem de germinação (PG) e índice de velocidade de germinação (IVG), das sementes orgânicas de trigo, tratadas com Stimulate®, estão descritos na tabela 3.

Tabela 3. Valores médios de PG (%) e IVG (%), das sementes orgânicas de trigo, tratadas com Stimulate®.

Doses de Stimulate®.	G(%)	IVG (%)
0 mL ha-1	68 (±0,951) b	44.71 a
500 mL ha-1	78 (±0,549) a	46.49 a

Médias de cinco repetições. Valores seguidos pela mesma letra minúscula na coluna não diferem entre si pelo Teste Tukey (p<0,05).

As sementes tratadas com Stimulate® apresentaram um incremento de 10% na germinação, em relação às sementes não tratadas. Não houve incrementos no IVG das sementes tratadas.

No teste de emergência, as sementes tratadas com Stimulate®, apresentaram um incremento de 10,4% em relação às sementes que não foram tratadas. Não houve diferenças significativas em relação IVE. Podemos observar na tabela 4, os dados de porcentagem de emergência (PE) e índice de velocidade de emergência (IVE), das sementes orgânicas de trigo, tratadas com Stimulate®.

Tabela 4. Valores médios de PE (%) e IVE (%), das sementes orgânicas de trigo, tratadas com Stimulate®.

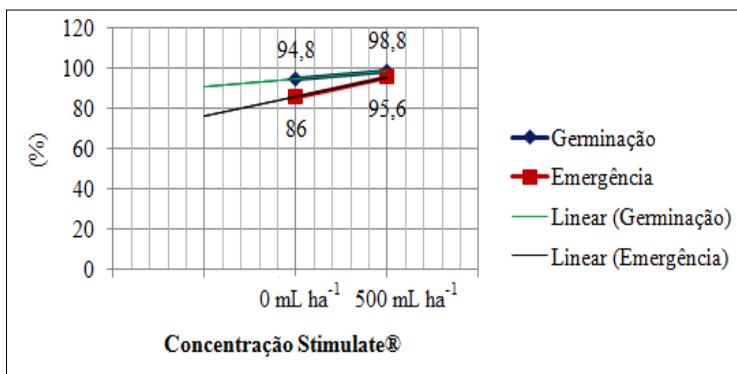
Doses de Stimulate®.	E (%)	IVE (%)
0 mL ha-1	88,0 ($\pm 0,709$) b	46.38 a
500 mL ha-1	98,4 ($\pm 0,584$) a	47.28 a

Médias de cinco repetições. Valores seguidos pela mesma letra minúscula na coluna não diferem entre si pelo Teste Tukey ($p < 0,05$).

Na germinação e emergência das sementes orgânicas de trigo o tratamento com Stimulate®, apresentou resultados significativos ao Teste de Tukey a 5%, podendo estes, serem considerados positivos. Cato (2006), utilizando diferentes doses de Stimulate®, não verificou diferença significativa para número de plântulas normais no teste de germinação em sementes de trigo de origem convencional, contudo observou resultados significativos no desenvolvimento vertical radicular inicial, além de acréscimos na altura de planta e no acúmulo de matéria seca da parte aérea de plantas de trigo. Lazzari et al., (2014), também verificou efeitos positivos da aplicação do Stimulate®, pois, estimulou a

massa seca total das plantas, no estágio inicial do desenvolvimento do trigo.

Gráfico 2. Regressão linear em relação aos valores médios de germinação (%) e emergência (%) de sementes orgânicas de arroz, de acordo com as concentrações de Stimulate®.



O Stimulate® é um produto utilizado em diversas culturas, sendo que, seus efeitos positivos já foram relatados por diversos autores (VIEIRA e SANTOS, 2005; MILLÉO et al., 2000; ALLEONI et al., 2000; LESZCZYNSKI et al. 2012). Mesmo a eficiência do Stimulate® sendo comprovada por diversos autores trabalhos com sementes orgânicas são escassos, limitando assim o limiar de comparação deste trabalho.

SANTOS et al., (2013) observou que no milho, o uso de bioestimulantes resultou em efeitos positivos para a maioria das características fisiológicas da planta. KLAHOLD et al., (2006) observou que o uso de bioestimulantes na soja, influenciaram a germinação e a biomassa de matéria seca de sementes. Resultados positivos foram também observados em algodão, onde houve aumento na porcentagem de emergência e vigor de plântulas (VIEIRA; SANTOS, 2005; ALBRECHT et al., 2009). Alleoni et al. (2000), utilizando Stimulate®,

aplicado na semente e também via foliar, favoreceu o número de internódios, número de vagens por planta e peso de mil sementes na cultura do feijoeiro.

CONCLUSÕES

Ao se avaliar o efeito do Stimulate®, sob as sementes de arroz e trigo oriundas de produção orgânica e convencional, pode-se observar incrementos no vigor. A aplicação de 500 mL ha⁻¹ de Stimulate®, levou ao aumento da germinação e emergência de sementes de trigo, contudo para as sementes de arroz, o incremento ocorreu apenas para a emergência. Ainda assim, Stimulate®, é uma opção viável para aumentar a qualidade fisiológica das mesmas.

REFERÊNCIAS

ALBRECHT, et al. **Aplicação de biorregulador na produtividade do algodoeiro e qualidade de fibra.** Scientia Agraria, v. 10, p. 191-198, 2009.

ALLEONI, B.; BOSQUEIRO, M.; ROSSI, M. Efeitos dos reguladores vegetais de Stimulate no desenvolvimento e produtividade do feijoeiro (*Phaseolus vulgaris*). Ciências Exatas e da Terra, Ciências Agrárias e Engenharias, v.6, n.3, p.23-35, 2000.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Regras para análise de sementes.** Secretaria de Defesa Agropecuária. Brasília, DF: Mapa/ACS, 2009. 398p.

CARVALHO, N.M.; NAKAGAWA, J (2000) **Sementes: ciência, tecnologia e produção**. 4ª ed. Jaboticabal, FUNEP. 424p.

CASTRO, G. S. A. et al. **Tratamento de sementes de soja com inseticidas e um bioestimulante**. Pesquisa Agropecuária Brasileira, v. 43: p.1311-1318, 2008.

CASTRO, P.R.C.; VIEIRA, E.L. **Aplicações de reguladores vegetais na agricultura tropical**. Guaíba: Livraria e Editora Agropecuária, 2001. 132p.

CATO, S.C. Ação de bioestimulante nas culturas do amendoineiro, sorgo, trigo e interação hormonais entre auxinas, citocininas e giberelinas. 2006, 74 f. Tese (Doutor em Agronomia: fitotecnia)- Universidade de São Paulo. Piracicaba, 2006.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Trigo, safra de 2014/2015. Acompanhamento da safra brasileira de grãos: Nono levantamento, de 2015.

ELLI, E. F.; MONTEIRO, G. C.; KULCZYNSKI, S.M.; CARON, B. O.; SOUZA, V. Q. Potencial fisiológico de sementes de arroz tratadas com biorregulador vegetal. **Revista Ciencia Agronomica**, v. 47, p. 366-373, 2015.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations -FAO. FAOSTAT Database Results, 2015.

GARCIA, R. A. et al. Crescimento aéreo e radicular de arroz de terras altas em função da adubação fosfatada e bioestimulante. **Bioscience Journal**, v. 25, n. 4, p. 65-72, 2009.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

GOMES, A. S.; MAGALHÃES JUNIOR, A. M. Arroz Irrigado no Sul do Brasil. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. 2012.

KLAHOLD, C. A. et al. Resposta da soja (*Glycine max* (L.) Merrill) à ação de bioestimulante. **Acta Scientiarum Agronomy**, v. 28, n. 2, p. 179-185, 2006.

LAZZARI, L.; LAMEGO, F. P.; GEORGIN, J.; CAMPONOGARA, A. S.. Desenvolvimento inicial de trigo (*triticum aestivum*) com uso de fitohormônios, zinco e inoculante no tratamento de sementes. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*, v. 18, p. 1318-1325, 2014.

LESZCZYNSKI, R. et al. Influence of bio-regulatorson the seed germination and seedling growth of onion cultivars. *Acta Scientiarum*, v. 34, n. 2, p. 187-192, 2012.

MILLÉO, M.V.R. Avaliação da eficiência agronômica do produto Stimulate aplicado no tratamento de sementes e no sulco de plantio sobre a cultura do milho (*Zea mays* L.). Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa. 2000. 18p. (Relatório técnico)

PENTEADO, S.R. Introdução à Agricultura Orgânica: Normas e técnicas de cultivo. Campinas: Via Organica, 2000.

PEREIRA, J. Alterações na qualidade tecnológica de grãos de arroz (*Oryza sativa* L.) durante o armazenamento. Viçosa, 1996. 107 p. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos) – Universidade Federal de Viçosa – UFV.

SANTOS, C. M.; VIEIRA, E. L. Efeito de bioestimulante na germinação de sementes, vigor de plântulas e crescimento inicial do algodoeiro. *Magistra*, Cruz das Almas, v. 17, n. 3, p. 124-130, 2005.

SANTOS, M. S. et al. Uso de bioestimulantes no crescimento de plantas de *Zea mays* L. **Revista Brasileira de Milho e Sorgo**, v. 12, n. 3, p. 307-318, 2013.

STOLLER DO BRASIL. **Stimulate® Mo em hortaliças**: Cosmópolis: Divisão Arbore, 1998. 1v. (Informativo técnico).

VIEIRA, E. L. Ação de bioestimulante na germinação de sementes, vigor de plântulas, crescimento radicular e produtividade de soja (*Glycine max* (L.) Merrill), feijoeiro (*Phaseolus vulgaris* L.) e arroz (*Oryza sativa* L.). 2001. 122p. Tese Doutorado – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”; Universidade de São Paulo, Piracicaba.

VIEIRA, E. L. Stimulate 10 X na germinação de sementes, vigor de plântulas e crescimento inicial de plantas de algodoeiro. In: **V Congresso Brasileiro de**

Algodão, Salvador. Anais... Embrapa Algodão. 2005.
p.163-163.

YAMAMOTO, O. H. (2007). Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 30-37

CAPITULO 17

INFLUÊNCIA DO MANEJO DE PLANTAS DANINHAS NA COMPOSIÇÃO FLORÍSTICA EM SOLOS CULTIVADOS COM ABACAXI

Renato José de Souza Silva⁷⁰; Heitor Franco Sousa⁷¹; Jackeline Regina do Nascimento⁷²; Antônio dos Santos Júnior⁷³

INTRODUÇÃO

O abacaxi (*Ananas comusus* L.) é uma planta de origem brasileira, principalmente da região norte do país (SOUSA et al., 2000). De acordo com a FAO (2009) o abacaxi é considerado o terceiro fruto mais produzido no mundo e o Brasil se destaca em segundo maior produtor. O fruto na sua forma industrializada gera polpa para bebidas, suco pasteurizado, geleia e doce, também é muito comercializado *in natura*. Ainda o abacaxi possui um mercado que busca a extração da enzima proteolítica

⁷⁰ Acadêmico do curso de agronomia, UEMG- Unidade Ituiutaba.

⁷¹ Mestre em agronomia/produção vegetal, Universidade Federal de Goiás, UFG.

⁷² Mestranda em agronomia, UNESP Botucatu.

⁷³ Doutor em fitotecnia, Universidade Federal de Viçosa, UFV. e Docente

do curso de Agronomia da Universidade do Estado de Minas Gerais- UEMG- Unidade Ituiutaba.

que condiciona uma macies na carne vermelha (ABÍLIO et al., 2009).

Na cultura do abacaxi além de doenças e pragas, as plantas daninhas também podem prejudicar o desenvolvimento da cultura durante seu ciclo. No estudo sobre o período crítico de competição de plantas daninhas no abacaxi pérola, Reinhardt & Da Cunha (1984) mostraram que o tratamento onde a aplicação de herbicida diuron mais capinas complementares obteve mesmo peso de fruto do que o tratamento com capinas mensais do 1º ao 17º mês. Os mesmos autores concluíram que o convívio do abacaxi com as plantas daninhas durante o ciclo inteiro não há produção de fruto de valor comercial, ainda destacam o período de interferência crucial entre plantio e diferenciação floral.

O uso de capinas em extensas áreas fica inviável no controle de plantas daninhas, assim o herbicida se destaca pela rapidez e custo de operação, mas há a falta de pesquisas relacionadas ao manejo de plantas daninhas. Dentre o leque de opções para aplicação de herbicidas no abacaxi, há os ingrediente ativos ametrina, atrazina, diuron, simiazine e paraquat. Pesquisa mais recente com uso de glyphosate, diuron, diuron+glyphosate e atrazine+simiazine, mostrou que a utilização de glyphosate pode prejudicar a produção final e peso do fruto sem casca (MODEL et al., 2010).

Além do abacaxizeiro possuir um amplo mercado de consumidores, a cultura necessita de um conhecimento mais amplo no manejo de plantas daninhas, desta forma objetivou-se o estudo na resposta do abacaxi em diferentes manejos de plantas daninhas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Abacaxi

O abacaxi (*Ananas comosus* L.) é originário da América do Sul, possui 50 gêneros e 2000 espécies (PY et al., 1984). O fruto é composto por até 200 frutinhos (bagas), as variedades disponíveis no mercado não ocorre a fecundação (GORTINER et al., 1967). Uma planta pode chegar a ter até 80 folhas rígidas serosas e com pelos contra a transpiração, as folhas “D” são as mais importantes devido à alta atividade fisiológica, assim sendo referência do estado nutricional da planta (CUNHA & CABRAL, 1999; MANICA, 1999).

Dentre as cultivares disponíveis no mercado destaca-se Havaí, Pérola, MD-2 e IAC-fantástica (REINHARDT & SOUSA, 2000; CRESTANI et al., 2010). A Havaí mais usado na industrialização e exportação, por apresentar cor amarelo-alaranjado e polpa amarela (REINHARDT & SOUSA, 2000). O Pérola é mais cultivado no Brasil e prejudicada devido a sua estrutura ser mais larga na base e estreito na extremidade (MANICA, 2000). O híbrido MD-2 destinado ao consumo in natura, apresenta coloração amarelo-alaranjado, polpa de cor amarela e baixo teor de acidez (CHAN et al., 2003). O híbrido IAC-fantástica pode ser utilizado in natura e industrialização, devido à pouca acidez (SPIRONELLO et al., 2010).

A cultura do abacaxi é considerado exigente na adubação, seu ciclo pode variar de 17 a 19 meses e com nitrogênio e potássio os mais exigidos (PAULA, 1998). O potássio influencia no sabor, o nitrogênio na massa do fruto e o fosforo diferenciação floral e desenvolvimento do fruto (MALÉZIEUX & BARTHOLOMEW, 2003). Algumas cultivares podem diferenciar-se nas exigências

nutricionais como “Pérola” por ter maior absorção de nitrogênio entre 10° e 12° mês, potássio e fosforo entre 12° e 14° mês. Por outro lado a “Smooth Cayene” a absorção de nitrogênio ocorre no 10° a 12° mês e potássio e fosforo entre 14° e 16° mês (PAULA et al., 1985).

Plantas daninhas na cultura do abacaxizeiro

As plantas daninhas causam interferência não só no abacaxizeiro, como em várias outras culturas. Na cultura do milho há pesquisas relatando redução na produção final de 12 a 100% (BLANCO et al., 1976; ALMEIDA, 1981; FANCELLI & DOURADO, 2000). A planta daninha *Cyperus rotundus* (tiririca) reduziu 10% do rendimento de grãos no milho com 10 plantas m⁻² (SILVA et al., 2015). Na cultura do abacaxi as plantas daninhas *Bidens pilosa* e *C. rotundus* reduziram o teor de nitrogênio fosforo e potássio aos 30 dias após plantio (DAP) das mudas e aos 90 DAP houve uma redução no comprimento da folha D (CATUNDA et al., 2006). Nota-se que a falta do controle de plantas daninhas pode danificar drasticamente a produção final no abacaxizeiro, sabendo que o convívio da cultura com as plantas daninhas desde o plantio, não há produção de fruto comercial (REINHARDT & CUNHA, 1984).

Herbicidas na cultura do abacaxizeiro

Para a eficiência no controle de plantas daninhas o uso de herbicidas se torna mais viável em grandes áreas do que capinas. Entre os herbicidas disponíveis no mercado destaca-se diuron, amicarbazone e atrazine aos mais eficientes no controle de plantas daninhas sem danos à cultura do abacaxi, por outro lado, glyphosate e

paraquat podem prejudicar o teor de clorofila, fluorescência e produtividade (REINHARDT et al., 1981; CATUNDA et al., 2005; MODEL et al., 2010). Nota-se que há pouca opção de herbicidas para o controle de plantas daninhas no abacaxi. Assim, precisando de pesquisas para aumentar o leque de opções para a cultura.

Plantio convencional e plantio direto

Dentro do manejo e preparo do solo há o plantio direto (mínimo) e convencional que são métodos que possuem seus benefícios e malefícios.

No plantio convencional a camada superficial do solo pode sofrer alterações com o objetivo de obter condições favoráveis à cultura que será implantada. Pesquisas tem mostrado que aração, gradagem e subsolagem podem favorecer o crescimento das raízes das culturas implantadas (BRAUNAK & DEXTER, 1989) e controle de fungos pelo revolvimento do solo (GADANHA JUNIOR et al., 1991). Contudo, este método pode favorecer a erosão (BENATTI JUNIOR et al., 1983) e compactação de camadas subsuperficiais (JUNIOR et al., 2015).

No plantio direto não há o revolvimento do solo, ocorre o plantio de uma forrageira que servira como uma barreira física ou também pode ocorrer a emergência de plantas daninhas na entre safra e antes do plantio faz se a dessecação e utiliza a palhada seca das plantas daninhas como uma barreira física. Este tipo de método pode facilitar o arranque de mandioca (GABRIEL FILHO et al., 2000), pode favorecer a assimilação de fosforo (ROSSI et al., 2018) e redução no uso de herbicidas (CORREIRA et a., 2007).

Material e Métodos

O presente trabalho foi realizado na Fazenda Experimental da Universidade do Estado de Minas Gerais, campus Ituiutaba, nas coordenadas Latitude S 18° 57' 03", Longitude W 49° 31' 31" e altitude 530 metros, no período de julho a novembro de 2018. O clima é Aw de acordo com Köppen e Geiger, tropical de inverno seco, com estação chuvosa bem definida no período de outubro a abril e um período seco de maio a setembro. O solo da área experimental é classificado como Latossolo Vermelho eutroférico, de textura argilosa (EMBRAPA, 1999). As características químicas do solo estão disponíveis na (Tabela 1).

Tabela 1 – Resultados da Análise química do solo usado como substrato.

Pme h	K ⁺	S- SO ₄	K ⁺	Ca ²⁺	Mg ²⁺	Al 3+	H+A l	SB	t	T
mg dm ⁻³			-----cmolc dm ⁻³ -----							
5,8	238	20	0,6 1	0,7	0,2	0,4	4,2	1,5 1	1,91	5,71
pH		V	m	MO	CO	B	Cu	Fe	Mn	Zn
H ₂ O	CaCl 2	---%---	dag kg ⁻¹			-----mg dm ⁻³ -----				
		26,0	21, 0	1,9	1,1	0,2 5	0,3	21, 0	39,0	0,7
Relação entre as bases										
Ca/Mg		Ca/K		Mg/K			Ca+Mg/K			
3,5		1,1		0,3			1,5			
Relação entre as bases e T (%)										
Ca/T	Mg/T	K/T		H+Al/T		Ca+Mg/ T	Ca+Mg+Na+K/T			
12,0	4,0	11,0		74,0		16,0	26,0			

pH em água – SB: Soma de Bases – t: CTC Efetiva – T: CTC pH 7,0 – V: Sat. Base – m: Sat. Alumínio – P,K: [HCl 0,05 mol L⁻¹ + H₂SO₄ 0,025 mol L⁻¹] – S-SO₄:

[Fosfato Monobásico Cálcio 0,01 mol L⁻¹] – Ca,Mg,Al:
[KCL 1 mol L⁻¹] – M.O.: Método colorimétrico – H+Al:
[Solução Tampão SMP a pH 7,5] – B: [BaCl₂. 2H₂O
0,125% à quente] – Cu,Fe,Mn,Zn: [DTPA em pH 7.3] –
cmolc dm⁻³ x 10 = mmolc dm⁻³; mg dm⁻³ = ppm; dag kg⁻¹.

Aos 30 dias antes do plantio (DAP), realizou-se a dessecação em área total, com aplicação de 1.080 g ha⁻¹ de glyphosate com o auxílio de um pulverizador costal de 20 L, com pressão constante de 150 kPa mantida por válvula reguladora de pressão, equipado com uma ponta TT110.02 a 0,50 m do alvo, e com volume de calda de 150 L ha⁻¹.

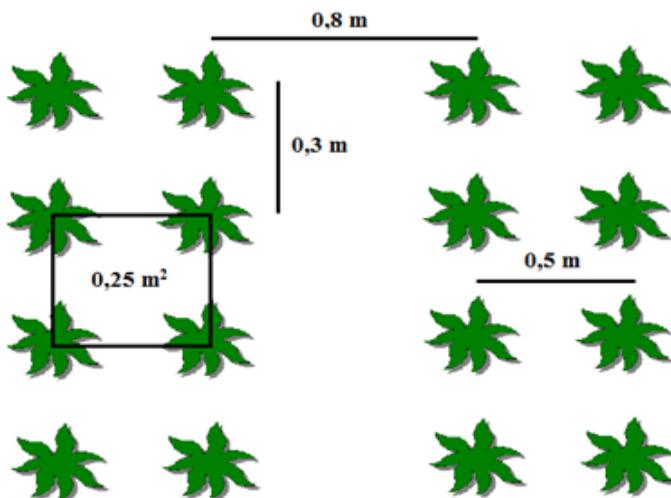
No presente trabalho foi a espécie *Ananas comosus* (L.) Merr., cultivar Pérola. Os propágulos vegetativos (filhotes) foram obtidos em lavouras comerciais no Município de Monte Alegre de Minas – MG, sendo posteriormente triadas sendo selecionadas mudas vigorosas e visualmente sadias.

O experimento foi dividido em dois ensaios que levaram em consideração o tipo de preparo do solo, sendo o Ensaio I: sistema de preparo convencional com uma aração e duas gradagens e Ensaio II: empregado o sistema de plantio direto sem revolvimento do solo.

A adubação e a correção do solo ocorreram de acordo com as recomendações da cultura do abacaxi, sendo aplicado o calcário no momento de preparo do solo, e o adubo NPK 4:14:8 de forma localizada no sulco no momento do plantio. Para o plantio utilizou-se mudas tipo filhote, no espaçamento de fileiras duplas espaçadas á 0,50 m e entre plantas 0,30 m e 0,80 m entre fileiras duplas, sendo a unidade experimental de 0,45 m² e a parcela útil de 0,25 m² (Figura 1).

O arranjo experimental utilizado em ambos os ensaios foram em delineamento em blocos casualizados com quatro tratamentos: testemunha sem aplicação e cobertura; 10 ton de palha ha^{-1} ; lona branca e 2.000 g ha^{-1} de diuron e quatro repetições, tendo como área útil parcelas com $0,25 \text{ m}^2$. A aplicação dos tratamentos ocorreu imediatamente após o plantio do abacaxi. Para a herbicida diuron utilizou-se um pulverizador costal de 20 L, com pressão constante de 150 kPa mantida por válvula reguladora de pressão, equipado com uma ponta TT110.02 a 0,50 m do alvo, e com volume de calda de 150 L ha^{-1} .

Figura 1 – Croqui da parcela experimental.



Para o levantamento fitossociológico das plantas daninhas realizou-se, com o auxílio do quadrado inventário de 0,5 m de lado, três avaliações em cada parcela aos 30, 60 e 90 dias após o plantio (DAP). As espécies presentes foram devidamente identificadas por meio de consultas a literaturas (Lana, 2001; Lorenzi & Souza, 2001; Lorenzi, 2006, 2008; Lorenzi & Matos, 2008) e apresentadas na (Tabela 2).

Tabela 2. Plantas daninhas identificadas na área experimental

Nome comum	Nome científico	Família
Apaga-fogo	<i>Alternanthera ficoidea</i>	Amaranthaceae
Trapoeiraba	<i>Commelina benghalensis</i>	Commelinales
Corde-de-viola	<i>Ipomoea procumbens</i>	Convolvulaceae
Tiririca	<i>Cyperus rotundus</i>	Cyperaceae
Ganxuma	<i>Sida glaziovii</i>	Malvaceae
Braquiarião	<i>Urochloa brizantha</i>	Poaceae
Capim-amargoso	<i>Digitaria insularis</i>	Poaceae
Capim-carrapicho	<i>Cenchrus echinatus</i>	Poaceae
Capim-massambará	<i>Sorghum halepense</i>	Poaceae
Capim-pé-de-galinha	<i>Eleusine indica</i>	Poaceae

Os dados dos três dias de levantamento foram agrupados submetidos aos parâmetros fitossociológicos de Densidade absoluta e relativa, Frequência absoluta e relativa, Abundância absoluta e relativa, bem como o Índice de Valor de Importância (IVI), apresentados em forma de gráficos e propostos por Mueller-Dombois & Elleberg,(1974), por meio das equações:

Densidade absoluta (De) e relativa (Dr):

$$De = \frac{n^{\circ} \text{ total de indivíduos por espécie}}{\text{área total amostrada}}$$

$$Dr(\%) = \frac{\text{Densidade absoluta da espécie}}{\sum \text{de densidade absoluta de todas as espécies}} \times 100$$

Frequência absoluta (Fr) e relativa (Frr):

$$Fr = \frac{n^{\circ} \text{ de parcelas que contêm a espécie}}{n^{\circ} \text{ total de parcelas utilizadas}}$$

$$Frr(\%) = \frac{\text{Frequência absoluta da espécie}}{\sum \text{de frequência absoluta de todas as espécies}} \times 100$$

Abundância absoluta (Ab) e relativa (Abr):

$$Ab = \frac{n^{\circ} \text{ total de indivíduos por espécie}}{n^{\circ} \text{ total de parcelas que contêm a espécie}}$$

$$Abr(\%) = \frac{\text{Abundância absoluta da espécie}}{\sum \text{da abundância absoluta de todas as espécies}} \times 100$$

Índice de valor de importância (IVI):

$$IVI = \text{Densidade relativa} + \text{Frequência relativa} \\ + \text{Abundância relativa}$$

Avaliações de número de folhas e altura da folha D foram avaliadas aos 90 DAP. A determinação da massa da matéria seca da parte área do abacaxi foi realizada aos 90 DAP, mediante a coleta de todo o material vegetal remanescente na parcela útil, sendo em seguida alocados em sacos de papel e levados à estufa com circulação forçada de ar, à temperatura de 65 °C, até atingir massa constante.

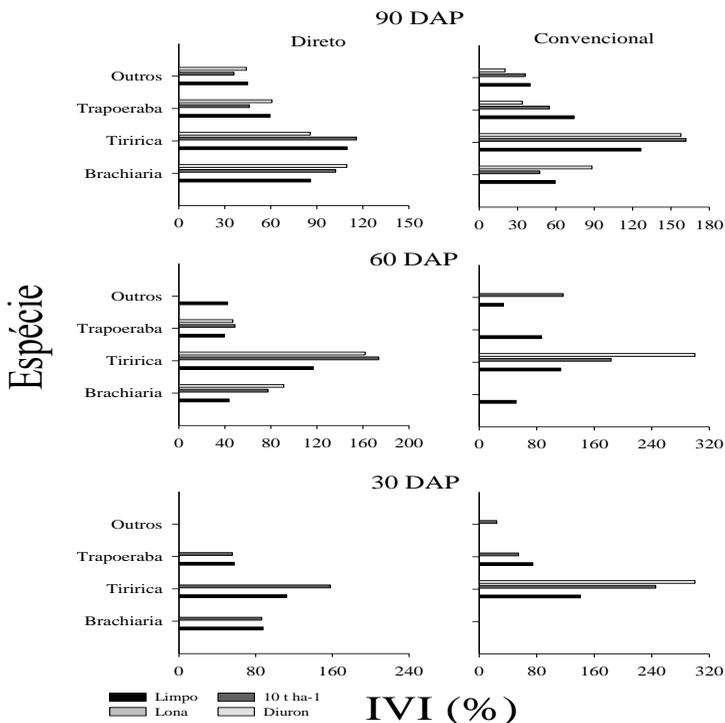
Os dados de número de folhas, altura da folha D e massa da matéria seca, foram submetidos a análise de variância (ANOVA) com ($p < 0,05$), caso significativo as médias foram submetidas ao teste de Tukey com ($p < 0,05$) e utilizou-se o software R 3.3.3 e pacote agricolae para as análises estatísticas.

4. Resultados e Discussão

Dados das avaliações do índice de valor de importância (IVI) aos 30, 60 e 90 dias após o plantio (DAP) das plantas daninhas do abacaxi no plantio convencional e direto estão ilustradas na (Figura 2). Nota-se que ao 30 DAP a tiririca no plantio direto se destacou pelos altos IVI nos tratamentos 10 t ha⁻¹ e limpo (173 e 112%), já para mesma época no plantio convencional a tiririca obteve altos IVI nos tratamentos limpo, 10 t ha⁻¹ e diuron (140, 245 e 300 %). Nota-se que no plantio direto o herbicida diuron obteve nenhum IVI, desta forma propiciou controle das plantas daninhas até 30 DAP. Ainda, no plantio convencional a brachiaria não obteve IVI para nenhum tratamento e somente a tiririca que o diuron não controlou e apresentando um IVI de 300%. O principal motivo do alto IVI apresentado pela tiririca deve-se ao controle do herbicida à demais e

somente a tiririca que não obteve eficiência assim resultando em alto IVI.

Figura 2. Índice de valor de importância (IVI) % de espécies de plantas daninhas na cultura do abacaxi em plantio direto e convencional aos 30, 60 e 90 dias após o plantio (DAP).



Estudo da comunidade infestante na cana-de-açúcar em plantio convencional e direto, mostrou o maior índice de valor de importância para tiririca, resultado semelhante ao obtido nesta pesquisa (DUARTE JUNIOR et al., 2009). O alto IVI está

relacionado à boa adaptabilidade da planta aos solos e clima da região, ainda por ser uma planta C_4 possui mais afinidade com CO_2 mesmo perdendo H_2O . Estudo da caracterização da comunidade de plantas aquáticas de dezoito reservatórios pertencentes a cinco bacias hidrográficas do estado de São Paulo, mostrou dentre as espécies de maior frequência a *Cyperus* sp. se destacou Mantins et al. (2008), assim nota-se que plantas do gênero *Cyperus* possui uma alta adaptabilidade ao clima do cerrado, podendo prejudicar o desenvolvimento de culturas devido à alta produção de tubérculos e eliminação de compostos alelopáticos que podem impedir a germinação e desenvolvimento das culturas.

Resultado aos 60 DAP mostra que o herbicida ainda controlou as demais plantas daninhas somente tiririca que manteve o alto IVI de 300% (Figura 2). No plantio convencional trapoeraba, brachiaria e outros não mostraram altos IVI, caso contrário observado ao plantio direto em que ambos mostraram valores mais significantes e que o herbicida não mostrou controle sobre as mesmas. Aos 90 DAP o herbicida não mostrou eficiência no controle das plantas daninhas, contudo comparando com o direto apresentou valores menores em todos os tratamentos para as plantas daninhas. Uma outra observação relevante é que para os períodos de avaliação o plantio direto proporcionou valores de IVI menores que o do plantio convencional para a tiririca e caso contrário apresentado por trapoeraba e brachiaria. Desta forma, o revolvimento da terra e alta incidência de luz na superfície do solo se torna uma condição favorável para a tiririca, já para a brachiaria e trapoeraba a barreira física ocasionada pelo plantio direto não interfere no desenvolvimento e germinação dessas plantas.

A Tabela 2 ilustra os resultados obtidos do comprimento da folha D, número de folhas por planta e peso da massa seca de plantas de abacaxi em plantio direto e convencional. Nota-se que tanto para no plantio direto e convencional a utilização de lona de polietileno proporcionou melhores resultados em todas as avaliações. Isto deve-se a eficiência no controle de plantas daninhas, contudo este tipo de método possui um alto custo de implantação e de acordo com Reinhardt et al. (1981) estatisticamente o custo não reflete no benefício da produção final. Nota-se que para a maioria dos valores de comprimento de folha D, número de folhas por planta e peso da massa seca do abacaxi em plantio direto foram melhores que o do convencional, ou seja, a palhada do plantio direto possivelmente retardou a germinação de plantas daninhas assim havendo um período menor de convivência com a cultura. O herbicida diuron obteve resultados iguais estatisticamente à lona para todas as variáveis no plantio convencional, caso contrário observado no plantio direto em obteve valores inferiores.

Estudo na determinação do período crítico de convivência de plantas daninhas com abacaxi pérola, mostrou que na aplicação de diuron uma altura da folha D similar à de capinas semanais no plantio convencional (REINHARDT et al., 1984). Pesquisa com uso de herbicidas no controle de planta daninhas no abacaxi perola em plantio convencional, mostrou que a aplicação de diuron + glyphosate propiciou uma produção final inferior à produção com aplicação de diuron isolado, ainda diuron isolado igualou-se a produção final com capinas (MODEL et al., 2010). Portanto os resultados obtidos por Model et al. (2010) corroboram com os desta pesquisa em plantio convencional, onde o herbicida diuron obteve resultados similares ao da lona. Por fim,

estudos ainda são necessários para obter um leque maior de opção para a aplicação de herbicidas na cultura do abacaxi.

Tabela 3. Comprimento da folha D (Comp.), número de folhas por planta (Núm. Fol.) e massa da matéria seca (M. S) de plantas de abacaxi em plantio convencional e direto.

Tratamento	Plantio convencional			Plantio direto		
	Comp. (cm)	Núm. Fol.	M. S. (g)	Comp. (cm)	Núm. Fol.	M. S. (g)
Limpo	44,0 0 b	17, 12 b	24, 21 c	48,5 0 b	21, 38 b	43, 91 b
Lona	52,6 2 a	22, 50 a	40, a 50 b	61,8 8 a	25, 38 a	55, 17 a
Palha	48,7 a 5 b	18, 62 b	33, 98 b	48,2 5 b	20, 75 b	41, b 10 c
Diuron	53,1 2 a	20, a 12 b	46, 47 a	50,6 2 b	19, 12 b	36, 73 c
F	0,02	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01
DMS	8,32	3,65	8,42	7,30	3,69	7,00
CV	12,19	13,56	16,88	10,15	12,40	11,52

Médias com letras diferentes diferem entre si pelo teste Tukey com ($p < 0,05$)

CONCLUSÃO

Pode-se concluir que a tiririca foi a espécie de maior predominância na área experimental, podendo ser um dos fatores que prejudicou o desenvolvimento do abacaxi no plantio convencional e menos no plantio direto, também a lona de polietileno mostrou ser o melhor método para o controle de plantas daninhas e desenvolvimento do abacaxi.

REFERÊNCIA

ABÍLIO, G.M.F.; HOLSCHUH, H.J.; BORA, P.S.; OLIVEIRA, E.F. Extração da atividade da bromelina e análise de alguns parâmetros químicos em cultivares de abacaxi. **Revista Brasileira de Fruticultura**, v. 31, n. 4, p. 117-121, 2009.

ALMEIDA, F.S. **Eficácia de herbicidas pós-emergente no controle de plantas daninhas na cultura do milho**. In: Instituto Agrônomo do Paraná-IAPAR. Plantio Direto no Estado do Paraná. Londrina, p. 101-144, 1981 (Circular 23).

BENATTI JÚNIOR, R., FRANÇA, G.V., MOREIRA, C.A. **Manejo convencional e reduzido em quatro tipos de solos na cultura do milho em São Paulo**. Campinas: Fundação Cargill, 1983. 68p.

BLANCO, H.G.; ARAUJO, J.B.M.; OLIVEIRA, D.A. Estudo sobre competição das plantas daninhas na cultura do milho (*Zea mays* L.) determinação do período de competição. **Arquivos do Instituto Biológico**, v. 43, p. 105-114, 1976.

BRAUNACK, M.V.; DEXTER, A.R. Soil aggregation in the seedbed: a review. I. Properties of aggregates and beds of aggregates. **Soil & Tillage Research**, v.14, p.259-279, 1989.

CATUNDA, M.G.; FREITAS, S.P.; OLIVEIRA, J.G.; SILVA, C.M.M. Efeitos de herbicidas na atividade fotossintética e no crescimento de abacaxi (*Ananas comssus*). **Planta daninha**, v. 23, n. 1, p. 115-121, 2005.
CATUNDA, M.G.; FREITAS, S.P.; SILVA, C.M.M.; CARVALHO, A.J.R.C.; SOARES, L.M.S. Interferência de plantas daninhas no acúmulo de nutrientes e no crescimento de plantas de abacaxi. **Planta daninha**, v. 24, n. 1, p. 199-204, 2006.

CORREIA, F.V.; MERCANTE, F.M.; FABRÍCIO, A.C.; DE CAMPOS, T.M.P.; JÚNIOR, E.A.V.; LANGENBACH, T. Infiltração de atrazina em Latossolo submetido aos sistemas de plantio direto e convencional. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v. 42, n. 11, p. 1617-1625, 2007.

CRESTANI, M.; BARBIERI, R.L.; HAWARROTH, F.J.; CARVALHO, F.I.F; OLIVEIRA, A.C. Das américas para o mundo-origem, domesticação e dispersão do abacaxizeiro. **Ciência Rural**, v. 40, n. 6, p. 1473-1483, 2010.

DUARTE JUNIOR, J.B.; COELHO, F.B.; FREITAS, S.P. Dinâmica de populações de plantas daninhas na cana-de-açúcar em sistema de plantio direto e convencional. **Semina: Ciências Agrárias**, v. 30, n.3, p. 595-612, 2009.

FANCELLI, L.A.; DOURADO NETO, D. **Manejo de plantas daninhas**. In: Fancelli, L.A.; Dourado Neto, D. Produção de milho. Guaíba: Agropecuária, p. 183-215, 2000.

FAO, FAOSTAT Database. Roma, 2009. Disponível em: <http://faostat.fao.org/faostat/form?collection=Production.Crops.Primary&Domain=Production&servlet=1hasbulk=0&language=EM>>. Acesso em 11/10/2018.

GABRIEL FILHO, A.; SANTOS PESSOA, A.C.D.; STROHHAECKER, L.; HELMICH, J.J. Preparo convencional e cultivo mínimo do solo na cultura de mandioca em condições de adubação verde com ervilhaca e aveia preta. **Ciência Rural**, v. 30, n. 6, p. 953-957, 2000.

GADANHA JUNIOR, C.D.; MOLIN, J.P.; COELHO, J.L.D.; YAHN, C.H.; TOMIMORI, S. **Máquinas e implementos agrícolas do Brasil**. São Paulo : Núcleo Setorial de Informações em Máquinas Agrícola, Fundação de Ciências e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul e Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, 1991. 449p

JUNIOR, A.B.; GONÇALVES, L.G.; RIBEIRO, M.A.R.; AFONSO, R.; SANTOS, R.; SOUZA, C. A importância do Plantio Direto e do Plantio Convencional e as suas relações com o manejo e conservação do solo. **Revista Conexão eletrônica**, v. 12, n. 1, p. 1-11, 2015.

LORENZI, H. Plantas daninhas do Brasil: terrestres, aquáticas, parasitas e tóxicas. 4. ed., Nova Odessa, SP: Plantarum, 2008. 640 pp.

LORENZI, H.; MATOS, F. J. A. Plantas medicinais no Brasil: Nativas e Exóticas. 2. ed., Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2008. 544pp.

LORENZI, H.; SOUZA, H. M. Plantas ornamentais no Brasil: arbustivas, herbáceas e trepadeiras. 3 ed., Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2001. 1088 pp.

LORENZI, H. Manual de identificação e controle de plantas daninhas: Plantio direto e convencional. 6 ed., Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2006. 339 pp.

MARTINS, D.; COSTA, N.V.; TERRA, M.A.; MARCHI, S.R. Caracterização da comunidade de plantas aquáticas de dezoito reservatórios pertencentes a cinco bacias hidrográficas do estado de São Paulo. **Planta Daninha**, v. 26, n. 1, p. 17-32, 2008.

MUELLER-DOMBOIS, D.; ELLENBERG, H. Aims and methods of vegetation ecology. New York: John Wiley, 1974. 547 pp.

MODEL, N.S.; FAVRETO, R.; RODRIGUES, A.E.C. Efeito de tratamento de controle de plantas daninhas sobre produtividade, sanidade de abacaxi. **Pesquisa Agropecuária Gaucha**, v. 16, n. 1, p. 51-58, 2010.

REINHARDT, D.H.; SANCHES, N.F.; CUNHA, G.A.P. Métodos de controle de ervas daninhas na cultura do abacaxizeiro. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v. 16, n. 5, p. 719-724, 1981.

REINHARDT, D.H.R.C.; CUNHA, G.A.P. Determinação do período crítico de competição de ervas daninhas em

cultura do abacaxi pérola. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v. 19, n. 4, p. 461-467, 1984.

ROSSI, N.G.; Vilar, C. C.; Ushiwata, S.Y.; Reis, R.D.G.E.; Nabeiro, J.C.X. Influência do modo de aplicação de fertilizante fosfatado na produção de soja em sistema de plantio direto e convencional no cerrado. **GLOBAL SCIENCE AND TECHNOLOGY**, v. 11, n. 2, p. 101-111, 2018.

SILVA, D.V.; FREITAS, M.A.M; SILVA, G.S.; SOUZA, M.F.; SILVA, A.A.; FERREIRA, L.R.; SEDIYAMA. T.; CECON, P.R. Crescimento e rendimento do milho sob interferência da tiririca. **Semina: Ciência Agrária**, v. 36, n. 5, p. 3077-3084, 2015.

SOUZA, L.F.S.; REINHARDT, D.H.; CABRAL, J.R.S. **Introdução**. In: REINHARDT, D.H.; SOUZA, L.F.S.; CABRAL, J.R.S. Abacaxi produção: aspectos técnicos. Brasília: Embrapa, p. 15-18, 2000.

CAPÍTULO 18

FORMIGAS CORTADEIRAS: MÉTODOS DE ESTABELECIMENTO E MANUTENÇÃO DAS COLÔNIAS EM LABORATÓRIO

Danielle de Lima Braga⁷⁴, Caroline Silva Abreu⁷⁵, Eliana Andrade⁷⁶, Amanda Fialho⁷⁷

INTRODUÇÃO

As formigas são importantes componentes do ecossistema terrestre não só por constituírem uma grande parte da biomassa animal, mas também devido sua ação como engenheiros, mudando a composição física e química do solo (Folgarait 1998) e participar de diversas interações com outros organismos, como simbiose com fungos, pulgões e plantas; atuarem como polinizadores, dispersores de propágulos, predadores e competidores, dentre outras interações (Lobry De Bruyn 1999).

Dentre as formigas, as formigas cortadeiras representam um grupo de formigas de grande importância econômica, uma vez que são responsáveis

⁷⁴ Doutora em Ecologia Aplicada pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) e Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Ituiutaba.

⁷⁵ Doutoranda em Entomologia pela Universidade Federal de Lavras (UFLA).

⁷⁶ Técnica laboratório Pragas Florestais, DEN-UFLA.

⁷⁷ Doutora em Ciências Agrárias: Entomologia pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) e Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Ituiutaba.

pela perda de 17% da produção foliar em florestas tropicais (Farji-Brener 2007, Cherrett 1989). Essas formigas, pertencentes aos gêneros *Atta* e *Acromyrmex*, cultivam fungos para alimentar as larvas, enquanto os adultos alimentam-se da seiva (Baccaro et al 2015). Apesar do prejuízo gerado em torno da desfolha, estas formigas podem beneficiar as plantas indiretamente pela realização da aeração do solo e ciclagem de nutrientes favorecendo o crescimento e performance das plantas em torno dos seus ninhos, ricos em matéria orgânica e nutrientes, além de realizar o sequestro de carbono. No entanto, crescer sobre um ninho de formigas cortadeiras pode ser um problema para as plantas, já que a proximidade propicia um maior ataque. Assim, existe um risco e um benefício para as plantas já que elas podem explorar de uma fonte rica de nutrientes, mas são facilmente encontradas pela colônia (Farji-Brener 2007). Aqui podemos colocar uma ou duas frases falando do interesse das empresas em controlar o prejuízo em torno das cortadeiras. De modo geral, as formigas cortadeiras ocorrem em equilíbrio na natureza e sua ação como inseto-praga ocorre após algum tipo de intervenção antrópica no ambiente natural. Devido a sua importância econômica e ecológica, muita pesquisa vem sendo desenvolvida em torno deste grupo.

OBS: exemplo de descrição das características dos autores.

A criação de espécies de formigas cortadeiras em laboratório contribui para o avanço de pesquisas em torno do estabelecimento e desenvolvimento da colônia, através de experimentos que testam condições ambientais ótimas, preferência alimentar, diferentes tipos de iscas, dentre outros; uma vez que o custo para as pesquisas desenvolvidas em laboratórios acabam sendo menos dispendiosas quanto a tempo e dinheiro, dado o

baixo custo para a manutenção das colônias e realização dos experimentos de laboratório, quando comparado aos experimentos desenvolvidos em campo. Além disso, as colônias criadas em laboratórios servem como um ótimo material didático-pedagógico. As colônias de formigas cortadeiras podem ser utilizadas em diversas aulas, indo desde ciclo de vida de insetos, educação ambiental, comportamento social, sendo usado para mostrar como estes insetos sociais fazem a divisão de trabalho entre as diferentes castas da colônia, como também para trabalhos de extensão, abrindo as portas ou levando este material para estudantes do ensino infantil, fundamental e médio e a população como um todo. A colônia como material pedagógico aliada a conscientização e educação ambiental sobre importância ecológica destes insetos, ajuda a desmitificar as formigas cortadeiras como ‘vilã’, colocando o homem como principal agente quanto ao desequilíbrio ecológico em torno das formigas cortadeiras

Apesar do baixo custo e da importância econômica, ecológica e social de criar colônias em laboratórios, os estágios iniciais de estabelecimento e manutenção da colônia possui alto índice de mortalidade, que levam a não fundação/sobrevivência de uma colônia. Desta forma, este capítulo tem como objetivo: i) comparar o sucesso de estabelecimento de colônias fundadas a partir da revoada e colônias fundadas a partir de jovens coletados em campo; ii) elucidar como diferentes fatores (condições e recursos) influenciam na manutenção da colônia.

DESENVOLVIMENTO

Material e métodos

Estabelecimento de colônias de *Atta* a partir da revoada

A revoada ou voo nupcial é um fenômeno que ocorre anualmente em formigueiros adultos (38 meses de idade a partir da data de sua fundação) com a liberação de indivíduos alados reprodutores, em *Atta* são comumente chamados como tanajuras e bitus. Este processo difere entre as espécies de *Acromyrmex* (MARINHO et al, 2011). A revoada ocorre geralmente no início da estação chuvosa, logo após as primeiras chuvas, este período varia bastante em função das condições climáticas de cada região. A umidade do solo é uma característica que contribui para uma rápida escavação pela tanajura, reduzindo o tempo de exposição aos inimigos naturais, aumentando assim a chance de sobrevivência. Este evento ocorre em dias quentes e úmidos, podendo ter sol ou estar nublado, geralmente no meio ou no final da tarde. Com relação ao local de coleta, as tanajuras caem com maior frequência em áreas abertas com solo exposto, próximos à matas. As matas abrigam os formigueiros que funcionam como fonte de inoculo.

As tanajuras são coletadas com pinças entomológicas assim que caem no chão, pois o acasalamento ocorre durante o voo, e são imediatamente colocadas individualmente em potes com uma camada de gesso no fundo de até dois centímetros altura (Figura 1). O gesso é importante para manter a umidade no interior do pote. O solo como substrato, já foi muito utilizado, porém em função da umidade, proporciona a

proliferação de microrganismos que comprometem a sobrevivência da rainha e do fungo simbionte, por este motivo não é mais recomendado.

Os potes com as tanajuras devem ser tampados, e o gesso umidificado sempre que necessário. A temperatura adequada é de 23 a 26°C e umidade entre 60 e 80%. A tanajura regurgita nos primeiros dias, uma pequena porção do fungo simbionte, trazido do formigueiro de origem e alojado na cavidade infrabucal, e o cultiva com os seus primeiros ovos. Assim que emergem as primeiras operárias, cerca de 60 dias após a revoada, é necessário fazer um pequeno furo no pote e fornecer folhas frescas e tenras, pois as primeiras operárias são relativamente pequenas, quando comparadas ao tamanho de operárias de formigueiros adultos.

A mortalidade da rainha é acompanhada semanalmente, e os potes descartados para evitar contaminação das demais rainhas.

Figura 1. Tanajura de *Atta sexdens* após acasalamento (à esquerda) e cultivo inicial do fungo e oviposição (à direita).



Foto: Abreu, C. S.

Estabelecimento de colônias a partir da coleta do formigueiro em campo

Formigueiros iniciais de *Atta* (sauveiros), com até 120 dias após a revoada, podem ser coletados no campo por meio da escavação. Nessa idade, o formigueiro apresenta uma câmara a entre 20 e 30 centímetros de profundidade, externamente, tem o aspecto de chaminé ou vulcão), a apenas um olheiro (Figura 2). Após esse período, a rainha é transferida para a segunda câmara, que pode estar a um metro de profundidade, o que aumenta o esforço de escavação.

A coleta de quenquenzeiros (formigueiros de *Acromyrmex*) adultos é mais fácil em comparação com a de sauveiros, pois são mais superficiais e demandam menos esforço de escavação (Figura 3). Entretanto, deve-se tomar o cuidado de coletar a rainha juntamente com a colônia, pois nas espécies de *Acromyrmex* essas rainhas são bem menores que as de *Atta*, o que dificulta a visualização (DELLA LUCIA et al., 1993).

Após a escavação, todo o fungo, prole e rainha são coletados com auxílio de pás, e transferidos para potes com um pequeno furo e levados para condições adequadas de temperatura e umidade, conforme citado anteriormente. Nesta etapa, o solo fica misturado ao fungo, que é totalmente removido pelas operárias posteriormente (Figura 4). Deve ser fornecido diariamente folhas frescas.

Figura 2 – Formigueiro inicial de *Atta sexdens* após a abertura do primeiro olheiro, com aspecto de chaminé externamente. A terceira fotografia evidencia o formigueiro internamente, após a escavação.



Foto: Abreu, C. S.

Figura 3 – Formigueiro adulto de *Acromyrmex subterraneus* pós escavação.



Foto: Sanches, J. J.

Figura 4 – Remoção de solo pelas operárias de *Atta sexdens* após coleta de colônia em campo.



Foto: Abreu, C. S.

Comparação dos métodos de estabelecimento de colônias

A fim de verificar a sobrevivência das rainhas em função da presença do gesso no pote de coleta, foram utilizados 70 potes contendo 1 cm de gesso no interior e 20 potes sem gesso, cada um com uma tanajura recém coletadas em novembro de 2015. A sobrevivência das rainhas foi acompanhada semanalmente, e os dados analisados utilizando a distribuição de Weibull (Figura 5).

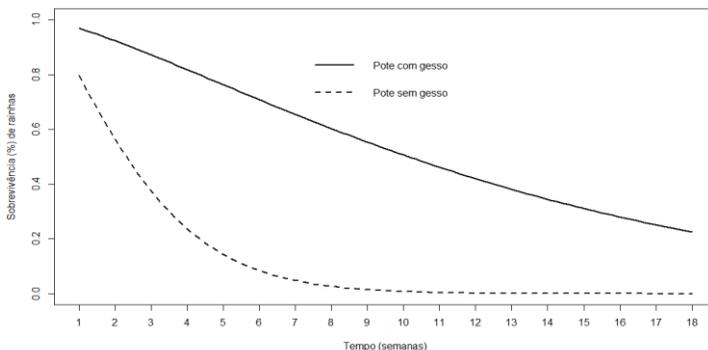
Com o objetivo de verificar se diferentes metodologias de estabelecimento de colônias interferem no sucesso da criação delas no laboratório, testaram-se duas metodologias de coleta. Na primeira, as rainhas de *A. sexdens* foram coletadas durante a revoada ocorrida em 27 de outubro de 2014 no campus da UFLA, MG, imediatamente antes de escavar seu ninho. Estas foram armazenadas em potes plásticos de 750 ml, contendo uma camada de 1 cm de gesso solidificado no fundo e condicionadas em temperatura e umidade, $\pm 24^{\circ}\text{C}$ e 70% de UR, respectivamente. As primeiras operárias

emergiram em 24 de dezembro de 2014, e a partir desta data foram fornecidas diariamente folhas de *Morus* sp., *Acalipha* sp., *Hybiscus* sp. e flocos de farinha de milho. Na segunda metodologia, fez-se a coleta dos ninhos em campo, após 3 meses de idade, em 18 de março de 2015 no município de Belo Oriente, Minas Gerais. Os formigueiros que apresentaram a abertura do primeiro olheiro foram escavados e coletou-se a esponja fúngica juntamente com a rainha e as operárias. Eles foram armazenados em potes plásticos (750 ml) e criados no laboratório nas mesmas condições da metodologia anterior. Foram coletadas 1000 rainhas durante a revoada e 160 ninhos em campo.

RESULTADOS

Sobrevivência de rainhas de *Atta sexdens* em laboratório em função do pote de coleta

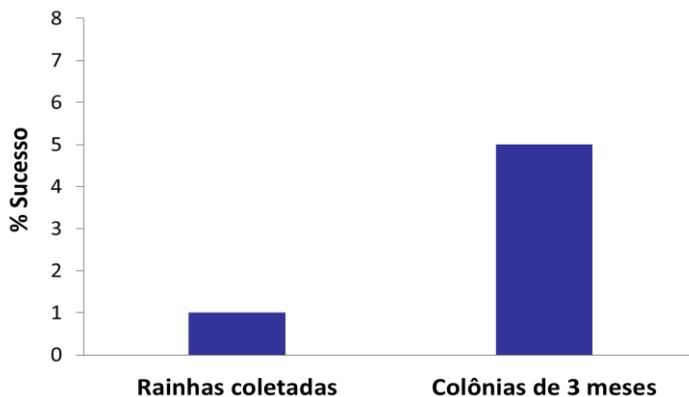
Figura 5 – Curva de sobrevivência de rainhas de *Atta sexdens* em laboratório em potes com gesso (n=70) e sem gesso (n=20) após 18 semanas de acompanhamento. (Análise de sobrevivência com distribuição de Weibull: $p < 0,001$; $GL = 90$, $X^2 = 23,5$.)



Sucesso no estabelecimento de colônias pelos métodos de coleta da tanajura e colônia inicial

Conseguimos manter apenas 1% ninhos a partir da coleta das rainhas após a revoada e 5% ninhos dos coletados em campo (Figura 6). A coleta das rainhas durante a revoada é mais fácil, rápida e barata, porém apresenta maior mortalidade que a coleta dos ninhos mais velhos em campo, devido aos fatores ambientais que promovem maior pressão de seleção para as rainhas recém-fecundadas.

Figura 6 - Percentagem de sucesso no estabelecimento de ninhos a partir da coleta de rainhas após a revoada e a partir da coleta da colônia em campo com 3 meses de idade.



REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. S.; RIBEIRO, M. M. R.; MARINHO, C. G. S.; OLIVEIRA, M. A.; DELLA LUCIA, T. M. C. Fundação e estabelecimento de formigueiros. In: DELLA LUCIA, T. M. C. (Ed.). **Formigas-cortadeiras: da biologia ao manejo**. Viçosa, MG: UFV, 2011. v. 1, p. 173-188.

BACCARO, F. B. et al. Guia para os gêneros de formigas do Brasil. Manaus, AM : Editora INPA, 2015. 388 p.

CHERRETT , J.M. 1989. Leaf-cutting ants, biogeographical and ecological studies. In: Lieth H, Werger M (eds) Ecosystem of the world 14b, tropical rain forests ecosystem. Elsevier, New York, 473 – 488.

FARJI-BRENER, A.G. 2007. How plants may benefit from their consumers: leaf-cutting ants indirectly improve anti-herbivore defenses in *Carduus nutans* L. *Plant Ecol.* 193: 31 – 38.

FOLGARAIT, P.J. 1998. Ant biodiversity and its relationship to ecosystem functioning: a review. *Biodiversity and Conservation.* 7: 1221 – 1244.

LOBRY DE BRUYN, L. A. 1999. Ants as bioindicators of soil function in rural environments. **Agriculture, Ecosystems and Environment**74 (4): 25-441.

MARINHO, C. G. S.; OLIVEIRA, M. A.; ARAÚJO, M. S.; RIBEIRO, M. M. R.; DELLA LUCIA, T. M. C. Voo

nupcial ou revoada de formigas-cortadeiras. In: DELLA LUCIA, T. M. C. (Ed.). **Formigas-cortadeiras: da biologia ao manejo**. Viçosa, MG: UFV, 2011. v. 1, p. 165-172.

DELLA LUCIA, T. M. C.; VILELA, E. F.; ANJOS, N.; MOREIRA, D.D. O. Criação de formigas cortadeiras em laboratório. In: DELLA LUCIA, T. M. C. (Ed.). **As formigas cortadeiras**. Viçosa, MG: UFV, 1993. p. 151-162.

ARAÚJO, MÁRCIO DA SILVA; RIBEIRO, MYRIAM MARQUES RAMOS; MARINHO, CIDÁLIA GABRIELA SANTOS; OLIVEIRA, MARCO ANTÔNIO; DELLA LUCIA, TEREZINHA M. C. Fundação e estabelecimento de formigueiros. In: DELLA LUCIA, T. M. C. (Ed.). **Formigas-cortadeiras: da biologia ao manejo**. Viçosa, MG: UFV, 2011. v. 1, p. 173-188.

